



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 650/2014.

Belém, Abril /2015

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil

DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

Sumário

Sumário	5
Sumário Quadros	7
INTRODUÇÃO	10
Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013	23
Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório	23
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	24
Quadro 1: Identificação da UJ	24
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	25
1.3 Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	27
Quadro 2: Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	28
1.4 Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	32
Quadro 3. Macroprocesso Finalístico	34
Quadro 3.1: Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	34
Quadro 3.2: Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	39
Quadro 3.3: Macroprocesso Administração Aduaneira	49
Quadro 3.4: Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios	54
Quadro 3.5: Macroprocesso Interação com a Sociedade	63
Item 2: Informações sobre a Governança	76
2.1. Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada	77
2.3. Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos	80
Quadro 4: Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ	81
Item 3: Relacionamento com a Sociedade	83
3.1 Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.	84
3.3. Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada	86
3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada	87
3.6. Medidas Relativas à Acessibilidade	88
Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados	89
4.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada	90
4.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	106
Quadro 6: Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS	106
4.3 Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão	107

4.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional	113
Quadro 9: Indicadores de Desempenho	114
Item 5: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	144
5.1 Demonstrações da Execução das Despesas.....	145
Quadro 12: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	146
Quadro 18: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	147
Quadro 19: Despesas por grupo e elemento de despesa - Créditos de Movimentação	147
5.2 Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda.....	148
Quadro 20: Despesas com Publicidade	148
5.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	148
5.4 Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	149
Quadro 22: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	150
5.6 Informações sobre Suprimento de Fundos	150
Quadro 27: Concessão de Suprimento de Fundos.....	150
Quadro 28: Utilização de Suprimento de Fundos	151
Quadro 29: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência .	151
Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	157
6.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	158
Quadro 43: Força de Trabalho da UJ	159
Quadro 44: Distribuição da Lotação Efetiva.....	160
Quadro 45: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.....	161
Quadro 46: Custos do Pessoal.....	168
6.2 Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio e de Estagiários.....	176
6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	176
Quadro 48: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva ...	176
6.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	181
Quadro 49: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	181
Quadro 50: Composição do Quadro de estagiários 02ª RF.....	186
6.3 Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	187
Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	188
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	189
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	191
Quadro 51: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	191
Quadro 52: Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel	

Funcional.....	194
Quadro 53: Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	196
Quadro 54: Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	197
7.3 Imóveis Locados de Terceiros	198
Quadro 55: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	198
Item 8: Gestão da Tecnologia da Informação.....	200
8.1 Informações sobre Sistemas Computacionais	201
Quadro 56: Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	201
Quadro 56: Sistemas Tecnologia da Informação em 2014.....	203
Item 9: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	272
9.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	273
Quadro 57: Aspectos da Gestão Ambiental.....	273
Item 10: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	276
10.3 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93	277
Quadro 62: Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	277
10.4 Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de danos ao Erário	278
Quadro 63: Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	278
10.5 Alimentação SIASG e SICONV	278
Quadro 64: Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv	278
Item 11: Informações Contábeis.....	280
11.1 Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	281
11.3 Informações sobre a conformidade contábil	288
11.4 Declaração do contador responsável pela UJ	290
11.4.2 - Declaração com Ressalva.....	291
Quadro 66: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	291

Sumário Quadros

Sumário	Erro! Indicador não definido.
---------------	--------------------------------------

- Quadro 1: Identificação da UJ..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 2: Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3. Macroprocesso Finalístico..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3.1: Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário.. **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3.2: Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros .. **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3.3: Macroprocesso Administração Aduaneira..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3.4: Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 3.5: Macroprocesso Interação com a Sociedade **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 4: Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 6: Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 12: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 18: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 19: Despesas por grupo e elemento de despesa - Créditos de Movimentação **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 20: Despesas com Publicidade **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 22: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 27: Concessão de Suprimento de Fundos..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 28: Utilização de Suprimento de Fundos **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 29: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 43: Força de Trabalho da UJ **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 44: Distribuição da Lotação Efetiva..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 45: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 46: Custos do Pessoal..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 48: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 49: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra ... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 50: Composição do Quadro de estagiários 02ª RF..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 51: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 52: Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 53: Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ **Erro!**

Indicador não definido.

Quadro 54: Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ..... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 55: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros . **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 56: Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 56: Sistemas Tecnologia da Informação em 2014..... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 57: Aspectos da Gestão Ambiental..... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 62: Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR..... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 63: Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014 **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 64: Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 66: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis..... **Erro! Indicador não definido.**

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras na 2ª Região Fiscal, inclusive Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil, exceto DRJ Belém.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2014

I – Fiscalização

Em consonância com as diretrizes nacionais da Sufis, a fiscalização na 2ª RF atuou com foco na busca pela elevação do cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e o aumento da percepção da equidade fiscal, através de ações que permitiram a elevação da percepção de risco, da presença fiscal, da recuperação de ofício do crédito tributário com aplicação de penalidade e, também, a qualidade do lançamento. A seguir, destacam-se os principais resultados alcançados pela atividade de fiscalização em 2014:

1. Novo recorde de crédito tributário constituído

No ano de 2014, a Fiscalização da Receita Federal na **2ª Região Fiscal**, que congrega os Estados do PA, AM, RO, RR, AC, AP, constituiu crédito tributário no valor de **R\$ 5.543.102.369** (cinco bilhões quinhentos e quarenta e três milhões cento e dois mil e trezentos e sessenta e nove reais), valor que superou em **23,40%** o total das autuações ocorridas no ano de 2013. Este dado consolida a 2ª RF como a RF com a maior evolução nominal de crédito tributário constituído de ofício em 2014, em relação a 2013, em todo o país.

O valor de **R\$ 5,543** bilhões é novo recorde de crédito constituído pela Fiscalização da Receita Federal, na 2ª Região Fiscal. Tal valor foi resultado de 943 **procedimentos de auditoria externa e 14.974 de revisão interna de declarações de Pessoas Físicas, Jurídicas e ITR**, executados pelas Delegacias, conforme evidenciado abaixo.

Fiscalizações	Revisão de Declarações	Representações Fiscais (%)
843	14.974	17,10

Em **17,10%** das ações encerradas, os Auditores Fiscais identificaram a prática de fraude, simulação ou conluio, o que configura, em tese, crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, motivo pelo qual foram formalizadas Representações Fiscais para Fins Penais, a serem encaminhadas ao Ministério Público Federal (Portaria RFB nº 3.182, de 2011).

2. Evolução do Crédito Tributário Constituído pela Fiscalização

Quadro comparativo dos valores de crédito tributário constituído nos últimos anos, na **2ª RF**:

Ano	Valor de Crédito Tributário Constituído (R\$)	Crescimento (%)
2011	2.900.628.648,00	
2012	3.151.886.901,00	8,66
2013	4.488.715.808,00	42,43
2014	5.543.102.369,00	23,48

3. Crédito Tributário por Segmento Econômico e Ocupação Profissional

Crédito Tributário por Setor Econômico na 2ª Região Fiscal em 2013		
Descrição	Qtde	Crédito (R\$)
PESSOA JURÍDICA - Setor Econômico		
Comércio	135	R\$ 641.559.814
Prestação de serviços	93	R\$ 343.895.979
Indústria	87	R\$ 3.502.382.030
Transporte e serviços relacionados	24	R\$ 51.512.839
Construção civil	36	R\$ 88.286.529
Serviços de comunicação, Energia e Água	4	R\$ 9.045.940
Serviços financeiros	3	R\$ 2.528.450
Outros setores	191	R\$ 281.145.050
Total Fiscalização Pessoa Jurídica	573	R\$ 4.920.356.631
Total Revisão de Declarações PJ	383	R\$ 117.885.126
Total Geral Pessoa Jurídica	956	R\$ 5.038.241.757
Descrição		
PESSOA FÍSICA - Ocupação Principal		
Proprietário e Dirigente de empresa	89	R\$ 69.358.716
Funcionário público e Aposentado	53	R\$ 18.635.816
Profissional liberal	74	R\$ 13.091.356
Profissional de ensino e Técnico de outra natureza	20	R\$ 3.302.990
Autônomo	13	R\$ 6.533.374
Outros	121	R\$ 64.403.245
Total Fiscalização Pessoa Física	370	R\$ 175.325.497
Revisão de Declarações PF	14.591	R\$ 329.535.115
Total Geral Pessoa Física	14.961	R\$ 504.860.612
TOTAL GERAL - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	15.817	R\$ 5.543.102.369

Observa-se que na atuação nos diversos setores econômicos de pessoas jurídicas, as atuações se concentraram no **segmento industrial, que na RF02 atingiu R\$ 3,5 bilhões.**

Por sua vez, no universo das **Pessoas Físicas fiscalizadas, as atuações se concentraram nos contribuintes cuja principal ocupação declarada foi o de proprietário ou dirigentes de sociedades empresárias, que na RF02 atingiu R\$ 69,3 milhões,** cuja principal infração identificada foi a ausência de tributação no ganho de capital, oriundo de venda e permuta de ações.

4. Qualidade de Seleção da Fiscalização

Em relação à eficácia do processo de seleção de sujeitos passivos para a fiscalização, em 2014, **90,8%** das fiscalizações encerradas foram com resultado, ou seja, ao final das ações foram lançados autos de infração em desfavor dos contribuintes fiscalizados.

<i>Ano</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>
Percentual das Fiscalizações Encerradas com Resultado	89,72	90,80%

Por sua vez, na 2ª RF, para 2015, 670 contribuintes já estão identificados e seus respectivos indícios de infração à legislação tributária mapeados. Desses, 84 são pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento diferenciado, 314 pessoas jurídicas de médio e menor porte. Faz parte desse rol, ainda, 276 pessoas físicas.

5. Resultado por procedimento de fiscalização e por Auditor-Fiscal

CT médio na 2ª RF por:	2013	2014	Crescimento (%)
Procedimentos de Auditoria	3.843.722,38	6.760.958,87	76%
Auditor-Fiscal	20.149.197,35	34.752.977,63	67%

O crescimento dos números é explicado, entre outros fatores:

- Pela melhoria na qualidade da seleção de contribuintes e na detecção de novas modalidades de infrações tributárias;
- Pelo cruzamento de um grande volume de informações;
- Pelo efetivo combate ao planejamento tributário abusivo, normalmente executado por contribuintes com maior capacidade contributiva; e
- Pela especialização das equipes de auditoria – seleção, programação e fiscalização.

6. Fiscalização de Grandes Contribuintes - Equipe Especializada

A Equipe de Fiscalização de Maiores Contribuintes – Efmac, especializada em fiscalização dos Contribuintes Diferenciados (definir), foi responsável por constituir de ofício **R\$ 1,6 bilhão**, que representa 30,29% do total recuperado pelo Fisco em 2014, na 2ª RF.

RF 02	Fiscalizações Encerradas em 2013		Em andamento
	RPF (Qtde)	Total Crédito	Qtde
EFMAC 02	13	R\$ 1.679.906.140	19

7. Principal infração tributária - Tributação em Bases Universais (Preços de Transferência) e Ágio Interno

A irregularidade tributária decorrente de ajustes de preços de transferência e o planejamento tributário por meio de reconhecimento de ágio interno fictício resultaram em crédito tributário lançado no valor de **R\$ 1.422.361.866,39**. Estes procedimentos fiscais se referem a empresas sediadas no polo industrial de Manaus-AM e em Porto Velho-RO.

8. Indicador Global da Seleção - IGDS

Em observância às diretrizes e metas para a atividade de seleção de sujeitos passivos para fiscalização, cujo ciclo de trabalho se iniciou em março, a 2ª RF encerrou o ano com aproximadamente **90% dos contribuintes que serão fiscalizados em 2015**, superando a meta nacional de 80%. Esses contribuintes (pessoas físicas e jurídicas em todos os segmentos) já se encontram com indícios de irregularidade tributária identificados. Isso pressupõe o mapeamento de contribuintes com suspeitas de sonegação da ordem **2,5 bilhões**, somente em crédito tributário principal, sem os acréscimos legais. Os procedimentos de fiscalização referentes a essas análises já começaram a ser distribuídos nas Delegacias da 2ª RF e na sua Efmac.

9. Indicador Global da Fiscalização - IGF

No que se refere ao **Indicador Global da Fiscalização**, o volume de crédito tributário recorde constituído de ofício de **R\$ 5,54 bilhões**, referenciado no item “1” acima, possibilitou à 2ª RF alcançar **114,9%** da meta estabelecida pela Unidade Central.

II - Cobrança:

O emprego de estratégias diversificadas caracterizou as ações de cobrança priorizadas pela região em 2014. Abordagens de concentração massiva automatizadas, ações de presença fiscal estimulando a autorregularização, ações especiais e estratégias pontuais, são algumas das iniciativas que levaram as unidades da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal a recuperarem créditos devidos por pessoas físicas e jurídicas, em 2014.

Os procedimentos que visam a elevar a garantia do crédito tributário constituído foram, também, aqueles que receberam especial acompanhamento e gerenciamento na região. Buscou-se a melhoria das estratégias empregadas para ampliar os valores garantidos e, assim, obteve-se crescimento dos arrolamentos e medidas cautelares na região em 2014, da ordem de 508,23%, em relação a 2013. As ações de arrolamento consolidaram um total de R\$ 2,14 bilhões.

O acompanhamento do nível de arrecadação de grandes empresas e pessoas físicas consiste, também, um dos focos responsáveis, juntamente com as ações de cobrança, pela manutenção do nível de arrecadação e incrementos verificados no ano de 2014 em relação a 2013: R\$ 30.652.335.686 de arrecadação e 2,69% de participação do total arrecadado pela da RFB, contra R\$ 28.012.584.692 e 2,56%, respectivamente, no ano anterior.

- **Principais ações de cobrança em 2014**

a) Ações de cobrança em processos administrativos em situações e fases diversas, relacionadas ao Índice Regional de Processos e Atividades Prioritárias/Cobrança - IAPAP/C, destacando-se a situação devedor, processos com créditos tributários suspensos administrativa ou judicialmente, parcelamentos em atraso, cobrança de contribuição previdenciária declarada e não paga, além da contribuição previdenciária devida sobre obras. Essas ações alcançaram montantes da ordem de R\$ 3.896.219.892,26 envolvendo 15.491 processos administrativo fiscais.

b) Ação continuada de cobrança tendo como alvo grandes devedores, mediante aplicação de metodologia específica, a qual utiliza medidas restritivas e coercitivas, denominada Cobrança Especial de grandes devedores, com valor superior a R\$ 10 milhões cada.

A meta regional foi ajustada em cerca de R\$2 bilhões para mais, a partir de julho de 2014, demandando esforço adicional em razão do elevado montante agregado.

A abordagem com foco na visão integral do contribuinte grande devedor foi uma das diretrizes valorizadas regionalmente pela Cobrança Especial, que empregou também a diferenciação nos contatos com pessoas físicas e jurídicas, além da maior especialização das equipes, fatores que permitiram atuação mais direta, com recuperação de créditos importantes para a região, quando cabíveis. Até o final do ano de 2014, a RFB promoveu, na 2ª RF, a cobrança de grandes devedores, com resultado financeiro de R\$ 618.242.906,51 milhões.

c) Arrolamentos de bens e direitos: o montante arrolado na 2ª região fiscal em 2014 cresceu mais de 500%, sustentado nas ações das equipes regionais e, somou R\$ 2.147.073.985,17 bilhões. O valor arrolado no último trimestre de 2014 foi mais que o dobro dos arrolamentos registrados no trimestre anterior. O acompanhamento gerencial foi reforçado na atividade, especialmente na unidade do Amazonas (Manaus) onde se concentrava mais de 70% de todo o montante arrolável da região.

O arrolamento de bens visa a garantir a liquidez de elevados créditos tributários devidamente constituídos e sem pagamento, que se enquadram em critérios previstos em norma específica.

Medidas Cautelares Fiscais também foram registradas nos resultados regionais que elevam a garantia dos créditos tributários na ordem de R\$ 217 milhões, fruto da atuação conjunta da RFB com a PGFN na região.

Os créditos ativos na 2ª RF encerraram 2014 com R\$ 28.733.842.573,82

III - Administração aduaneira:

1- Atuação da 2ª RF na área aduaneira

Em 2014, as exportações da 2ª RF atingiram US\$ 8,11 bilhões, o que representa um acréscimo de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de US\$ 7,35 bilhões.

Já as importações da 2ª RF somaram US\$ 14,09 bilhões no período, representando uma queda de 7% em relação ao mesmo período de 2013 (US\$ 15,16 bilhões).

Como resultado, a Balança Comercial da 2ª RF apresentou um déficit de US\$ 5,94 bilhões em 2014, enquanto que em 2013 o déficit foi de US\$ 7,81 bilhões, resultado impulsionado, principalmente, pela participação das importações realizadas com os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. A corrente de comércio somou US\$ 22,2 bilhões, permanecendo em um patamar próximo do verificado no mesmo período do ano anterior.

Grau de fluidez na importação 2012	Grau de fluidez na importação 2013	Grau de fluidez na importação 2014	Variação 2013X2014	Variação 2012X2014
85,04%	89,80%	91,20%	1,56%	7,24%

Tabela 1 – Dados de Importação, Exportação e Balança Comercial em 2014 – 2ª RF

Comércio Exterior*	Exportações	Importações	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2013	7,35	15,16	-7,81	22,51
2014	8,11	14,09	-5,94	22,20
Variação	10,34%	-7,06%	23,94%	-1,37%

*Valores em bilhões de dólares americanos

Em 2014, a Aduana da 2ª RF desembarçou 222,1 mil de declarações de operações de comércio exterior, sendo 174,7 mil de despachos de importação e 47,3 mil de despachos de exportação.

Tabela 2 – Quantitativos de DI e DE – 2ª RF

Nº de despachos	DI	DE	TOTAL
2013	178.817	48.089	226.906
2014	174.755	47.359	222.114
Variação	-2,27%	-1,52%	-2,11%

Fonte: DW Brasil

Em relação aos dados dos despachos simplificados (DSI / DSE), tivemos na 2ª RF:

Nº de despachos	DSI	DSE	TOTAL
2013	877	5.176	6.053
2014	1.046	4.922	5.968
Variação	19,27%	-4,91%	-1,40%

Fonte: DW Brasil

A capacidade de conferência no despacho e a gestão de risco evoluíram nos últimos 12 anos, de forma a permitir a maior fluidez ao comércio, conforme mostram os dados seguintes e, ao mesmo tempo, a aumentar o grau de eficácia na seleção e a efetividade da atuação da Receita Federal no combate às irregularidades nas operações de importação.

Regionalmente, obteve-se em 2014 um nível de seletividade de 5,28%, um acréscimo de aproximadamente 19% em relação ao nível de seletividade observado em 2013 (4,45%). Não obstante, o nível de seletividade regional permaneceu bastante abaixo do índice nacional e, portanto, mais próximo do recomendado pelo GATT (Banco Mundial).

O tempo médio bruto de despacho na importação (do registro da declaração ao seu desembarço) teve uma redução substancial de 21,43% no comparativo 2014 x 2013.

O tempo médio bruto de despacho na exportação manteve-se no mesmo patamar entre os anos de 2014 e 2013. Cabe ressaltar que a partir de Novembro/2013 foi alterado o fluxo da exportação, impactando no cálculo do indicador do tempo médio bruto e assim somente os meses de novembro e dezembro foram considerados para o ano de 2014.

Tempo bruto de despacho (dias)	DI	DDE*
2013	1,26	0,06
2014	0,99	0,06
Tempo bruto de despacho (horas)	DI	DDE*
2013	30,24	1,34
2014	23,76	1,33
Varição 2014X2013	-21,43%	-0,75%

* Tempo bruto do despacho de exportação: houve uma mudança na sistemática de cálculo do TBC restando prejudicada a sua comparação com períodos anteriores a Novembro/2013.

O tempo médio bruto de despacho aduaneiro na importação acumulado no ano de 2014 foi de 0,99 (dias), para um total de 174.755 DI auditadas. Na exportação, o tempo médio bruto acumulado no ano de 2014 foi de 0,04 (dias), para um total de 47.359 DE.

Na importação, é feita a medição do quantitativo de declarações que são desembaraçadas com menos de 24 horas, com o objetivo de aferir a fluidez das operações (Indicador do Grau de Fluidez). Em 2014, 83,13% do total dos despachos de importação registrados em todo o Brasil (RFB) foram liberados pela Aduana em menos de um dia. Isto representa uma melhora da fluidez na importação de 0,43% em relação a 2013 e de 2,66% em relação a 2012.

Já na 2ª Região Fiscal, em 2014, 91,20% do total dos despachos de importação registrados foram liberados pela Aduana em menos de um dia. Isto representa uma melhora da fluidez na importação de 1,56% em relação a 2013 e de 7,24% em relação a 2012.

2 - Resultados da Fiscalização Aduaneira em 2014

Na 2ª Região Fiscal, no ano de 2014, foram encerradas 203 ações fiscais, sendo 79 auditorias posteriores ao despacho, 43 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 81 diligências fiscais.

As 79 auditorias posteriores ao despacho correspondem a 116% do executado no mesmo período de 2013 (68 ações fiscais).

O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 385,3 milhões, com um grau de eficácia da seleção para a realização de auditorias foi de 98%, superando a meta projetada (92%).

Tais resultados representaram em termos de produtividade e efetividade os melhores índices alcançados pela 2ª RF no comparativo com anos anteriores e ocupando lugar de destaque entre as Regiões Fiscais (2º melhor índice nacional - IGFA) com alcance, e em alguns referenciais, superação das metas propostas pelo Órgão Central.

O desempenho alcançado é fruto do comprometimento dos servidores da Receita Federal com a política institucional de controle aduaneiro com valorização no gerenciamento de riscos das operações de comércio exterior e a busca contínua por melhorias nos processos de trabalho objetivando principalmente a proteção da sociedade, segurança das operações aduaneiras e combatendo a entrada/saída de mercadorias do país de forma irregular.

IV – Repressão aduaneira:

1. Operação Fronteira Blindada:

O Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto no ingresso da Receita Federal no planejamento e na execução das ações ensejou uma maior coordenação nas ações conjuntas com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas e diversos órgãos policiais no combate ao contrabando, descaminho e aos ilícitos correlacionados, o que continua permitindo, como ocorreu nos anos anteriores, incremento na eficácia das ações e a otimização de recursos.

A participação da Receita Federal no Plano Estratégico de Fronteiras se dá por meio da “**Operação Fronteira Blindada**”. Com isso, a RFB tem registrado relevantes e crescentes resultados a cada ano, tanto no valor das apreensões, quanto no número de operações de vigilância e repressão, principalmente no combate a esses ilícitos.

Com o objetivo de proporcionar total transparência para a sociedade das ações da Receita Federal no combate aos ilícitos aduaneiros, foi construída uma página Internet, denominada "Blog Fronteira Blindada". O grande mérito da página é a possibilidade de divulgação em tempo real das operações e intervenções da RFB em todo o território nacional, englobando a zona primária (portos, aeroportos e pontos de fronteira) e zona secundária (todo o restante do território), no combate ao contrabando, descaminho e demais ilícitos transfronteiriços. O Blog entrou em produção no início do 2º semestre de 2012 e pode ser acessado livremente por meio do seguinte sítio:

<http://acoesdareceita.receita.fazenda.gov.br/>

Ao longo do ano de 2014, a Receita Federal na 2ª Região Fiscal alcançou a marca de **284 operações realizadas**, o que representou um crescimento de 15,98% em relação a 2013, com uma apreensão da ordem de R\$ 133,19 milhões em mercadorias.

Foram aplicadas 51 multas, equivalentes, em valor, a R\$ 112.765.427,29.

V – Arrecadação tributária:

No ano de 2014 a arrecadação regional atingiu o montante de R\$ 30,6 bilhões, contra R\$ 28 bilhões do ano de 2013, revelando incremento nominal de 9,42% e real de 2,93%, quando corrigido pelo IPCA. A participação da 2ª RF na composição da arrecadação Brasil no ano de 2014, situou-se em 2,69%, contra 2,56% de 2013. É de se ressaltar que a região obteve o segundo maior crescimento percentual em 2014, dentre as 10 regiões fiscais do Brasil.

Objetivando garantir o avanço sobre a brecha fiscal e a consequente realização da arrecadação potencial, a 2ª RF manteve, em 2014, o acompanhamento do indicador regional “Resultado de Arrecadação” que traz como base a arrecadação prevista pela metodologia RFB, considerando critérios técnicos de desempenho da economia, acrescida de um desafio regional da ordem de 4% superior ao da previsão técnica.

Outros encaminhamentos foram: a ampliação das operações especiais de presença fiscal e percepção de risco; a disseminação regional das boas práticas de acompanhamento diferenciado dos maiores contribuintes, para aplicação nos demais tipos de sujeito passivo; e suporte gerencial.

Quadro: Demonstrativo da arrecadação 2ª RF em 2014.

DRF/ALF	ARRECADAÇÃO			
	DEZEMBRO		JANEIRO/DEZEMBRO	
	2014	2013	2014	2013
DRF/BEL	675.530.518	671.806.607	7.112.967.631	6.347.615.594
DRF/SAN	101.268.666	121.924.564	1.124.060.953	1.124.368.153
DRF/MBA	148.415.879	150.869.762	1.542.710.663	1.359.908.503
ALF/BEL	19.544.933	16.494.444	178.009.194	203.136.812
ALF/AIB	744.707	490.362	10.318.062	7.927.717
DRF/MNS	1.438.536.951	1.389.745.787	13.612.289.139	12.466.550.142
ALF/MNS	80.829.023	98.593.348	1.116.733.706	1.179.034.620
ALF/AEG	9.861.786	11.005.689	162.475.175	161.136.393
DRF/RBO	116.516.041	105.156.901	1.107.716.322	928.936.375
DRF/MCA	103.633.980	76.688.275	1.008.220.752	849.562.857
DRF/PVO	163.292.426	145.632.852	1.747.816.178	1.630.417.942
DRF/JPR	109.114.432	95.484.803	1.064.159.527	918.515.932
DRF/BVT	79.381.417	74.648.668	864.858.385	835.519.203
2ª R.F	3.046.670.759	2.958.542.063	30.652.335.686	28.012.630.243

Fonte: DW- Arrecadação/ Informar

VI – Relatório do Plano de Comunicação

Durante o ano de 2014 a comunicação na 2ª RF alcançou 4.723 inserções na mídia, das quais somente 67 foram negativas, o que representa um índice de 98,6% de inserções positivas.

Um dos focos da comunicação na 2ª RF, em 2014, foi a divulgação das operações especiais de fiscalização e de vigilância e repressão aduaneira, e seus resultados.

VII – Programa “Papel Zero”

A Superintendência Regional da 2ª Região Fiscal da Receita Federal (SRRF02) lançou, em setembro de 2011, o Programa “Papel Zero”, voltado à revisão dos processos de trabalho com o objetivo de eliminar a utilização de papel nas atividades administrativas e processos internos de todas as Unidades Jurisdicionadas da 2ª Região Fiscal.

Desde então, esta iniciativa se tornou um símbolo, na 2ª RF, de eliminação do consumo de papel e de busca pela desejável sustentabilidade.

Apesar do tamanho do desafio imposto pelo Programa, os benefícios já são perceptíveis e de grande impacto, sob diversos aspectos: redução das franquias de reprografia; diminuição significativa dos custos de aquisição de papel e demais materiais de expediente; aumento de controle sobre os processos; redução dos custos com envio de malotes; viabilização de um ambiente de trabalho menos

poluído visualmente, devido à menor quantidade de papéis sobre mesas e dentro de armários; incremento da organização, padronização e celeridade dos processos de trabalho, entre muitos outros.

Em razão das mudanças positivas que o Programa Papel Zero proporcionou à 2ª RF, a Superintendência da Receita Federal da 2ª RF inscreveu o programa e participou do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal que é promovido pela ENAP, desde 1996.

O Concurso Inovação na Gestão Pública Federal tem como finalidade estimular a geração de iniciativas criativas e inovadoras de gestão nos órgãos públicos de maneira a contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia das operações do Estado brasileiro, melhorando os serviços e o atendimento prestados aos cidadãos.

Das 136 iniciativas consideradas válidas pela Comissão do Concurso, o programa Papel Zero (Mais que um meio uma filosofia) ficou entre as 20 finalistas. A Superintendência Receita Federal na 2ª RF recebeu a visita do Comitê Técnico do concurso, no mês de outubro, para a aferição da acuidade das informações apresentadas nos relatos e esclarecimento das questões formuladas pelo Comitê Julgador na etapa de avaliação preliminar.

VII - Projetos de destaque da área aduaneira

a) Centralização da cobrança administrativa aduaneira:

Como fruto da reunião de elaboração de novas ideias/projetos, realizada em 2011, para implantação na 2ª Região Fiscal, surgiu o projeto de Centralização da Cobrança Administrativa Aduaneira das Alfandegas da 2ª RF nas DRF Belém e Manaus, gerando ganhos de escala.

Foram efetuados estudos e elaboradas as minutas das portarias de transferências temporária de competências e atribuições das Alfandegas da 2ª RF para as Delegacias de Belém e Manaus, as quais foram apresentadas para as unidades envolvidas para conhecimento, sugestões, críticas etc.

Com a publicação das Portarias SRRF02 nº 121, 122, 123 e 124, de 14/03/2014, materializou-se a implantação deste Projeto no primeiro trimestre de 2014, na busca de escala econômica e administrativa.

b) Participação da 2ª RF no projeto piloto da e-DBV

Em 2014, a Receita Federal disponibilizou para download a nova versão do aplicativo para dispositivos móveis “Viajantes da Receita Federal”, na qual os viajantes têm acesso ao módulo da forma "embarcada" da e-DBV, ou seja, na qual a declaração de bens poderá ser preenchida, em smartphones ou tablets, sem a necessidade de conexão com a internet. Desta forma, os passageiros podem preencher os dados da declaração e calcular o imposto devido durante o voo. A conexão com a internet será necessária apenas na hora de transmitir a declaração à Receita Federal.

O projeto e-DBV (Declaração eletrônica de bagagens de viajantes) começou a receber desde outubro das companhias aéreas os dados dos passageiros - API, permitindo a consulta estruturada desses dados, tendo como uma das principais unidades participantes do piloto do projeto e-DBV a Alfandega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em Manaus.

A etapa seguinte da gestão de risco de não declarantes foi homologada com sucesso, tendo entrado em produção no dia 23/10, de forma limitada, para fins de testes, nas unidades de Guarulhos e Manaus (ALF/AEG).

c) Copa do Mundo 2014:

A 2ª Região Fiscal, participou ativamente da organização da Copa do Mundo, notadamente na cidade sede de Manaus (porto e aeroporto alfandegados), sobretudo em relação ao planejamento e acompanhamento da operação do modal aéreo (Coanero), dimensionamento de reforços, colaboração



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

nacional para confecção do Guia aduaneiro da Copa, estruturação dos reforços e execução bem-sucedida da operação.

Outras ações menores foram desenvolvidas nas unidades de fronteira da região, a fim de elevar o controle aduaneiro.

Necessidade de recomposição dos quadros de pessoal - Em 2014 a 2ª RF não obteve avanços sobre o índice de lotação. Considerando-se apenas a Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, o grau de lotação ajustado da 2ª RF, em dezembro de 2014, correspondeu a pouco mais de 50,60% dos cargos autorizados.

A 2ª RF, em especial, tem carência relativa de servidores bastante expressiva, aliada a uma maior dificuldade de atração e fixação de pessoas em função de suas características geográficas e socioeconômicas, causando assim, uma elevada rotatividade de pessoas e uma maior dificuldade de reposição.

Dos noventa (90) ATRFB nomeados em fevereiro de 2014 para as Unidades da 2ªRF apenas trinta (30) tomaram posse, resultando no não preenchimento de sessenta (60) vagas. Com isso, algumas Unidades passaram a funcionar em situação precária, como foi o caso da ARF/Redenção-PA, onde o número de ATRFB caiu a zero.

No comparativo com o exercício de 2013, as Delegacias de Marabá-PA, Boa Vista-RR, Ji-Paraná-RO, Porto Velho-RO e Rio Branco-AC apresentaram queda acentuada de Analistas Tributários, também não houve ingresso no quadro do PECFAZ. Por conta dessa escassez de mão de obra, a ARF/Novo Progresso-PA não funcionou no exercício de 2014. Já as ARFs de Redenção-PA, Ariquemes-RO foram mantidas com o deslocamento periódico de servidores de suas sedes.

Inadequação das instalações físicas das unidades - A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal procura desenvolver uma política de adequação das instalações físicas de suas unidades, tentando otimizar a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis, porém é constante a necessidade de busca de adequação imobiliária em nossa Região, o que vem sendo acompanhado com maior ênfase pelo Gabinete da SRRF02, inclusive com a instituição de um Grupo Especial de Engenharia destinado a atender as contratações de projetos e obras de maior vulto contempladas no plano de engenharia da RF02. No ano de 2014 não foram concluídas todas as licitações previstas, referentes a projetos, execução de obras e reparos ou reformas necessárias para melhor adequação dos imóveis. As principais dificuldades apresentadas pela Equipe de Licitação formam:

- Atrasos no recebimento de projetos em andamento, o que inviabilizou a licitação de algumas obras previstas para 2014, incluindo a Construção do Edifício Sede em Belém e a construção das agências modelo;
- Publicação da IN nº 2, de 4 de junho de 2014, da SLTI, exigindo que os prédios públicos possuam o selo ENCE – Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, o que gerou a necessidade de adequação de todos os projetos concluídos ou em andamento, causando atrasos nas demais etapas do processo.

Sobre os encaminhamentos para adequação imobiliária, em 2014, destacam-se a conclusão de licitações de projetos e reparos para algumas unidades e a nomeação de três engenheiros, oriundos do concurso do Ministério da Fazenda, para compor a equipe na Superintendência Regional e auxiliar no acompanhamento das execuções e contratações regionais. Para o exercício seguinte, está prevista a continuidade das ações previstas no Plano de Engenharia da RFB. Está prevista também para 2015 a licitação para contratação da Obra Destacada do Edifício Sede de Belém, em fase de recebimento definitivo do projeto.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1: Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda				Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02				
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal				
Código SIORG: 003149		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 170217
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão público			CNPJ: 00.394.460/0070-73	
Principal Atividade: Administração Tributária				Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:		(091) 3223-8658		
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br				
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br				
Endereço Postal: Travessa Rui Barbosa, nº 1039, 5º andar, Belém-PA, bairro Reduto, CEP 66053-260				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal	00.394.460/0070-73	170217	Ativa	003149
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
<ul style="list-style-type: none"> Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos e funções: Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011. Regimento interno: Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012, e modificações posteriores – em especial, as introduzidas pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013. 				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
<ul style="list-style-type: none"> Publicações: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes Manuais e cartilhas: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao 				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
170022	Alfândega da RFB Porto de Belém			
170024	Delegacia da RFB em Macapá			
170201	Delegacia da RFB em Porto Velho			
170205	Delegacia da RFB em Rio Branco			
170209	Delegacia da RFB em Manaus			
170210	Alfândega da RFB Porto de Manaus			
170213	Delegacia da RFB em Boa Vista			
170218	Delegacia da RFB em Belém			
170219	Delegacia da RFB em Santarém			
170332	Delegacia da RFB em Ji-Paraná			
170333	Alfândega da RFB Aeroporto Internacional Eduardo Gomes			
170334	Delegacia da RFB em Marabá			
170520	Alfândega da RFB Aeroporto Internacional de Belém			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro Nacional			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
170022	00001			
170024	00001			
170201	00001			

170205	00001
170209	00001
170210	00001
170213	00001
170218	00001
170219	00001
170332	00001
170333	00001
170334	00001
170520	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

A RFB tem por finalidade exercer a administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e fiscalização aduaneira; auxiliar o Poder Executivo na elaboração da política tributária federal; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A RFB é um dos órgãos do Ministério da Fazenda (MF) que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços e da relação com a sociedade, com importante papel no fortalecimento do equilíbrio fiscal e tributário do país.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são definidas, de modo mais geral, no artigo 15 da Estrutura Regimental do MF (Decreto nº 7.482, de 16/05/2011) e no artigo 1º do Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012):

- I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;
- II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;
- III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;
- IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;
- V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;
- VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;
- VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;
- VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuam no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Essas finalidades e competências fundamentam o papel institucional da RFB com relação às políticas públicas, o qual está expresso por meio da sua Missão institucional: “Exercer a

administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

1.2.1 Finalidade e competências da SRRF02

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Quadro: JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Fonte: Anexo II da Portaria MF nº 203/2012, com as alterações introduzidas pela Portaria RFB nº 1403/2013.

À Superintendência Regional da 2ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRRF02) compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal, propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas, avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação, gerenciar projetos de interesse institucional, cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional, e fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

1.3 Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Regional da 2ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRRF02, unidade descentralizada da RFB, tem a seguinte estrutura organizacional:

I - SUBUNIDADES DA SRRF02:

- Gabinete da SRRF02
- Divisão de Administração Aduaneira (Diana)
- Divisão de Fiscalização (Difis)
- Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)
- Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac)
- Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)
- Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)

- Divisão de Tributação (Disit)
- Divisão de Tecnologia da Informação (Ditec)
- Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)
- Divisão de Programação e Logística (Dipol)
 - Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng)
 - Seção de Gestão de Mercadorias Apreendidas (Samap)

II - UNIDADES LOCAIS:

- Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF)
 - Agências da Receita Federal do Brasil (ARF)
 - Inspeção da Receita Federal do Brasil (IRF)
- Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF)

DESCRIÇÃO SUCINTA DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DA UJ:

Quadro 2: Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

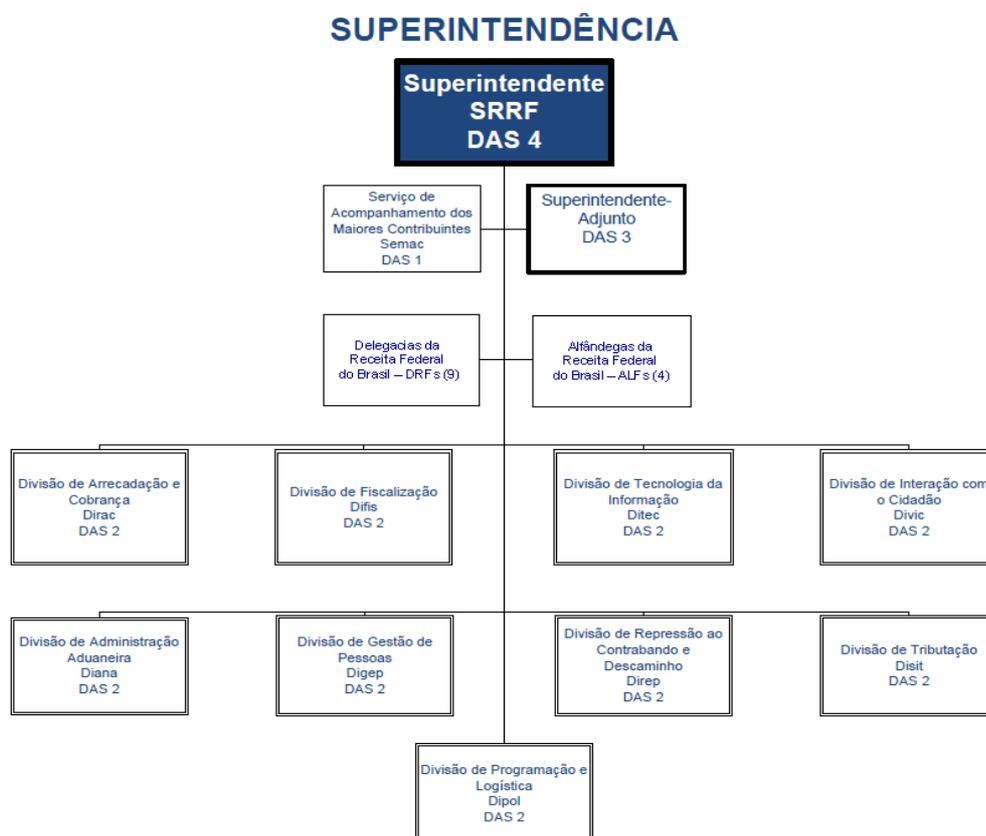
1.3.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

- Ao **Gabinete da SRRF02** compete gerenciar as atividades das demais subunidades da UJ e, especificamente: assistir o Superintendente e os Superintendentes-Adjuntos em sua representação institucional, no preparo e despacho do expediente, no encaminhamento de matérias e questões em geral que envolvam aspectos jurídicos e tributários e no exame e na elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos; coordenar e executar as atividades de relações-públicas, cerimonial e de promoção de eventos de interesse institucional; e gerenciar a política e as atividades de comunicação social interna e externa no âmbito de sua jurisdição.
- À **Divisão de Administração Aduaneira – Diana** compete gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex; orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira; examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira; acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.
- À **Divisão de Fiscalização – Difis** compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

- À **Divisão de Interação com o Cidadão – Divic** compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.
- O **Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Semac** compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.
- À **Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac** compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.
- À **Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho – Direp** compete gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira; executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos; formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.
- À **Divisão de Tributação – Disit** compete orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial; examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência; examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente; examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.
- À **Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec** compete gerenciar o ambiente informatizado; gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação; gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação; executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática; supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.
- À **Divisão de Gestão de Pessoas – Digep** compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações,

gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

- À **Divisão de Programação e Logística – Dipol** competem as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais e serviços gerais, bem assim administrar e supervisionar as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da região fiscal.
 - À **Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng** da Dipol competem as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da região fiscal.
 - A **Seção de Gestão de Mercadorias Apreendidas – Samap** compete supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.



II – UNIDADES LOCAIS

a) DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DRF; ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ALF; INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

b) INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – IRF's Classe "A" e "B"

Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

d) AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ARF)

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

Obs.: a) As Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's são subordinadas às Delegacias da Receita Federal - DRF's.

b) As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF, são subordinadas às DRF's, ALF's ou às IRF's - Classe Especial.

REGIÃO FISCAL - 02ª REGIÃO			
1-DELEGACIAS	9	3-INSPETORIAS	15
1.1-DRF CLASSE B	2	3.1-CLASSE A	3
1.2-DRF CLASSE C	4	3.2-CLASSE B	12
1.3-DRF CLASSE D	2	4-ALFANDEGAS	4
1.3-DRF CLASSE E	1	4.1-CLASSE A	1
2-AGENCIAS	22	4.2-CLASSE B	2
2.1-CLASSE C	9	4.3-CLASSE C	1
2.2-CLASSE D	13	ESTADOS: PA AM AC AP RO RR	

Fonte: Tabela TOM

1.4 Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais. Os processos executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por Macroprocessos.

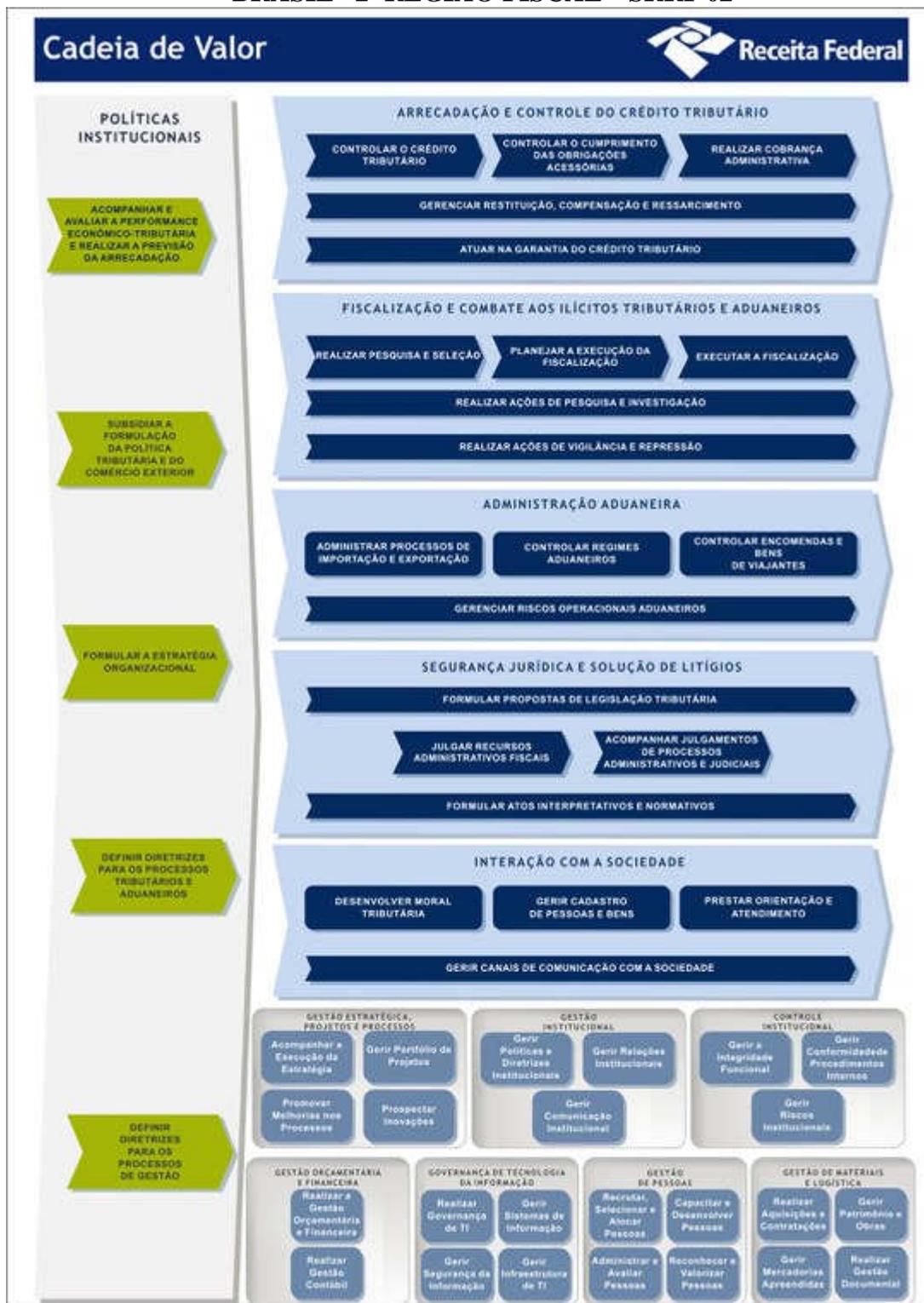
A Cadeia de Valor da RFB é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os seus processos de trabalho e é um importante instrumento no cumprimento da Missão da Instituição e na geração de valor para seus clientes: Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores. Por ela verifica-se como os processos se relacionam e fica evidente a necessidade de compartilhamento de informações e ações entre as áreas.

Conforme painel a seguir, a Cadeia de Valor da RFB é constituída por 13 Macroprocessos, divididos em três grupos:

- 1- Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;
- 2 – Macroprocesso de Políticas Institucionais: apresenta os Processos de Trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;
- 3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas Institucionais.

Esse modelo de Cadeia de Valor foi definido em 2011, sendo incorporada ao processo de Planejamento Estratégico da Organização como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Figura: Cadeia de Valor da RFB



Fonte: Intranet RFB

Considerando que as Unidades Centrais desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, e que as Unidades Descentralizadas (regionais e locais), por sua vez, desempenham atividades táticas e operacionais, sob o comando Central, torna-se essencial a integração entre elas, no âmbito da maior parte dos Macroprocessos Finalísticos.

As tabelas a seguir identificam os cinco Macroprocessos Finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor; a descrição desses Macroprocessos; as áreas responsáveis pela sua condução; os

principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho; e os principais clientes. Abaixo de cada tabela, encontra-se uma descrição, sucinta, de como o macroprocesso foi conduzido pelas áreas estratégicas da RFB durante o ano de 2014.

Como já mencionado, a execução das atividades contidas na maior parte dos macroprocessos depende da atuação combinada de mais de uma área responsável da RFB e, em geral, pode envolver também os dois níveis organizacionais (Central e Descentralizado), de modo a garantir uma completa integração e continuidade administrativa dos trabalhos. Neste sentido, e quando apropriado, foi feita menção às Unidades Descentralizadas, sem detalhá-las, haja vista que tais informações deverão constar em seus próprios Relatórios de Gestão.

Quadro 3. Macroprocesso Finalístico

Quadro 3.1: Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Macroprocesso Finalístico	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento. - Atuar na garantia do Crédito Tributário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Codac, Corec). - Sufis (Cofis). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação. - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias. - CT lançado de Ofício. - CT de MAED. - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos). - Informações sobre pagamentos e depósitos. - Resultados da consulta de tabelas e cálculos. - Resultado da cobrança administrativa. - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa. - Resultado do julgamento. - Dados de arrecadação. - Documentos de arrecadação. - DJE. - Devolução e restituição de Depósitos. - Pedido de devolução. - Retorno de informações. - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) 	<ul style="list-style-type: none"> - Executores do processo de fiscalização. - Fiscalização. - Sistema MAED - Contribuinte. - Sistema Arrecadação. - Sistema de cálculo. - Sistema de cobrança. - PGFN. - DRJ e CARF. - Rede arrecadadora. - Contribuinte. - CEF. - STN. - interessado. - Contribuinte ou responsável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação. - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias. - Gerenciamento de ressarcimentos, restituições e compensações. - Atendimento aos contribuintes. - Gestão dos cadastros da RFB. - Acompanhamento da Rede Arrecadadora. - Dimensionamento da arrecadação potencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuintes. - CARF. - PGFN. - Banco do Brasil. - Gabinete do Ministro da Fazenda. - Gabinete do Secretário da Receita Federal. - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. - Tribunal de Contas da União.

		ou Consulta Situação Fiscal Contribuintes. - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas. - CT com saldo devedor. - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento.			
--	--	--	--	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Processo: Controlar o crédito tributário

Este processo de trabalho, gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar, de forma integrada, todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Em 2014, a arrecadação das receitas federais de impostos, contribuições e taxas (administradas pela RFB) e de outras receitas recolhidas, porém administradas por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1.187 trilhões, sendo que deste montante R\$ 1.146 trilhões são decorrentes de receitas administradas pela RFB. O processo de arrecadação conduzido pela RFB abrangeu a recepção e processamento de quase 300 milhões de documentos de arrecadação (DARF, DJE, DAS e GPS) e uma rede arrecadadora composta por 26 bancos credenciados.

Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Este processo de trabalho, também gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Verificar e exigir o cumprimento das obrigações acessórias; e,
- Realizar a cobrança administrativa de créditos decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

As principais iniciativas implementadas, em 2014, são:

- Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2014, o resultado desse índice, para o nível Brasil, alcançou 97,8%.
- Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2014, foi especificado o sistema que controlará, de forma centralizada, a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar a aplicação das respectivas sanções legais. A implementação do sistema de controle de omissos para pessoa jurídica está prevista para 2015.

- A partir do exercício 2014, ano-calendário 2013, a RFB disponibilizou aos contribuintes a Declaração Pré-Preenchida do IRPF, contendo informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais.
- Foi disponibilizado um aplicativo que possibilita iniciar o rascunho da declaração IRPF 2015 ao longo do ano de 2014, à medida que os fatos acontecem, bem antes do lançamento do programa gerador da declaração IRPF (PGD IRPF 2015) que ocorrerá em março de 2015.

Processo: Realizar cobrança administrativa

Ainda sob a gestão da Suara, este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014:

- Entre os meses de janeiro a agosto, a RFB efetuou a cobrança de 1,38 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 105,6 bilhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 560 milhões (0,5% do total), foram parcelados R\$ 996 milhões (0,9%), extintos por compensação R\$ 30,5 milhões (0,03%), totalizando R\$ 1,5 bilhão de créditos tributários recuperados (1,5% do total de crédito tributário cobrado);
- Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 255.395 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - IP) para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2014. Do total cobrado, cerca de R\$ 15,76 bilhões, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 78 milhões em pagamentos; R\$ 1,28 bilhões transformados em débitos para fins de parcelamentos; R\$ 2,98 bilhões foram objeto de retificação; R\$ 8,8 bilhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à PGFN; R\$ 35 milhões excluídos; restando ainda R\$ 2,59 bilhões aguardando a conclusão do prazo da IP;
- Na cobrança de débitos de Pessoa Física, foram emitidos um total de 1.323.058 avisos de cobrança com quase R\$ 36,5 bilhões;
- Nesse período, a cobrança de débitos de imóveis rurais abrangeu 448.005 avisos de cobrança e um montante de R\$ 164 milhões;
- Na área de parcelamento não previdenciários, houve a continuação da rotina de exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e o encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União.
- De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve continuidade de atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público;
- Foi objeto de melhoria o sistema Malha para Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa a identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores.

Este procedimento objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões indevidas;

- Nesse ano, foram encaminhados para a Dívida Ativa da União um pouco mais de 6 milhões de débitos, referentes a mais de 590 mil contribuintes pessoa jurídica, totalizando R\$ 20,9 bilhões; e
- Entrou em produção o Pré-Cadin, que tem por objetivo suprir a necessidade de controle das inclusões no Cadin/Sisbacen pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, no âmbito do macroprocesso do crédito público.

Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

A Suara atua nas seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou da PGFN.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014:

- Foram recepcionados, pela RFB, 1.157.482 Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), incluindo os pedidos referentes às contribuições previdenciárias, sendo 648.043 declarações de compensação, 374.319 pedidos de restituição, 78.191 pedidos de ressarcimento, 12.094 pedidos de reembolso e 44.835 pedidos de cancelamento. Em termos de valores, as declarações de compensação transmitidas em 2014 totalizam mais de R\$ 87 bilhões em débitos compensados, enquanto os pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso perfazem 42,4 bilhões em créditos pleiteados. Do total de PER/DCOMP ativos (cerca de 10.437.994 documentos), 70,4% haviam sido trabalhados em procedimentos eletrônicos ou manuais, totalizando R\$ 324,3 bilhões em débitos compensados e R\$ 140,8 bilhões em créditos em pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso.
- Foram emitidas, aproximadamente, 96 mil comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 40.571 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou de solicitação de documentos complementares), 3.525 despachos decisórios de não admissibilidade de cancelador ou retificador e 51.881 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de cerca de R\$ 6,5 bilhões.
- Foram encaminhados, de forma eletrônica para pagamento, 58.386 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando, aproximadamente, R\$ 1,69 bilhão. Do total desses processos, 83,53% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 48.770 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,57 bilhão. Foram devolvidos, por motivo de domicílio bancário inválido, 9.616 processos, correspondendo a cerca de R\$ 121,63 milhões.
- Houve o encaminhamento à rede bancária de, aproximadamente, R\$ 15,45 bilhões para pagamento de restituição de cerca de 12,26 milhões de pessoas físicas, referentes a imposto de renda retido na fonte ou recolhido a maior.

Os Projetos encerrados, em 2014, são:

Projeto Pagamento Automático: é responsável pelo pagamento, em lote, de cerca de 245 mil processos, representando um valor total de, aproximadamente, R\$ 4,70 bilhões. Apenas no ano de 2014, foram pagos cerca de 48.770 processos, totalizando R\$ 1,57 bilhão. Ainda no

escopo desse Projeto, foram emitidas quase 10.000 comunicações solicitando correção de dados bancários, as quais resultaram em ação do contribuinte em cerca de 4.000 processos, sendo que, em quase 3.000 processos, a correção foi efetuada por meio do serviço “Alteração de Dados Bancários para Restituição e Ressarcimento”, disponível no e-Cac, sem necessidade de comparecimento a uma unidade de atendimento da RFB. Foram, também, emitidas mais de 65 mil comunicações para autorização de compensação de ofício e executadas as compensações em cerca de 21 mil processos.

Projeto SCC Reintegra: é responsável pela análise automática de mais de 88% dos quase 20 mil pedidos de ressarcimento transmitidos pelos contribuintes até o final de dezembro de 2014. Com a implantação do módulo SCC Reintegra, os pedidos de ressarcimento desse crédito estão sendo analisados e efetivamente pagos aos contribuintes em um prazo médio de 90 dias. Em razão da celeridade da análise dos pedidos de ressarcimento de Reintegra, eventuais compensações indevidas são não homologadas e ocorre a imediata cobrança dos débitos, agilizando a realização do crédito tributário. O rápido processamento dos pedidos de ressarcimento do Reintegra praticamente elimina a possibilidade de homologação por disposição legal. Destaca-se que, dos mais de 8,2 bilhões em créditos de Reintegra pleiteados, mais de 95% já foram utilizados em compensações ou efetivamente ressarcidos aos contribuintes.

Processo: Atuar na garantia do crédito tributário

Este processo tem como áreas gestoras a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), por meio da Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac), bem como a Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), no âmbito de sua Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), cujas atuações serão descritas a seguir.

A Suara atua nas atividades a seguir:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Em 2014, foram implementadas Iniciativas:

- No âmbito de natureza normativa e de orientação: publicação da nota de roteiro operacional de Arrolamento e Medidas Cautelares Fiscais, com o objetivo de orientar e padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens.
- No âmbito de ordem operacional: disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas para realização de arrolamentos de bens e direitos.
- No âmbito de natureza gerencial: o acompanhamento do indicador estratégico “Índice de Garantida do Crédito Tributário”, desde o início da medição, em janeiro de 2012, mostra que houve incremento de 345% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 77,5 bilhões. Só em 2014, foram arrolados R\$ 19,7 bilhões em bens e direitos. Constatou-se, também, o incremento nos valores garantidos por medida cautelar fiscal, de cerca de R\$ 1 bilhão no início de 2013 para mais de R\$ 8 bilhões no final de 2014.

A Sufis atua nas seguintes atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

No âmbito de iniciativas operacionais, a Sufis realizou, em 2014, a homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia – Conprovi.

Quadro 3.2: Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

Macroprocesso Finalístico	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
- Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. - Realizar ações de pesquisa e investigação. - Realizar ações de vigilância e repressão.	- Sufis (Cofis, Copes e Comac). - Copei. - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Documentação apresentada pelo sujeito passivo. - Informações derivadas de diligências. - Demandas externas requisitórias e não requisitórias. - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes. - Resultado das investigações. - Relato, fato, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra	- Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros. - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos. - Executores do processo de fiscalização. - Área de inteligência da RFB. - Unidades da RFB. - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais. - Outros órgãos de governo. - Representações de outros países e organismos internacionais. - Sociedade. - Servidores da Receita Federal.	- Realização de estudos tributário-fiscais. - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes. - Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias. - Atividades de Inteligência Fiscal. - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho.	- Estado. - Órgãos do governo. - Sociedade.

		fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais. - Sistemas informatizados da Receita Federal. - Câes de faro. - Armamento institucional. - Veículos oficiais.			
--	--	---	--	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Processo: Realizar Pesquisa e Seleção

Este processo de trabalho, gerido no âmbito Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva do potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações:

- Aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte – ContÁgil, com a liberação de ferramenta de construção e visualização das conexões entre as pessoas (Grafo de Relacionamentos) e a disponibilização de consulta aos dados do sistema Dossiê Integrado, ampliando as fontes de pesquisa na plataforma de suporte à fiscalização.
- Manutenção do elevado percentual de realização, no Portfólio de Produtos de TI (PPTI) dos anos anteriores, dos sistemas de seleção (Siga DW e SIF), os quais terminaram o exercício com as informações completas do ano-calendário 2013, foco da programação em 2015.
- Conclusão das especificações do sistema Coleta Nacional, o que dará mais autonomia para o recebimento de dados estruturados não captados pelas obrigações acessórias da Receita.

- Atualização dos manuais de seleção, os quais já contêm cerca de 150 regras de seleção, com explicação detalhada da metodologia a ser aplicada, desde a etapa de cruzamento de dados até a etapa de análise individual.
- Produção de 14 notas técnicas Copes orientativas sobre procedimentos de seleção.
- Produção de 11 notas Copes de análises de ilícitos tributários, como subsídios para o planejamento da fiscalização.
- Início do projeto-piloto de regionalização da seleção dos contribuintes de todos os segmentos.
- Investigação de distorções de arrecadação, no seguimento dos contribuintes diferenciados, cujo montante foi de aproximadamente R\$ 63 bilhões, por meio da avaliação das declarações prestadas pelos contribuintes, confrontando-as com informações externas, num esforço que promoveu a recuperação de créditos tributários na ordem de R\$ 5,3 bilhões.
- Análise, até novembro de 2014, de mais de R\$ 588 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação, por meio de um conjunto de ações para dar celeridade e tratamento conclusivo à cobrança dos créditos tributários constituídos, em discussão administrativa e judicial e às compensações dos maiores contribuintes.
- Entrada em produção de nova funcionalidade do Siscoserv, de Registro de Presença Comercial no Exterior no módulo venda e conclusão da especificação do DW Siscoserv.
- Percentual de 91,86% de fiscalizações encerradas com resultado, reflexo da melhoria constante na qualidade da seleção. Foram identificados, para 2015, um total de 14.861 contribuintes, com seus respectivos indícios de infração à legislação tributária mapeados.
- Continuidade do processo de integração com outras administrações tributárias, por meio das seguintes ações:
 1. Participação no projeto dos países do G-20 para combater a erosão da base tributária e a transferência de lucros para países de baixa tributação (BEPS).
 2. Gerenciamento do projeto FATCA, para atender ao acordo de troca de informações financeiras firmado com os Estados Unidos, projeto alçado à categoria de institucional corporativo e, como tal, acompanhado mensalmente pelo Ministério da Fazenda.

Processo: Planejar a Execução da Fiscalização

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado, etc.); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

No âmbito desse processo, foram realizadas as seguintes iniciativas:

A implementação, no segundo semestre de 2014, do projeto Cartas, para alcançar as contribuintes pessoas físicas ainda não habituados a consultar a internet para verificar pendências na declaração e providenciar sua correção.

A continuidade à iniciativa implementada no início de 2013, após publicação da Portaria RFB 2.207/2012, na qual a Fiscalização tem intensificado o trabalho de análise dos lançamentos efetuados e discutidos na 2ª Instância Administrativa, com o objetivo principal de avaliar e melhorar a aderência dos lançamentos da fiscalização, mediante atuação detalhada, perene e articulada de várias áreas envolvidas, entre as quais a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nesse sentido, com o objetivo de garantir a manutenção do crédito tributário e o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização, até o ano de 2014, foram registrados cerca de 1035 processos para avaliação, dos quais mais de 357 foram encaminhados à PGFN e cerca de R\$ 172 bilhões de crédito tributário em processos foram analisados pela Fiscalização (dados acumulados até 05/01/2015).

Referidos resultados são decorrentes da participação efetiva das divisões de fiscalização das Superintendências e das Delegacias, que trabalham de forma integrada às áreas responsáveis pelo monitoramento do contencioso administrativo e da PGFN.

No planejamento das fiscalizações aduaneiras, o grau de eficácia da seleção igualou a meta projetada de 91% para a realização das auditorias (número de auditorias com resultado em relação ao total de auditorias realizadas).

Processo: Executar a Fiscalização

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

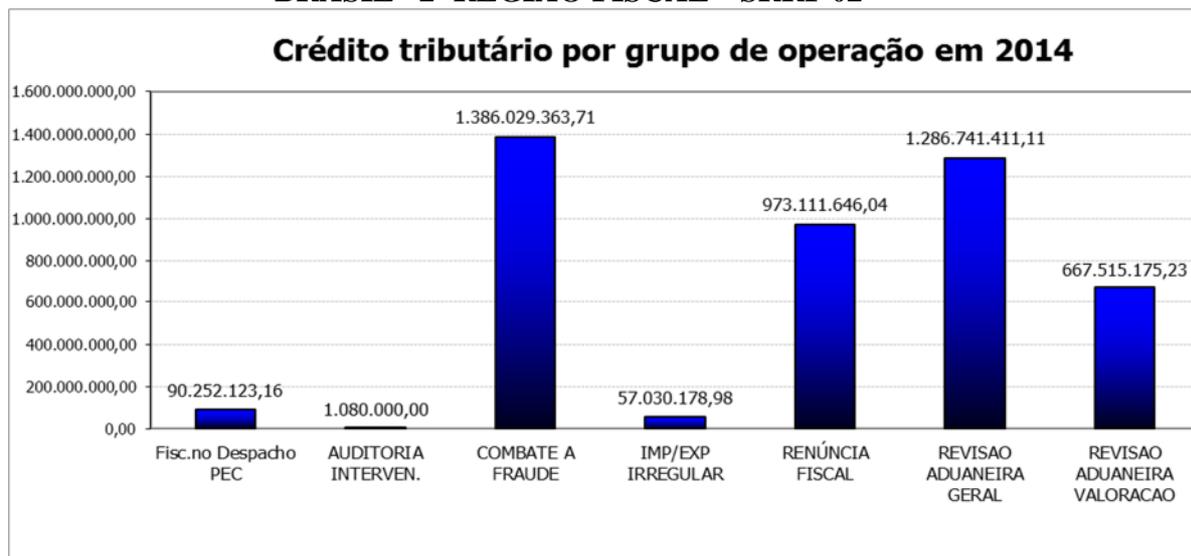
No ano de 2014, a Fiscalização da Receita Federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 150,5 bilhões, 2º melhor resultado histórico. O montante lançado resultou de 16.989 procedimentos de auditoria externa e 348.843 procedimentos de revisão interna de declarações de pessoas físicas, jurídicas e ITR, que totalizaram 365.832 procedimentos de fiscalização.

No período compreendido entre 2010 e 2014, houve uma evolução nominal do crédito tributário lançado de 67,13%. Tal evolução reforça a estratégia implementada em 2010, no sentido de selecionar os sujeitos passivos a partir de regras nacionais compartilhadas, bem como atuar de maneira mais próxima ao fato gerador em relação aos contribuintes de grande porte, combinado com um intenso programa de capacitação continuada dos servidores e o uso intensivo de tecnologia da informação.

Em 2014, destacaram-se as seguintes atividades na condução desse processo de trabalho:

- Solução de mais de 270 dúvidas sobre vários tributos e procedimentos de fiscalização, por meio do sistema SuporteWeb;
- Criação da comunidade Manuais da Fiscalização, na Conexão Receita, a qual atualmente é a segunda maior comunidade, com 312 membros;
- Disponibilização da versão 4.0 do e-Safira, cujas novas funcionalidades dinamizam e simplificam o encerramento, a montagem e a formalização dos processos na constituição do crédito tributário;
- Treinamento nacional, com a capacitação de quase 2000 auditores-fiscais de todas as unidades do país, para disseminação das novidades apresentadas com a versão 4.0 do e-Safira;
- Desenvolvimento de ações de conformidade tributária, por parte do acompanhamento de maiores contribuintes, os quais são comunicados sobre possíveis erros no preenchimento de suas obrigações acessórias, para eventual correção, o que resultou, em 2014, na retificação de 269 DIPJs e no aumento de R\$ 59,5 bilhões na receita bruta declarada pelas empresas selecionadas;

- Implantação da nova versão do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios), nas linhas de produção;
- Instalação do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) em mais 15 fábricas, totalizando 283 estabelecimentos controlados e operando com normalidade, o que tornou possível o controle da produção de cerca de 14 bilhões de litros de cerveja, 15,7 bilhões de litros de refrigerante e 2,2 bilhões de litros de outras bebidas;
- Alcance do número recorde de 10 bilhões de documentos autorizados no âmbito da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), projeto desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos estados e pela Receita Federal do Brasil;
- Efetivação, em 8 estados da Federação, da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), documento digital para o varejo, com potencial para se tornar obrigatória em todos os estados ao longo de 2015;
- Edição das Instruções Normativas nº 1486 e 1510, de 2014, que tornaram obrigatória a Escrituração Contábil Digital (ECD) para todas as pessoas jurídicas, exceto aquelas abrangidas pelo Simples Nacional, assim como as imunes e isentas enquadradas nos critérios da EFD-Contribuições;
- Avanço na especificação do projeto eSocial e criação do Grupo de Trabalho Confederativo, com a participação de entidades como a CNI, a Fenacon e outras;
- Instituição do eSocial pelo Decreto nº 8373, de 11 de dezembro de 2014, projeto que envolve vários órgãos federais e que vai unificar o envio de informações pelo empregador (pessoas físicas ou jurídicas) em relação a seus empregados;
- Implementação do piloto da primeira fase do projeto Malha PJ, com a emissão de cartas e a apresentação de extrato na internet, para o contribuinte identificar o problema que levou ao apontamento da empresa na malha e o que pode ser feito se houver erro nas informações fornecidas à Receita Federal;
- Ampliação do número de municípios conveniados a executar a fiscalização do ITR: até dezembro de 2014, havia 1.996 municípios conveniados em todo o Brasil;
- Lançamento da segunda edição do Programa Alerta Simples Nacional, em conjunto com as Secretarias de Fazenda dos estados, municípios e Distrito Federal, para que os contribuintes optantes do Simples Nacional possam corrigir erros de preenchimento nas declarações e na apuração de tributos, antes do início de procedimento formal de fiscalização;
- No que se refere à fiscalização aduaneira, em 2014 foram encerradas 4.039 ações fiscais, sendo 1.454 auditorias posteriores ao despacho, 802 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 1.783 diligências fiscais. As 1.454 auditorias posteriores ao despacho correspondem a 92% do total de ações fiscais executadas no mesmo período de 2013 (1.585 ações fiscais). O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 4,5 bilhões. No gráfico a seguir encontram-se discriminados os créditos tributários lançados em 2014 por grupo de operação:



Fonte: Suari

Processo: Realizar ações de pesquisa e investigação

As ações de Pesquisa e Investigação da RFB resultaram, em 2014, na realização de 32 operações de impacto, contabilizadas apenas aquelas com expressiva exposição na mídia, deflagradas pela instituição em parceria com outros órgãos públicos, principalmente com o Departamento de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Ministério Público Federal.

Em tais operações foram cumpridos 557 mandados de busca e apreensão e realizadas 203 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal com o desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado, particularmente em casos envolvendo crimes contra a ordem tributária, de contrabando e descaminho e de lavagem de dinheiro.

Dentre as principais operações realizadas merecem destaque:

- Operação Lava Jato - Investigação de grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo empresa estatal, grandes empreiteiras do país, doleiros e políticos;
- Operação Sorte Grande - Investigação de organização criminosa responsável por esquema de blindagem patrimonial e interposição fraudulenta com o objetivo de sonegar e impedir a execução fiscal de dívidas tributárias;
- Operação Labirinto de Creta - Investigação de empresas do ramo frigorífico, responsáveis por crimes de sonegação fiscal, fraude à execução fiscal e lavagem de dinheiro;
- Operação Delivery – Investigação na qual foi desbaratada organização criminosa suspeita de contrabando e distribuição de cigarros fabricados no Paraguai.
- Operação Sustenido – Desarticulação de grande esquema de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas centralizado em Foz do Iguaçu, montado para atender organizações criminosas ligadas a contrabando, sequestro e tráfico de entorpecentes.
- Operação Blindagem de Papel - Investigação da RFB, em conjunto com a PGFN, sobre esquema perpetrado por rede de supermercados gaúcha, devedora contumaz da Fazenda Nacional suspeita de sonegação fiscal de R\$ 260 milhões.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais (Projeto Exportações) possibilitou a apreensão, em 2014, de cerca de 3,5 toneladas de cocaína (no Brasil ou no exterior) com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2014 foi marcado pela realização no Brasil da Copa do Mundo FIFA de futebol. Na fase preparatória e durante a realização do evento, a unidade de inteligência da RFB também participou efetivamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional (CIN) e de suas projeções, os Centros de Inteligência Regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). A atuação também ocorreu por meio de verificações e batimentos cadastrais de mais de 268 mil voluntários inscritos para atuar na Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de avaliar riscos e fornecer subsídios para a necessária boa atuação dos órgãos de defesa e de segurança pública.

No ano de 2014 foram empreendidas diversas ações institucionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro:

- Em alinhamento com as diretrizes de gestão estratégica da Instituição, o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Lab/LD) foi instalado em abril de 2014, em um contexto de busca contínua da instituição pela inovação e pela melhoria dos processos de trabalho por meio de ferramentas especializadas de gestão do conhecimento e da informação. Alguns dos primeiros “pilotos” realizados pela equipe do Laboratório foram fundamentais para alcance de objetivos traçados no esforço estratégico da RFB na fiscalização de Pessoas Físicas, contribuindo para realização de operações de combate a fraudes em Declarações de Imposto de Renda, a exemplo da Operação “Pensão Fantasma”, deflagrada em Manaus – AM, e da Operação “Ábaco”, abrangendo declarantes dos municípios de Vila Velha, Rio Novo do Sul e Piúma, no Espírito Santo.
- Foi ofertada a servidores da RFB o primeiro treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), com realização nos meses de julho a outubro de 2014. Cumprindo carga horária de 80 horas/aula, participaram dessa primeira turma 100 (cem) servidores dos mais diversos processos de trabalho da Receita Federal, em exercício em diferentes regiões do país.
- Dentre as 14 (quatorze) ações conduzidas em 2014 no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), merecem destaque três iniciativas propostas e coordenadas pela RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal e aspectos penais relacionados:

- *Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.* Como resultado, foi produzida nota de apoio à aprovação das propostas relacionadas aos crimes contra a ordem tributária apresentadas no Parecer nº 1.576, da Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código Penal (Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012), de autoria do Senador Pedro Taques (Relator), em especial na parte que trata do fim da extinção da punibilidade desses delitos pelo pagamento dos tributos devidos.

- *Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema.* O grupo de trabalho

responsável encerrou suas atividades dando apoio a projeto da RFB que cria a obrigatoriedade para as empresas domiciliadas no exterior de declararem suas informações societárias, no momento de sua inscrição inicial no CNPJ.

- *Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal.* Os trabalhos foram concluídos com a redação de minuta de proposta legislativa que visa conceder prerrogativa às fazendas estadual e federal para solicitação administrativa de busca e apreensão de elementos de prova que comprovem indícios de prática de infrações penais e tributárias.

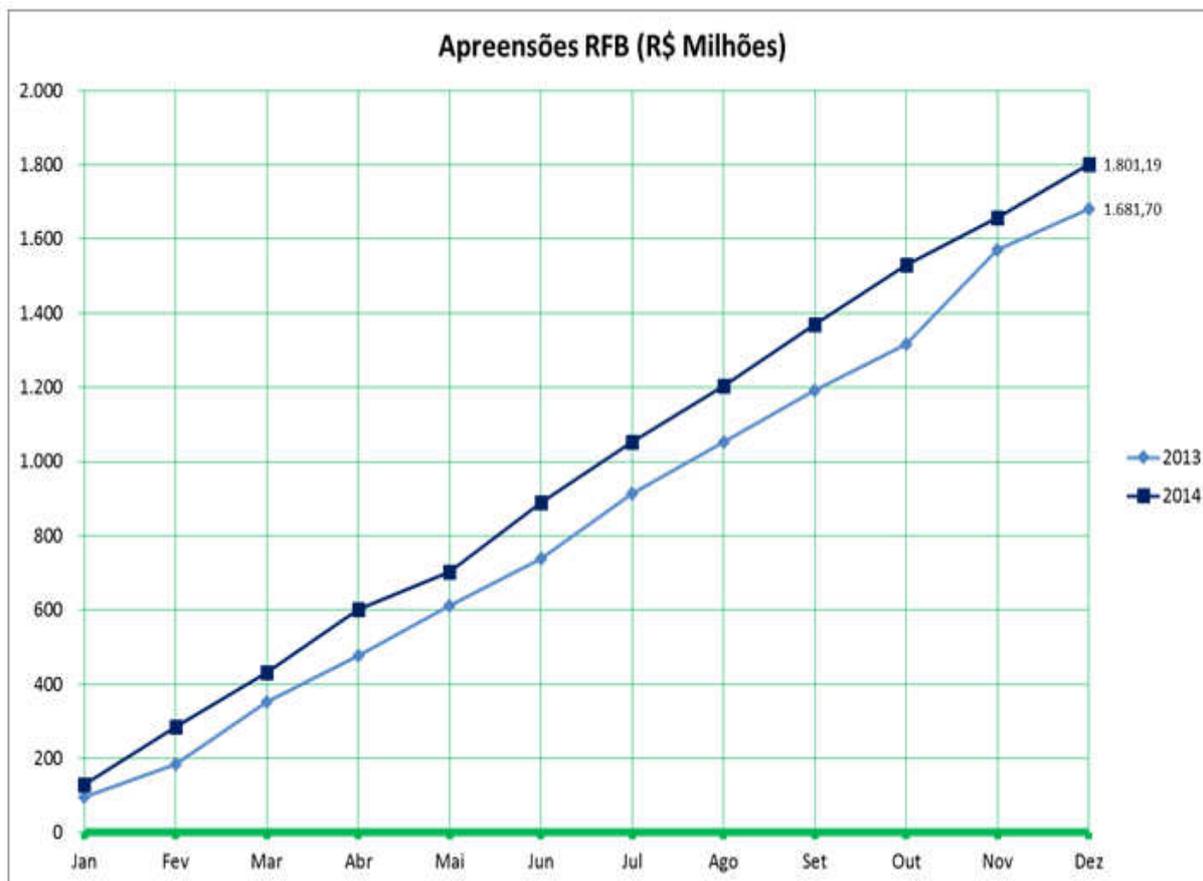
Processo: Realizar ações de vigilância e repressão

Este processo de trabalho, ocorre no âmbito da Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari) que, em 2014, implementou diversas iniciativas na RFB, voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão. Nesse sentido, merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve: o treinamento e acautelamento de pistola em calibre 40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; a aquisição de coletes balísticos e o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro.

Além disso, foram realizadas 3.110 operações de vigilância e repressão, sendo que parte delas foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Força Aérea Brasileira e Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

A apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem), foi superior ao atingido no ano de 2013, com um total de R\$ 1,8 bilhão, o que pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro comparativo das apreensões de 2013 e 2014



Fonte: Dipav/Suari

Dentre essas apreensões, destacam-se: Cigarros, Eletrônicos, Veículos e Artigos de Vestuário. A distribuição total dos valores apreendidos por tipo de item se encontra na tabela abaixo.

Janeiro a Dezembro de 2014			
Descrição		Valor (R\$)	% do Total
Armas e Munições		432.535,99	0,02%
Bebidas	Alcoólicas	13.731.872,67	0,76%
	Outras	1.185.986,65	0,07%
Bolas Esportivas		1.777.476,45	0,10%
Bolsas e acessórios		19.282.901,15	1,07%
Brinquedos		22.229.434,94	1,23%
Calçados	Esportivo	5.497.895,56	0,31%
	Outros	2.973.728,78	0,17%
Cigarros e similares		515.319.232,73	28,61%
Eleto-eletrônicos		151.851.380,47	8,43%
Informática		41.248.951,55	2,29%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes		1.090.089,23	0,06%
Máquinas de jogos de azar		13.965.514,71	0,78%
Medicamentos		4.445.479,54	0,25%
Mídias para gravação (CD, DVD)	Gravadas	13.976.069,70	0,78%
	Não Gravadas	4.537.516,04	0,25%
Óculos de sol		55.703.862,16	3,09%
Perfumes		12.584.217,74	0,70%
Pneus		5.754.136,62	0,32%
Pilhas e Baterias		16.470.806,76	0,91%
Relógios		39.238.287,89	2,18%
Aeronaves e Embarcações		33.831.578,07	1,88%
Veículos		96.849.235,44	5,38%
Vestuário		94.313.037,58	5,24%
Videogames	Consoles	10.488.083,28	0,58%
	Acessórios	6.478.593,43	0,36%
Total dos principais itens		1.185.257.905,13	65,80%
Outras mercadorias		615.927.524,44	34,20%
TOTAL		1.801.185.429,57	100,00%

Fonte: CTMA

Importante mencionar que, entre os fatores que provocaram o incremento nas apreensões, destacam-se a utilização de Scanners, sejam móveis ou fixos, existentes em portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, bem como a presença de Cães Farejadores, que constituem a Equipe de Cães de Faro da Receita Federal.

Quadro 3.3: Macroprocesso Administração Aduaneira

Macroprocesso Finalístico	Administração Aduaneira				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
- Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros.	- Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sistemas informatizados (Siscomex, e-DBV, Sistema Remessa e outros). - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou viajante. - Legislação aduaneira e tributária aplicada.	- Servidores da Receita Federal. - Despachantes. - Importadores. - Exportadores. - Transportadores. - Viajantes. - Órgãos públicos intervenientes no comércio exterior (Anvisa, Vigiagro, Ministério da Defesa, Ibama e outros).	- Despacho aduaneiro de importação e exportação. - Despacho de internação (ZFM). - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior. - Execução e controle das políticas para operações de importação e exportação. - Controle de cargas. - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior.	- Pessoas Físicas e Jurídicas. - Órgãos Públicos. - Organizações Estrangeiras. - Países Estrangeiros etc.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são desenvolvidos pela Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari), no âmbito da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana). As etapas desses processos são interdependentes e se comunicam em diferentes momentos e de diferentes formas.

Na busca contínua pela melhoria de seus processos, controles, normas e dos sistemas informatizados, a RFB implementou ou melhorou, no âmbito da Administração Aduaneira, durante o ano de 2014, as seguintes iniciativas:

- Foram lançados e/ou atualizados os manuais de procedimentos com vistas a estabelecer um padrão de procedimentos a serem adotados em todo território brasileiro. Esses manuais são disponibilizados eletronicamente e seu rico conteúdo procedimental, de normas e de instrução ao uso dos sistemas aduaneiros, são atualizados, constantemente, com vistas a facilitar e simplificar a atividade dos operadores de comércio exterior.
- Quanto aos sistemas informatizados, vale destacar o Lançamento do Portal Único do Comércio Exterior, com a Implantação do Portal Siscomex e da Visão Integrada do Comércio Exterior (VICOMEX), melhorias e avanços nos sistemas de controle de carga e novas versões do Siscomex Importação Web. O Portal Siscomex visa centralizar o acesso aos serviços e sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar e a legislação pertinente às operações de comércio exterior. No mesmo portal, o sistema Vicomex, quando concluída todas suas fases de produção, irá facilitar o monitoramento das operações de comércio exterior, oferecendo aos usuários um painel de

controle de suas operações, concentrando num só ponto, informações até então dispersas em diferentes sistemas.

- No sistema de controle de carga foram implantadas diversas alterações no Sistema Mercante para absorção, pela RFB, da fiscalização e do controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), decorrentes da publicação do Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014. A principal alteração do sistema está relacionada à solicitação e concessão dos benefícios de isenção e suspensão do AFRMM automaticamente.
- Foram implantadas, também, novas versões web do sistema Siscomex Importação, disponibilizando funcionalidades e facilidades até então somente disponíveis na versão desktop.
- Com relação às diversas Instruções Normativas produzidas no âmbito da Administração Aduaneira da RFB, merecem destaque: a Instrução Normativa RFB nº 1461, de 01 de abril de 2014, que aprovou o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014; a Instrução Normativa RFB nº 1471, de 03 de junho de 2014, que dispôs sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); a Taxa de Utilização do Mercante (TUM) e os procedimentos aduaneiros correlatos; e a Instrução Normativa RFB nº 1521, de 05 de dezembro de 2014, que instituiu o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

Outras atividades, não menos importantes na área aduaneira, também contribuíram de forma positiva ao fortalecimento da aduana brasileira no cenário internacional. Entre essas atividades, citam-se:

- **ATA Carnet:** em continuidade à internalização do Decreto nº 7545, de 2 de agosto de 2011, que promulgou a Convenção de Istambul, a qual simplifica os procedimentos para admissão temporária de mercadorias, mediante a utilização do Carnê ATA, a Receita Federal promoveu o Chamamento Público para a escolha da entidade emissora e garantidora do Carnê Ata no Brasil. Este documento assegura aos exportadores e importadores maior agilidade e simplificação de procedimentos na passagem pelas Aduanas.
- **Exame de qualificação para ajudantes de despachantes aduaneiros:** destinado a aferir a capacitação técnica destes profissionais para o exercício da profissão de despachante aduaneiro, visando a melhoria dos serviços prestados pelos Despachantes Aduaneiros a médio e longo prazos. Em 21/12/2014, foi realizado o referido exame, com mais de 450 inscritos.
- **Programa Piloto de Segurança Aduaneira da Cadeia de Suprimentos Brasil-Uruguai:** visando implementar a Iniciativa Piloto do Programa de Segurança Aduaneira da Cadeia de Suprimento de Bens entre os dois países, será construído o modelo de implementação considerado como o primeiro passo de reconhecimento mútuo dos programas de operadores econômicos dos dois países.
- **Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA):** lançado em 10/12/2014, consiste na certificação dos intervenientes da cadeia logística que representam baixo grau de risco em suas operações, tanto em termos de segurança física da carga, quanto ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras. O programa é de adesão voluntária e tem por objetivo atingir, até 2019, a meta de 50% (cinquenta por cento) das declarações de exportação e de importação registradas no Brasil por empresas certificadas como OEA e será implantado em 3 fases, descritas a seguir:
 1. **OEA Segurança:** o foco desta etapa é o fluxo de exportação. Os operadores econômicos autorizados receberão uma certificação com base no cumprimento dos requisitos de segurança definidos pelo Programa. Essa fase foi implementada em dezembro de 2014.
 2. **OEA Conformidade:** o foco é o fluxo de importação. Nesta etapa, ocorrerá a certificação dos operadores. Será baseada no cumprimento das normas e procedimentos aduaneiros, por meio da ampliação e revisão do Programa Linha Azul. Tem previsão de início para dezembro de 2015. Os operadores que optarem pela

certificação conjunta do OEA Segurança e Cumprimento serão classificados como OEA Pleno.

3. OEA Integrado: serão integrados ao Programa Brasileiro de OEA outros órgãos de Estado, como ANVISA e VIGIAGRO, visando à agilização, à simplificação e à integração dos procedimentos de controle do comércio exterior. A previsão de entrada em vigor dessa etapa é para dezembro de 2016.

A Copa do Mundo foi outro tema importante que contou com a atuação da Receita Federal, em 2014:

- Em 31/03/2014, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.461, foi publicado o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014. Esse guia, elaborado com base na Lei da Copa (Lei nº 12.350, de 2010) e em diversas normas tributárias e aduaneiras, teve por objetivo informar sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014. As orientações se destinaram às delegações estrangeiras de futebol e a entes que participaram da organização e execução dos eventos, como também aos profissionais de imprensa não residentes no Brasil que trouxeram do exterior, em suas bagagens, equipamentos profissionais para a cobertura jornalística dos eventos.
- Com o intuito de se adequar ao significativo aumento da demanda à Instituição, durante o evento, a RFB executou a Operação Copa do Mundo, que teve início efetivo no mês de maio, com a chegada de diversas cargas de equipamentos de televisão para a cobertura do evento, em vários portos e aeroportos do país. Essa operação teve seu pico de atividades na primeira semana de junho, com a chegada da maior parte das seleções estrangeiras que disputaram o mundial, e se estendeu até dias após ao final da competição, quando as equipes de televisão reexportaram os equipamentos importados, temporariamente, para cobertura do evento.
- No atendimento aos turistas estrangeiros em geral e para a importação de diversas estruturas temporárias utilizadas para a organização e realização das competições.
- Durante o evento, nos 15 aeroportos internacionais envolvidos, a Receita Federal mobilizou um contingente adicional de 232 servidores, significando 97% de incremento da força fiscalizatória, de modo a bem atender o significativo aumento da demanda de passageiros e cargas. Foram realizados 62 atendimentos às delegações esportivas estrangeiras participantes da competição por meio de operações integradas com diversos órgãos federais, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Departamento de Polícia Federal (DPF).

Outra operação realizada pela Receita Federal que também merece destaque é a Operação GOL 14, realizada em conjunto com a Organização Mundial das Aduanas (OMA), a qual teve como foco o combate à importação de produtos contrafeitos, em especial os relacionados a grandes eventos esportivos. No decorrer da operação, foram fiscalizadas mais de 200 unidades de carga nos principais portos do país e retidas, aproximadamente, 720 mil mercadorias.

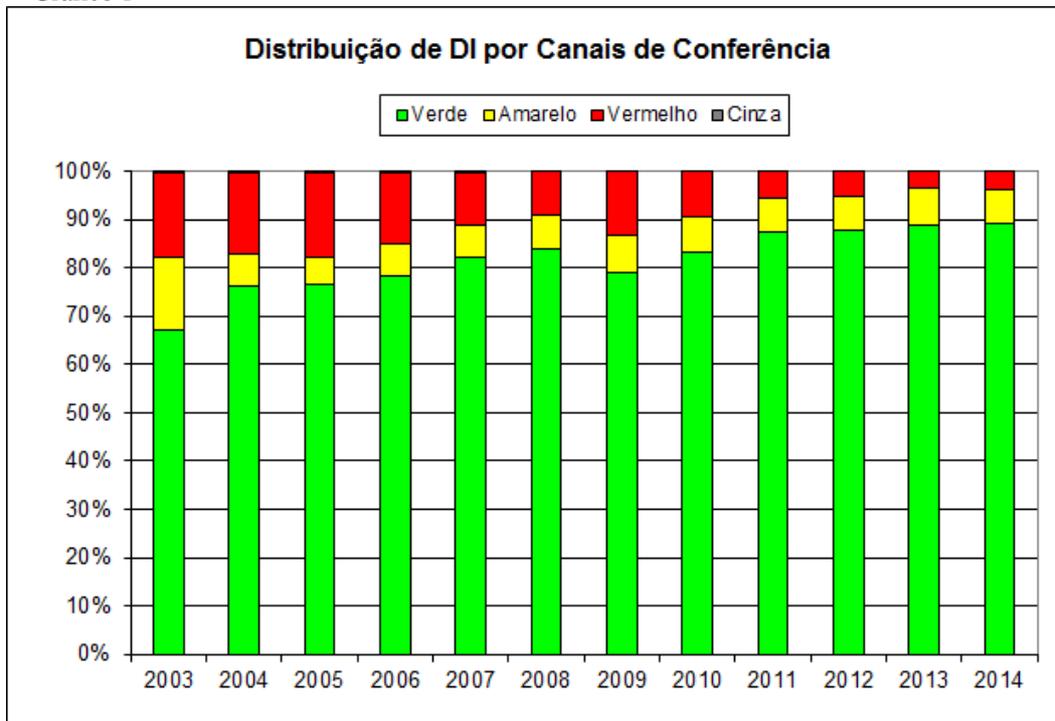
Dentre as inúmeras ações implementadas de forma conjunta e integrada entre as unidades aduaneiras de todo o Brasil, ao longo de 2014, estão:

- No âmbito do despacho aduaneiro de importação e exportação, o volume de comércio é operacionalizado por meio das declarações aduaneiras, Declarações de Importação – DI/DSI e Declarações de Exportação – DE/DSE, processadas pela Receita Federal. A aduana do Brasil desembarçou 3,89 milhões de Declarações de importação e exportação, sendo 2,51 milhões de despachos de importação e 1,38 milhão de despachos de exportação. Na importação, houve

arrecadação de receitas superior a 88 bilhões de reais, sendo que somente a atividade de gestão de risco permitiu um incremento de aproximadamente 51,3 milhões de reais aos cofres públicos. Esse número tende a aumentar, haja vista que há ações originadas em 2014 ainda em fase de execução, bem como a abertura de procedimento interno de revisão de tributos, juros e multas lançados pela fiscalização em importações anteriores.

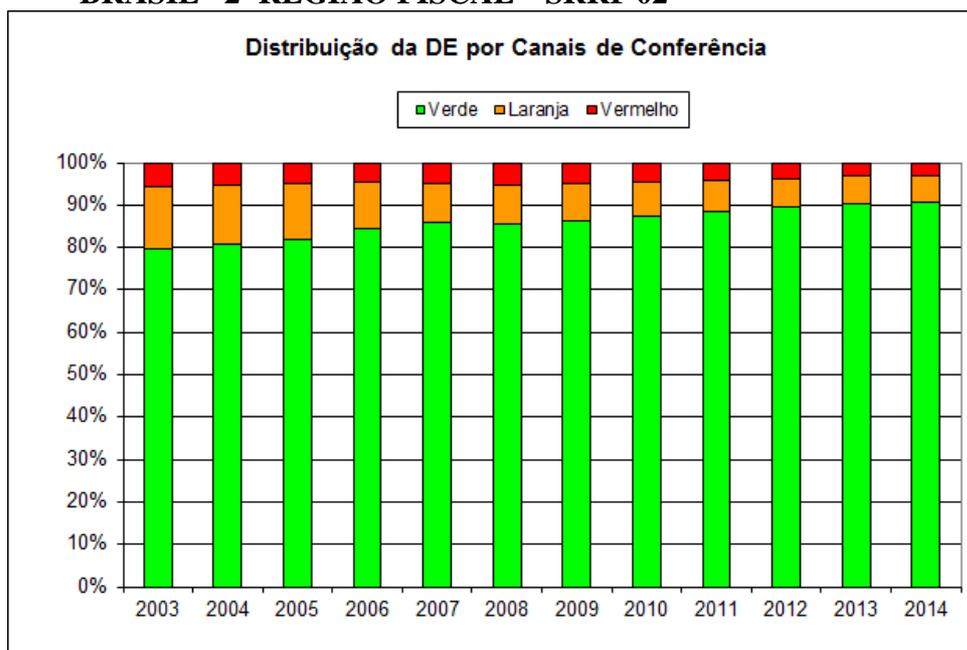
- No âmbito da atividade gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior, a análise dos últimos 12 anos mostra que a capacidade de conferência e a gestão de risco evoluíram, de forma a permitir a maior fluidez ao comércio, conforme mostram os dois gráficos seguintes e, ao mesmo tempo, a aumentar o grau de eficácia na seleção e a efetividade da atuação da RFB no combate às irregularidades nas operações de importação e exportação.

Gráfico 1



Fonte: Suari

Gráfico 2



Fonte: Suari

- Quanto às remessas expressas, os sistemas informatizados da Receita Federal apuraram um total de 1,89 milhão de remessas na importação desembaraçadas no ano, contendo 3,7 milhões de volumes. A título de informação, as remessas do tipo “documento” são, aproximadamente, 48% do total na importação. Já na exportação, o quantitativo processado no ano de 2014 foi de 1,4 milhão de volumes / remessas. Portanto, somando-se as Remessas Expressas de importação e Exportação, foram processados, pela Receita Federal, 5,1 milhões de volumes no ano de 2014.
- Já em relação ao processamento de remessas postais internacionais – RPI, a Receita Federal realizou o processamento de 21,58 milhões de remessas postais internacionais na importação, o que representa um crescimento de 3,7% em relação ao ano de 2013, conforme se pode observar na tabela abaixo.

REMESSAS POSTAIS INTERNACIONAIS NA IMPORTAÇÃO				
PERÍODO	2012	2013	2014	VAR % 2014/2013
Fiscalização de Remessas Postais Internacionais	14.418.127	20.819.642	21.589.601	3,7%

- No controle de bens de viajantes, um total de 20,23 milhões de passageiros circularam pelos aeroportos internacionais brasileiros, quantidade 2,2% superior à de 2013 (19,79 milhões). Este total indica que mais de 55 mil passageiros/dia se deslocaram pelas unidades da Receita Federal em aeroportos internacionais no ano de 2014.

Tendo em vista o elevado crescimento do tráfego aéreo internacional e a realização de grandes eventos esportivos internacionais no País, a Receita Federal tem planejado e executado investimentos com o objetivo de adequar os seus serviços aos padrões internacionais de agilidade e segurança. Entre as principais iniciativas da RFB na conjuntura apresentada, merecem destaque as que aperfeiçoam o controle aduaneiro de viajantes:

A Receita Federal disponibilizou para download a nova versão do App Viajantes da Receita Federal, na qual os viajantes têm acesso ao módulo da forma off-line da e-DBV, ou seja, na qual a declaração de bens poderá ser preenchida, em smartphones ou tablets, sem a necessidade de conexão com a internet. Dessa forma, os passageiros podem preencher os dados da declaração e calcular o imposto devido durante o voo. A conexão com a internet será necessária apenas na hora de transmitir a declaração à Receita Federal. Até o final do ano de 2014 foram realizadas, por meio da Declaração eletrônica de Bens de Viajantes (e-DBV), cerca de 32 mil declarações, tendo o valor dos bens declarados ultrapassado R\$ 2,4 bilhões.

Quadro 3.4: Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios

Macroprocesso Finalístico	Segurança Jurídica e Solução de Litígios				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Formular propostas de legislação tributária. - Julgar recursos administrativos fiscais. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sutri (Cocaj, Cosit e DRJ). - Superintendências Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demandas, propostas, estudos, análises. - Processos administrativos e judiciais. - Informações armazenadas em sistemas. - Legislações diversas, julgados, consultas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos. - Órgãos da administração pública. - Pessoas jurídicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de proposta de Legislação Tributária. - Julgamento dos recursos Administrativos fiscais em Primeira instância. - Acompanhamento do Julgamento de processos Administrativos e judiciais. - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação Tributária e aduaneira. - Formulação de atos normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - PGFN. - CARF. - Ministro da Fazenda. - Presidência da República. - Organismos Internacionais

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

A Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), composta pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), pela Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj) e pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), atua majoritariamente no Macroprocesso “Segurança Jurídica e Solução de Litígio”. Esse Macroprocesso é composto pelo conjunto de quatro processos de trabalho, os quais serão descritos a seguir, considerando os principais resultados de 2014:

Processo: Formular Propostas de Legislação Tributária e Aduaneira:

Este processo consiste em três atividades realizadas na Sutri, no âmbito da Cosit, conforme abaixo.

1) Formulação de Atos Legais e Decretos

Quanto a elaboração das minutas de atos legais e minutas de Decretos que regulamentam as matérias tributárias e aduaneiras, foram elaboradas Medidas Provisórias, Projetos de Lei e

Decretos Regulamentares do Poder Executivo. No ano de 2014, os principais atos elaborados foram:

- Medida Provisória nº 651/2014, que dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sob a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, entre outros, convertida na Lei nº 13.043/2014.
- Medida Provisória nº 656/2014, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, entre outros.
- Lei nº 12.973/2014, que dispõe sobre a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

2) Atualização dos Regulamentos da legislação tributária e aduaneira

Dentre as atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal de competência da RFB, ressalta-se o avanço dos trabalhos relativos ao Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação (RPC), do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi) e do Custeio da Previdência Social (RCPS), que se encontram em fase final de revisão na RFB.

Por sua vez, a minuta que atualiza o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (Repaf) encontra-se sob análise da PGFN, enquanto as minutas do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e do Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido já se encontram na Casa Civil da Presidência da República.

3) Análise de emendas

Foram analisadas 17 medidas provisórias, com um total de 855 emendas, e foram emitidas 381 Notas Cosit, dedicadas em sua grande maioria a analisar propostas legislativas oriundas do Congresso Nacional e estudos/proposições encaminhadas por entidades governamentais, sociais e empresariais.

Processo: Julgar recursos administrativos fiscais:

O processo Julgar Recursos Administrativos Fiscais é composto por quatro etapas, cujos resultados são apresentados a seguir:

1) Triar e classificar processo administrativo fiscal

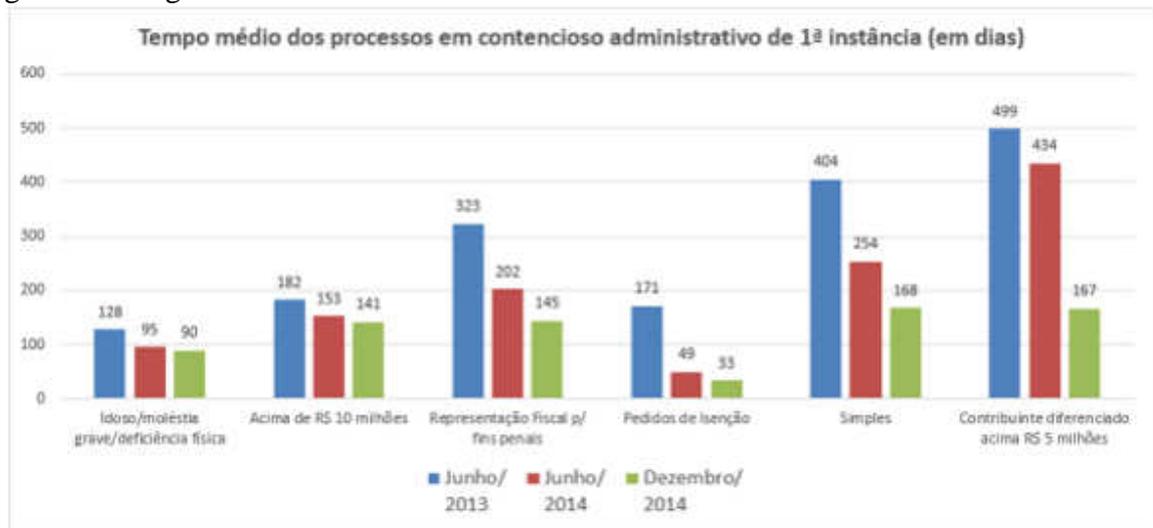
O fluxo médio mensal de entrada nas DRJ é de aproximadamente 9.700 processos, que passam por uma triagem e recebem o grau de complexidade, por meio do qual se estima a quantidade de horas necessárias para que o processo seja julgado. Dos 116.000 processos que ingressaram nas DRJ em 2014, praticamente todos eles foram triados e classificados, restando, em dezembro deste ano apenas 954 processos pendentes de classificação. No entanto, cabe ressaltar que o fluxo médio diário de entrada é de aproximadamente 380 processos, o que justifica um resíduo de processos ainda não triados e classificados no final do ano.

2) Administrar e distribuir processo administrativo fiscal

- De acordo com o art. 9º da Portaria MF nº 341, de 12 de julho de 2011, a Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial realizou três distribuições principais, nos meses de abril, agosto e dezembro, de 2014, totalizando 60.657 processos. Intercaladas a estas distribuições principais, ocorreram distribuições complementares, que totalizaram 10.469 processos. Somando-se as distribuições principais com as complementares, o montante de processos distribuídos foi de 71.126 processos.

São utilizados diversos critérios para seleção de processos, entre eles o perfil dos julgadores, os motivos de prioridades estabelecidos na legislação, a semelhança e conexão de matérias, a capacidade de julgamento das DRJ e a competência material. Ademais, são distribuídos processos com matérias similares para que sejam julgados em lote, elevando-se a produtividade das DRJ. Um aspecto também sempre considerado nessa atividade é a redução do tempo médio de julgamento de processos no contencioso administrativo de 1ª instância, principalmente dos processos prioritários e a equalização do acervo entre os tributos e motivos de prioridade.

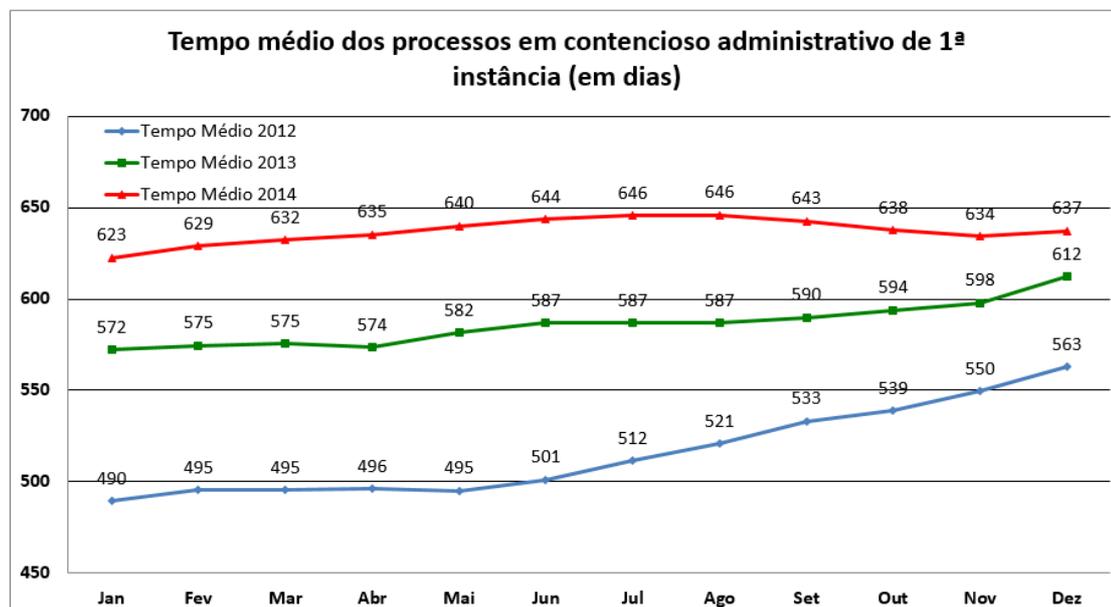
A evolução no tempo médio de julgamento dos processos prioritários, definidos na Portaria RFB nº 999, de 19 de julho de 2013, desde a implantação do programa de Gestão Virtual do Acervo de Processos Administrativos Fiscais em Contencioso Administrativo de Primeira Instância, em agosto de 2013, pela Portaria RFB nº 453, de 2013, pode ser verificada nos gráficos a seguir.



Também como decorrência da implantação programa de Gestão Virtual do Acervo de Processos Administrativos Fiscais em Contencioso Administrativo de Primeira Instância, pode-se destacar a inversão na curva representativa do acervo de processos aguardando julgamento, que apresentara comportamento ascendente até agosto de 2013, quando o número chegou perto de 215 mil processos, para comportamento descendente em dezembro de 2014, com 203.252 processos, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Em relação ao tempo médio de permanência dos processos em contencioso administrativo de 1ª instância, após uma constante curva ascendente, apresentou estabilidade em agosto de 2014, com inversão na tendência da curva nos meses seguintes. Tal resultado positivo é consequência do esforço e da dedicação do corpo funcional das DRJ no âmbito do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1ª instância.



- Sistema e-Defesa (Projeto Institucional): Considerando a constante necessidade de melhoria na produtividade do julgamento de processos e no incremento de instrumentos de gestão, foram investidas horas na homologação da primeira entrega do sistema e-Defesa (antigo Sistema Requerimentos), concluída em 2014. Referida entrega visa a facilitar a elaboração da Solicitação de Revisão de Lançamento (SRL) e da impugnação do lançamento emitidos pela Malha IRPF.

O sistema relaciona eletronicamente as infrações lançadas, com opção para geração do DARF para pagamento integral ou contestação dos valores. No caso de contestação, o contribuinte pode escolher um ou mais motivos entre os elencados ou, ainda, redigir seu próprio texto. O sistema também pode ser utilizado para responder a uma intimação ou para solicitar a

antecipação da análise da declaração para os contribuintes que ficaram retidos em malha mas ainda não foram intimados. O sistema entra em produção em janeiro de 2015, em substituição ao sistema "Requerimentos", aplicativo disponível no Portal IRPF.

As alegações selecionadas pelos contribuintes ficarão armazenadas no banco de dados do sistema e serão utilizadas para seleção de processos com características semelhantes e distribuição às DRJ. Iniciado com os lançamentos da Malha IRPF, futuramente o sistema será utilizado também para facilitar o pagamento ou a contestação de lançamentos decorrentes de outras malhas trabalhadas pela Receita Federal (SCC, Malha ITR, Malha IRPJ, exclusões ou termos de indeferimento do Simples e multas lançadas eletronicamente).

Além do tempo despedido na homologação da 1ª entrega do sistema, foram realizadas várias reuniões de especificação da 2ª entrega do sistema a qual permitirá a utilização dos dados coletados com a 1ª entrega para realização de triagem de processos, que será operacionalizada por meio de aplicação de filtros que permitirão a formação de lotes e a seleção de processos a serem distribuídos às DRJ de maneira mais produtiva. Na 2ª entrega será também avaliado, por meio de relatórios gerenciais, a adesão dos requerimentos e o índice de litigância, por infração, como forma de retroalimentação da Instituição e conseqüente tomada de decisão quanto aos seus processos de trabalho. Nessa linha, insere-se também a avaliação do julgamento de processos em lote, medida que será facilitada pelo sistema e que apresenta enorme potencial para aumento de produtividade.

3) Julgar processos administrativos fiscais.

- As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) julgaram em 2014 mais de 84 mil processos, entre lançamentos de créditos tributários e pedidos de ressarcimento, de restituição, de reembolso e de compensação. Em termos de valor, esses processos envolveram aproximadamente R\$ 126 bilhões, o que representou um aumento de 29,5% em relação a 2013.
- Em 1º de outubro de 2014, foi implantada a experiência-piloto do Teletrabalho na atividade de análise e julgamento de processos administrativos fiscais em cinco Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ). São elas: DRJ Brasília, DRJ Fortaleza, DRJ Rio de Janeiro, DRJ Salvador e DRJ São Paulo. A experiência terá duração de 12 meses, findo a qual será realizada avaliação dos efeitos e resultados alcançados e emitido parecer sobre a efetivação ou não do Teletrabalho na unidade. No 1º trimestre da experiência-piloto, os resultados alcançados foram muito positivos, com um ganho de produtividade igual a 23%, comparando-se com os resultados alcançados pelos mesmos julgadores no ano de 2013. O Teletrabalho consiste na realização de atividades, tarefas e atribuições fora das dependências físicas das unidades administrativas da RFB, pelos integrantes da Carreira de Auditoria da RFB, mediante a implantação do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. A experiência-piloto do Teletrabalho foi regulamentada pela Portaria RFB nº 947, de 20 de abril de 2012, que relaciona as atividades autorizadas a participar da experiência onde seja possível a mensuração objetiva do desempenho do servidor.

Processo: Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais:

Nesse processo se realiza o acompanhamento dos julgamentos de processos administrativos e judiciais. Em 2014, foram mapeados os subprocessos cujos resultados apresentamos abaixo:

1) Acompanhar julgamento de processos relevantes no CARF e na CSRF

- Foram acompanhadas presencialmente 54 sessões de julgamento do Conselho Administrativo Fiscal (CARF) e da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), assim distribuídas: CARF - 32 sessões, sendo 1ª Seção: 10 sessões, 2ª Seção: 11 sessões e 3ª Seção: 11 sessões. CSRF - 21 sessões, sendo 1ª Turma: 7 sessões, 2ª Turma: 7 sessões e 3ª Turma: 7 sessões. Além disso, acompanhou-se a sessão o Pleno realizada em dezembro de 2014. Desse acompanhamento, já foram divulgados 38 boletins com a jurisprudência administrativa. Os demais boletins estão em fase de elaboração ou revisão.
- Além do acompanhamento presencial, foi realizado um levantamento dos 100 processos de maior valor pendentes de julgamento no CARF e identificados entre eles os que possuíam jurisprudência favorável a Fazenda Nacional, para os quais solicitou-se prioridade no julgamento.
- Foi elaborada mensalmente planilha com os processos acima de R\$ 100 milhões pautados no CARF e elaborada estatística com a quantidade e percentuais de processos efetivamente julgados com decisão de mérito, com decisão de mérito favorável à RFB, desfavorável à RFB e parcialmente favorável à RFB.

2) Elaborar proposta de súmula do contencioso administrativo

- Foram propostos 16 enunciados de súmulas para apreciação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em consonância com os arts. 72 e 73 de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009.
- Foi elaborada Nota de manifestação da RFB sobre os 20 enunciados de súmulas selecionados pelo CARF para apreciação pelo Pleno.

3) Identificar entendimentos divergentes no contencioso

- Formado grupo de trabalho para analisar entendimentos divergentes sobre temas relacionados ao IRPJ/CSLL.
- Elaborados estudos para identificação dos argumentos das correntes interpretativas sobre os temas divergentes considerados mais relevantes.
- Realizada reunião e elaboradas propostas de solução para as divergências selecionadas.

4) Acompanhar e divulgar a jurisprudência vinculante em matéria Tributária e Aduaneira

- Foram fornecidas informações atualizadas na *intranet* da RFB sobre os atos e súmulas dotados de efeitos vinculantes em relação às atividades da RFB, quais sejam:
 - Atualização e divulgação da relação consolidada de Atos Declaratórios da PGFN, emitidos na forma do inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522/2002, com a redação dada pela Lei nº 12.844/2013;
 - Atualização e divulgação da relação de Súmulas Vinculantes do STF previstas no art. 103-A da Constituição Federal;
 - Divulgação das Notas Explicativas elaboradas pela PGFN emitidas com fundamento na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2014, que regulamenta os incisos IV e V do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19/7/2002, com redação dada pela Lei nº 12.844. Além de terem sido divulgadas na *intranet*, tais Notas Explicativas também foram divulgadas na *internet* da RFB.

5) Consolidar e divulgar relações consolidadas de súmulas não vinculantes do STF e STJ.

- Foram atualizados os controles internos e dado conhecimento ao público interno da RFB, via *intranet*, de súmulas não vinculantes editadas pelo STJ que tratam de matéria tributária de interesse da RFB e das súmulas do CARF.

6) Realizar estudos de jurisprudência.

- Foram elaboradas diversas Notas com a evolução da jurisprudência administrativa e judicial sobre assuntos específicos demandados.
Além das Notas, foram realizados estudos e pesquisas a respeito da evolução da jurisprudência sobre diversos temas.

7) Manter atualizadas relações de Recursos Extraordinários com Repercussão Geral e de Recursos Especiais Repetitivos.

- Houve a consolidação, divulgação e atualização, na *intranet* da RFB, do rol de matérias decididas sob o rito dos arts. 543-B (repercussão geral) e 543-C (recursos repetitivos) do Código de Processo Civil (CPC), nas quais a PGFN não irá mais contestar/recorrer, por meio de relações consolidadas de recursos extraordinários com repercussão geral e de recursos especiais repetitivos, julgados e pendentes de julgamento, nas quais constam *links* para as Notas Explicativas elaboradas pela PGFN (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2014) nos casos que vinculam a RFB.
- Também foi providenciado o levantamento de Mandados de Segurança cadastrados no Sistema de Controle de Ações Judiciais (Sicaj) relativos a temas nos quais a Fazenda Nacional obteve êxito nos Tribunais Superiores (STF e STJ), nos julgamentos submetidos aos ritos dos arts. 543-B e 543-C do CPC, a fim de agilizar a realização do crédito tributário.

8) Verificar a reprodução, pelo CAREF, das decisões do STF e do STJ.

- Foram verificados, nos Boletins de Decisões Administrativas elaborados pela Cocaj/Ccoad/Diaja, se foram relatados casos de julgamentos em que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) tenha aplicado o art. 62-A de seu Regimento Interno. Referido dispositivo determina que sejam reproduzidas pelos Conselheiros, no julgamento de recursos no âmbito do CAREF, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF e pelo STJ em matéria infraconstitucional, nas sistemáticas previstas pelos arts. 543-B (repercussão geral) e 543-C (recursos especiais repetitivos) do CPC.

9) Acompanhar e divulgar decisões judiciais relevantes em matéria tributária e aduaneira.

- Foi realizado o acompanhamento dos principais andamentos de processos de interesse da RFB com vistas ao provimento de informações ao público interno sobre as principais decisões em matéria tributária e aduaneira.
- Foram elaboradas, acompanhadas e atualizadas, semanalmente, relações de processos que tratam de matéria de interesse da RFB pautados para julgamentos pelo STF e pelo STJ.
- Foram divulgadas, diariamente, notícias extraídas da mídia sobre o contencioso judicial tributário. Foram enviadas matérias à Divisão Nacional de Acompanhamento Especial Judicial e Estratégia de Defesa da PGFN, para avaliação acerca da possibilidade de acompanhamento especial nacional e elaboração de defesa mínima sobre a questão. Nos casos em que foram elaboradas defesas mínimas e/ou apontamentos pela PGFN, foi providenciada a respectiva divulgação na *intranet* da RFB e no Sistema de Controle de Ações Judiciais (Sicaj).
- Foi feito o acompanhamento de, aproximadamente, 50 sessões de julgamento do Plenário do STF com o objetivo de divulgar incontinenti, via *intranet* da RFB e correio eletrônico, o resultado do julgamento de processos que trataram de matérias de interesse da RFB, em especial recursos extraordinários com repercussão geral (art. 543-B do CPC) e Ações Diretas de Inconstitucionalidade/Ações Declaratórias de Constitucionalidade.

10) Elaborar Boletim de Decisões Judiciais.

- Foram elaborados e divulgados internamente (via correio eletrônico e *intranet* da RFB) 10 (dez) Boletins de Decisões Judiciais, nos quais constaram resenhas sobre as principais decisões judiciais proferidas, em especial, pelos Tribunais Superiores (STF e STJ). Cada Boletim com, aproximadamente, 30 resenhas de decisões.

11) Elaborar Relatório Estatístico de Mandados de Segurança.

- Foram elaborados 12 Relatórios Estatísticos de Mandados de Segurança, contendo a quantidade de mandados de segurança cadastrados no Sicaj, com ênfase nos temas de maior incidência, bem como a tendência atualizada da jurisprudência judicial relativa a esses temas. Os Relatórios Estatísticos de Mandados de Segurança foram divulgados por correio eletrônico aos interessados e disponibilizados na *intranet* da RFB.
- Houve a preparação para a homologação do Sicaj-Web: projeto de migração do Sicaj para a plataforma *web*, que tem como objetivos o aperfeiçoamento da comunicação institucional, melhorias de performance e o desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema.

12) Atender demandas por informações sobre Mandados de Segurança.

- Foram encaminhadas informações prestadas em mandados de segurança cadastradas no Sicaj, como contribuição na prestação de subsídios à PGFN, para subsidiar a defesa da Fazenda Nacional.

13) Acompanhar e analisar a produtividade das DRJ.

- Foi levantada e analisada, mensalmente, a produtividade das DRJ e divulgada no Painel do Contencioso Administrativo.

14) Atender a demandas diversas.

- Foram atendidas demandas relacionadas com informações do acervo de processos em contencioso administrativo de 1ª e 2ª instâncias e com a identificação dos motivos de exoneração do crédito tributário.

15) Acompanhar e analisar o acervo do contencioso administrativo de 1ª e 2ª instâncias.

- Foram elaborados levantamentos detalhados para verificar o perfil dos processos existentes nas DRJ, com o objetivo de identificar processos antigos sem julgamento, visto que, no âmbito da gestão virtual do acervo, as DRJ recebem processos para julgamento em determinado período, conforme o planejamento das distribuições. Nesse contexto, também foram identificados os motivos de prioridade dos processos, com a finalidade de apontar os processos prioritários que ainda estavam pendentes de julgamento e cuja temporalidade estava elevada. Os levantamentos foram encaminhados às DRJ para que os processos fossem julgados tempestivamente.
- Foram realizados levantamentos com o objetivo de identificar processos que foram encaminhados às Regiões Fiscais, pelas DRJ, para o atendimento de Diligência. O escopo do levantamento foi delimitado para processos com as seguintes características:
 - Processos com valor acima de R\$ 10 milhões em diligência há mais de 90 dias;
 - Processos com valor abaixo de R\$ 10 milhões em diligência há mais de 360 dias.
- As informações foram enviadas às respectivas Superintendências das Regiões Fiscais, para agilizar o cumprimento das diligências solicitadas.
- Foi apurado, mensalmente, o fluxo de entrada e de saída (por julgamento) de processos das DRJ e acompanhada a temporalidade geral e por tipo de prioridade dos processos.

- Foi analisado o perfil do acervo de processos pendentes de distribuição para as DRJ, por tributo e por tipo de prioridade e classificados em processos com potencial ou não para julgamento em lote. O perfil do acervo determinou a distribuição de processos às DRJ realizada em 2014, de competência da Cocaj.
- Foi feito levantamento para identificar os processos de maior valor no CARF, para análise dos temas em litígio na segunda instância e acompanhamento do seu julgamento.

Processo: Formular atos interpretativos e normativos:

Em 2014 foram mapeados os subprocessos Solucionar Consultas Externas e Solucionar Recurso ou Representação de Divergência e avançou-se no mapeamento dos subprocessos Solucionar Consultas Internas, Formular Atos Normativos e Formular Atos Interpretativos, os quais têm conclusão prevista para o início de 2015.

Abaixo estão descritos os principais resultados do processo de acordo com as suas três principais atividades:

1) Realizar soluções de consultas.

- No estoque inicial de 2014 havia 1.081 consultas, tendo sido protocoladas mais 2.286 no decorrer do ano. Desse total, foram solucionadas pelas Disits/Cosit e revisadas pela Cosit 2.164 consultas.
- Em relação às consultas internas, ao estoque inicial de 88 consultas somaram-se 43 novas consultas, tendo sido solucionadas 53 no decorrer do ano.

2) Formular atos normativos.

Em 2014, a Cosit, juntamente com suas unidades técnicas, participou da elaboração de 33 (trinta e três) Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:

- IN RFB nº 1445 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do IRPF do exercício de 2014.
- IN RFB nº 1.483 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural do exercício de 2014.
- IN RFB nº 1.493 - Disciplina a Lei nº 12.973/2014 no tocante aos procedimentos contábeis e tributários relativos a ajustes a valor presente e avaliação a valor justo Além disso, a Instrução Normativa permite a criação de subcontas em 1º de janeiro do 2015 para as pessoas jurídicas optantes pela aplicação das regras previstas na Lei nº 12.973/2014 para o ano calendário de 2014. Com isso, todas as pessoas jurídicas, optantes ou não pelas novas regras trazidas pela Lei nº 12.973/2014, devem constituir as subcontas da adoção inicial na mesma data.
- IN RFB nº 1.500 - Dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.
- IN RFB nº 1.515 - Em caráter geral, atualizou e consolidou diversas normas infralegais que do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, especialmente no tocante tratamento a ser dispensado às recentes alterações legislativas, sobretudo as da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Foi a primeira grande alteração na normatização do IRPJ desde 1997. O ato absorveu o texto da IN RFB nº 1.493/2014, permitindo sua revogação juntamente como as Instruções Normativas SRF nº 93/1997 e nº 104/1998, que tratavam, respectivamente, da apuração do IRPJ e da CSLL e da apuração do Lucro Presumido com base no regime de caixa.
- IN RFB nº 1.520 - Dispõe sobre a tributação de lucros auferidos no exterior pelas pessoas jurídicas domiciliadas no País.

- IN RFB nº 1.523 - Altera a IN RFB nº 1.436, de 2013, que dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.
- IN RFB nº 1.529 - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.
- IN RFB nº 1.530 - Regulamenta os critérios de transparência fiscal que devem ser obedecidos de acordo com a Portaria MF nº 488, de 2014.
- IN RFB nº 1.531 e IN RFB nº 1.503 – Dispõe sobre o IRRF e carnê leão
- IN RFB nº 1.537 - Altera dispositivo da IN RFB nº 907, de 2009, o qual trata do cálculo de IOF sobre operações de crédito.

3) Realizar interpretação da legislação.

Foram editados 11 (onze) Pareceres Normativos, dentre os quais destacam-se:

- Parecer Normativo RFB nº 7, que revogou o ADN Cosit nº 3, de 1996, e passou a disciplinar de forma mais detalhada e abrangente a questão da concomitância entre processo administrativo fiscal e processo judicial com o mesmo objeto.
- Parecer Normativo RFB nº 8, que consolidou e disciplinou a revisão de ofício de lançamento e de débito confessado, a revisão de despacho decisório que não homologou compensação, e a recorribilidade na execução de julgado administrativo.
- Parecer Normativo RFB nº 9, que tratou da apuração do IRPJ na operação de permuta de imóveis com ou sem recebimento de torna, realizada por pessoa jurídica que apura o imposto sobre a renda com base no lucro presumido.
- Parecer Normativo nº 11, que uniformizou o entendimento na RFB sobre o prazo prescricional para apresentar declaração de compensação de crédito decorrente de ação judicial e ratificou a importância da habilitação prévia desse crédito.

Quadro 3.5: Macroprocesso Interação com a Sociedade

Macroprocesso Finalístico	Interação com a Sociedade				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Coaf e Cocad). - Ascom. - Ouvidoria. - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - gestões. - reclamações. - Ofícios. - Pesquisas de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas. - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara. - Unidades da Receita Federal. - Empresas. - Pontos de venda. - FGV. - Gestores de conteúdo da internet das unidades da RFB. - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros. - Administração da RFB. - Todas as unidades da RFB. - Empresa de clipping. - Produtora de vídeo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos contribuintes. - Alimentação e manutenção do cadastro. - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet. - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições. - Atividades de ouvidoria. - Comunicação externa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade. - Contribuintes. - Servidores. - Órgãos públicos. - Outros entes federados. - Imprensa / jornalistas.

		<ul style="list-style-type: none"> - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB. - Notícias do dia relativas à RFB. 	- Secom/PR.		
--	--	--	-------------	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

Processo: Desenvolver Moral Tributária:

Esse processo possui dois campos de atuação:

1. Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiem as atividades dos servidores e da Administração Tributária e Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;

2. Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras.

A Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) atua nas seguintes atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da Instituição e da sociedade; e,
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2014, o foco das ações de educação fiscal promovidas pela RFB esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira. Ao longo do ano, foram realizados 11.355 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade superior à de 2013 (10.026).

No mesmo sentido, o programa de visitação às unidades aduaneiras, conhecido como “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”, demonstrou, mais uma vez, ser um exemplo de sucesso no alinhamento das ações de educação fiscal aos objetivos estratégicos da Instituição. Ocorrido em 18 de novembro de 2014, no qual foram recebidos, em 48 unidades, mais de 1.800 visitantes.

Outro Projeto significativo é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que tem por objetivo difundir conhecimento, prestar auxílio fiscal e contábil a pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes e proporcionar aprendizado a graduados de cursos ligados à área fiscal. O NAF é o resultado de parcerias entre a Receita Federal e universidades públicas e privadas interessadas nessa atividade de

extensão acadêmica. Esse Projeto teve continuidade em 2014 com destaque para a expansão das unidades devido à criação de 21 NAFs, totalizando 50 no Brasil. Dentre as novas unidades e, como fruto da cooperação técnica entre a RFB e o Eurosocial, foram implementados NAF no México, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Além disso, foi iniciado o processo de implantação no Chile, Bolívia, Peru, El Salvador e Equador.

As principais atividades da Coaef relacionadas com a Memória da Receita Federal são concursos, publicações, exposições e projetos. Para a RFB, recuperar a história de um órgão público significa prestar às gerações que se antecederam o reconhecimento pelo trabalho executado, incentivando os contemporâneos no desenvolvimento atual de suas atribuições e legando às gerações futuras a ciência dos caminhos percorridos, sucessos e aprendizados no cumprimento do serviço público.

No âmbito do Projeto Recuperação e Registro da Memória Institucional, foi realizada a 5ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da RFB e, também, foram publicados e distribuídos, a todas as Regiões Fiscais, dois livros, que registram a história do imposto de renda e do fisco no Brasil.

Enquanto o livro “Receita Federal – História da Administração Tributária no Brasil” mostra a evolução do órgão arrecadador no país desde sua origem, o livro “História do Imposto de Renda no Brasil, um enfoque da Pessoa Física (1922-2013)” conta a história do imposto de renda no Brasil desde 1922, incluindo a legislação, as reformas e os avanços concernentes ao Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil.

Processo: Prestar Orientação e Atendimento:

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem, tanto o cumprimento, como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Durante o ano de 2014, a fim de atender com qualidade o volume de solicitações presenciais e não presenciais, foi dado andamento aos seguintes projetos: Modernização do Atendimento Presencial; Novo Portal de Atendimento ao Contribuinte; Visão Integrada do Atendimento (VIA); Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana; e Modelo de Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3.

As medidas adotadas em 2014 que contribuíram para a execução desses projetos foram:

- Entrada em vigor da Instrução Normativa nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento e que vem dar maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação.
- A implantação da Declaração e Informações sobre Obras (Diso) por meio da Internet trouxe a simplificação da regularização de obras junto à Receita Federal, agilizando o atendimento, com redução significativa do tempo de atendimento do serviço, diminuição da quantidade de documentos a serem apresentados ao órgão, além da redução do número de contribuintes em nossas Unidades.
- Publicação da Instrução Normativa nº 1.511, de 6 de novembro de 2014 que, dispondo sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, trouxe um importante avanço na simplificação da baixa da inscrição no CNPJ, facilitando a obtenção do serviço pelo contribuinte e simplificando o atendimento prestado pela Receita Federal.
- Publicação da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, com a qual foi alcançada a unificação das certidões negativas que fazem prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive as contribuições previdenciárias, trazendo maior simplificação e facilidade

na obtenção do serviço pelos contribuintes e, ao mesmo tempo, redução de custos para a Administração Tributária.

Os Resultados de 2014 podem ser observados no quadro a seguir, que mostra, também, o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2013.

	Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte	Número de Atendimentos	
		2013	2014
1	Atendimento Presencial	20.008.077	18.353.967
2	Tempo Médio de Espera	10m e 42s	10m e 59s
3	e-CAC	78.779.798	106.980.633
4	CPF em Conveniadas	10.635.817	10.941.506
5	Atendimento Telefônico	11.185.503	9.311.782
6	TME15	86,70%	85,29%
7	Autoatendimento Orientado	203.678	883.901
	Total (soma das linhas 1,3,4,5 e 7)	120.812.873	146.471.789

Fonte: Coaef

Na comparação entre 2013 e 2014, os dados mostram que houve um aumento de 21,14% no número de atendimentos prestados, passando de 120.812.873 atendimentos em 2013, para 146.471.789 atendimentos em 2014.

O atendimento eletrônico teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2014, foram mais de 106 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número é 5,8 vezes maior que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, que foi de 18,3 milhões.

No mesmo sentido e, como resultado do esforço da RFB em ampliar o acesso do contribuinte ao atendimento não presencial, verifica-se que, em 2013, comparando-se apenas o atendimento presencial com o atendimento prestado por meio do Portal e-CAC, 74,7% do atendimento foi realizado pelo canal remoto. Já em 2014, 82,9% do atendimento foi realizado pelo Portal e-CAC.

É importante salientar que o volume de serviços prestados de maneira eletrônica tende a aumentar ainda mais, já que a RFB tem investido, intensamente, no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Um exemplo é o desenvolvimento, em 2014, do “app atendimento”, um aplicativo que vai possibilitar, ainda nos primeiros meses de 2015, que o contribuinte agende o seu serviço e, ainda, realize a avaliação do atendimento prestado pela RFB.

Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade

Devido a sua finalidade, jurisdição e complexidade, a RFB é uma Instituição que necessita atuar de forma ampla e diversa com os seus diferentes públicos ou clientes (contribuintes, servidores, órgãos públicos, outros entes federados e imprensa/jornalistas). Em decorrência disso, a RFB atua nesse processo, principalmente, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Receita Federal (Ascom) e da Ouvidoria.

A Ascom tem implementado diversas iniciativas a fim de melhor divulgar as ações da RFB e fortalecer a imagem da Instituição.

Já no âmbito da Ouvidoria, a atuação pode ocorrer por meio da Ouvidoria da Unidade Central, bem como de forma centralizada ou descentralizada nas Regiões Fiscais, a fim de receber, tratar e responder as mensagens encaminhadas pelos cidadãos e, a partir disso, manter e buscar a qualidade nos serviços prestados à Sociedade.

As principais ações implementadas por essas áreas para o alcance de resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade, serão descritas a seguir.

A Ascom realizou, no âmbito de suas competências, durante o ano de 2014, as seguintes iniciativas:

- **Internet:** O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil, onde o contribuinte pode encontrar enorme gama de informações e serviços. Para facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio, reformulando o leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Agora, o sítio da RFB na Internet está mais atraente e melhor organizado e em conformidade com o padrão IDG (Identidade Digital de Governo). A nova forma de gestão do conteúdo passa a ser descentralizada, o que permite maior agilidade na alimentação das informações das diversas unidades da RFB que servem de insumos para o Sítio.
- **Sítio Operação Fronteira Blindada:** localizado dentro do sítio da RFB na Internet, o blog Operação Fronteira Blindada divulga, em tempo real, notícias de combate permanente a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas, sobretudo nas regiões de fronteira. As informações são inseridas pelas equipes que atuam diretamente na área de repressão aos ilícitos.
- **Facebook:** em 09/12/2014, a Receita Federal ingressou no Facebook, atualmente a maior rede social do mundo, com o objetivo de ficar mais próxima do cidadão. A página da RFB no Facebook é mais um canal de divulgação dessa Instituição. As regras de uso deixam claro que não se trata de um canal de atendimento ao contribuinte. Por meio dessa rede social, a Receita Federal pretende estabelecer laços menos formais no relacionamento com o contribuinte Pessoa Física por meio da disseminação de campanhas, dicas e mensagens de interesse oriundas da administração.
- **Campanhas Publicitárias de Utilidade Pública:** em 2014 houve duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a “IRPF 2014” e a “Aduana da Receita Federal”, realizadas por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e veiculadas através da internet, rádio, televisão e revistas. Voltando a fazer anúncios na mídia depois de muitos anos, a RFB demonstra preocupação em prestar informações ao contribuinte e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem da nossa Instituição junto à opinião pública.

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade a iniciativas anteriormente implementadas que contribuem para o alcance dos resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade. São elas:

- **Revista Fato Gerador:** a Revista Fato Gerador contribui para a produção e a divulgação de informações de interesse da mídia e da sociedade. Está disponível em formato impresso e eletrônico e publica o resultado semestral das ações fiscais, dos projetos estratégicos e do balanço dos principais fatos que envolveram a RFB no período a partir de contribuições de todas as áreas da Instituição. Para os administradores do Órgão, a revista representa material de consulta prático, atualizado e útil no contato com a imprensa e com os outros órgãos. Para os servidores, permite acompanhar ações das diferentes áreas, proporcionando uma visão integrada da RFB. Para a sociedade, o caderno possibilita que a Receita preste contas das suas atribuições legais.
- **Relatório Anual de Atividades Receita Federal 2013:** foi o primeiro relatório, criado para atender ao Princípio da Transparência e divulgar as realizações da Instituição que nem sempre chegam ao conhecimento do grande público, como aquelas decorrentes dos seus processos internos. Ao dar visibilidade a projetos como de Tecnologia da Informação ou de Gestão de Pessoas, a RFB facilita a troca de experiências com outras administrações tributárias e órgãos

públicos e a busca constante pelas melhores práticas na administração pública. Esse Relatório foi publicado em 2014 também serve como um registro histórico para que, no futuro, seja possível acompanhar a evolução dos processos de trabalho da Instituição. Tal como a Revista Fato Gerador, o Relatório de Atividades recebe as contribuições vindas de todos os setores da Receita Federal.

- **Identidade Visual da RFB:** para gerir a sua identidade visual, a Receita padronizou a forma de utilização da sua marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações e uniformes são alguns dos itens padronizados com o propósito de fortalecer a imagem da Instituição por meio do reforço da identidade visual institucional. As unidades podem se orientar a respeito do uso da marca da RFB por meio de consulta às instruções e definições a respeito contidas no Manual de Identidade Visual da RFB, que é atualizado sempre que necessário.
- **Atendimento à Imprensa:** o serviço de atendimento à Imprensa da RFB encaminha as demandas da imprensa por notícias relacionada às unidades pertinentes, prestando, igualmente, suporte e assessoria às áreas técnicas na elaboração das suas ações de esclarecimentos para a imprensa e demais públicos acerca de atos e fatos protagonizados pela RFB ou dos quais ela faça parte.
- **Acompanhamento da Mídia - Clipping de Notícias:** a RFB faz o acompanhamento da mídia através de clipping diário de notícias, enviado pelo sistema de correio eletrônico - "Notes" - aos seus funcionários com informações provenientes das notícias dos jornais de circulação nacional e regional, que se referem, direta ou indiretamente, à RFB. Esse mecanismo permite que os funcionários conheçam o que se passa na imprensa a respeito da Instituição.
- **TV Receita:** a TV Receita divulga vídeos institucionais, especiais e programas jornalísticos, nos quais os temas relevantes e de interesse do servidor são tratados em entrevistas, debates e reportagens. Há, ainda, transmissão de eventos ao vivo, que são gravados para veiculação no mesmo dia ou posteriormente. A TV Receita objetiva tornar a divulgação institucional mais atraente e dinâmica, de modo a contribuir para maior integração do órgão. Em 2014, foi efetuada a contratação de uma produtora de vídeo, aumentando, significativamente, a capacidade de produção da TV Receita. Os assuntos tratados se originam de colaborações e iniciativas nascidas nas unidades da Instituição.
- **Youtube:** No canal da TV Receita no Youtube, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Instituição que foram produzidas e veiculadas pela imprensa. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Outra atuante nesse processo é a Ouvidoria da RFB, a qual representa um canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, na busca pela contínua melhoria dos serviços prestados. Nesse sentido, a partir do recebimento das mensagens dos seus usuários-cidadãos, ela coordena as atividades de exame, encaminhamento para as áreas responsáveis pelo conteúdo das mensagens, respostas e soluções das demandas.

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 78.924 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 6.577 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 22% em relação ao ano de 2013. Dessas mensagens recebidas, 79% foram respondidas dentro do mês de recebimento.

- Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:
 - 622 Elogios.
 - 610 Sugestões.
 - 1.927 Solicitações diversas.

-17.137 Pedidos de Informação.

-55.865 Reclamações.

Além disso, a Ouvidoria realizou as seguintes iniciativas:

- Mais de 20 atuações da Ouvidoria na área de Tecnologia da Informação, demandando manutenção reparativa e/ou evolutiva nos sistemas disponibilizados para os cidadãos.
- Sucessivas intervenções nos serviços de agendamento e de atendimento presencial das unidades da RFB, que melhoraram esses serviços.
- Esforço desenvolvido, nas alfândegas (sobretudo em Curitiba), juntamente com os Correios, para agilizar as entregas das mercadorias adquiridas no exterior e submetidas ao Regime Simplificado de Tributação. A previsão é de um novo sistema entrar em operação no segundo semestre de 2015;
- As Unidades de Salvador/BA e Fortaleza/CE adotaram medidas que diminuíram as insatisfações dos contribuintes, relativas à demora no julgamento de processos.
- Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens

A gestão de cadastros da RFB constitui importante elo da Administração Pública com a coletividade e representa a infraestrutura dos processos de trabalho da Instituição por administrar, disciplinar e monitorar o acesso e o fornecimento de informações dos cadastros das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e de informações previdenciárias, bem como realizar estudos, projetos e articulação institucional, interna e externa, na sua área de competência.

As informações cadastrais custodiadas pela Receita Federal seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

O gerenciamento das atividades de cadastro está baseado nos seguintes preceitos: autenticidade, integridade, disponibilidade e sigilo, atributos que garantem a confiabilidade e grande interesse no intercâmbio de informações.

A Suara, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (Cocad), trabalha para acompanhar a evolução das modernas e integradas soluções tecnológicas, de modo que possa ofertar serviços compatíveis com os novos padrões de eficiência traçados para a Administração Pública, estabelecendo interoperabilidade com os demais poderes, esferas do governo e com a sociedade em geral.

Principais atividades do processo:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação.
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica.
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo.
- Apoiar a administração de riscos.

As principais realizações nos sistemas e base de dados atuais de cada tipo de cadastro, realizadas ao longo de 2014, foram:

a) – CNPJ:

- Fevereiro: foi disponibilizado aos contribuintes o aplicativo CNPJ para dispositivos móveis.
- Abril: foi concluído o mapeamento de todas as inscrições no CNPJ que integram a Administração Pública Direta e Indireta, sendo criada funcionalidade que permite consultar qual a inscrição principal de cada Ente Federativo, assim como as inscrições a ele vinculadas. Além disso, foram implementadas melhorias nos processos de inscrição no CNPJ via Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários.
- Junho: foi criado na base CNPJ o campo DPV – Data do Primeiro Vínculo, sendo o mesmo povoado, inicialmente, com informações da base de dados da Dataprev. Foram também atualizadas a tabela de Naturezas Jurídicas no CNPJ e a Instrução Normativa que rege esse Cadastro.
- Segundo semestre: entrega do DW CNPJ, importante ferramenta gerencial para a tomada de decisões. Também, foi concluída a integração do CNPJ com o novo sistema de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE), assim como também foi disponibilizada, no sítio da RFB, uma lista com o CNPJ dos Entes Federativos, solicitação feita pelos órgãos de controle em reunião da ENCCLA.
- Final do ano: descontinuidade do aplicativo de coleta offline do CNPJ. A partir de então, os contribuintes passam a utilizar, exclusivamente, a versão online do sistema. Foram concluídos estudos para expandir o identificador do CNPJ, tendo em vista que há algumas pessoas jurídicas na iminência de extrapolar o limite de 9.999 estabelecimentos permitidos pela estrutura atual.

b) - CPF:

- O banco de dados do cadastro CPF, gerenciado pela RFB, armazena informações cadastrais de contribuintes obrigados à inscrição no CPF ou de cidadãos que se inscreveram voluntariamente. As iniciativas e ações visam priorizar a ampliação dos canais de atendimento gratuitos, o saneamento da base CPF, as integrações com outras bases de dados e o aperfeiçoamento dos processos.
- Dentre essas ações, encontram-se os projetos Novo CPF, construção do DW CPF, depuração do cadastro CPF, implementação e aumento da rede de atendimento através de convênios, aperfeiçoamento do atendimento online aos conveniados, otimização do serviço de atendimento CPF aos residentes no exterior, aperfeiçoamento e implementação dos serviços prestados através do sítio da RFB e implementação de sistemática de atendimento CPF para investidores não residentes pela CVM.

Além da sustentação dos processos de trabalho de gestão de cadastros, foram executados planos de projetos que integram o Programa de Integração dos Cadastros Fiscais (CadFisc). Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa, que é composto de 8 (oito) projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. O programa prevê, como resultado, a integração de todos os temas de cadastros com agregação de atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de ser, respectivamente, o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Os 8 projetos que compõem o Programa são:

- Pessoa Jurídica: Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física: Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF).
- Imóveis: Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras.

São apresentadas, abaixo, as realizações relevantes no período com relação aos projetos do Programa CadFisc:

a) - PIN – REDESIM:

O Projeto de Integração Nacional - Redesim - alcançou excelente resultado no ano de 2014, entregando cinco serviços webservice que inauguraram a plataforma tecnológica para funcionamento do Sistema Integrador Nacional, a cargo da RFB, conforme Resolução nº 25, do Comitê Gestor da Redesim. Estes cinco serviços compõem a etapa de conectividade ou etapa de curtíssimo prazo deste projeto estratégico. Ao final do ano, foi atingida a conexão com vinte e duas (22) unidades federativas: AL, AM, AP, BA, CE, ES, MG, GO, MT, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO.

Os serviços implementados no âmbito do projeto estão dentro dos parâmetros e padrões de desenvolvimento no modelo de integração preconizado pela Lei nº 11.598, de 2007. As entregas permitiram melhorias significativas no processo de registro e legalização de pessoas jurídicas, contribuindo para o avanço no compartilhamento e equivalência das informações com os órgãos de registro, garantindo o intercâmbio de informações. Tais ações deram início ao processo de simplificação e integração de procedimentos que impactam o objetivo maior do projeto: contribuir para a melhoria do ambiente de negócios do país.

b) - Novo CNPJ:

Em dezembro de 2013, foi alocada a equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto. Do trabalho conjunto das equipes foi elaborada a documentação na qual se observa a estratégia de desenvolvimento de 4 produtos distintos que comporão o Novo CNPJ, quais sejam: CNPJ-PROCESSAMENTO, CNPJ-CONSULTA, CNPJ-COLETA e CNPJ-REGRA.

Até dezembro, as equipes trabalharam na especificação dos produtos CNPJ-REGRA e CNPJ-COLETA, tendo sido desenvolvido a primeira versão do protótipo do CNPJ-REGRA. A construção do CNPJ-COLETA será iniciada em janeiro de 2015.

c) - Novo CPF:

O projeto do Novo CPF tem o propósito de implantar um novo cadastro de Pessoa Física que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com outros órgãos cadastrais, em especial com órgãos de registro civil e identificação, bem como a inclusão de novos atributos que permitam conhecer o perfil integral do contribuinte.

O projeto desenvolverá dois produtos principais de Tecnologia da Informação: o Sistema Nacional de Informações Cadastrais da Pessoa Física (Sincad PF) e o Portal de Cadastros RFB. O Sincad PF será um repositório nacional de informações registrais, biométricas e cadastrais da pessoa física e o Portal de Cadastros, que já tem um protótipo desenvolvido pelo Serpro, será a interface gráfica, na suíte de aplicativos, por meio da qual a informação cadastral será disponibilizada a usuários da Receita Federal.

Integrado aos demais cadastros corporativos, como o CNPJ, CAEPF, CNO e SINTER, será também a ferramenta de gestão do processo de trabalho “Gerir Cadastros de Pessoas e Bens” e do sistema Sincad PF.

O Sincad PF está em fase de avaliação pelo Gabinete RFB, para fins de aprovação e negociação com os órgãos de registro civil e identificação, com previsão de implementação de sua primeira versão em 2015.

O Portal de Cadastros teve uma primeira entrega (protótipo) no 2º semestre de 2014 e previsão de implementação para o CPF no primeiro semestre de 2015.

O projeto Novo CPF impacta de maneira expressiva o objetivo de conhecer o perfil integral dos contribuintes e o fortalecimento das relações institucionais, pela integração de informações cadastrais, agregando em base nacional de pessoas físicas com informações do registro civil e de identificação biométrica. Da mesma forma a integração cadastral aprimora e amplia os serviços prestados à sociedade, desburocratizando o processo de registro, identificação e cadastro civil das pessoas físicas; eleva a percepção de risco e presença fiscal e aumenta a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário, pois a integração cadastral com outros órgãos uniformiza as informações e potencializa o poder fiscalizatório de todos os órgãos.

d) - SINTER:

Em junho de 2014, foi entregue a Minuta do Decreto de Regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico e instituição do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER) com a respectiva Exposição de Motivos. A Minuta obteve parecer favorável da PGFN e seguiu para análise do Ministério da Justiça. Em dezembro de 2014, foi assinada pelo MF e inserida no SIDOF, sistema da Casa Civil, onde se encontra atualmente.

Foram iniciados os trabalhos de elaboração do Manual Operacional do Sistema de Registro Eletrônico com o Grupo de Trabalho 2 (GT2). Já estão elaboradas a especificação de mais de 160 espécies de Títulos Eletrônicos, a Matrícula Eletrônica de Imóveis, Extrato Eletrônico e Certidões Eletrônicas. Outros dois GTs seguem em paralelo – GT3 do Sistema Financeiro, modelando a interação do Sistema Financeiro com o Registro Eletrônico – e o GT4 de Garantia do Crédito Tributário, onde estão sendo modelados o novo macroprocesso de garantia do crédito fazendo a interação do Conprovi com o SINTER e as Centrais de Registro Eletrônico. Foi feita a pré-especificação da estruturação da Declaração de Bens do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e criação de uma Declaração de Bens Simplificada no IRPJ visando o cruzamento de dados com o SINTER.

e) - CNIR:

No ano de 2014, foi concluída a modelagem de processos do CNIR. Foram analisados os fluxos de processos atuais relativos a inscrição, alterações e baixa do Cafir. Em paralelo, foram examinados os processos de certificação de imóveis e as atividades dos atores envolvidos: detentor do imóvel, profissional credenciado, técnicos do Inbra e registradores de imóveis. A compreensão clara dos processos e dos atores facilitou a construção do modelo futuro de cadastro representado pelo CNIR.

Dentre as premissas do modelo cumpre destacar: prestação da informação uma única vez pelo detentor do imóvel ou seu representante, compartilhamento das informações entre todos os órgãos produtores e usuários de informações sobre o meio rural brasileiro, atendendo ao princípio da interoperabilidade, consolidado pela política do Governo Eletrônico (e-Governo), integração cadastro-registro, integração das informações gráficas e literais.

Considerando a amplitude do Projeto CNIR, foram constituídos os Grupos Técnicos, para cumprimento de ações específicas:

- Portal Cadastro Rural - será o meio pelo qual os diversos entes envolvidos consultam e atualizam as informações relacionadas aos imóveis rurais do país. A primeira versão do Portal foi homologada em dezembro/2014 e permite o acesso a conteúdos informativos e acesso a serviços por meio de redirecionamento.

- Batimento das bases Cafir/SNCR - essa ação visa conciliar os dados cadastrais entre as bases existentes na RFB e no Inbra, fundamentalmente o Cadastro de Imóveis Rurais-Cafir na RFB e o

Sistema Nacional de Cadastro Rural no Incra. Os dois cadastros tratam o mesmo objeto, no entanto não existe até o momento nenhuma integração, tampouco qualquer processo de aproveitamento recíproco das informações contidas. O SNCR abrange atributos de interesse fiscal não contemplados no Cafir como as relações jurídicas dos imóveis, dados detalhados de utilização e dos detentores. Estabelecer essa correlação dos dois cadastros trará ganhos inequívocos à RFB em todas as atividades de gestão que utilizam dados de patrimônio do contribuinte. Na modelagem foi definida como atividade prioritária a vinculação entre os imóveis constantes no Cafir e no SNCR, utilizando para tanto a DITR/2015, na qual o responsável pelo imóvel deverá efetuar a vinculação.

- DW Imóvel Rural - no período sob análise foi desenvolvido o primeiro módulo do DW- Imóvel Rural. Essa primeira versão utilizou como base o DW- Siga ITR, que tinha enfoque de fiscalização e não de cadastro. Sua estrutura cumpre fundamentalmente o papel de extração de dados agregados.

- Levantamento e propostas de alterações do Marco Legal - o grupo de trabalho (GT) foi constituído com as seguintes prerrogativas de levantamento de leis e normas vigentes que condicionam o Projeto: identificação dos marcos legais que necessitam adequação às propostas do Projeto e elaboração das propostas de minutas de alteração do marco legal que viabilizem a implantação das diversas etapas do Projeto. O primeiro relatório do GT – Legislação, identificou leis, decretos, portarias e instruções normativas que tratam de imóveis rurais, assinalando aqueles que impactam ou não o CNIR, o Cafir e o SNCR.

f) - CAEPF:

A Divisão de Cadastro Previdenciário Dicap/Cocad foi responsável pelo desenvolvimento do Aplicativo CAEPF, produto do Projeto Matrícula CEI – Ajustes nos cadastros da RFB. Esse projeto faz parte do Programa de Unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários (PUC) que implantará o eSocial, a DCTF Web e outros sistemas e procedimentos que permitirão o tratamento unificado dos créditos sob a gestão da RFB.

O Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF), substituirá o Cadastro Específico do INSS (CEI) referente às matrículas referentes ao contribuinte individual, ao produtor rural e ao segurado especial e será responsável por registrar as atividades econômicas exercidas pela pessoa física.

Durante o ano de 2014 foram desenvolvidas as seguintes atividades para a implantação do Aplicativo CAEPF:

- Homologação do aplicativo concluída (aplicativo pronto para entrar em produção).
- Homologação da integração dos sistemas CPF – Cadastro de Pessoa Física e CAEPF concluída.
- Revisão da Instrução Normativa.
- Elaborado o e-manual do aplicativo (encontra-se na página dos e-Manuais aguardando publicação).
- Elaborada e publicada a Portaria de Perfil para acesso ao sistema.
- Definição e capacitação da equipe de servidores da RFB para atender as dúvidas relatadas ao CAEPF no sistema Suporte Web.
- Página do CAEPF no sítio da RFB elaborada.

g) - CNO:

O CNO substituirá o CEI – Cadastro Específico do INSS referente às matrículas de obras de construção civil e será responsável pelo registro das obras vinculadas às pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, que constituem fato gerador das contribuições previdenciárias.

Em 2014, também foi conduzida a consolidação do Programa de Reestruturação dos Cadastros da RFB:

- Apropriação de quase 200.000 títulos de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas;

- No início do ano, a Receita Federal do Brasil, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), disponibilizou o segundo módulo do sistema de atendimento de inscrição no CPF para residentes no exterior. No ano de 2013, o serviço ficou restrito a algumas representações diplomáticas e o atendimento era prestado somente para estrangeiros; na entrega desse segundo módulo tornou-se viável o atendimento de todos os brasileiros residentes no exterior;
- Foi homologado o DW CPF e uma primeira versão será entregue no início de 2015. O DW permitirá a geração de relatórios que subsidiarão decisões gerenciais em âmbito local, regional e nacional, além disso, possibilitará a identificação de inconsistências cadastrais em grande escala;
- Em agosto, foi realizada a Operação Alter Ego. Essa ação, realizada em conjunto com a Polícia Federal, desarticulou quadrilha especializada em fraudes no CPF.

Além do exposto acima, outra iniciativa, em 2014, foi a análise de outros modelos internacionais de cadastros de contribuintes. Uma vez que os atuais cadastros cumprem somente a função de identificar e localizar os contribuintes, verificou-se a necessidade de reestruturação desses cadastros para que, além dessas funções, cumpram as seguintes:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração no gerenciamento de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Cenário Externo – Implementação do RIC e Impactos:

O Registro de Identidade Civil (RIC) foi instituído pela Lei 9.454/1997. Foi criado um Comitê Gestor para o projeto RIC, entretanto, questões básicas ainda carecem de definição, tais como:

- a) haverá suporte documental e certificado digital, ou não;
- b) tipo de coleta biométrica – íris, impressão digital etc;
- c) recursos para financiar o projeto, estimado em 6,5 bilhões;
- d) administração do sistema – se será de competência do Ministério da Justiça, da Polícia Federal ou de outro órgão.

Algumas soluções de contorno tem surgido nas diferentes esferas de governo: estados, como BA, DF e RJ, tem implementado melhorias em seus processos de Registro Geral (RG) – similar aos do RIC, todavia, elas não se comunicam entre si; o TSE implementou coleta de dados biométricos do eleitor e, também, criou grupo de trabalho para estudar a viabilidade de o TSE criar o Registro de Identidade Civil; o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou a carteira de trabalho informatizada e o cartão de identificação do trabalhador, o Ministério da Previdência, por sua vez, estuda a possibilidade de coletar dados biométricos de pessoas que recebem benefícios do governo.

As ações desses órgãos buscam mitigar as fraudes que ocorrem em seus processos por conta da identificação ineficiente da pessoa física. Nesse sentido, a RFB busca integrar o CPF com os dados do Registro Geral (RG), da Certidão de Nascimento/Casamento, do RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) e da CTPS (Carteira de Trabalho), com vistas a obter a identificação inequívoca do contribuinte. Essa integração pretendida pelo CPF, inclusive, seria a primeira entrega do projeto RIC, todavia, isso não foi possível pois as articulações entre os integrantes do Comitê Gestor do RIC não avançaram e, em particular, as com os Institutos de Identificação dos Estados.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

Vale pontuar que o RIC, quando implementado, proporcionará salto qualitativo para os processos da RFB, tais como: a) ampliação do atendimento a distância com segurança, b) fim do processo de inscrição do contribuinte por meio do atendimento presencial e c) redução drástica de fraudes relacionadas ao processo de identificação da pessoa física.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2º REGIÃO
FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O Subitem anteriormente marcado como “2.2 – Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da Unidade Jurisdicionada” não fará parte do Relatório de Gestão das Superintendências Regionais, pois a administração da unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

2.1. Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui 8 instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

1- Núcleo Estratégico da SRRF02:

Quanto à estratégia, na RFB não há uma estrutura formal de governança. No entanto, com a finalidade de analisar se os resultados da região estão sendo alcançados, a SRRF02 avalia e acompanha as Iniciativas Estratégicas, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE). A RAE realizada na SRRF02 é organizada pelo Gabinete do Superintendente, com apoio da Assessoria de Planejamento (Aspav), seguindo o modelo da RAE Nacional, organizada pelo Gabinete do Secretário e áreas de apoio.

As Reuniões são realizadas trimestralmente e têm o objetivo de monitorar a execução da estratégia e, avaliar, analisar e definir mudanças de rumos a serem adotadas, caso sejam necessárias. Antes das reuniões, a Aspav avalia os resultados obtidos a partir dos desempenhos estratégicos do respectivo período, identificando, assim, os objetos que merecem uma avaliação e análise mais minuciosa. Desse modo, a RAE contribui para a boa governança da RFB, na medida que subsidia os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Estratégia Institucional.

2- Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT):

Quanto ao controle interno, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma unidade de auditoria interna responsável pelas iniciativas de proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; de coordenação e execução de atividades de auditoria interna e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas; e de proposição de políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB.

3- Ouvidoria Interna da RFB

Quanto à Ouvidoria, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma estrutura de Ouvidoria Interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades, no âmbito da RFB.

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidora-geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As 5 formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes – Cac; e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas da RFB. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Como resultado do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens, são elaborados os relatórios de informações gerenciais, encaminhados ao respectivo gestor.

4- Sistema de Correição (Corregedoria da RFB):

A Corregedoria da RFB (Coger), foi instituída pelo Decreto nº 2.331, de 01/10/1997, com a finalidade de supervisionar, coordenar, executar, controlar e acompanhar todas as atividades correcionais no âmbito da RFB. Ela é uma das Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário da RFB, com sede na cidade de Brasília, sem subordinação hierárquica às Superintendências Regionais, portanto. Além da sede, ela é composta por 10 (dez) Escritórios de Corregedoria (Escor), localizados nas capitais das sedes das Regiões Fiscais da RFB, e de um Núcleo de Corregedoria (Nucor), localizado em Manaus, vinculado ao Gabinete do Corregedor.

5- Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB):

A Comissão de Ética Pública da Seccional da RFB foi constituída pela Portaria RFB nº 3262, de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de cumprir o previsto no Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, além de exercer as competências previstas no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, (CEP) e nas demais normas pertinentes à matéria.

De acordo com o Regimento Interno da CEPS-RFB, aprovado pela Portaria RFB nº 3693 de 28 de novembro de 2011, essa Comissão tem como atribuições: atuar como instância consultiva do Secretário e dos servidores da RFB; aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; representar a RFB na Rede de Ética do Poder Executivo Federal;

supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal; comunicar à CEPS situações que possam configurar descumprimento de suas normas; aplicar o código de ética ou de conduta próprio; orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor; responder consultas que lhes forem dirigidas; receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento das normas éticas; instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; convocar servidor e convidar outras pessoas a prestar informação; requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da Federação ou de outros Poderes da República; aplicar a penalidade de censura ética a servidor e encaminhar cópia do ato à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da RFB, podendo, ainda, adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP); dentre outras.

A CEPS-RFB atua nos casos envolvendo os agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública da Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF), nos termos do art. 3º da Portaria MF nº 39, de 18 de fevereiro de 2008.

6- Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB):

Foi instituído pela Portaria RFB nº 1286, de 10 de setembro de 2013 e tem por finalidade subsidiar a formulação das políticas tributária e aduaneira, em consonância com as demais políticas institucionais.

O Comitê tem como atribuições: promover discussões institucionais sobre temas tributários e aduaneiros, com a finalidade de analisar, propor ou recomendar ajustes na legislação tributária e aduaneira federal; coordenar reuniões institucionais com a participação de organismos e entidades representativas dos diversos setores econômicos, que apresentam propostas ou recomendações para as políticas tributária e aduaneira; instituir e supervisionar Grupos de Estudos Temáticos (GET); gerenciar o encaminhamento das propostas e recomendações às instâncias decisórias; bem como o acompanhamento da tramitação das medidas no processo legislativo.

A Portaria RFB nº 1286/2013 institui, também, a Secretaria Executiva do CPTA, com a finalidade de administrar o funcionamento do Comitê, sistematizar e documentar seus trabalhos.

7- Comitê de Execução Orçamentária da RFB:

Quanto às Finanças Públicas, o planejamento, a transparência, a prevenção de riscos e a correção de desvios estão entre os pressupostos da gestão fiscal responsável, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais pressupostos visam preservar o equilíbrio das contas públicas, de forma a controlar o endividamento público.

Com a finalidade de assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução do orçamento da RFB, em consonância com os objetivos estratégicos institucionais, foi instituído pela Portaria RFB nº 1970, de 18 de novembro de 2014 o Comitê de Execução Orçamentária da RFB.

O Comitê tem como atribuições: assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução orçamentária do órgão, acompanhar a execução orçamentária e examinar e manifestar-se sobre pedidos de alteração dos referenciais orçamentários estabelecidos. Esses pedidos referem-se aos recursos associados a Iniciativas Estratégicas, conforme definidas em ato específico do Secretário, e aos tipos de despesas de relevante interesse, conforme definidos em ato específico do Subsecretário de Gestão Corporativa.

As deliberações do Comitê são qualificadas como Resoluções, de caráter orientativo, e numeradas sequencialmente, por ano.

8- Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB):

O atual CTSI da RFB foi instituído pela Portaria RFB nº 229, de 26 de fevereiro de 2013, com a finalidade de deliberar sobre diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, alinhando-os aos objetivos estratégicos institucionais.

De acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria RFB nº 230, de 26 de fevereiro de 2013, o CTSI da RFB tem como atribuições: estabelecer as políticas e diretrizes gerais de tecnologia e segurança da informação, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais; aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); definir prioridades na execução dos planos e projetos relacionados à tecnologia e segurança da informação, observado o portfólio de projetos estratégicos da RFB; e aprovar as políticas e diretrizes gerais do plano de ações e investimentos para a área de tecnologia e segurança da informação.

As deliberações do Comitê são qualificadas como: Resoluções (caráter normativo e orientativo); Decisões (determinam procedimentos a serem adotados pelos membros do Comitê e pela Secretaria Executiva); e Comunicados (informam as atividades e eventos relacionados ao Comitê).

2.3. Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos

O preenchimento do Quadro Avaliação do Sistema de Controles da UJ é o resultado da análise qualitativa por parte do Gabinete da SRRF02, notadamente o Superintendente Regional, gestor desta unidade, e seus Superintendentes Adjuntos, representando sua percepção holística sobre os processos e sua visão crítica. Considerando a natureza das atividades finalísticas desenvolvidas pela RFB - auditoria fiscal e o perfil exigido do seu quadro técnico, por tradição, o “Ambiente de Controle” é um dos elementos que demanda especial atenção da Alta Administração e da maioria dos servidores da instituição, principalmente no que diz respeito a temas como: formalidade, definição de objetivos, hierarquia, padronização de procedimentos, normatização de atos, segurança da informação e retidão de conduta.

Com relação à “Avaliação de Riscos”, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, seus planos de ação e projetos são precedidos de criteriosos estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, ainda que esta ainda não esteja amparada por uma metodologia uniforme (à exceção da avaliação de riscos de projetos estratégicos, cuja metodologia está descrita em manual aprovado pelo Secretário, sendo utilizada sistematicamente na etapa de planejamento). Seguindo os princípios e diretrizes estipuladas pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, a RFB instituiu sua Política de Gestão de Riscos, com a edição a Portaria nº 2.027, de 17/08/2012. Com esta iniciativa, aliada à estruturação e à capacitação de uma rede de gerenciamento de riscos, espera-se que a cultura e a metodologia de gestão de riscos sejam efetivamente padronizadas, disseminadas e implementadas internamente na Instituição.

Ano a ano, a RFB vem aprimorando os seus “Procedimentos de Controle”, com ênfase para as ações preventivas, tais como: padronização de procedimentos, manualização de rotinas, controle de acesso a sistemas e informações, capacitação de servidores, divulgação de boas práticas, informatização de documentos e processos, mapeamento de processos, implementação da gestão de riscos, melhoria da comunicação interna, entre outras. Na área de detecção, podemos citar: o trabalho da corregedoria e da área de pesquisa e investigação, a atuação da auditoria interna, as ações de acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno e a atuação da ouvidoria.

Quadro 4: Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica e comentários relevantes:					
<ul style="list-style-type: none"> Item 16 - A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos. 					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 3: Relacionamento com a Sociedade

(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão (subitem 3.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois tanto a elaboração quanto a divulgação da Carta de Serviços em sítio eletrônico são de responsabilidade do Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre os resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão (subitem 3.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois nesta Região Fiscal não foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços. Essas pesquisas, normalmente, são decididas e realizadas pelo Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.1 Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.

Canais de Acesso do Cidadão

1. Sobre a Ouvidoria da Receita Federal:

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF. As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria das Unidades Centrais trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

Na 2ª Região Fiscal, a Ouvidoria conta com representantes em todas as unidades sub-regionais. Para reforçar a disposição do cidadão a fazer uso do canal, há a diretriz para que em todas as unidades de atendimento seja afixado um *banner*, incentivando o contribuinte a formalizar suas manifestações à RFB via Ouvidoria.

2. Forma de recepção das mensagens:

As mensagens são postadas pelos cidadãos na ouvidoria, por intermédio de:

- a) Portal da ouvidoria na internet: <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>;
- b) *Call center* da ouvidoria, que atende pelo número 080.702.1111;
- c) Correspondências, fax;
- d) Formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes – Cac;
- e) Pessoalmente.

3. Tratamento das mensagens:

- a) As denúncias relativas a sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização, enquanto que as referentes a desvios de conduta de servidor são enviadas à Corregedoria;
- b) Pedidos de informação normalmente são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central;
- c) Elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis, para conhecimento e providências. As reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento;
- d) Cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos;
- e) O prazo máximo para resposta é de até trinta dias.

4. Atividade da ouvidoria na 2ª RF em 2014.

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas na Ouvidoria da Receita na 2ª Região Fiscal e repassadas às Ouvidorias Regionais 1.129 mensagens, conforme quadro abaixo, sendo que 28 deixaram de ser respondidas no próprio exercício, representando 2% do total de mensagens.

Gerencial das atividades da Ouvidoria da RFB na 2ª RF em 2014

Unidades	Mensagens Repassadas no ano de 2014												Mensagens respondidas	Mensagens pendentes	%	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				Total
ALF/AEG	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	2	2	7	6	1	86%
ALF/AIB	0	3	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6	6	0	100%
ALF/BEL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	1	1	50%
ALF/MNS	0	1	0	1	0	0	0	2	3	0	2	2	11	7	4	64%
DRF/BEL	19	15	11	19	16	11	18	18	16	13	14	19	189	185	4	98%
DRF/BVA	3	3	3	5	1	2	1	1	3	0	0	1	23	22	1	96%
DRF/JPR	8	15	12	8	8	4	8	5	7	10	11	5	101	97	4	96%
DRF/MBA	5	3	4	7	12	3	7	7	5	8	19	5	85	85	0	100%
DRF/MCA	1	3	6	0	5	0	1	3	4	2	3	3	31	29	2	94%
DRF/MNS	28	28	27	19	23	18	30	24	30	14	19	27	287	284	3	99%
DRF/PVO	5	4	6	5	7	5	13	21	12	6	1	8	93	90	3	97%
DRF/RBO	1	0	3	2	1	2	4	4	5	1	2	1	26	25	1	96%
DRF/SAN	0	0	3	1	2	3	2	2	1	0	0	5	19	15	4	79%
SRRF02	17	24	23	24	21	15	18	14	13	31	23	26	249	249	0	100%
Total	87	99	98	92	98	63	105	101	100	85	97	104	1129	1101	28	98%

Fonte: SisOuvidor3.

5. Estatísticas Nacionais relativas a 2014:

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 78.924 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 6.577 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 22% em relação ao ano de 2013. Setenta e nove por cento das mensagens recebidas foram respondidas dentro do mês de recebimento.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:

- 622 Elogios;
- 610 Sugestões;
- 1.927 Solicitações diversas;
- 17.137 Pedidos de Informação;
- 55.865 Reclamações.

6. Informações gerenciais:

Os relatórios relativos à Ouvidoria são elaborados pelos Representantes Regionais da Ouvidoria de cada Superintendência e pelo Ouvidor da Receita Federal e encaminhados ao superior imediato na Unidade e às áreas de interesse.

O relatório do Ouvidor-Geral é encaminhado ao Secretário da Receita Federal e às áreas de interesse e publicado na Intranet da Instituição.

7. Soluções aplicadas:

Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal, em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

3.3. Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada

Em 2013, pela segunda vez, uma pesquisa de imagem e satisfação com o atendimento da RFB foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o intuito de avaliar o atendimento prestado pela Receita Federal aos contribuintes e a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações a fim de subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico. Abaixo, apresentamos os principais resultados da pesquisa referentes ao atendimento da RFB.

3.3.1. Avaliação do Atendimento nas Unidades de Atendimento Presencial:

- De modo geral, o atendimento presencial foi bem avaliado por 70% dos entrevistados, enquanto apenas 7% não fizeram uma boa avaliação. Em 2010, somavam 65% os que ficaram satisfeitos com o atendimento e 12% os insatisfeitos.
- A satisfação com a rapidez do atendimento cresceu de 52%, em 2010, para 64%, em 2014.
- A satisfação com a “Cortesia e educação” cresceu de 68%, em 2010, para 77%, em 2014.
- A satisfação com o “Tempo de espera para ser atendido” cresceu de 43%, em 2010, para 58%, em 2014.
- A satisfação com a “Capacidade dos funcionários” cresceu de 68%, em 2010, para 74%, em 2014.
- A “Confiança de que o serviço solicitado foi feito corretamente” cresceu de 72%, em 2010, para 76%, em 2014.
- A satisfação entre o “Atendimento esperado X recebido” reduziu de 71%, em 2010, para 70%, em 2014.
- Sobre a evolução do atendimento presencial, 55% dos entrevistados apontam sua melhora. Para 11%, os serviços pioraram.

3.3.2. Avaliação do Atendimento via Internet:

- De modo geral, o atendimento via Internet é bem avaliado. É considerado bom ou ótimo por 73% (contra 79% de 2010) dos entrevistados. Somente 2% avaliam-no negativamente.
- Em relação aos nove aspectos relacionados à página da RFB na Internet, quase todos (exceção de um) os resultados pioraram se comparados à pesquisa de 2010¹:
 - Disposição na página inicial - passou de 79% para 74%;
 - Quantidade de informações e serviços - passou de 78% para 66%;
 - Facilidade de navegação - passou de 72% para 66%;
 - Facilidade de compreensão das informações - passou de 66% para 67%;
 - Facilidade no uso de aplicativos - passou de 70% para 63%;
 - Velocidade - passou de 67% para 59%;
 - Informações do serviço Fale Conosco - passou de 67% para 65%;
 - Disponibilidade dos serviços - passou de 79% para 67%; e
 - Adequação do conteúdo - passou de 77% para 68%.

3.3.3 Avaliação Geral da RFB:

- 57% (contra 56% de 2010) avaliam com conceito bom ou ótimo a RFB. Com conceito regular, o percentual também é alto, 35% (contra 36% de 2010).

¹ Em dezembro de 2014 foi lançado novo sítio da RFB obedecendo o padrão de Identidade Digital do Governo Federal (IDG)

- Somente 8% (igual a 2010) avaliam a RFB com conceito ruim ou péssimo.
- 37% dos que se declaram satisfeitos com a RFB dizem simplesmente que sempre foram muito bem atendidos e 23% informam que a RFB é um órgão sério, competente e responsável. E, ainda, 20% dizem que o atendimento está bem mais rápido e ágil.

3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades utilizando-se de diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do Órgão Central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade do Órgão Central, disponibilizada no *site* do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Informamos que esta unidade não possui página própria na internet, e que quase todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das Unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados *links* para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da Unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, informamos que, devido a esta unidade não possuir página própria na *internet*, a publicação é realizada pelo Órgão Central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação é realizada em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e às normas do Órgão de Controle Interno que orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no *site* da entidade na *internet*, no link “Processos de Contas Anuais”. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como os números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no *site* do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

3.6. Medidas Relativas à Acessibilidade

Está em estudo nas Unidades Centrais da RFB uma solução tecnológica para possibilitar a prestação de serviços a surdos e deficientes auditivos por intermédio de recursos de vídeo.

A premissa do sistema está na instalação de equipamentos em todas as unidades de atendimento, possibilitando ao contribuinte ser atendido pelo servidor deste órgão, que acionará a ferramenta de interpretação de Libras.

Paralelamente a isso, a 2ª RF já programou para o exercício de 2015 duas capacitações em Libras para os seus servidores, com foco especial naqueles que exercem atividades de atendimento ao público. O primeiro curso, programado para o primeiro semestre, será focado em um treinamento básico, de aproximadamente 40 horas. O segundo treinamento, por sua vez, terá 120 horas e será direcionado aos concluintes do primeiro módulo que tiverem interesse em aprofundar os seus conhecimentos e possuir maior fluência.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados

(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem “**4.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados**”, não será apresentado os quadros: “**5: Objetivos Fixados pelo PPA; 7: Ação/ Subtítulos – OFSS**” e “**Quadro 8: Ações não Previstas na LOA 2014- Restos a Pagar não Processados - OFSS**”, pois para 2º RF apenas há informação relativas ao **Quadro 6 - Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS**.

O subitem “**4.5 - Avaliação sobre possíveis alterações significativas nos custos de produtos e/ou serviços ofertados**” anteriormente presente no Relatório de Gestão das Superintendências, não será apresentado pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

4.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada

A Estratégia da RFB, que é o plano de trabalho dessa Instituição, é formada por 4 instrumentos basilares: a Cadeia de Valor, o Mapa Estratégico, o Painel de Desempenho e o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. A SRRF 02 acompanha o plano de trabalho da instituição seguindo em seu planejamento os instrumentos estratégicos, porém possui seu próprio Portfólio de Projetos voltados para soluções de relevância Regional.

4.1.1 – Cadeia de Valor e Processos de Trabalho:

No processo de formulação da Estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB, que é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a Instituição cumpra sua Missão e gere valor para os seus clientes. Esse tema (Cadeia de Valor) já foi detalhado no item 1.4 (Macroprocessos Finalísticos).

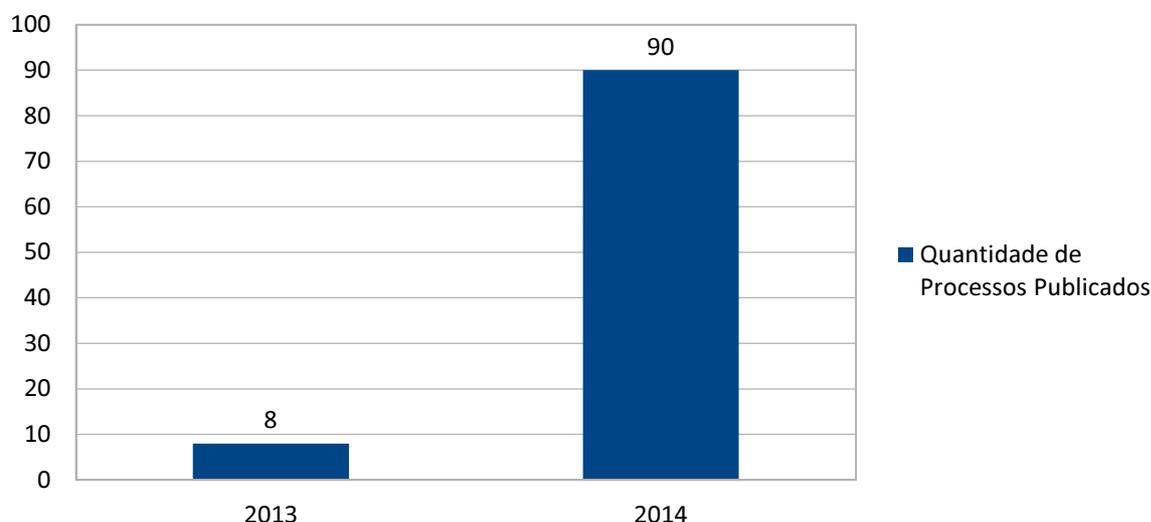
Processos de Trabalho são o conjunto de recursos e de atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas), tendo como principal resultado a agregação de valor ao cliente/cidadão. As atividades envolvidas em um processo normalmente utilizam como recursos pessoas, equipamentos, instalações, infraestrutura e sistemas de informação e estão sujeitas a controles de políticas, regras, procedimentos operacionais, indicadores e metas.

Nesse contexto, a Gestão de Processos é uma abordagem conceitual que trata processos como ativos que potencializam diretamente o desempenho de uma organização e orienta a geração de valor a partir do foco no cidadão/cliente e da visão sistêmica das atividades.

A RFB vem investindo esforços contínuos em busca da modernização dos seus mecanismos de gestão com o objetivo de garantir tanto a qualidade, a rapidez e a eficiência dos serviços postos à disposição da sociedade, quanto o melhor entendimento das demandas dos cidadãos. Dessa forma, para promover uma evolução no modo como a Instituição desenvolve melhorias nos serviços ofertados à sociedade, tem-se priorizado a implementação e a estruturação da cultura de Gestão de Processos.

Ao longo de 2014, foram publicados 90 processos de trabalho da RFB. Somando-se tal dado ao número de processos publicados no ano de 2013, atualmente, a RFB dispõe de 98 processos de trabalho publicados. Abaixo, gráfico comparativo dos processos publicados em 2013 e 2014.

Comparação dos Processos Publicados 2013 Vs 2014



Fonte: Copav/ Cproc

Para a modelagem e a publicação dos processos, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav), por meio da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais (Cproc), forneceu às diversas unidades organizacionais da RFB apoio técnico e metodológico. As consultorias prestadas pelo Escritório de Processos foram realizadas em nível 1 ou nível 2. Na consultoria nível 1, Analistas de Processos membros do Escritório de Processos atuam diretamente com a Equipe de Trabalho, por meio de reuniões, disponibilizando apoio técnico e metodológico no desenvolvimento das iniciativas de Gestão de Processos. Já na consultoria nível 2, Analistas de Processos membros da área gestora e/ou da área executora do processo são responsáveis pela condução e pelo andamento da iniciativa de Gestão de Processos. O Escritório de Processos orienta o planejamento da iniciativa e revisa notacional e metodologicamente os produtos gerados. Do total de modelos publicados, 37 tiveram consultoria nível 1 e 61 tiveram consultoria nível 2.

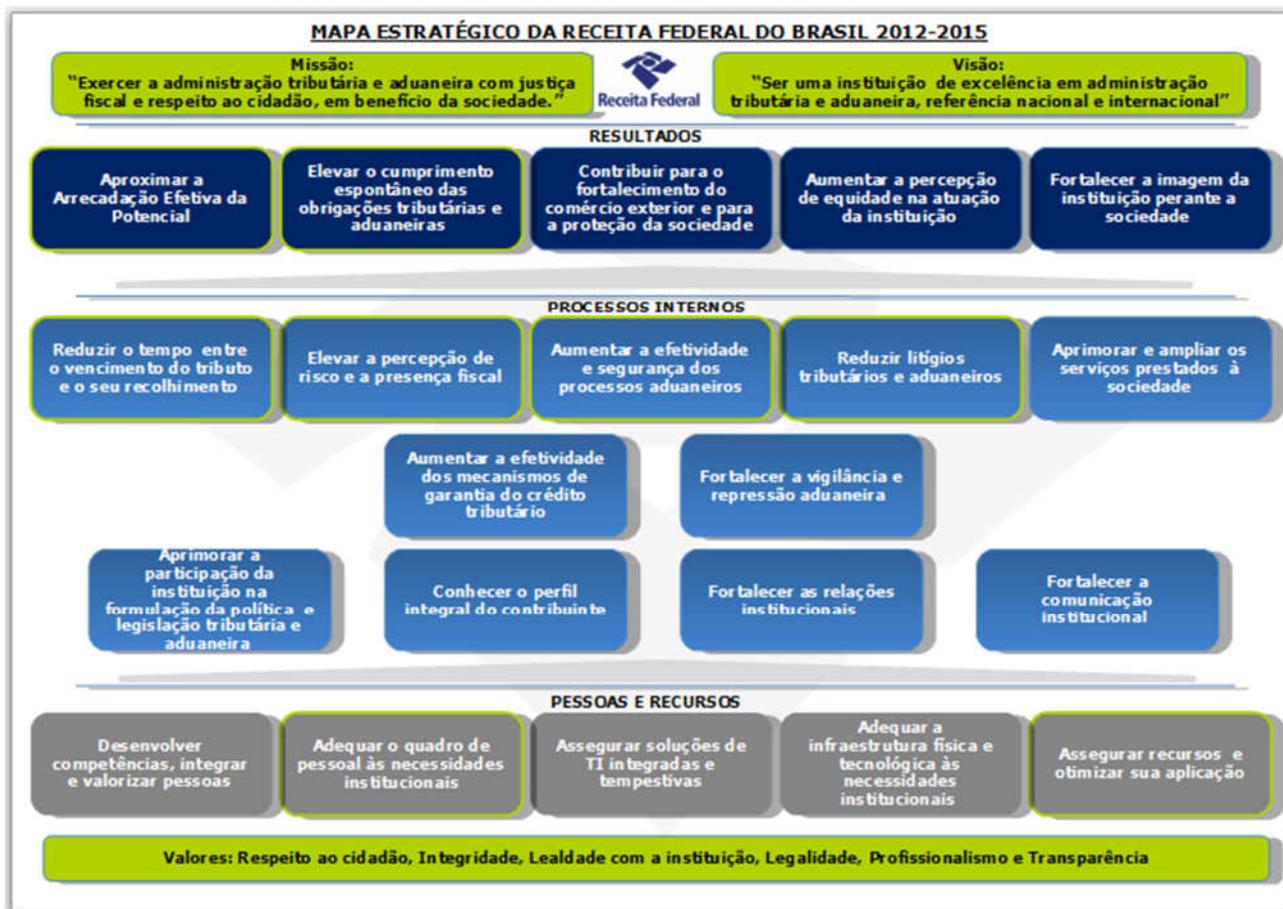
Além disso, a Copav, buscando disseminar a cultura de Gestão de Processos na RFB disponibiliza, frequentemente, eventos de capacitação para os servidores da Instituição. Em 2014, foram realizados 13 eventos com foco em Modelagem e Gestão de Processos. No total, 208 servidores foram capacitados pelo Escritório de Processos.

4.1.2 - Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico da RFB tem sua construção baseada na Cadeia de Valor e traduz a Missão, a Visão e a Estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados por relação de causa e efeito que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.

O Plano Estratégico em vigência abrange o Ciclo 2012-2015 e a vinculação desse plano com suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse Mapa: Missão; Visão; Objetivos Estratégicos de Resultados; Objetivos Estratégicos de Processos Internos; Objetivos Estratégicos de Pessoas e Recursos; e Valores.

A seguir, a figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015.



Fonte: Intranet RFB

A Missão (razão de ser da organização) da RFB é: "Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade" e expressa o papel institucional dessa Organização com relação às políticas públicas.

A Visão de Futuro (aspirações da organização em relação a seu futuro) da RFB está assim descrita: "Ser uma Instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional".

Os Valores Institucionais (o que é importante para a organização) que norteiam a atuação da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a Instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência.

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, determinando, assim, as estratégias a serem desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015. No total, são 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Os Objetivos de Resultado demonstram o que a Instituição quer e os Objetivos de Processos Internos e de Pessoas e Recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados.

Os Objetivos Estratégicos da RFB estão descritos a seguir:

Perspectiva de Resultados:

1) - **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial:** envia esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.

- 2) - **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras:** ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) - **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade:** fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) - **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição:** aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade:** fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua Missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

Perspectiva de Processos Internos:

- 1) - **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento:** racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário, permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 2) - **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal:** intensificar a atuação da Instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 3) - **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros:** proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 4) - **Reduzir litígios tributários e aduaneiros:** melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade:** adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 6) - **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário:** assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- 7) - **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira:** adequar recursos e procedimentos necessários visando a melhorar e a ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- 8) - **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira:** aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- 9) - **Conhecer o perfil integral do contribuinte:** conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- 10) - **Fortalecer as relações institucionais:** fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

11) - **Fortalecer a comunicação institucional:** aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara

Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- 1) - **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas:** capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas, tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
- 2) - **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais:** prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- 3) - **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas:** assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
- 4) - **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais:** disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.
- 5) - **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação:** assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Dentre os Objetivos Estratégicos explicitados no Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015, existem 8 considerados "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda verde. Esses objetivos foram selecionados na época da elaboração do Mapa, em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB, para serem acompanhados de maneira mais atenta pela administração.

4.1.3 – Painel de Desempenho, Indicadores e Sistemas de Gestão:

Quando da elaboração do Mapa Estratégico, depois de estabelecidos a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos, foram associados a esses objetivos Indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a Organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada Indicador Estratégico, a fim de mostrar o quanto a RFB deve melhorar em cada um desses Indicadores.

Após a construção de um elenco de Indicadores Estratégicos, outra ação considerada relevante pelos gestores da RFB foi a construção do Painel de Desempenho da RFB, uma ferramenta de avaliação, acompanhamento e controle do atingimento da Estratégia desta Organização. Esse Painel é a representação gráfica dos Indicadores Estratégicos vinculados a cada um dos Objetivos constantes do Mapa Estratégico.

O Painel de Desempenho é gerado no SAGE-RFB (Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Receita Federal do Brasil), que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos: Objetivos Estratégicos (conforme Mapa Estratégico), Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo em relação às metas estabelecidas para cada um de seus Indicadores Estratégicos e em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos é feito ao longo de todo o ano. A sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se num instrumento de comunicação visual – Semáforos de Desempenho – que pretende sinalizar, de forma simples e de

fácil compreensão, por meio de codificação por cores e símbolos, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas (nacionais, regionais e locais).

Esses semáforos servem de base para a elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para a realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis e para o eventual redirecionamento da Estratégia da Instituição, funcionando como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Abaixo, a descrição dos Semáforos:

Semáforo Transparente (com ponto de exclamação): utilizado para casos nos quais ainda não é possível calcular o desempenho do Indicador, seja porque não há base de comparação para estabelecimento de meta, ou não se completou, ainda, o período de apuração do resultado.

Semáforo Branco: status igual a “Não disponível”.

Semáforo Preto (com um ponto de interrogação): indicadores com resultados acumulados no ano ou metas anuais não informadas.

Semáforo Vermelho: indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) inferior a 50%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual inferior a 97,5%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado inferior a 37,5%.

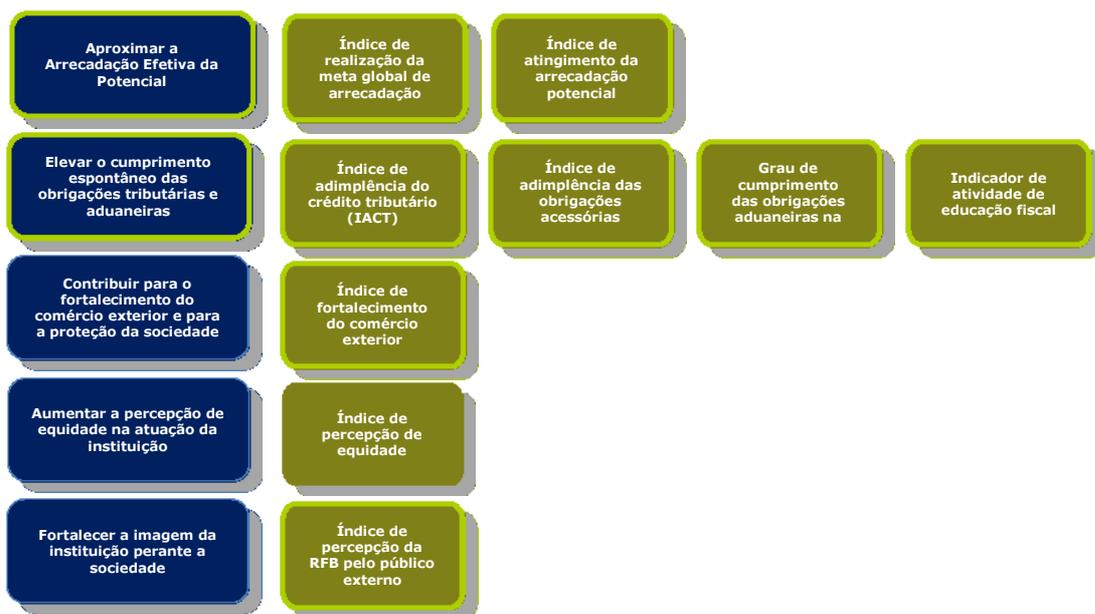
Semáforo Amarelo: indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 50% e inferior a 80%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 97,5% e inferior a 100%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 37,5% e menor que 62,5%.

Semáforo Verde: indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 80% e inferior a 130%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 100% e inferior a 130%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado superior ou igual a 62,5%.

Semáforo Cinza: todos os Indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 130%.

Abaixo, o Painel de Desempenho da RFB.

Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Resultados



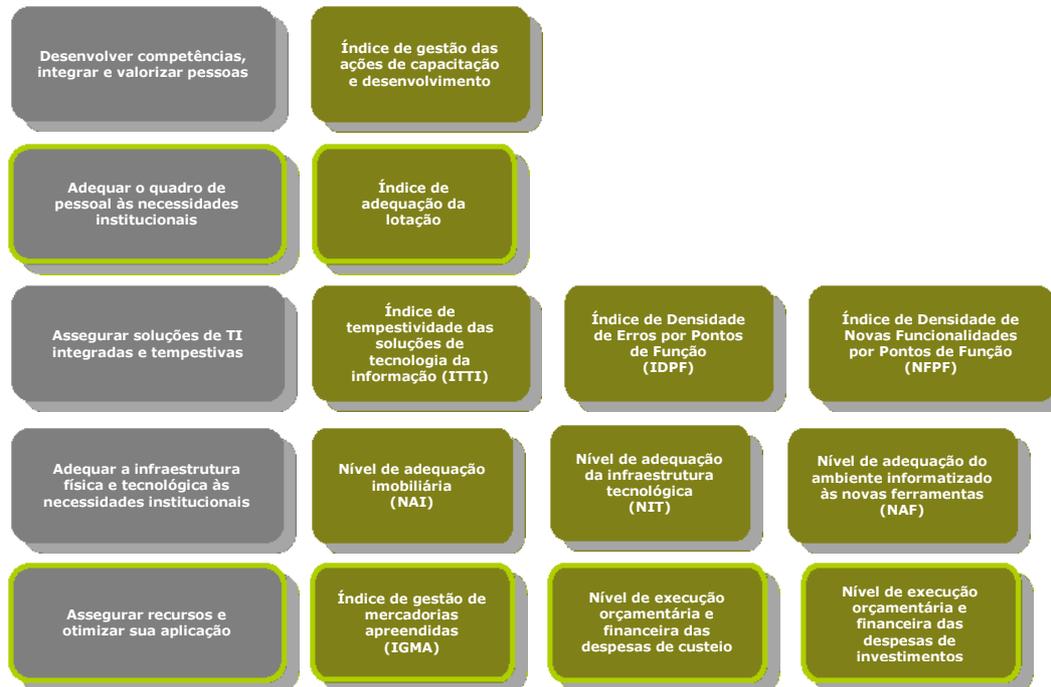
Fonte: Copav

Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos



Fonte: Copav

Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Pessoas e Recursos



Fonte: Copav

Além do SAGE, a RFB utiliza a Central de Gestão RFB, que é um Portal Corporativo no qual são divulgadas as análises de informações gerenciais da Instituição. É um produto do Centro de Informações RFB e armazena um conjunto de painéis de controle (*dashboards*) organizados por processos de trabalho da Cadeia de Valor da RFB. Em cada processo dessa Cadeia há um link para acessar os painéis de controle publicados.

No Macroprocesso "Gestão Estratégica, processos e projetos", mais especificamente no Processo de Trabalho "Acompanhar a Execução da Estratégia", existe o módulo "Gestão Estratégica". Este módulo é composto por painéis de controle que têm a finalidade de permitir o acompanhamento da gestão estratégica da Instituição por meio de relatórios, planilhas e gráficos, oferecendo uma visão sistêmica e integrada do desempenho da Instituição quanto aos seus Objetivos e Indicadores Estratégicos.

Os diversos gráficos e relatórios constantes do módulo Gestão Estratégica utilizam, de forma *on-line*, os bancos de dados e as tabelas do SAGE. As consultas a esses painéis de controle podem ser feitas filtrando-se por período, Unidade Central, Região Fiscal e Âmbito Nacional por intermédio das “abas”: Mapa, Objetivo Estratégico, Indicador e Visão Geral.

Na análise feita por meio da aba "Mapa", o *dashboard* gerado mostra o Mapa Estratégico da RFB com uma pequena bandeira (ou a sigla "ND" no caso de Não Disponível) em cada Objetivo Estratégico.

Abaixo, a descrição do significado de cada um dos símbolos que podem aparecer no Mapa:

Bandeira Verde: quando todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico estejam com semáforo verde.

Bandeira Roxa: quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo roxo e os demais verde. Importante ressaltar que a cor roxa substitui a cinza utilizada atualmente no SAGE.

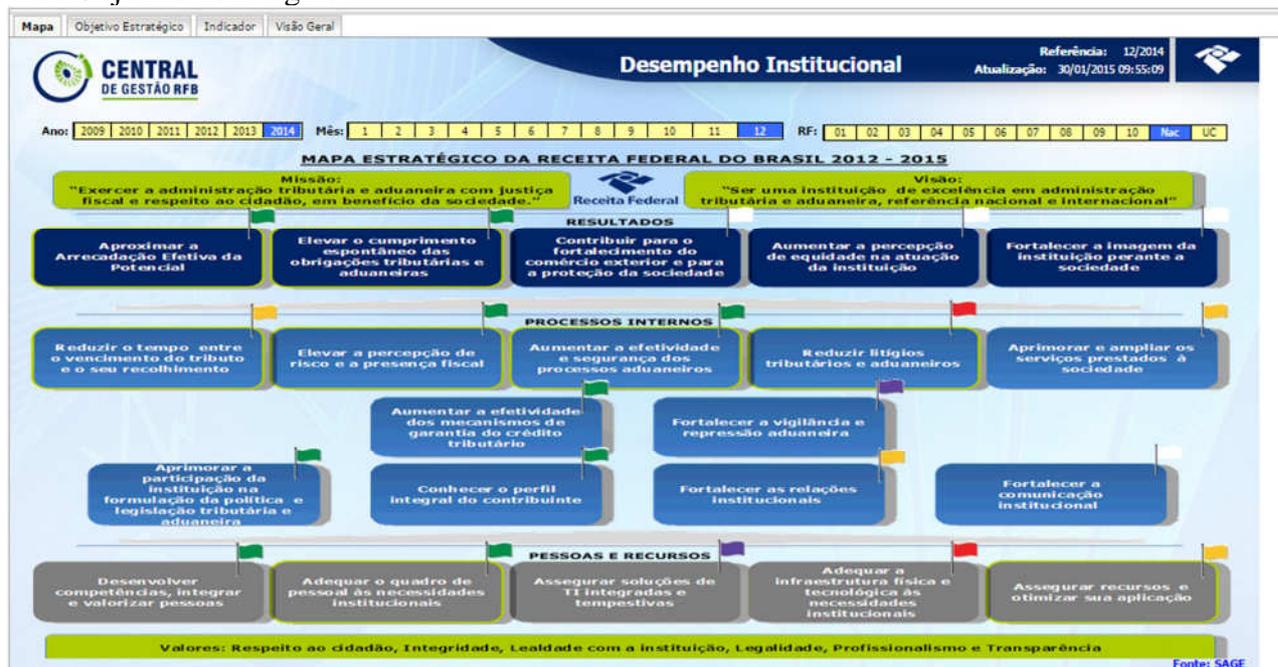
Bandeira Amarela: quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo amarelo e os demais com semáforo verde e/ou roxo.

Bandeira Vermelha: quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo vermelho, independente do semáforo dos demais indicadores.

Bandeira Branca: quando, por algum motivo, todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico não possam ser mensurados.

Sigla ND: quando todos os indicadores do respectivo Objetivo Estratégico estejam "Não Disponíveis", ou seja, quando seja impossível medi-los no período consultado.

A seguir, o Mapa Estratégico da RFB, ano de referência 2014, com os símbolos referentes a cada Objetivo Estratégico.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

De acordo com a figura acima, a análise dos Objetivos Estratégicos na Central de Gestão, no ano de 2014, se encontra da seguinte forma:

Objetivos com Bandeira Verde: 9

Objetivos com Bandeira Roxa: 2

Objetivos com Bandeira Amarela: 4

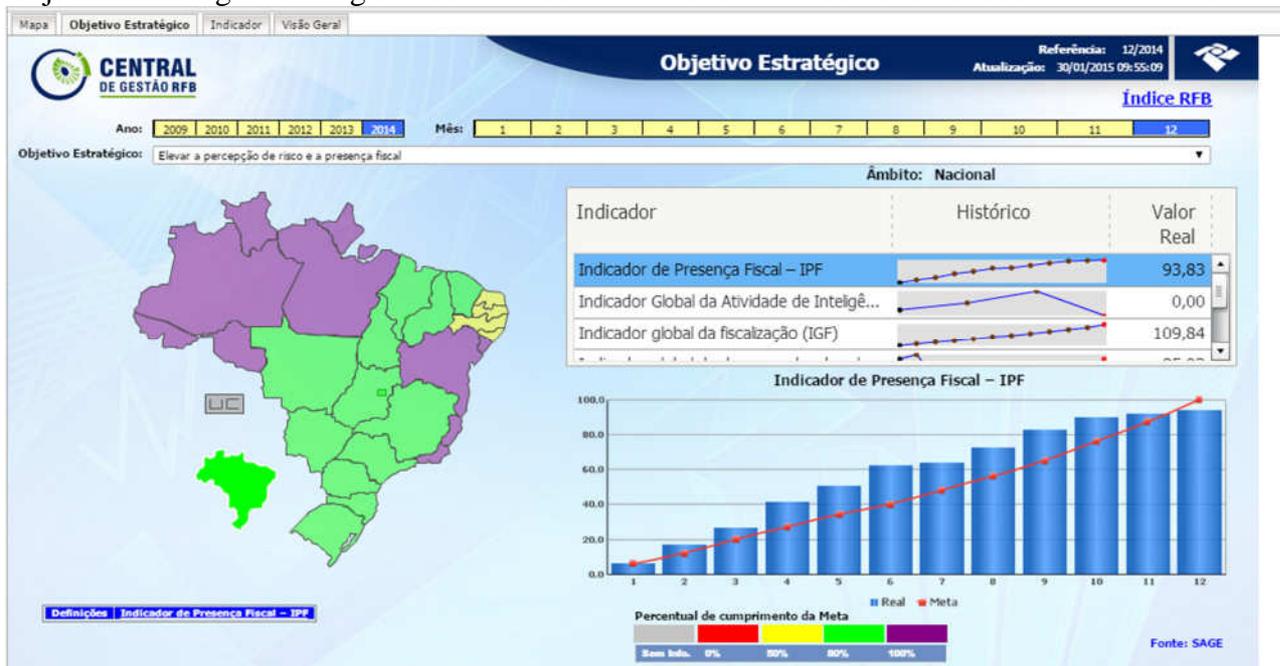
Objetivos com Bandeira Vermelha: 2

Objetivos com Bandeira Branca: 4

Objetivos com a Sigla ND: não houve ocorrência

Já a análise por meio da aba "Objetivo Estratégico" permite visualizar o desempenho dos Indicadores por Objetivo Estratégico, em determinado período. O painel de desempenho mostra o mapa do Brasil, dividido por Região Fiscal e Unidades Centrais e o mapa menor representa os

resultados nacionais. As cores do mapa seguem os mesmos critérios definidos para as bandeiras do painel de controle "Mapa". Existe também uma área para apresentação dos Indicadores do respectivo Objetivo Estratégico e um gráfico detalhado referente ao Indicador selecionado na área anterior.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

Além disso, pode-se fazer a análise na Central de Gestão por meio da aba "Indicador", na qual verifica-se o resultado por ano e por Objetivo Estratégico, mostrando os desempenhos dos respectivos Indicadores nas Unidades Centrais, nas Regiões Fiscais e o resultado Nacional. Para completar a análise, na tela aparecem, também, os semáforos referentes ao desempenho do Indicador em cada uma das unidades e o gráfico detalhado desse Indicador, que faz o comparativo entre a meta estabelecida e o desempenho real.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

As conclusões, realizadas a partir da análise dos Indicadores, referente ao ano de 2014, estão no item 4.4 deste Documento.

Por último, há a aba "Visão Geral", que possibilita a visualização, de forma rápida e clara, do desempenho geral dos objetivos estratégicos, nos âmbitos Nacional, Unidades Centrais e Regionais. Na Visão Geral constam todos os Objetivos Estratégicos da Instituição e quando algum Indicador vinculado a determinado objetivo tiver status "Não Disponível" ou não tiver resultado registrado no SAGE, o respectivo semáforo estará na cor branca.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

Para completar o processo de "Acompanhar a Execução da Estratégia", foram realizadas, em 2014, quatro Reuniões de Avaliação Estratégica – RAE Nacional, sob tutela do Gabinete da RFB. Essas reuniões são realizadas trimestralmente, com a participação do Secretário da RFB, do Secretário-Adjunto, dos gestores das Unidades Centrais (Subsecretarias e Coordenações) e das Regiões Fiscais (Superintendências). Nesse encontro, são avaliados os resultados dos Indicadores, em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e as justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas para cada um dos deles.

4.1.4 – Projetos Estratégicos Institucionais:

A SRRF02, em sintonia com a Estratégia definida para o Ciclo 2012-2015, definiu o Portfólio de Projetos Estratégicos. Para essa definição, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA – 2012/2015, os Objetivos do Mapa Estratégico e os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Os Projetos Estratégicos são projetos que contribuem, diretamente, para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB e devem estar alinhados à Missão da Organização e possuir característica de transversalidade. São patrocinados pelo Superintendente, por ele selecionados e acompanhados e têm prioridade na utilização de recursos.

A Tabela abaixo traz a Relação dos Projetos Estratégicos da SRRF 02 e sua descrição.

Projeto	Descrição
Disque Denúncia	O projeto tem como objetivo implementar o Canal de Disque Denúncia, estimulando a participação social no combate às fraudes e aumentando a base de informações que sustentem as operações de repressão aduaneira e as ações fiscais.
Plano de Comunicação	O projeto tem como objetivo aperfeiçoar as atividades da Comunicação na 2ª RF, proporcionar mais informações à sociedade e aumentar a percepção de risco, por meio de ações regionais.
Reestruturação do processo de Aquisição de bens e materiais, contratação de serviços e realização de obras	O projeto tem como objetivo redefinir o modelo de funcionamento dos processos de aquisições e contratações de logística, com a implementação dos novos procedimentos e de um aplicativo de acompanhamento integral do processo.
Gestão de Riscos em Compensação	O projeto tem como objetivos: 1 . Definição e implantação de Metodologia de Análise de Riscos e Parâmetros de Seleção dos Pedidos de Compensação a serem trabalhados, elevando a eficácia das auditorias fiscais e análises de direito creditório e, potencializando os respectivos resultados; 2. Definir parâmetros, critérios em metodologia a fim de direcionar e otimizar a presença fiscal por meio da priorização da análise de direito creditório e Auditoria Fiscal, atuando contemporaneamente nos créditos relevantes para a Fazenda Nacional ou com alto indício de desconformidade, bem como, contribuindo para elevar a Arrecadação tributária, e a percepção de risco dos contribuintes, além de maximizar o aproveitamento dos recursos;
Reestruturação do processo de Apreensão de Mercadorias	O projeto tem como objetivo estabelecer mecanismo de controle integral do fluxo de mercadorias apreendidas, desde o momento de sua apreensão até a finalização de sua destinação.
Sistema de controle de regimes fronteiriços	O projeto possui os seguintes objetivos: •Implantar o controle pós-concessão de regimes aduaneiros fronteiriços (admissão temporária, exportação temporária, saída temporária e etc.). •Facilitar a identificação de bens em situação irregular no país e a consequente aplicação de penalidades, cobrança de tributos e comunicação a outros órgãos competentes •Permitir a troca de informações entre unidades fronteiriças •Possibilidade de realização de ações de fiscalização para validar se o bem está sendo aplicado conforme declarado. •Consenso na importância do cadastro para todos os regimes especiais (veículos estrangeiros, passageiros e bens, etc).

Fonte: Intranet

Esses Projetos devem impactar, claramente, um ou mais Objetivos Estratégicos. Portanto, ao observar o Mapa Estratégico, é necessário haver ações reais que suportem o alcance das pretensões ali expostas.

A tabela abaixo relaciona os Projetos Estratégicos Institucionais existentes aos Objetivos Estratégicos impactados mais fortemente.

Projeto	Objetivo Estratégico
Disque Denúncia	1. Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	2. Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	3. Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Programa de comunicação	1. Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
	2. Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
Reestruturação do processo de Aquisição de bens e materiais, contratação de serviços e realização de obras	1. Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades
	2. Assegurar recursos e otimizar sua aplicação
Gestão de Risco em Compensação	1. Aperfeiçoar o controle do macroprocesso tributário e agilizar a
	2. Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	3. Simplificar e padronizar normas e procedimentos
Reestruturação do processo de apreensão de mercadorias	1. Assegurar recursos e otimizar sua aplicação
Sistema de controle de regimes fronteiriços	1. Executar o controle aduaneiro com segurança e agilidade
	2. Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	3. Simplificar e padronizar normas e procedimentos

Fonte: Intranet

Tem-se, ainda, a tabela abaixo, que traz a relação dos Projetos Estratégicos por Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Macroprocesso da Cadeia de Valor	Projetos
Realizar Aquisições e Contratações	Reestruturação do processo de Aquisição de bens e materiais, contratação de serviços e realização de obras
Realizar ações de vigilância e repressão	Disque Denúncia
Controlar regimes aduaneiros	Sistema de controle de regimes fronteiriços
Gerir mercadorias apreendidas	Reestruturação do processo de apreensão de mercadorias
Gerenciar Restituição, compensação e ressarcimento	Gestão de Risco em Compensação
Programa de comunicação	Gerir a comunicação institucional

Fonte: Intranet

Os Projetos Estratégicos são acompanhados e passam por avaliações de desempenho, a função principal destes acompanhamentos é dar subsídios à tomada de decisão e ao alinhamento da organização, além de propiciar a continuidade e aumentar as chances de sucesso desses projetos.

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos Projetos Estratégicos Institucionais.

Projeto	Área Líder	Data de Início	Data de Término	% executado Até dez/14
Disque denúncia	Direp	20/03/2012	-	90%
Gerir a comunicação institucional	Ascom	30/03/2012	-	80%
Reestruturação do processo de Aquisição de bens e materiais, contratação de serviços e realização de obras	Dipol	20 /04/2012	23/09/2014	100%
Sistema de Controle de Regimes Fronteiriços	Diana	20/06/2012	-	50%
Reestruturação do processo de apreensão de mercadorias	Dipol	34/04/2012	-	90%
Gestão de Risco em Compensação	Dirac	27/04/2012	-	80%

Fonte: Banco de tarefas

Novos Projetos Definidos na Reunião de Avaliação Estratégica 2014

A SRRF02 para o Ciclo 2016 -2019, definiu novo Portfólio de Projetos Estratégicos Regionais.

Projeto: Estruturação da Seleção para Repressão

O objetivo do projeto é aumentar a eficácia da seleção e qualificação dos “Alvos”, assim incrementando a percepção de risco e a eficiência das operações realizadas e conseqüentemente gerando o aumento de apreensões de maior expressividade. O projeto tem como produtos: A seleção de “Alvos” para repressão estruturada, a criação de equipes de seleção e capacitação de pessoas, o desenvolvimento de banco de dados, o fortalecimento do canal de comunicação com os órgãos parceiros, a definição de fluxos, meios e formas de seleção e a definição da disponibilização de recursos.

Projeto: Fiscalização e Monitoramento das Ações de Fiscalização

Os objetivos do projeto são: aumentar a qualidade dos autos lavrados, aprimorar a execução da fiscalização e difundir o conhecimento na região, assim gerando maior consistência dos autos lavrados, redução da impunidade, aumento da percepção de risco, redução da vulnerabilidade de fronteira, aumento da arrecadação de tributos internos, além da manutenção do conhecimento na unidade. O projeto tem como produto o desenvolvimento de uma sistemática de acompanhamento e supervisão dos autos de infração lavrados em zona secundária, beneficiando em especial as unidades menores (avaliar impacto da implantação do núcleo regional de riscos).

Projeto: Capacitar para Bem Atender

O Objetivo do projeto é obter excelência no atendimento gerando satisfação do contribuinte atendido, harmonização do atendimento e melhoria da imagem da RFB, junto ao contribuinte. O projeto tem como produtos a criação de grades de capacitação, a publicação de portaria designando multiplicadores, criação de rotina de capacitação e a capacitação das equipes de atendimento da 2ª Região Fiscal.

Projeto: Sistema de Gestão de Gastos

O objetivo do projeto é desenvolver uma ferramenta gerencial de acompanhamento e estimativa de gastos, melhorando assim o planejamento das ações que tem impacto orçamentário e melhoria do controle de previsão dos gastos. O projeto tem como produtos a elaboração de uma base de dados com requisito de qualidade desses dados, criação da ferramenta e capacitação dos usuários.

Projeto: Fortalecimento da Cobrança

O objetivo do projeto é a estruturação das atividades de cobrança e presença fiscal buscando a redução da inadimplência, a elevação da efetividade da cobrança, a elevação da arrecadação, a elevação da presença fiscal e percepção de risco além da redução do tempo e custos na comunicação do contribuinte. O projeto tem como produtos a elaboração de um roteiro regional de cobrança, padronização de papéis de cobrança, relação de devedores priorizados por perfil e valores, elaboração de plano de ação de presença fiscal, elaboração de proposta de obrigatoriedade de DTE e plano de divulgação e sensibilização da adesão ao DTE.

Projeto: Aperfeiçoamento da Garantia do Crédito Tributário

O projeto tem como objetivos a criação de mecanismos de identificação dos bens dos contribuintes devedores, sujeitos a registro, para a garantia do crédito tributário, a preparação as equipes das unidades na execução das atividades de arrolamento de bens e a promoção de ações conjuntas com a PFN, visando a concretização das garantias. Com o projeto busca-se o aumento da efetividade da garantia do crédito tributário e a redução do risco de esvaziamento dos bens de contribuintes devedores. O projeto prevê como produtos a criação de um roteiro de arrolamento de bens, execução de treinamento, a implantação do COMPROVI nos órgãos de registro e a produção de relatório de boas práticas de relacionamento com a PFN.

O Projeto será incorporado ao projeto Fortalecimento da Cobrança

Projeto: Sistema de Controle de Incentivos Fiscais

O objetivo do projeto é garantir a disponibilidade da informação sobre o uso de incentivos fiscais, assim permitindo o cruzamento de informações e qualificação da seleção de fiscalização no acompanhamento do uso indevido de incentivos.

Projeto: Otimização da Execução da Fiscalização da Zona Primária

O projeto tem como objetivo elevar a da qualidade e quantidade das ações selecionados em Zona Primária (ZP) e gerar percepção de risco em locais com lacunas identificadas gerando maior ganho de escala, especialização, fortalecimento do controle Aduaneiro e aumento da percepção de risco. O projeto tem como produto a execução dos PEC P2 redirecionamento de ZP da seleção de unidades de melhor escala para unidade com maior capacidade de especialização.

4.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 6: Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	148I			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Belém - PA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda			Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000	5.000.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra concluída			Percentual de execução física	17,0		0,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Obra concluída		Percentual de execução física	0,0

SIOP Jan-Dez 2014: Análise da execução do localizador

Em Dez/2014 o projeto básico encontrava-se na fase de recebimento definitivo. A licitação da obra está prevista para esse ano.

Execução das metas: avaliação a partir de 2015, quando a licitação da obra for concluída.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	148J			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus - AM					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda			Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000	10.900.000	10.900.000	0	0	0	10.900.000
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra concluída		Percentual de execução física	22,0	15,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.026.284	4.931.399,	0	Obra concluída	Percentual de execução física	12,0	

SIOP Jan-Dez 2014: Análise da execução do localizador

A obra foi iniciada em maio/2014 e, em dezembro/2014, encontrava-se em execução regular.

Execução das metas: metas abaixo do previsto, obra em fase inicial.

Fatores intervenientes: não há

Restos a pagar: os valores foram inscritos em RAP para preservar os recursos, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

4.3 Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão

4.3.1 – Publicação do Manual de Gestão de Processos e Atualização do Modelo de Governança de Processos

O Manual de Gestão de Processos foi publicado com o objetivo de difundir conhecimentos sobre o assunto e atualizar a metodologia utilizada na Receita Federal.

A principal novidade da metodologia foi a ampliação do escopo das iniciativas de trabalho com processos. Agora, a metodologia não trata somente de modelagem da situação atual, etapa mais conhecida e utilizada na Instituição, mas envolve, também, a efetiva gestão de processos, o que inclui a Transformação e a Gestão do Dia a Dia dos processos.

Na Transformação, busca-se a identificação de problemas e de suas possíveis soluções, com a finalidade de melhorar o desempenho do processo. Já a Gestão do Dia a Dia consiste no acompanhamento da execução dos processos, a fim de manter seus desempenhos nos níveis desejados pela organização.

O referido manual foi aprovado pela Portaria RFB nº 1.708, de 22 de setembro de 2014, que estabelece diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos da RFB.

4.3.2 – Atualização da Cadeia de Valor da RFB

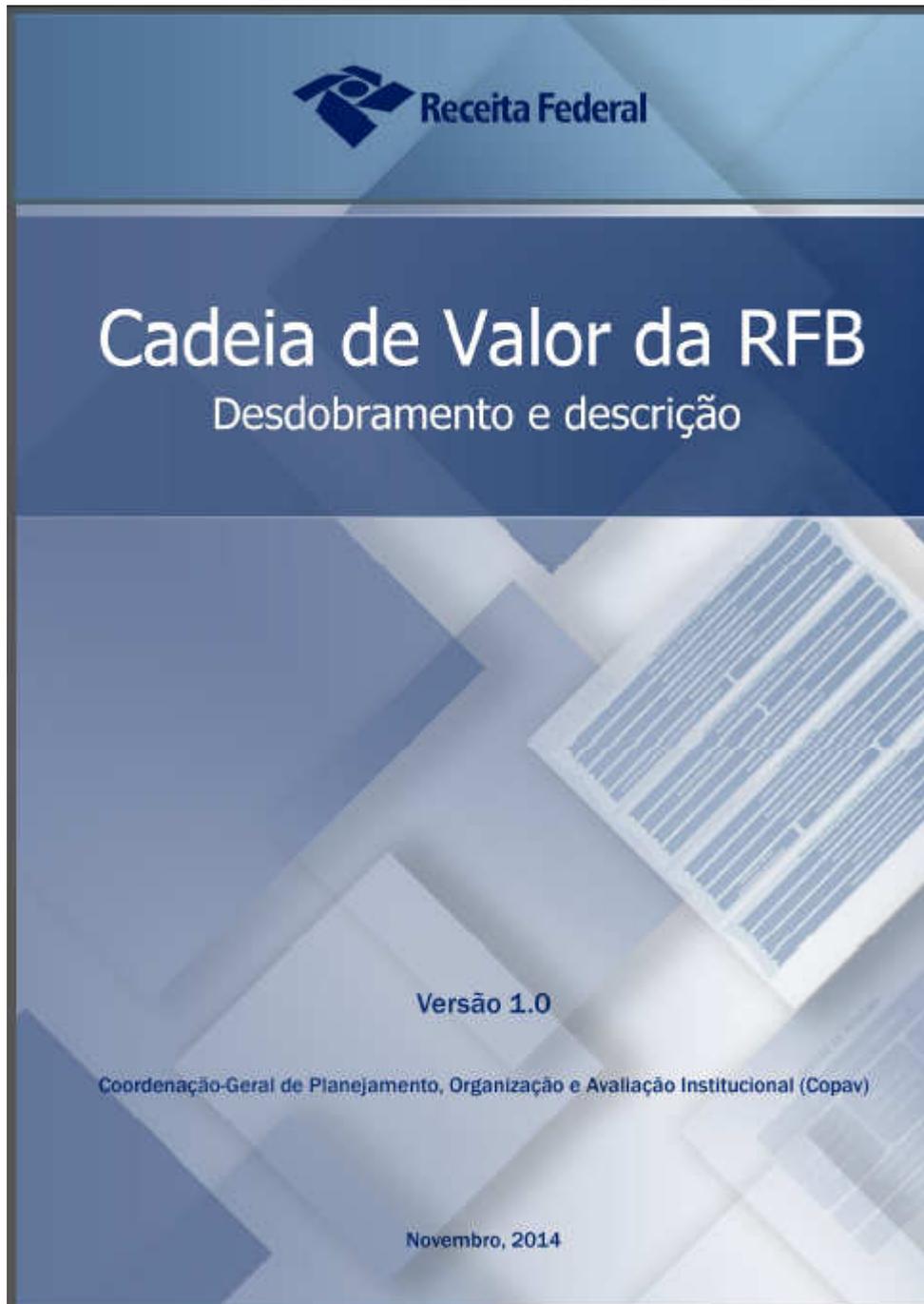
A Cadeia de Valor é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho de uma instituição, a fim de ela cumpra sua Missão e gere valor para seus clientes.

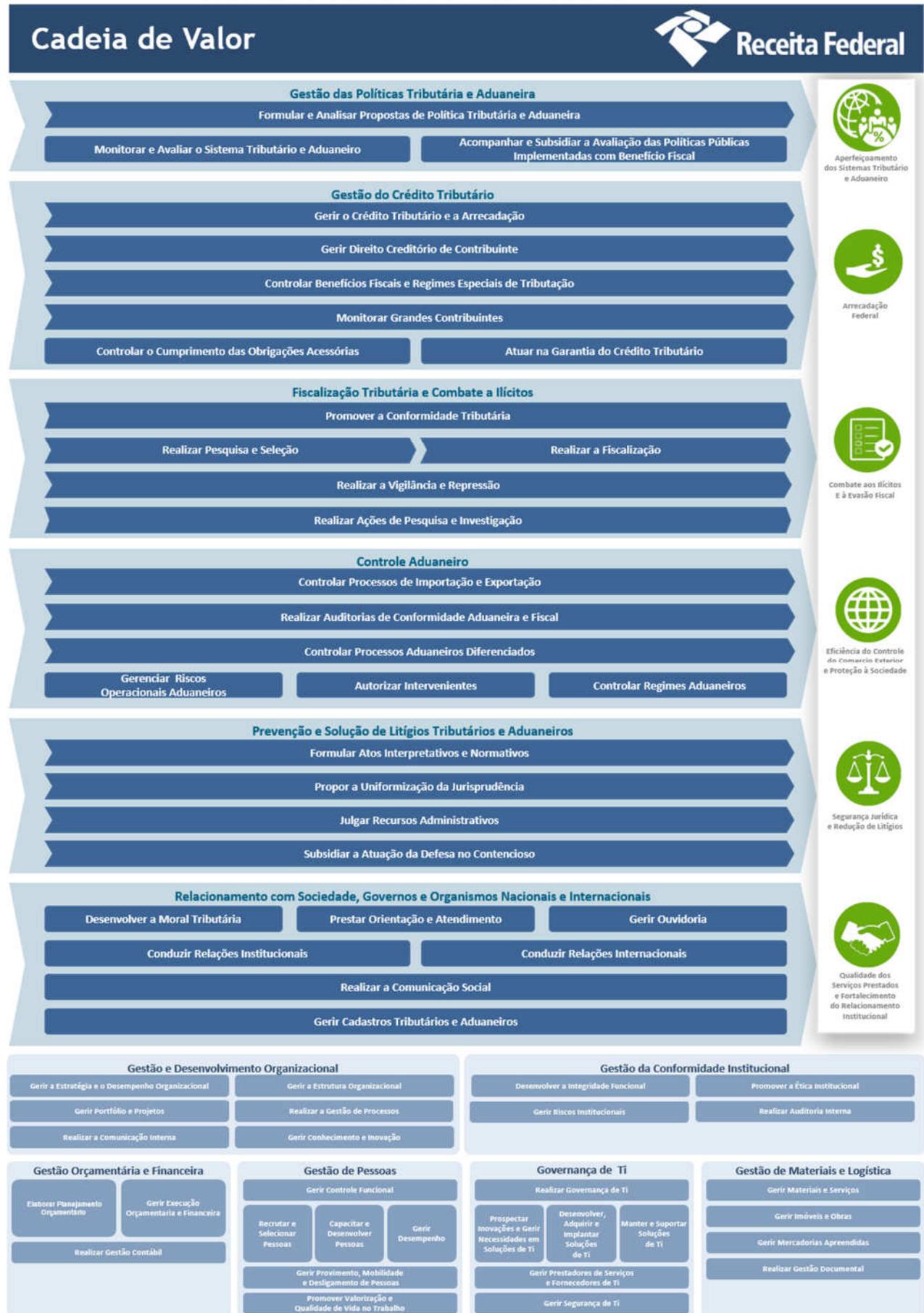
Ao final de 2013, foi publicada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda, apresentando os processos de trabalho dos órgãos integrantes de sua estrutura. Assim, foi identificada a necessidade de alteração da Cadeia de Valor da RFB para compatibilizá-la, em certos pontos, com a do Ministério. Adicionalmente, em 2014, verificou-se a necessidade de atualização da Cadeia de

Valor da RFB para melhorar a representação dos processos de trabalho executados na Organização, frente as alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

Assim, em 2014, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav) coordenou o trabalho de revisão da Cadeia de Valor da RFB, resultando na publicação de um Manual Descritivo, cujo principal objetivo é apresentar detalhadamente o desdobramento e a descrição da nova Cadeia de Valor. Esse documento também explica conceitos básicos que facilitam o entendimento e a leitura da Cadeia de Valor, mostra um pequeno histórico de como ela foi definida e, por fim, faz uma comparação entre as Cadeias de Valor do Ministério da Fazenda e da RFB.

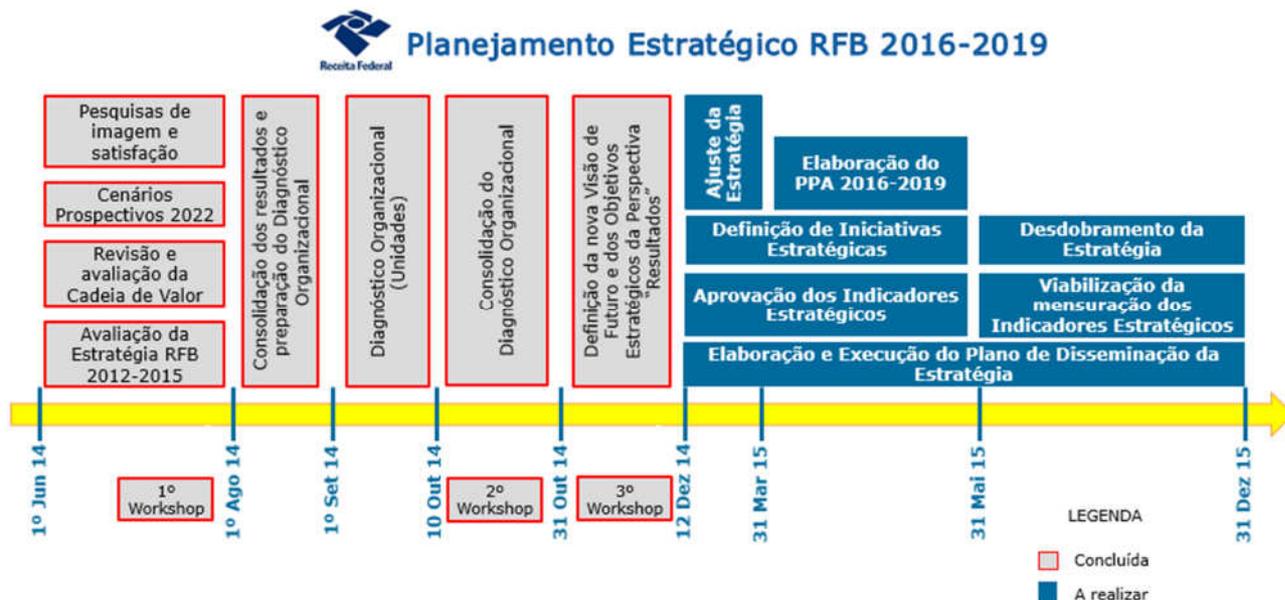
A nova Cadeia de Valor foi aprovada pela Portaria RFB nº 2028, de 24 de novembro de 2014, que alterou o Anexo IV da Portaria RFB, nº 625, de 17 de maio de 2013.





4.3.3 - Elaboração do Novo Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019

A Receita Federal iniciou, em junho de 2014, o processo de formulação de seu Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2019. A figura abaixo representa o cronograma com as etapas previstas (em azul) e as já realizadas (em cinza) até 31/12/2014.



Esse processo teve início com o levantamento de 4 temas que serviram de insumo para o Diagnóstico Organizacional:

- Pesquisas de Imagem e Satisfação;
- Cenários Prospectivos 2022;
- Revisão e Avaliação da Cadeia de Valor;
- Avaliação da Estratégia RFB 2012-2015.

As Pesquisas de Imagem e Satisfação foram realizadas no final de 2013 com o objetivo de mensurar o nível de satisfação dos contribuintes e dos servidores em relação aos serviços prestados e à imagem da Instituição. A fim de subsidiar o Núcleo Estratégico da RFB nas próximas etapas do Planejamento Estratégico 2016-2019, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav), em 2014, analisou e consolidou as avaliações feitas pelas áreas e pelas Superintendências acerca dos resultados dessas pesquisas e seus impactos em cada Região Fiscal.

Os trabalhos sobre Cenários Prospectivos buscam mostrar a possibilidade de ocorrências que podem ser positivas ou negativas para uma instituição. Assim, eles têm um importante papel na formulação da Estratégia de uma organização e consequentemente no alcance dos resultados pretendidos. A RFB realizou dois trabalhos de prospecção de cenários: um em 2011 e outro em 2013, e no exercício de 2014, a Copav deu continuidade aos trabalhos de Análise dos Cenários Prospectivos 2022 e consolidou as informações obtidas nas duas prospecções de cenários anteriores. O objetivo foi trazer maior contribuição para a formulação da Estratégia da RFB para o próximo ciclo de 2016-2019.

Conforme explicado no item 4.3.2, em 2014 verificou-se a necessidade de atualização da Cadeia de Valor da RFB para melhorar a representação dos processos de trabalho executados na Organização frente às alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

Além disso, para a preparação do próximo Ciclo de Planejamento Estratégico, foi necessária a Avaliação da execução da Estratégia RFB 2012-2015. Essa avaliação foi apresentada pelas

Subsecretarias e se pautou na contribuição das áreas para o alcance dos objetivos estratégicos com foco nos processos de trabalho e ações vinculadas.

Entre os dias 30 de julho e 1º de agosto de 2014 foi realizado o 1º Workshop de Planejamento Estratégico RFB 2016-2019, que cumpriu os objetivos de finalizar a revisão da Cadeia de Valor da RFB e avaliar e identificar a criticidade dos respectivos processos de trabalho.

Os resultados obtidos por meio dos quatro insumos e do 1º Workshop serviram como subsídios para a realização de um Diagnóstico Organizacional. A consolidação dessas informações foi realizada pela Copav e resultou na elaboração de listas preliminares de Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças, que foram divulgados para avaliação inicial por toda a RFB na etapa Diagnóstico Organizacional (Unidades).

Na etapa de Diagnóstico foi feita uma avaliação dos ambientes externo e interno da RFB, a partir das listas preliminares elaboradas pela Copav. Este Diagnóstico foi realizado por meio de votação, em duas comunidades criadas na Conexão Receita (rede de relacionamento profissional da Instituição): uma disponível para todos os servidores e a outra apenas para os gestores.

Em continuidade aos trabalhos de formulação da Estratégia 2016-2019, foi realizado o 2º Workshop, entre os dias 21 a 24 de outubro de 2014, que teve como resultados a construção do Cenário Referência RFB 2016-2019 e a elaboração da proposta de uma nova Visão de Futuro da RFB.

Aprovada a nova Visão de Futuro da RFB, passou-se a buscar a definição dos Objetivos Estratégicos de Resultado para o novo Mapa Estratégico da Instituição, que representam os principais resultados que a instituição quer alcançar até 2019.

No início de dezembro de 2014 foi realizado o 3º Workshop, que teve como meta construir a estratégia que a Receita Federal adotará até 2019, visando ao alcance de sua Visão de Futuro. Ao discutir o que a Instituição deve fazer para alcançar essa Visão, foram definidos dois Objetivos Estratégicos de Resultado, sete de Processos Internos e quatro de Gestão e Suporte. Além disso, nesse Workshop foram discutidos Indicadores Estratégicos que poderão ser utilizados entre 2016 e 2019 na medição do alcance dos objetivos estratégicos então definidos.

Com a realização deste evento, foi finalizada a primeira versão do Mapa Estratégico RFB 2016-2019. Contudo, poderão ocorrer alguns ajustes na estratégia construída, devido à fase de transição entre os ciclos 2012-2015 e 2016-2019.

4.3.4 – Nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólios

Na área de Projetos, uma ação relevante, em 2014, foi a atualização das metodologias de Gerenciamento de Programas e Projetos, abaixo descritas:

- 1) Versão 4.0 da Metodologia de Gestão de Projetos da RFB (MGP 4.0): essa metodologia foi desenvolvida de maneira colaborativa com a Rede de Planejamento (REPLA) por meio da Conexão Receita (rede relacionamento profissional da Receita Federal). A nova versão da MGP reforça o caráter interativo do planejamento de projetos, especialmente no que se refere à necessidade de reprogramação anual, em respeito ao processo orçamentário. Além de maior governança por parte dos gestores de portfólio, há, também, maior participação dos Escritórios de Projeto e áreas suporte (Cotec, Copol, Cogep) no desenvolvimento dos projetos. Finalmente, na nova versão da cartilha da MGP há um maior detalhamento teórico de várias áreas do conhecimento (escopo, riscos, tempo e custo).
- 2) Versão 1.0 da Metodologia de Gerenciamento de Programas da Receita Federal (MGProg/RFB): assim como a MGP 4.0, foi gerada com apoio da Repla via Conexão Receita, tendo por base as melhores práticas externas, como os padrões de Gerenciamento de Programa do Project Management Institute (PMI) e do Office of Government Commerce (OGC), além

de desenvolvimentos próprios surgidos com a experiência da Instituição. Esta primeira versão tem enfoque nos papéis, responsabilidades e fluxo de processos dentro de um programa. Um de seus principais artefatos é a Matriz de Gestão de Indicadores de Resultado, que visa promover uma relação clara entre indicadores X resultados X entregáveis, e já está em uso (na forma de piloto) no Programa Portal Único do Comércio Exterior. Outro aspecto desenvolvido por esta cartilha é a figura do Gerente de Mudanças, que tem o papel de fazer a ligação entre as operações do programa e as dos negócios com o intuito de garantir que as capacidades fornecidas pelos projetos sejam adotadas pela organização.

4.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional

Conforme descrito detalhadamente no item 4.1.2, para o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos objetivos, são utilizados 42 Indicadores Estratégicos na 2ª RF.

Já o Item 4.1.3, descreve, detalhadamente, que a sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se nos Semáforos de Desempenho. Esses Semáforos sinalizam, por meio de codificação por cores e símbolos, o desempenho da Instituição.

Desse modo, as conclusões referentes ao ano de 2014, realizadas a partir da análise dos Semáforos dos 21 Objetivos e 42 Indicadores Estratégicos, são:

- **Resultados Gerais dos Objetivos Estratégicos:**

Quatro Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado acima do esperado;

Quatorze Objetivos Estratégicos, obtiveram resultados dentro do esperado;

Seis Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado um pouco abaixo do esperado;

Três Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado abaixo do esperado;

- **Resultados dos Indicadores Estratégicos quanto à Classificação gerada pelos Semáforos:**

1. Verde: Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (14)

1.1 - Índice de realização da meta global de arrecadação

1.2 - Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)

1.3 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

1.4 - Indicador de presença fiscal (IPF)

1.5 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

1.6 - Indicador global da fiscalização (IGF)

1.7 - Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI)

1.8 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

1.9 - Índice de solução de consultas

1.10 - Grau de fluidez do despacho de importação

1.11 - Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

1.12 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

1.13 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

1.14 - Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

2. Amarelo: Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo de esperado (6)

- 2.1 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos
- 2.2- Índice de crédito tributário garantido (ICTG)
- 2.3 - Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)
- 2.4 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
- 2.5 - Nível de adequação imobiliária (NAI)
- 2.6 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

3. Vermelho: Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (3)

- 3.1 - Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)
- 3.2 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas
- 3.3 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

4. Roxo: Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (6)

- 4.1 - Indicador de atividade de educação fiscal
- 4.2 - Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
- 4.3 - Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)
- 4.4 - Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
- 4.5 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
- 4.6 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

5. Indicadores Estratégicos com resultado "Não Informado": (2)

- 5.1 - Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)
- 5.2 - Índice de Crédito Tributário Sub Judice Controlado em Processos (ICSJ)

6. Indicadores Estratégicos Não Disponíveis: (11)

- 6.1 - Índice de atingimento da arrecadação potencial
- 6.2 - Índice de fortalecimento do comércio exterior
- 6.3 - Índice de percepção de equidade
- 6.4 - Tempo médio de contencioso de primeira instância
- 6.5 - Índice de litigância administrativa
- 6.6 - Grau de fluidez do despacho de exportação
- 6.7 - Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias
- 6.8 - Grau de cobertura dos convênios
- 6.9 - Grau de ativação de convênios
- 6.10 - Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB
- 6.11 - Índice de percepção da RFB pelo público externo

A seguir, serão apresentados, separadamente, cada Indicador Estratégico apurado na 2ª RF, conforme a relação do Indicador com o respectivo Objetivo Estratégico que ele se propõe a medir. Além disso, foi realizada uma análise geral dos resultados observados, a partir de informações extraídas do SAGE em 12/03/2015, de acordo com os Semáforos gerados.

Quadro 9: Indicadores de Desempenho

1.1 - Índice de realização da meta global de arrecadação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto		Periodicidade	Fórmula de Cálculo

			Índice Observado		
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	100,00	97,21	Mensal	$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O índice de realização da 2ªRF até dezembro/2014 foi de 97,21% da meta anual. Apesar do não atingimento da meta estabelecida, a região obteve o segundo maior crescimento percentual em 2014, dentre as 10 regiões fiscais do Brasil. Ressalta-se também que o indicador nacional se situou em 96,30%.

Pontos críticos: A variação do indicador econômico denominado de Massa Salarial projetado pela SPE foi de 10,55%, enquanto que o efetivo, medido pelo IBGE, registrou variação de 9% nos últimos doze meses.

A 2ª RF perdeu, no 6º bimestre/2014 em comparação com igual período de 2013, cerca de R\$ 45 milhões de Receita Previdenciária, haja vista a transferência de circunscrição do grupo econômico responsável pela construção da hidroelétrica de Belo Monte.

Com o advento do “Refis da Copa” a Copan repassou à 2ª RF, a título de ajuste, uma previsão arrecadação extra de R\$926,1 milhões, todavia, o valor recolhido foi de R\$356,9 milhões, ou seja, déficit de R\$ 540,9 milhões.

Quando da realização da previsão técnica foi utilizada a projeção de avanço do PIB de 2,5%, enquanto se prevê que o efetivado esteja próximo de zero (ou negativo), com impacto significativo na realização da previsão da arrecadação dos tributos diretamente relacionados ao crescimento da economia. A divulgação do valor efetivo, medido pelo IBGE para 2014, está prevista para 27/03/2015.

Observações: A previsão de arrecadação só foi concluída em junho/2014, portanto o resultado até esse mês para todas as regiões ficou em 100%, igualando a meta com a arrecadação efetiva. A mensuração se iniciou em julho/2014.

1.2 - Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)	98,00	97,29	Trimestral	$IAOA = [N^{\circ} \text{Declarantes}] / [(N^{\circ} \text{Declarantes} + N^{\circ} \text{Omissos})] \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O IAOA mede a omissão referente à Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF). A meta anual estabelecida nacionalmente foi de 98%. A 2ª RF alcançou 97,29%, um pouco abaixo, portanto. Ressalta-se que apenas uma Região Fiscal atingiu a meta.

Pontos críticos: Atualmente, o indicador utiliza somente a declaração DIRPF.

Encaminhamentos: Para 2015, programou-se a intimação dos Omissos PF para os últimos exercícios utilizando o Projeto Cartas, o qual prevê a emissão de notificações aos contribuintes com indícios de falta com as obrigações, no sentido de buscar maior conformidade tributária e a auto regularização das situações. O índice deverá medir também o grau de omissão das Declarações DCTF, Declarações de Rendimentos da Pessoa Jurídica (DIPJ) e Declarações do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), com a primeira entrega prevista para 2015 do Programa Omissos PJ.

1.3 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	60,00	64,29	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
					aleatoriedade, desembaraçadas no mês

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª RF alcançou 64,29%, superando a meta estabelecida para 2014 de 60%.

Pontos críticos: Este indicador avalia o trabalho desenvolvido pelos operadores na importação, ou seja, está diretamente ligado à qualificação dos importadores/despachantes aduaneiros.

Encaminhamentos:

- Ações de capacitação e orientação dos despachantes aduaneiros e representantes legais tendem a contribuir para melhora do indicador no que se refere à qualidade no preenchimento das declarações e atendimento às exigências da legislação aduaneira.
- Atualmente está sendo executado o Projeto Piloto da Seleção Parametrizada em algumas unidades e, pelos resultados parciais obtidos, espera-se a melhora do resultado deste indicador tendo em vista que haverá uma otimização na parametrização associada à gestão de risco local mais eficiente e efetiva.

1.4 - Indicador de presença fiscal (IPF)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador de Presença Fiscal (IPF)	100,00	99,11	Anual	$IPF = [(P1 \times 0,65) + (P2 \times 0,10) + (P3 \times 0,20) + (P4 \times 0,03) + (P5 \times 0,02)]$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O desempenho observado no IPF na 2ª RF em 2014 foi de 99,11%. Embora esse resultado demonstre o não alcance da meta, ele foi o segundo melhor resultado de cobertura da presença fiscal em todo o país.

Pontos críticos: A fórmula de cálculo do indicador permite avaliar a atuação da fiscalização em todas as ações em que se evidencia a presença fiscal, desde uma diligência, passando pelos trabalhos das malhas até a fiscalização estrito senso.

Encaminhamentos: A busca por uma atuação equânime em todos os processos de trabalho que permeiam a fiscalização será utilizada como estratégia para alcance da meta no indicador, para 2015.

Observações: Embora em 2014 o IPF não tenha mais influência no Indicador Global da Fiscalização (IGF), trata-se de um importante termômetro da atuação da fiscalização em todos os segmentos e regimes de tributação, que em última análise são focos de atuação contemplados nos norteadores da fiscalização.

1.5 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	85,00	85,39	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O desempenho da RF02 no IGDS evidencia o alcance de 100,46% da meta estabelecida. Esse resultado se traduz no produto do trabalho da seleção e, considerando o ciclo de trabalho que se iniciou em março de 2014, ao final daquele ano, a 2ªRF já estava com aproximadamente 90% dos contribuintes que serão fiscalizados em 2015, embora a meta nacional fosse de 80%. Esses contribuintes, PF e PJ, em todos os segmentos, já se encontram com os indícios de irregularidades tributárias devidamente identificadas, isso pressupõe o mapeamento de contribuintes com indícios de sonegação da ordem 2,5 bilhões, somente em crédito tributário principal (sem os acréscimos legais), cujos procedimentos de fiscalização já começaram a ser distribuídos nas DRFs e na SRRF/Efmac.

Pontos críticos: Como aspecto que merece reflexão, podemos destacar a ausência de um sistema que permita à programação aferir a efetividade de cada regra de seleção (estudo) em face do resultado alcançado na execução da fiscalização. Quando essa possibilidade for disponibilizada, será possível conhecer o retorno obtido em cada regra de seleção trabalhada na programação.

Encaminhamentos: Para o próximo ciclo de trabalho que se inicia em março de 2015, a programação na RF02 tem o desafio de manter os resultados alcançados nos últimos anos, desta forma, a partir de diretrizes nacionais foi criada equipe regional de seleção, Eqpac, a qual conta com servidores de todas as Delegacias em modelo de dedicação funcional (nas próprias unidades) com o foco de selecionar e confeccionar dossiês para direcionar de forma eficiente e eficaz a ação fiscal de toda região, garantindo também maior troca de experiências, especialmente em relação aos parâmetros utilizados.

1.6 - Indicador global da fiscalização (IGF)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	100,00	114,93	Anual	(Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,90) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,10)

Análise de Desempenho:

Situação atual: No que se refere ao Indicador Global da Fiscalização, o volume de crédito tributário recorde constituído de ofício de R\$ 5,54 bilhões, em 2014, possibilitou a 2ª RF, alcançar 114,93% da meta estabelecida pela Unidade Central. Esse desempenho posiciona a 2ª RF em segundo lugar nacional de alcance do referido indicador.

Pontos críticos: O IGF possui como subindicadores, o Indicador de Desempenho da Fiscalização - IDF e o Indicador de Crédito Tributário - ICT. Embora o ICT represente apenas 10% do IGF, observamos na RF02, que no lançamento de ofício de crédito tributário em 2014, no valor total de 5,54 bilhões, pouco mais de 2 bilhões foi originado de dois Autos de Infração.

Encaminhamentos: Com o objetivo de alcançar uma maior quantidade de contribuintes, na busca de disseminação da presença fiscal, a programação dará mais ênfase às regras/estudos que possibilitem identificar indícios de irregularidade tributária que alcance um maior número de contribuintes, sem perder de vista a celeridade na execução e certeza do indício.

1.7 - Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	1,00	1,00	Mensal	Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL), Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)

Análise de Desempenho:

Situação atual: Este indicador foi revisado pelo CERAD após demanda das Regiões Fiscais. O modelo anterior avaliava a região mesmo sem haver gerência sobre a seleção por condição de sistema. Pela nova sistemática de cálculo onde tais ajustes foram implementados e, de acordo com os dados do SAGE, a 2ª RF atingiu a meta em todos os meses do ano.

Pontos Críticos:

- Sugere-se reavaliação do quantitativo de redirecionamentos regionais propostos pela meta. O desafio proposto supera a capacidade operacional das alfândegas nesta região.
- Deve-se levar em consideração que algumas regiões fiscais se utilizaram do Projeto Piloto do Sistema Sisam, favorecendo a seleção local/regional e possibilitando, eventualmente, melhores resultados no indicador. A 2ª RF, apesar de ser candidata, não foi contemplada com a utilização deste sistema de apoio a seleção.

Encaminhamentos: Espera-se que com a disponibilização do Sistema de Seleção por Aprendizagem de Máquina (Sisam), sistema que, utilizando inteligência artificial com base em probabilidades, emite alertas sobre despachos com suspeitas de infrações já caracterizadas agilizando a detecção de novas infrações, e com a revisão dos critérios de seleção parametrizada, possamos obter significativa melhoria em 2015. Diferentemente do ano de 2014, uma unidade da Segunda Região Fiscal, fará parte de nova rodada de pilotos do projeto Sisam (Alfândega do Porto de Manaus).

1.8 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	90,00	98,80	Trimestral	$(\text{Ações fiscais concluídas com resultado} / \text{ações fiscais concluídas}) \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª Região Fiscal encerrou o ano, de acordo com os registros no SAGE, com 98,80% de eficácia, ou seja, o melhor resultado já alcançado desde o início deste indicador, ficando bem acima das metas regional e nacional (90%). Considerando as duas unidades que centralizam a fiscalização aduaneira de zona secundária, apenas 1 fiscalização no ano foi encerrada sem resultado.

Houve equilíbrio nas linhas de pesquisa realizadas na 2ª RF, ou seja, não havendo indícios de priorização de fiscalizações menos complexas.

Pontos críticos:

- Dificuldades na manutenção de equipes dedicadas à pesquisa com servidores que possuem experiência aduaneira significativa, tendo em vista alta rotatividade de pessoal provocada por políticas de mobilidade.
- Dificuldades de seleção de contribuintes de alguns estados da região em virtude do baixíssimo número de operadores no comércio exterior.

Encaminhamentos: A cada ano, o processo de centralização regional da pesquisa e seleção e da fiscalização apresenta melhores resultados, desta forma, atuaremos no sentido de consolidar o referido modelo.

1.9 - Índice de solução de consultas

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	70,00	63,28	Trimestral	(Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre / ((acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução / 4) x número do trimestre) + número nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado) x (número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais / número de auditores lotados na unidade da RFB)

Análise de Desempenho:

Situação atual: Ao longo do ano de 2014, a 2ª Região Fiscal (RF) minutou 117 consultas, de modo que o índice chegou a 63,28%. O resultado é expressivo, uma vez que a proporção de auditores-fiscais na Disit (quatro, contando com a chefia, os quais não possuem dedicação exclusiva às soluções de consulta), em relação ao total de auditores da 2ª RF, é inferior à média nacional.

Pontos críticos: A fórmula adotada para o cálculo da meta a ser alcançada pela Disit toma por base o número de auditores fiscais lotados na Divisão, mas leva também conta esta outra variável externa ao seu processo de trabalho: o número de auditores fiscal da 2ª Região Fiscal, o que gerou uma meta superior as expectativas de produtividade média. Desta forma, os Auditores pareceristas da Segunda

Região Fiscal tiveram uma produtividade superior a média nacional, sem que isso tenha permitido o alcance da produção total desejada (meta).

No período em questão, o quadro de auditores da Disit achava-se dimensionado para atender a demanda regional de soluções de consulta, na sistemática de trabalho vigente até 15/7/2013. Quando, a partir dessa data, a carga de trabalho passou a ser distribuída com base na demanda nacional, houve o desequilíbrio: a meta estabelecida, além de ter outra base de cálculo (o estoque nacional de consultas), introduziu a citada variável do número de auditores da 2ª Região Fiscal.

Em suma: o não atingimento da meta em boa medida se deve a estas contingências do período avaliado: transição do modelo regional para nacional e mudança no método de cálculo do indicador.

1.10 - Grau de fluidez do despacho de importação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	88,47	91,36	Mensal	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª Região Fiscal encerrou o ano com 91,36% de fluidez, apresentando evolução em relação ao índice alcançado em 2013 (89,44%), superando a meta estabelecida de 88,47% e bem acima da média nacional de 83,13%.

Pontos críticos:

- Unidades que possuem importações peculiares como, por exemplo, alto índice de despachos parcelados ou importações de graneis e minérios, possuem baixíssima governabilidade na evolução do indicador em busca do alcance de metas.
- Unidades com características eminentemente exportadoras também encontram dificuldades para obter um alto índice de fluidez.

Encaminhamentos:

- Melhorar a estruturação da grade de parametrização pela UL.
- Estimular o diálogo com os intervenientes para conscientização em relação ao registro de declarações em determinados dias e horários, podendo representar importante influência nos resultados do indicador.

1.11 - Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	100,00	116,73	Mensal	(Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª Região Fiscal superou a meta de realização de operações de vigilância e repressão aduaneira em 2014, chegando a um resultado de 327 pontos (número ponderado de operações), 27,24% acima da meta do ano (que era de 257 pontos).

O apoio das unidades locais na realização de operações, em especial da Equipe Regional de Repressão, e dos órgãos parceiros (Exército, Marinha, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícias Militares, ...) foi e continua fundamental para a amplitude da presença do Estado na realização de ações de vigilância e repressão aduaneiras.

Pontos críticos: Apesar da iniciativa regional de criação da Equipe Regional de Repressão (ERR), composta por voluntários de todas as unidades e que apoiam a realização das atividades, os recursos humanos devidamente capacitados para garantir a presença fiscal na enorme extensão de fronteira sob responsabilidade regional ainda são escassos.

Necessidade de avançar no sentido de maior segurança nas ações de repressão, em especial, na capacitação dos servidores para o porte de arma institucional.

Encaminhamentos:

- Realização de nova capacitação para servidores da atividade de vigilância e repressão para que possam portar arma institucional;
- Realização dos cursos trimestrais de prática de tiro (exigência para manutenção do acautelamento de armas);
- Conclusão das salas de reserva de armamento na Região e sua respectiva formalização;
- Realização de ações de capacitação para os integrantes da ERR.

1.12 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	100,00	97,90	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O índice de realização da 2ª RF até dezembro/2014 foi de 97,90% da meta anual. O índice foi impactado pela ação "processos suspensos por medida judicial em órgão preparador", que compõe o subindicador do passivo tributário, em decorrência de um processo de elevado valor que retornou para diligência, e em função da alta complexidade, não foi possível ser concluída em 2014.

Pontos Críticos: Envolvimento direto dos titulares das unidades, uma vez que a atividade é transversal e envolve diversos setores das delegacias.

Encaminhamentos: Objetivando garantir o cumprimento dessa meta, a 2ª RF criou um indicador Regional intitulado Índice de acompanhamento do crédito tributário dos maiores contribuintes. Muito semelhante ao indicador Nacional, porém agregando o subindicador Índice de execução das ações propostas pelas Eqmac – que acompanha as ações encaminhadas pelas Eqmac para outros setores, tais como Epmac, xFis, xOrt e xCat dentre outros, garantindo o foco na efetividade dessas ações.

Observações: A região é composta de 9 Delegacias, separadas por grandes distâncias, de variados portes. O Semac procura estar atento a essas adversidades da região, analisando constantemente os indicadores, alertando as Equipes de Maiores Contribuintes, bem como os delegados os pontos que podem prejudicar ou favorecer o atingimento da meta.

1.13 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira	100,0	100,00	Mensal	$([VE / TDC] \times 100) VE = [Valor executado = empenhado a$

	das despesas de custeio				liquidar + liquidados]
--	-------------------------	--	--	--	------------------------

Análise de Desempenho:

Situação atual: A RF02 atingiu a meta para o exercício de 2014.

Pontos críticos:

- Atrasos ou erros na apresentação de faturas para pagamento;
- Necessidade de estimar valor necessário para cobrir as despesas do final do exercício;
- Contingenciamento do orçamento de custeio.

Encaminhamentos: Durante todo o exercício financeiro, a Divisão de Programação e Logística da SRRF02 acompanha a evolução dos créditos recebidos para cobrir as despesas de custeio, controlando a descentralização dos créditos e sua efetiva execução e pagamento por parte das unidades executoras, identificando situações que possam gerar margem orçamentária para atender outras despesas ou devolução ao Órgão Central para destinação adequada.

1.14- Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	862,00	643,00	Anual	(Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes

Análise de Desempenho:

Situação atual: Ao final do 4º trim a 2ª RF atingiu 138,1% da meta de redução do tempo médio do estoque de restituições pendentes. Tendo a maioria das unidades atingido o percentual razoável de redução do indicador. Em 2014 foram feitos ajustes pontuais nas definições das situações de pendência dos PER que compõem o estoque do IRP. Tendo sido excluídos todos os PER com crédito exaurido no indicador, ou integralmente compensados. Meta nacional estabelecida de redução de 40% da idade média do estoque inicial de restituições pendentes por RF.

Pontos críticos: Ainda que a meta tenha sido alcançada, o resultado final ainda representa um tempo médio bastante elevado.

Encaminhamentos: Na 2ª RF deliberou-se por estabelecer regionalmente a meta de analisar todos os PER Pendentes transmitidos até 2013 e, com isso, a Região avançou bastante na redução do tempo médio.

2.1 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	86,00	65,17	Mensal	$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação atual: A Região Fiscal não conseguiu atingir a meta neste exercício. A evolução mensal demonstrou que iniciamos o exercício com um resultado baixo, que foi contornado no segundo trimestre, mas novamente não conseguiu manter-se satisfatório no segundo semestre e, conseqüentemente, encerrando o ano com um índice menor que a meta. Apesar dos esforços empreendidos no sentido de ordenar e agilizar o atendimento presencial, as dificuldades operacionais e outras provocadas por fatores externos prejudicaram o desempenho das Unidades.

Pontos críticos: Observa-se uma concentração de períodos de concessão de férias nos meses de janeiro e dezembro, diminuindo o contingente de servidores no atendimento. As saídas definitivas de servidores por aposentadoria, remoção para outra Unidade ou pedido de exoneração, sem a devida reposição, aumentaram a carência de atendentes em algumas Unidades. Fatores climáticos também afetaram o desempenho, como na DRF/Porto Velho que sofreu interrupções no atendimento durante mudança de endereço no período de enchente do Rio Madeira.

No comparativo com o exercício de 2013, as Delegacias de Marabá-PA, Boa Vista-RR, Ji-Paraná-RO, Porto Velho-RO e Rio Branco-AC apresentaram queda acentuada de Analistas Tributários e sem que houvesse ingresso no quadros das respectivas unidades..

Dos noventa (90) ATRFB nomeados em fevereiro de 2014 para as Unidades da 2ªRF apenas trinta (30) tomaram posse, resultando no não preenchimento de sessenta (60) vagas. Com isso, algumas Unidades passaram a funcionar em situação precária, como foi o caso da ARF/Redenção-PA, onde o número de ATRFB caiu a zero, sendo que duas remoções de ofício foram realizadas para minimizar o problema nesta agência.

Encaminhamentos: As Unidades que tiveram perda de servidores procuraram suprir a lacuna com a realocação provisória ou definitiva de outros servidores, que na maioria das vezes não atuavam no atendimento, levando algum tempo para aprimorar sua performance nas novas atividades. As Unidades com melhores atuações apontam a capacidade de gerenciamento da fila de espera e a utilização do autoatendimento orientado como ferramentas que auxiliaram seu desempenho. E por conta da escassez de mão de obra, a ARF/Novo Progresso-PA não funcionou no exercício de 2014.

Já as ARFs de Redenção-PA, Ariquemes-RO foram mantidas com o deslocamento periódico de servidores de suas sedes e remoções de ofício.

2.2 - Índice de crédito tributário garantido (ICTG)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	20,00	14,37	Anual	$ICTG = (\text{Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais} / \text{CT Passíveis de Garantia}) \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação atual: A Norma de Execução Conjunta Cofis/Copes/Codac/Corec/Cosit/CDA/CGD nº 3, de 31 de outubro de 2011 deu início a aplicação da sistemática do arrolamento por todos os setores das delegacias. A Nota Indicadores Codac nº 004/2014 divulgou a lista de CNPJs e CPFs, válidos para o 2º semestre 2014, cujos débitos superavam a R\$ 10 milhões e 30% (trinta por cento) do patrimônio conhecido do contribuinte para o início de 2014.

O crescimento percentual no valor dos bens arrolados na 2ª RF em 2014 foi superior a 500% e, o resultado do 4º trimestre foi o dobro do trimestre anterior. Todavia, os 14,37% alcançados pela Região não foram suficientes para atingir a meta nacional de 20%. Desde o início de 2013 e até dezembro de 2014 o crescimento das Medidas Cautelares Fiscais alcançou 24,05% na 2ªRF.

Pontos críticos: Quantidades significativas de procedimentos fiscais ainda são encerrados pelas equipes de fiscalização sem que os arrolamentos de bens compatíveis sejam concretizados;

Os registros de Medidas Cautelares Fiscais também fazem parte dos resultados do indicador desde 2013, entretanto, há dificuldades em obter dados junto às Procuradorias da Fazenda Nacional sobre MCF deferidas.

O módulo novo do Conprovi ainda não dispõe integração com o módulo anterior e, resta prejudicado o acompanhamento e gerenciamento mensais por falta de ferramentas.

Encaminhamentos: Realização de treinamento em garantia do CT; reforço das etapas do processo de trabalho; fortalecer o envolvimento dos gerentes no acompanhamento do indicador; realização de videoconferências visando esclarecimentos e orientações sobre aspectos técnicos dos processos de trabalho.

2.3 - Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	45,00	26,44	Trimestral	$IRC = [50 \times (\text{Resultado Financeiro} / \text{Carteira de Trabalho}) + 50 \times (\text{Medidas Aplicadas} / \text{Medidas Aplicáveis})]$

Análise de Desempenho:

Situação atual: Mudanças implementadas em 2014: alteração do nome, com a inclusão do termo Especial; alterações na fórmula de cálculo, passando a contemplar 50% de resultados financeiros e 50% da aplicação de medidas coercitivas.

Pontos críticos: A cultura de cobrança pelas equipes requer fortalecimento e elevação da proatividade em busca da recuperação de créditos e não à remessa para DAU. Medição dos resultados, também, requer aperfeiçoamento dos critérios de levantamento de contribuintes e aplicação de medidas coercitivas.

Encaminhamentos: Mudança na sistemática de geração, medição e acompanhamento das listas dos contribuintes, definição no prazo de cobrança especial de um ano, acréscimo de mais duas medidas coercitivas.

Dentre as inovações, destacamos que os débitos serão informados em Lista única, disponibilizada pela Codac na pasta compartilhada de cada Região Fiscal no início de cada trimestre. Cada DRF, através dos servidores já previamente indicados, deve informar seus resultados em sua respectiva planilha.

Os débitos permanecerão na Lista durante um ano, contado a partir da data de ingresso, período durante o qual devem ser realizados os procedimentos da Cobrança Especial, elencados na Norma de Execução nº1, de 30.05.2014.

2.4 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica	100,0	96,77	Mensal	$[(IETA \times 0,15) + (IETS \times 0,20) + (IUCD \times 0,15) + (IUAD \times 0,15) + (IETG \times 0,20) + (IBDC \times 0,15)] \times$



Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

necessidades institucionais					100. IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan
-----------------------------	--	--	--	--	---

Análise de Desempenho:

Situação atual: Percebemos que o comportamento do indicador e seus subindicadores apresentam uma uniformidade em nível nacional. O primeiro trimestre foi pouco eficaz, passando o período em estado de atenção, mas com a segunda região ocupando a primeira ou segunda posição entre os melhores resultados. Já do segundo ao quarto trimestre, tivemos uma melhoria significativa nos indicadores e que continuaram, com uma oscilação mais leve entorno dos 98%. Essa situação tende a ser melhorada no próximo ano, com uma oscilação dentro de margens menores e acima de limite de 98%.

Pontos Críticos:

A área de TI ainda não foi desonerada das atividades de malha, o que compromete a dedicação ao gerenciamento da TI;

Encaminhamentos: Pelos níveis de resultados alcançados nos indicadores verificamos que as ferramentas de gerenciamento, como o SAIKO, tem sido de enorme eficiência. Para 2015 nosso esforço se volta para a melhoria da motivação dos servidores da TI, buscando desenvolver um espírito de equipe regional, aumentando a utilização das ferramentas de comunicação, como videoconferências e redes sociais, para treinarmos e integrar a equipe regional.

2.5 - Nível de adequação imobiliária (NAI)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	51	44	Semestral	$\{ [(IA1 \times 1) + (IA2 \times 2) + (IA3 \times 3)] / 6 \}$ Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).

Análise de Desempenho:

Situação atual: A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal procura desenvolver uma política de adequação das instalações físicas de suas unidades, tentando otimizar a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis. O não atendimento da meta demonstra a necessidade de busca constante de adequação imobiliária em nossa Região, o que vem sendo acompanhado com maior ênfase pelo Gabinete da SRRF02, inclusive com a instituição de um Grupo Especial de Engenharia destinado a atender as contratações de projetos e obras de maior vulto contempladas no plano de engenharia da RF02.

Pontos Críticos:

- Dificuldades operacionais das equipes de licitação que não conseguiram concluir todas as licitações previstas para o exercício de 2014, referente a projetos e execução de obras e reparos ou reformas necessários para melhor adequação dos imóveis;
- Atrasos no recebimento de projetos em andamento, o que inviabilizou a licitação de algumas obras previstas para 2014, incluindo a Construção do Edifício Sede em Belém e a construção das agências modelo;
- Publicação da IN nº 2, de 4 de junho de 2014, da SLTI, exigindo que os prédios públicos possuam o selo ENCE – Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, o que gerou a necessidade de adequação de todos os projetos concluídos ou em andamento, causando atrasos nas demais etapas do processo.

Encaminhamentos: Foram licitados em 2014 projetos e reparos para algumas unidades. Para o exercício seguinte, está prevista a continuidade das ações previstas no Plano de Engenharia da RFB. Está prevista também para 2015 a licitação para contratação da Obra Destacada do Edifício Sede de

Belém, em fase de recebimento definitivo do projeto. Em 2014 foram empossados três novos engenheiros, oriundos do concurso do Ministério da Fazenda, para compor a equipe na Superintendência Regional e auxiliar no acompanhamento das execuções e contratações regionais.

2.6 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	100,0	70,00	Trimestral	$[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.

Análise de Desempenho:

Situação atual: As Unidades da RFB na 2ª Região Fiscal trabalham permanentemente para sanear seus estoques de mercadorias apreendidas, sendo que o não atingimento da meta demonstra a necessidade de uma gestão mais eficiente dos processos fiscais antigos, uma vez que, dos índices que compõem o IGMA, a 2ª Região Fiscal não obteve êxito na redução dos processos fiscais antigos nas contas 210 e 130 do CTMA. Somente foram atingidas em 2014 as metas de valor arrecadado em leilões e redução do estoque.

Pontos críticos:

- Apesar do sucesso na contratação de pessoas jurídicas especializadas em destruição de mercadorias para as unidades de Belém e Manaus, estas ações oneram significativamente o orçamento de custeio. Durante o exercício de 2014 houve um contingenciamento na ordem de 20% do orçamento de custeio regional, dificultando a utilização do contrato de destruição de mercadorias;
- Falta de integração entre setores apreensores e setores responsáveis pela destinação, o que eleva o prazo ou sujeita os processos a inconsistências que podem atrasar a liberação das mercadorias;
- Edição da Portaria nº 783, de 10 de março de 2014, impedindo a destinação de mercadorias apreendidas a entidades da administração pública federal indireta, administração pública estadual e municipal e entidades sem fins lucrativos, em razão do ano eleitoral, com efeitos até 31 de dezembro de 2014.

Encaminhamentos: No exercício de 2014, a Seção de Gestão de Mercadorias Apreendidas da SRRF02 manteve um controle intenso das ações de atuação das unidades em relação a este indicador, através do envio de relatórios bimestrais aos gestores e disponibilização dos resultados mensais na Intranet. Estas ações objetivaram acompanhar e alertar as unidades sobre possíveis falhas no processo ou pontos críticos detectados durante o exercício, a tempo de serem tomadas providências para correções de rumos ou melhoria dos procedimentos. Objetivando-se uma melhoria contínua no processo, criou-se um indicador regional para acompanhar e cobrar de forma mais eficiente o

atingimento da meta componente do IGMA que não foi atingida em 2014, que trata da redução de processos fiscais antigos nas contas 130 e 210, isoladamente.

3.1 - Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de Temporalidade Média de Crédito Tributário (ITMP)	609,00	928,00	Trimestral	$ITMP = \frac{\text{Tempo de Existência dos Processos em Estoque}}{\text{Quantidade de Processos em Estoque}}$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O ITMP mede a temporalidade média dos processos DIGITAIS localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), excluídos os dossiês e processos cancelados, excluídos, encerrados ou arquivados. Também são excluídos da meta os processos cadastrados no grupo Administrativo Judicial e processos situados na área meio (logística, tecnologia e gestão de pessoas).

Pontos críticos: A medição ainda não inclui os processos PAPEL existentes no DW Processos.

Encaminhamentos: Na 2ª RF, por meio do Índice de Atividades e Processos Priorizados (Ind. regional), existe o critério tempo como uma das variáveis priorizadoras de processos. Entende-se que, ao priorizar em vários subprocessos de trabalho o critério tempo, o tempo médio global será reduzido.

3.2 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas	100,0	67,64	Trimestral	$[(ITU \times 0,30) + (IUU \times 0,30) + (IRS \times 0,20) + (ILO \times 0,20)] \times 100.$

Análise de Desempenho:

Situação atual: Este indicador foi, de certa forma, desprezado por ter sido criado sem que os componentes estivessem liberados. É o caso dos tablets, ultrabooks, Access Points e Excel 2013 que só foram distribuídos no decorrer de 2014. O indicador visa medir a distribuição dessas ferramentas e o seu grau de utilização.

Pontos críticos: O indicador não mede a performance da TI porque o seu resultado depende muito mais das áreas de negócio, que demandaram os equipamentos ou recursos, em utilizá-los do que da TI em disponibilizá-los. Desta forma, o NAF também é um indicador de conformidade. De qualquer modo, podemos observar uma evolução progressiva durante o ano de 2014 e uma colocação dentre as melhores performances nacionais.

Encaminhamentos: Como o foco principal é o alcance das metas estabelecidas para o NIT, estamos orientando os chefes das xTec's a utilizar a ferramenta de gerenciamento do NIT e NAF, desenvolvida pela Ditec, dentro do ambiente de "data warehouse" denominado SAIKU. Esta ferramenta permite que o gerente do ambiente faça a gestão diária de todos os elementos que compõe os subindicadores do NIT e do NAF, de modo que possam atuar em tempo sobre todas as não conformidades do ambiente. Esta atuação, se executada em tempo, pode nos levar a 100% de conformidade nestes indicadores.

3.3 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	100,0	38,91	Trimestral	$(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\} \times \text{VALOR.MP}$ <p>VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.</p>

Análise de Desempenho:

Situação atual:

- A Região Fiscal teve na expectativa de investimentos a realização de algumas obras, com impacto significativo no orçamento disponível para investimentos.
- As principais obras são a construção do edifício-sede em Belém, em Manaus, em Boa Vista, em Macapá, em Santarém, em Porto Velho, 4 Agências Modelo, ampliação da DRF Ji-Paraná, além de reformas menos impactantes em outras unidades locais.
- O edifício de Manaus, que contempla a edificação para atender a Alfândega do Porto de Manaus, DRF Manaus, PFN Amazonas, núcleos dos escritórios e provisoriamente as demais unidades do Ministério da Fazenda naquele município, está em fase de execução desde maio de 2014, com realização de terraplanagem, fundações profundas e iniciado o serviço de superestrutura dos blocos A e B. Atualmente estamos na 8ª fase e já foram pagos R\$ 6,2 milhões e empenhados 10,9 mi no exercício 2014.
- A iniciativa para construção do edifício-sede de Belém encontra-se na etapa de recebimento definitivo do Projeto Básico, o qual fora contratado por meio de Tomada de Preço e teve sua confecção entre 2013 e 2014. Foi solicitada autorização ministerial, nos termos do Decreto 7.689/2012.
- As iniciativas de Boa Vista e Macapá foram contratadas no mesmo período, estando em fases equiparadas da confecção do Projeto Básico, sendo que o primeiro fora recebido provisoriamente, porém estudamos a possibilidade aditivar o referido contrato para viabilizar a adaptação à IN MPOG SLTI para fins de cumprir exigências relacionadas ao consumo de energia, ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia), recomendada pela Copol/Dieng.
- A iniciativa de Santarém teve suspensa a confecção do Projeto Básico, tendo em vista a não emissão de OS até agosto/2014, tendo em vista imbróglia relacionado a conflito de interesse da Receita e do Município, que geraram embaraços aos procedimentos iniciais.
- A iniciativa de Porto Velho teve suspensa a confecção do Projeto Básico, já que não houve celebração do contrato tendo em vista a cheia histórica do Rio Madeira, o que nos exigiu uma revisão dos planos iniciais, especialmente quanto a localização do terreno sede.
- As adaptações dos projetos básicos das Agências Modelo estão em fase de recebimento definitivo.
- A iniciativa de reforma e ampliação da DRF Ji-Paraná passou por adequação orçamentária ao longo do exercício 2013 e 2014, todavia durante a elaboração do Edital constatamos necessidade de adequação a IN MPOG/SLITI 2/2014, que trata da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE.
- Os demais investimentos foram da ordem R\$ 1,1 mi, atendendo boa parte das necessidades desta Região Fiscal.

Pontos críticos:

- A exigência de cumprimento de normas surgidas após a contratação dos Projetos Básicos dificulta os encaminhamentos posteriores, impedindo ou obstando a realização dos devidos e necessários investimentos, agregando novos custos, novos procedimentos, além de inviabilizar algumas das iniciativas, tendo em vista a disponibilidade orçamentária limitada no tempo.
- Os trâmites exigidos para as referidas iniciativas, em alguns casos, dificultaram o cumprimento dos cronogramas.
- A ausência de profissionais especializados até julho/2014, também contribuiu para a dilatação dos prazos inicialmente previstos.
- Em relação à iniciativa Manaus, existem ajustes necessários ao Projeto Básico, com repercussões no Executivo e Obra, impactando o cronograma, todavia entendemos que a situação está sob controle.
- Em relação à iniciativa Belém, houve dispêndio de tempo para resolução de questão relacionada a proximidade com aeródromo, as licenças e autorizações foram concedidas em prazo superior ao previsto. A disponibilidade de crédito orçamentário parcial poderá afetar a capacidade de realização do certame para efetivação da construção.

- Em relação as iniciativas de Boa Vista e Macapá, as licenças e autorizações foram concedidas em prazo superior ao previsto. A exigência específica da ENCE poderá adiar a efetiva contratação das construções de Macapá e Boa Vista.
- A lide judicial entre União e o Município de Santarém podem inviabilizar a efetiva edificação, tendo em vista não haver alternativas viáveis para construção da nova sede em outro espaço e ao fato de uma parte das licenças serem concedidas por aquele ente federativo.
- Há previsão que a cheia histórica do Rio Madeira se repita no ano de 2015, o que corrobora com a decisão de adiar a confecção do Projeto Básico de ampliação e reforma na atual localização, todavia não avançamos em relação à cessão de terreno por parte dos demais entes federativos, ou mesmo destinação por outros órgãos da União.
- Há confirmação da exigência da ENCE pode inviabilizar a necessária e importante ampliação e reforma das instalações.
- A verificação de falhas nos projetos básicos complementares referente as Agências Modelo pode nos exigir a abertura de contencioso com a empresa contratada, podendo a partir de então obtermos os necessários ajustes, ou até mesmo nova contratação para cumprimento das exigências legais.

Encaminhamentos:

- Adiantar análise Copol/Dieng - arquitetura.
- Promover ações integradas com os municípios.
- Confirmar disponibilidade de recursos para obra Belém.
- Acelerar procedimentos para recebimento definitivo do Projeto Básico.
- Manutenção de grupo de trabalho especial para priorização dos maiores gastos.
- Alocação dos Atas arquiteto e engenheiros no grupo especial.
- Encaminhamento para aprovação ministerial em 2014 e manter gestões durante 2015.
- Manter gestões junto ao DNPM, referente ao terreno em Porto Velho.

4.1 - Indicador de atividade de educação fiscal

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	1.296,00	1.727,21	Anual	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef

Análise de Desempenho:

Situação atual: A Região Fiscal conseguiu um desempenho excelente, com destaque para o resultado obtido no terceiro trimestre, demonstrando a expressiva atuação dos servidores responsáveis pela educação fiscal no âmbito de suas unidades, tanto na organização de eventos próprios quanto na articulação e participação em eventos organizados por outros órgãos parceiros da RFB.

Pontos críticos: Registra-se que houve limitações durante o período eleitoral. Ainda não dispomos de um aplicativo para acompanhamento simultâneo ao registro das ações que estão sendo realizadas pelas Unidades, o que foi realizado apenas pelo relatório mensal.

Encaminhamentos: Foi enfatizada a distribuição de material informativo de matéria tributária e aduaneira nas próprias unidades de atendimento da RFB. Como a criação de ferramentas para acompanhamento das ações é medida de caráter institucional, demandaremos as equipes para que façam os registros de forma contemporânea as iniciativas, facilitando processos de consolidação e confecção dos relatórios mensais.

4.2 - Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	100,00	133,30	Anual	(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70)

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª RF encerrou o ano com o 2º melhor resultado entre as RFs, superando em 33,30% a meta estabelecida (100%). Ainda no 3º trimestre, este indicador estava bem acima da meta em virtude da existência de auditorias a posteriori iniciadas em 2013 a serem encerradas em 2014, razão pela qual houve a atipicidade. Tal fato também ocorreu em virtude da diretriz regional para maior execução até o 3º trimestre, especialmente no ano de 2014 por conta da expectativa de remoção de Auditores da Eqfis da ALFMNS. A 2ª RF encerrou o ano com o quantitativo previsto de auditorias a posteriori, permanecendo com resultado dentro da meta.

Pontos críticos: Cabe esclarecer que o regime da Zona Franca de Manaus gera uma das maiores renúncias fiscais, o que justifica a 2ª RF ter objetivos mais ousados na sua presença fiscal.

Encaminhamentos: A presença fiscal aduaneira sofreu aumento devido à contabilização das auditorias fiscais no curso do despacho (PEC) no PNFA 2014. Nesta atividade o desempenho da região foi bastante expressivo com 43 ações encerradas. Também é importante destacar que houve manutenção do número de Auditores Fiscais equivalentes dedicados à atividade de auditoria a posteriori.

4.3 – Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Tempo bruto consolidado do despacho de	0,10	0,05	Mensal	TBC = Tempo Bruto primeira Recepção / Desembaraço (Segundos) /

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
	exportação (TBC)				$(60 \times 60 \times 24) \times \text{Qtde. Ev. Desembaraço da DE}$

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª RF esteve em todos os 12 meses do ano abaixo da meta regional e nacional, alcançando o patamar de 0,05 (dia), ou seja, abaixo da meta regional (0,1) e da nacional (0,13).

Considerando-se o histórico da 2ª RF nos 5 anos anteriores, observa-se que o trabalho focado na agilidade dos processos de exportação ocasionou queda significativa no tempo de despacho de exportação, que se encontrava sempre acima de um dia (chegando até a mais de dois dias em 2010), para patamares sempre abaixo de 8,4 horas.

Pontos críticos:

– Os tempos referentes a despachos fracionados e despachos a posteriori, que contribuíam negativamente para os resultados do indicador, deixaram de ser considerados na nova metodologia, possibilitando o alcance de melhores resultados especialmente nas unidades que eram afetadas por esses fatores.

Encaminhamentos:

– Tentativa de manutenção/alocação de servidores no desembaraço em algumas unidades que impactam diretamente no resultado da 2ª RF, com a devida reavaliação dos procedimentos adotados.

4.4 - Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	45,00	59,30	Anual	$\frac{[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100}{100}$

Análise de Desempenho:

Situação atual: Criou-se o conceito de Documentos de Valor Extremo. A Corec, conforme a Nota Técnica Especial RFB/Suara/Corec nº 2/2014, estabeleceu para o ano de 2014 a meta de redução de 100% do valor inicial das compensações pendentes dos documentos extremos de cada região fiscal e de 30% dos valores de compensações pendentes dos demais documentos. Por documentos de valor extremo entendem-se aqueles cujo valor do débito excedam o resultado da seguinte equação, dentro da região fiscal à qual pertence:

Documento de valor extremo > ou = Média (RF) + [5 x Desvio Padrão (RF)]

Aplicando-se o conceito de valor extremo a 2ª RF passou a ter 14 documentos assim classificados que, somados a redução de 30% dos valores de compensações pendentes dos demais documentos, resultou numa meta para a Região de 45%.

Pontos críticos: No exercício de 2014 foi implementado o "Documento de valor extremo" que era identificado por valor que excedesse o resultado de equação específica demonstrada pelo órgão central (Documento de valor extremo > ou = Média (RF) + [5 x Desvio Padrão (RF)]), no estoque em valores em geral superiores a R\$ 6.500.000,00. O conceito ainda não sedimentado gerou uma dificuldade pois seria tratado como meta de 100%. Na relação havia documentos vinculados a outros documentos (ocultos) que perfaziam um total de 44 documentos o que aumentou a complexidade do tipo de crédito para atingimento da meta.

Encaminhamentos: A aferição dos extremos ocorrerá em separado considerando-se, também, o grau de complexidade por tipo de crédito, além do valor do débito, buscando-se orientar a unidade para que indique em momento hábil a sua dificuldade a fim da SRRF adotar as devidas providências de assistência técnica, caso necessário.

4.5 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	9,63	133,19	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 2ª Região Fiscal superou a meta de valores das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira em 2014, que era de R\$ 9,628 milhões, chegando a 1386,54% deste valor (R\$ 133,496 milhões).

Os valores das apreensões resultaram, principalmente, das ações pontuais e direcionadas, com maior possibilidade de retorno (transportadoras, depósitos, ...), com grande foco em ações baseadas nos dados de inteligência obtidos em ações de investigação/mapeamento. Contribuíram substancialmente para o resultado as Operações Porto Limpo I e II (R\$ 9,79 milhões) e Ponte Alfandegada (R\$ 115,04 milhões).

Vale frisar que os resultados são restringidos pelas dificuldades inerentes ao trabalho na Região: vasta região de fronteira (terrestre e marítima), enorme área territorial, e recursos escassos (humanos e materiais).

Relacionaríamos então como principais pontos impactantes para os bons resultados em termos de valor:

- Ações pontuais, notadamente as voltadas para um maior volume de apreensões (transportadoras, depósitos, ...);

- Foco no planejamento e em ações baseadas nos dados de investigação coletados;
- Vastas possibilidades de atuação.

Pontos críticos: Apesar da iniciativa regional de criação da Equipe Regional de Repressão (ERR), composta por voluntários de todas as unidades e que apoiam a realização das atividades, os recursos humanos devidamente capacitados para garantir a presença fiscal na enorme extensão de fronteira sob responsabilidade regional ainda são escassos.

Necessidade de avançar no sentido de maior segurança nas ações de repressão, em especial, na capacitação dos servidores para o porte de arma institucional.

Encaminhamentos:

- Realização de nova capacitação para servidores da atividade de vigilância e repressão para que possam portar arma institucional;
- Realização dos cursos trimestrais de prática de tiro (exigência para manutenção do acatamento de armas);
- Conclusão das salas de reserva de armamento na Região e sua respectiva formalização;
- Realização de ações de capacitação para os integrantes da ERR.

4.6 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	100,0	138,64	Trimestral	$\{0,5 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ servidores\ da\ unidade) / meta]\} + \{0,5 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.

Análise de Desempenho:

Situação atual: Dentre as estratégias instituídas pelos gestores, ao que se refere à alta rotatividade da carreira de auditoria via concurso de remoção e seu efeito – ingresso de um grande número de servidores da carreira – tem-se que os servidores removidos, obrigatoriamente, repassam para os recém-ingressos o conhecimento necessário para a continuidade do processos de trabalho na unidade. Assim, o servidores recém-ingressos, além de participarem do programa de formação profissional - PFP, que refletirá positivamente nos indicadores da região, também contarão com o tempo de treinamento em serviço, onde o servidor removido repassa seu conhecimento tácito durante 3 meses.

Neste sentido, as estratégias implementadas para contornar tamanhas dificuldades culminaram por colocar a Região na 1ª colocação do ranking – subindicador "Grau de Amplitude" e a 4ª colocação no ranking – subindicador "Grau de Aprofundamento". No entanto, essa situação é mais frequente na área aduaneira, onde o contingente de ingresso é significativo. Nas demais áreas o repasse de conhecimento local é a estratégia adotada. É também cada vez maior a adoção de cursos a distância, evitando-se o deslocamento do servidor e seu afastamento integral.

Pontos críticos: Historicamente, a 2ª RF apresenta característica de alta rotatividade de servidores, além de sua incontestável dimensão continental, e a partir destes dois prismas o desenvolvimento de um programa de educação corporativa e de uma prática da gestão por competências passam a ser desafios para a divisão de gestão de pessoas, responsável por gerir o plano de capacitação da região. Somando-se a isto tem-se o atual formato de distribuição de recursos que impõe aos gestores visão acurada sobre como e no que aplicar os recursos com base nas lacunas existentes.

Encaminhamentos: Outra estratégia utilizada para alcance das metas propostas para a região é a massificação da cultura do ensino à distância – EAD, que por ser uma modalidade que dá flexibilidade e autonomia ao servidor passa a ser atraente a este, além de permitir a alavancagem dos índices sem envolver custos para a região. Neste sentido, gestores e representantes da área de capacitação e desenvolvimento, em parceria com a ASCOM, vêm adotando a prática de envio de notes aos servidores com: a programação do quadro de eventos disponível, a disseminação da ideia de versatilidade promovida pelo EAD, e uma chamada ao estímulo do seu autodesenvolvimento.

A 2ª Região Fiscal também destaca como estratégia para contornar a limitação de recursos e a progressiva necessidade de se ter melhores resultados, o programa de repasse de informação, que apesar de não estar livre de ruídos, busca primar pela fidedignidade aos conteúdos relacionados aos processos de trabalho e às diretrizes estabelecidas pelas coordenações integrantes do Órgão Central. Dessa forma, os repasses acontecem como prática recorrente na região sejam eles presenciais ou por videoconferência. Vale ressaltar que, ao se perceber a importância do repasse para uma região com dimensões continentais, e destaque-se com poucos recursos para que todos servidores sejam capacitados diretamente na fonte de origem do conhecimento, no período de 2011 a 2013, foi instituído um indicador regional visando a estimular a prática do repasse. No ano de 2014, após a consolidação da prática dos repasses, o indicador deixou de existir, mas a política de incentivo já tinha deixado seus reflexos positivos sobre os indicadores.

Indicadores com resultados não informados

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário (IACT)	95,80	96,10	Não informado	Mensal	$IACT = \frac{[ARRECADAÇÃO DARF (+) GPS TOTAL (-) GPS RECLAM TRABALHISTA (-) RETENÇÃO GPS (-) GPS MULTAS E JUROS] / [ARRECADAÇÃO DARF (+) SALDOS A PAGAR (+) VL GFIP A REC] \times 100}$
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos (ICSJ)	92,40	52,00	Não informado	Trimestral	$ICSJ = \{60 \times [(Estoque a Validar Dezembro do ano anterior - Estoque a Validar Trimestre Corrente)] / [Estoque a Validar Dezembro ano anterior]\} + [40 \times (Processos analisado no ano corrente / Total de Processos Suspensos)]$

Fonte: Sage RFB. Dados extraídos em 12/03/15.

A tabela abaixo, apresenta um conjunto de Indicadores Estratégicos Não Disponíveis, relacionados ao Objetivo Estratégico que cada um se propõe a medir.

Índices Não Disponíveis

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Mensal	A definir
Contribuir para o Fortalecimento do Comércio Exterior e para a Proteção da Sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior	66,40	Não Disponível	Não Disponível	Bienal	A definir

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a Percepção de Equidade na Atuação da Instituição	Índice de percepção de equidade	55,89	Não Disponível	Não Disponível	Bienal	A definir
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Anual	Somatório do número de dias entre a data da ciência da decisão da DRJ e a data da impugnação / quantidade de processos julgados
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de litigância administrativa (ILA)	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Anual	Número de processos impugnados de janeiro a dezembro de X1 / número de autuações de dezembro de X0 a novembro de X1
Aprimorar e ampliar serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de exportação	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Mensal	A definir
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Não Disponível	75,00	Não Disponível	Anual	(Número de convênios de interesse da RFB, por iniciativa ou por reciprocidade / número total de convênios) x 100
Fortalecer as relações institucionais	Grau de cobertura dos convênios	Não Disponível	70,00	Não Disponível	Anual	(Número de órgãos conveniados / número de órgãos a serem conveniados) x 100
Fortalecer as relações institucionais	Grau de ativação de convênios	Não Disponível	100,00	Não Disponível	Anual	(Número de convênios ativados / número total de convênios) x 100
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB	65,12	70,00	Não Disponível	Bienal	Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Cultura e Clima Organizacional

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de percepção da RFB pelo público externo	Não Disponível	72,00	Não Disponível	Bienal	Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento.

Fonte: Sage RFB. Dados extraídos em 12/03/15.



**Ministério da
Fazenda**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

- GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não se aplica.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2º REGIÃO
FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 5: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem antes apresentado como “5.7 - Renúncias sob a Gestão da UJ” não será utilizado no Relatório de Gestão das Superintendências pois está UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

O subitem “5.5 Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse” e seus quadros de informações relacionadas não foram apresentados pois não ocorreram transferências de Recursos mediante Convênio.

Os quadros “Quadro13: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa”, Quadro 21: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”, “Quadro 25: Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse” e “Quadro 26: Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse” não são apresentados no relatório, pois não houveram as referidas transações na 2º RF.

Os quadros “Quadro 14: Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos originários da UJ – Total”, “Quadro15: Despesas executadas por Modalidade de Contratação - Créditos originários”, “Quadro 16: Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total”, “Quadro 17: Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos originários”, não se aplicam a SRRF.

5.1 Demonstrações da Execução das Despesas

Análise Crítica dos Quadros 12, 18, 19.

A Despesa Liquidada pela 2ª RF no exercício de 2014 totalizou R\$ 29.979.466,91, 16,43% maior que a observada em igual período de 2013, que alcançou R\$ 25.748.989,59. A suficiência de disponibilidade financeira ao término do Exercício possibilitou o integral pagamento das despesas liquidadas.

Contribuíram para esse resultado os gastos realizados através das Modalidades de Licitação (R\$ 17.916.252,89), **Contratações Diretas** (R\$ 8.980.115,01), **Regime de Execução Especial** (R\$ 61.292,72) Pagamentos de Pessoal (R\$ 2.104.421,71) e **Outros** (R\$ 917.384,58). As contratações através de **Pregão Eletrônico** registraram aumento de 13,56% e corresponderam a 100% da despesa, em conformidade com disposição contida no Decreto N° 5.450/05.

As Contratações Diretas através de **Dispensa e Inexigibilidade de Licitação**, totalizaram R\$ 8.980.115,01, com participação de 29,95% do total gasto. Individualmente a Inexigibilidade reduziu em 8,52%, enquanto que a Dispensa de Licitação cresceu 48,22%, em decorrência das despesas com Aluguel e Energia Elétrica das novas sedes da DRF/Belém, Superintendência da RFB – 2ª RF, DRF-Manaus e ALF/Manaus, que no conjunto comprometeram R\$ 8.108.148,42.

A prévia definição do Teto Orçamentário 2014 foi relevante, à medida que possibilitou um melhor planejamento das Licitações, todavia, a restrição orçamentária imposta pelo contingenciamento (Decreto MP nº 8.197/,20/02/14), e a significativa redução dos limites de empenho, provocou impacto negativo à Execução Regional.

Em virtude do mal dimensionamento do Teto Orçamentário de custeio para 2014 (R\$ 26.004.400,00), ao final do exercício a execução orçamentária de custeio alcançou R\$ 34.311.561,75, o correspondente a 130,40% da previsão. Vale ressaltar que o aumento expressivo de despesa pública regional não decorre da má gestão de recursos públicos, mas do incremento de custos resultante da Locação de 04 (quatro) novas sedes (DRF-BEL, DRF-MNS, ALF-MNS e SRRF02), no período de 2013/2014, acompanhada da contratação de demais despesas agregadas (vigilância, limpeza, energia elétrica, etc), antes sob a administração da SAMF-PA e SAMF-AM. No conjunto essas contratações importaram impacto da ordem de aproximadamente R\$ 8.000.000,00, sendo que inicialmente a RFB não integrou esse montante ao teto regional de 2013 e 2014.

A despesa empenhada no **Grupo 3 – Outras Despesas Correntes**, apresentou variação positiva de 16,87% se comparado a 2013, tendo como itens mais expressivos o 37- Locação de Mão de Obra e 39 – Outros serviços PJ.

O gasto com **14 - Diárias – Pessoal Civil** reduziu em 11,58%, motivado possivelmente por política regional de contenção da despesa, haja vista o cenário de restrição orçamentária vigente no exercício.

As **Despesas de Capital** no conjunto compreenderam investimentos de R\$ 12.171.757,87, com ênfase para contratação no **51 – Obras e Instalações** (R\$11.014.205,38) - Obra destacada da Sede da DRF-Manaus e dos Projetos das novas Sedes das Unidades da RFB. No tocante as despesas no **52 – Equipamentos e Materiais Permanentes**, o valor empenhado foi da ordem 40% do Teto autorizado, sendo que dois fatores justificam o resultado: 1 - parte das aquisições previstas para 2014, foi contratada ao final de 2013, com a disponibilidade de recursos na ocasião, através de Ata de Registro de Preços; e 2 – parte das licitações dos Plano Nacional de Aquisições não foi concluída em tempo hábil para emissão de empenho.

Quadro 12: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA						
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170010	170217	25103.04.301.2110.2004.0001			1.120,00
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.20VF.0001			1.373.878,21
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.20VF.0001			2.394.000,81
Recebidos	170010	170217	25103.04.129.2110.2238.0001			154.859,98
Recebidos	170010	170217	25103.04.122.2110.2000.0001			29.270.163,48
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.2237.0001			1.468.374,45
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.20VF.0001			87.191,12
Recebidos	170010	170217	25103.04.331.2110.00M1.0001			25.109,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.20VF.0001	114.205,38		
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.20VF.0001	689.493,19		
Recebidos	170010	170217	25103.04.122.2110.148J.0013	10.900.000,00		
Recebidos	170010	170217	25103.04.125.2110.20VF.0001	469.283,30		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Quadro 18: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.916.252,89	16.120.931,14	17.916.252,89	15.791.460,27
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	344.562,35	0,00	210.083,03
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	17.916.252,89	15.776.368,79	17.916.252,89	15.581.377,24
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	8.980.115,01	6.243.124,57	8.980.115,01	6.150.004,68
h) Dispensa	8.538.805,33	5.760.718,98	8.538.805,33	5.704.499,54
i) Inexigibilidade	441.309,68	482.405,59	441.309,68	445.505,14
3. Regime de Execução Especial	61.292,72	54.640,00	61.292,72	54.640,00
j) Suprimento de Fundos	61.292,72	54.640,00	61.292,72	54.640,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.104.421,71	2.377.605,97	2.104.421,71	2.377.605,97
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	2.104.421,71	2.377.605,97	2.104.421,71	2.377.605,97
5. Outros	917.384,58	951.687,91	917.384,58	951.087,91
6. Total (1+2+3+4+5)	29.979.466,91	25.747.989,59	29.979.466,91	25.324.798,83

Quadro 19: Despesas por grupo e elemento de despesa - Créditos de Movimentação

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	34.311.561,75	29.359.013,32	29.890.000,75	24.812.375,67	4.421.561,00	4.546.637,65	29.890.000,75	24.525.676,89
37 – Locação de Mão de Obra	15.519.757,87	13.152.632,89	14.610.817,10	11.987.824,10	908.940,77	1.164.808,79	14.610.817,10	11.967.246,39

39 – Outros Serv. Pes. Jurídica	12.746.204,85	9.575.078,09	9.824.332,18	6.830.879,16	2.921.872,67	2.744.198,93	9.824.332,18	6.674.489,20
14 - Diárias - Pessoal Civil	2.102.278,21	2.377.605,97	2.102.278,21	2.377.605,97	0,00	0,00	2.102.278,21	2.377.605,97
Demais elementos do grupo	3.943.320,82	4.253.696,37	3.352.573,26	3.616.066,44	590.747,56	637.629,93	3.352.573,26	3.506.335,33

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	12.171.757,87	14.387.210,25	89.466,16	935.613,92	12.082.291,71	13.451.596,33	89.466,16	799.121,94
51 – Obras e Instalações	11.014.205,38	11.665.134,91	71.656,30	359.562,35	10.942.549,08	11.305.572,56	71.656,30	225.083,03
52 – Equip. e Mat. Permanente	1.157.552,49	2.693.415,34	17.809,86	555.361,57	1.139.742,63	2.138.053,77	17.809,86	553.348,91
3º elemento de despesa	0,00	28.660,00	0,00	20.690,00	0,00	7.970,00	0,00	20.690,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 20: Despesas com Publicidade

Quadro: DESPESAS COM PUBLICIDADE			
Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110 / 2000	-	-
Legal	2110 / 2000	-	-
Mercadológica	2110 / 2000	-	-
Utilidade Pública	2110 / 2000	533,00	533,00

Análise Crítica:

A UG 170201 – DRF Porto Velho – reclassificou despesas com Suprimento de Fundos de forma incorreta.

5.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014 na 2ª RF.

5.4 Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

No exercício de referência deste Relatório de Gestão foram executados restos a pagar inscritos nos exercícios de 2012 e 2013. Não houve execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2012.

O total de restos a pagar, processados e não processados, inscritos no exercício de 2013 foi de R\$ 18.457.903,46. Houve um acréscimo de 1.980 % em relação ao exercício de 2012. O principal motivo deste acréscimo foi a emissão de empenhos relativos as contratações do Plano de Engenharia, serviços de reparos e adaptações e obras destacadas, assim como de aquisição de materiais permanentes, cujos prazos de execução/entrega (médio a longo prazo), inviabilizaram o cumprimento integral das fases de liquidação e pagamento da despesa até o término do exercício. A construção do edifício sede das unidades do Ministério da Fazenda em Manaus, a construção do depósito de mercadorias apreendidas em Tabatinga e projetos de arquitetura para construção de sedes em outras capitais da 2ª Região Fiscal representam 62 % do total de restos a pagar inscritos em 2013. As licitações realizadas para aquisição de material permanente no mês de dezembro, ocasionadas pela liberação de créditos orçamentários no final do exercício, também contribuíram para o aumento de restos a pagar em 2013. Outro motivo, como ocorreu em outros exercícios, foi a falta de repasse de recursos financeiros dentro do exercício de competência para realização das despesas correntes, fato confirmado pela liquidação e pagamento, até a metade do exercício seguinte, de quase o total de restos a pagar inscritos, após o recebimento dos recursos.

Os contratos continuados e as despesas com energia elétrica, água e esgoto, luz, telefone, passagens aéreas, correios, combustível representam despesas que necessariamente serão inscritas em restos a pagar, tendo em vista que as faturas do mês de dezembro destes serviços são apresentadas, geralmente, no início do exercício seguinte.

Em algumas unidades, a falta de apresentação de fatura por parte do credor, sem justificativa, motivou a inscrição em resto a pagar.

Os cancelamentos efetuados em 2014, aproximadamente 5,34 % (houve redução em relação ao exercício de 2013), em sua maioria referem-se a resíduos de saldo de empenhos estimativos e, em alguns casos, por falta de apresentação de faturas por parte do credor ou falta de atualização do SICAF, não sanadas em tempo hábil. Também tivemos alguns casos de cancelamento pelo Decreto 9.3872/86.

Os pagamentos de restos a pagar inscrito em 2012 e 2013 foram em torno de 66,50 % e a reinscrição para o exercício de 2014 foi de 28,16 %. A reinscrição teve um acréscimo em relação ao exercício de 2013 (11 %). Isto ocorreu, principalmente, pelo alto valor de empenhos com obras que estão sendo realizadas e projetos de arquitetura.

Como evento negativo que prejudicou a gestão de restos a pagar, algumas unidades citaram a demora na apresentação da fatura por parte do credor, impossibilitando a liquidação e pagamento dos compromissos, fazendo com que a permanência de restos a pagar se prolongue, em alguns casos, até o mês de dezembro do ano seguinte.

A inscrição de Restos a Pagar deve observar a disponibilidade de recursos financeiros assegurada para este fim, objetivando não comprometer o orçamento do exercício seguinte. A despesa deverá ser paga com recursos provenientes do exercício em que foi empenhada, mantendo o equilíbrio orçamentário. Na segunda região a maior parte da inscrição em restos a pagar ocorreu sem os recursos financeiros, comprometendo o limite de repasse de recursos dos exercícios seguintes. Este foi o principal impacto na gestão de restos a pagar na Segunda Região.

Quadro 22: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	18.034.712,70	12.090.728,10	801.603,25	5.142.381,35
2012	591.438,19	73.390,24	194.422,95	323.625,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	423.190,76	422.430,00	760,76	0,00
2012	295.483,00	295.483,00	0,00	0,00

5.6 Informações sobre Suprimento de Fundos

Quadro 27: Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	170024	DRF Macapá	-	-	06	6.396,78	5.000,00
	170201	DRF Porto Velho	-	-	06	11.098,75	1.500,00
	170213	DRF Boa Vista	-	-	02	4.685,13	3.000,00
	170217	SRRF 02	-	-	05	6.979,02	3.000,00
	170218	DRF Belém	-	-	10	16.494,00	3.000,00
	170219	DRF Santarém	-	-	08	15.639,04	3.000,00
2013	170024	DRF Macapá	-	-	05	10.610,20	32.000,00
	170201	DRF Porto Velho	-	-	06	9.858,32	4.000,00
	170213	DRF Boa Vista	-	-	02	2.945,94	4.000,00
	170217	SRRF 02	-	-	02	1.804,24	8.000,00
	170218	DRF Belém	-	-	07	9.134,30	7.180,00
	170219	DRF Santarém	-	-	09	20.177,00	20.000,00
2012	170024	DRF Macapá	-	-	09	8.098,23	8.000,00
	170201	DRF Porto Velho	-	-	05	7.894,35	4.000,00
	170213	DRF Boa Vista	-	-	01	2401,64	4.000,00
	170217	SRRF 02	-	-	03	3873,48	8.000,00
	170218	DRF Belém	-	-	09	6451,68	2.500,00
	170219	DRF Santarém	-	-	06	17.658,00	20.000,00
	170520	Alf. Aeroporto Belém	-	-	01	370,00	5.000,00

Quadro 28: Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170024	DRF Macapá	-	-	17	3.620,00	2.776,78	6.396,78
	170201	DRF Porto Velho	-	-	16	3.983,03	7.115,72	11.098,75
	170213	DRF Boa Vista	-	-	-	-	4.685,13	4.685,13
	170217	SRRF 02	-	-	-	-	6.979,02	6.979,02
	170218	DRF Belém	-	-	-	-	16.494,00	16.494,00
	170219	DRF Santarém	-	-	28	9.760,00	5.879,04	15.639,04
2013	170024	DRF Macapá	-	-	16	3.960,00	6.650,20	10.610,20
	170201	DRF Porto Velho	-	-	11	3.581,35	6.276,97	9.858,32
	170213	DRF Boa Vista	-	-	-	-	2.945,94	2.945,94
	170217	SRRF 02	-	-	-	-	1.804,24	1.804,24
	170218	DRF Belém	-	-	-	-	9.134,30	9.134,30
	170219	DRF Snatarém	-	-	47	14.070,00	6.107,00	20.177,00

Quadro 29: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170024	DRF Macapá	339030 – Material de consumo	16 – Material de expediente	2.008,95
			14 – Material educativo e esportivo	583,00
			25 – Material para manutenção de bens móveis	184,83
			18 – Manutenção e conservação de equipamentos	210,00
			21 – Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.	3.410,00
170201	DRF Porto Velho	339030 – Material de consumo	06 – Alimento para animais	400,00
			07 - Gêneros alimentícios	756,15
			16 - Material de expediente	549,00
			17 - Material de processamento de dados	1,113,30
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	657,00
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização	33,00
			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	208,15

			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	1.495,61
			25 – Material para manutenção de bens móveis	53,90
			26 – Material elétrico eletrônico	266,04
			39 – Material para manutenção de veículos	210,00
			44 – Material de sinalização visual e outros	95,60
			16 – Manutenção e conservação de bens imóveis.	580,00
			19 – Manutenção e conservação de veículos.	515,00
			20 – Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.	1.078,00
			51 – Serviços de análises e pesquisas científicas.	880,00
			74 – fretes e transportes de encomendas.	800,00
			79 – Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional.	700,00
			93 – Serviços de publicidade e de utilidade pública.	533,00
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.	95 – Manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados.	175,00
170213	DRF Boa Vista		16 - Material de expediente	18,00
			17 - Material de processamento de dados.	661,60
			21 – Material de copa e cozinha.	493,28
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações.	769,93
			26 – Material elétrico eletrônico.	628,76
			29 – Material para áudio, vídeo e foto.	22,00
		339030 – Material de consumo	39 – Material para manutenção de veículos.	405,00
			19 – Manutenção e conservação de veículos.	133,00

			63 – Serviços gráficos e editoriais.	1.183,56
			70 – Confeção de uniformes, bandeiras e flâmulas.	120,00
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.	71 – Confeção de material de acondicionamento e embalagem.	250,00
170217	SRRF 02		01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos	140,00
			03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades.	54,01
			16 – Material de expediente	477,24
			19 – Material de acondicionamento e embalagem.	95,40
			21 – Material de copa e cozinha.	44,68
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização.	1.651,33
			26 – Material elétrico eletrônico.	1.398,30
			28 – Material de proteção e segurança.	84,20
			29 – material para áudio, vídeo e foto.	19,90
		339030 – Material de consumo	34 – Sobressalentes máquinas e motores navios e embarcações.	744,96
			20 - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.	140,00
			51 – Serviços de análises e pesquisas científicas.	525,00
			59 – Serviços de áudio, vídeo e foto.	80,00
			63 – Serviços gráficos e editoriais.	724,00
		3339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.	78 – Limpeza e conservação.	800,00
170218	DRF Belém		03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades.	45,00
			04 – Gás e outros materiais engarrafados.	50,00
			07 - Gêneros alimentícios.	633,38
		339030 – Material de consumo.	11 – Material químico,	19,20
			16 – Material de expediente.	549,55

			17 - Material de processamento de dados.	1.331,29
			19 – Material de acondicionamento e embalagem.	26,00
			21 – Material de copa e cozinha.	1.224,20
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização.	665,09
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações.	2.226,08
			26 – Material elétrico eletrônico.	3.046,62
			28 – Material de proteção e segurança.	192,73
			36 – Material hospitalar.	145,96
			42 – Ferramentas.	251,50
			44 – Material de sinalização visual e outors.	197,40
			05 – serviços técnicos profissionais.	1.060,00
			16 – Manutenção e conservação de bens imóveis.	1.700,00
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.	480,00
			18 – Serviços de estacionamento de veículos.	350,00
			20 - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.	800,00
			63 – Serviços gráficos e editoriais.	800,00
			78 – Limpeza e conservação.	700,00
		3339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.		
170219	DRF Santarém		01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos.	142,00
			04 – Gás e outros materiais engarrafados.	622,97
			07 - Gêneros alimentícios.	75,00
			16 – Material de expediente.	286,32
			19 – Material de acondicionamento e embalagem.	580,00
		339030 – Material de consumo.	24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações.	1.561,25

			26 – Material elétrico eletrônico.	1.325,25
			28 – Material de proteção e segurança.	63,25
			39 – Material para manutenção de veículos.	333,00
		339036 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física.	12 – Capatazia, estiva e pesagem.	860,00
			21 – Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.	300,00
			22 – Manutenção e conservação de bens imóveis.	3.490,00
		3339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis.	1.829,30
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.	935,00
			20 - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.	1.235,74
			47	700,00
			69	109,96
			74	1.190,00

Análise Crítica:

O uso do Cartão Corporativo do Governo Federal é um instrumento eficiente para as unidades gestoras, principalmente as subunidades situadas no interior do país, onde as dificuldades operacionais e a necessidade de pronto pagamento exigem do administrador uma ação rápida, de forma que a missão institucional do órgão seja exercida sem comprometimento.

Assim, com o uso de forma racional e dentro dos limites legais, a execução de pequenas despesas indispensáveis para a manutenção administrativa foram facilitadas.

A utilização de suprimento de fundos é a forma rápida e eficaz para a solução de problemas surgidos no decorrer do exercício e que exigiram pronta ação das Unidades. Além disso, as peculiaridades de algumas Unidades da Segunda Região, como as situadas nas fronteiras, contribuem para a utilização do cartão corporativo.

A centralização das atividades de logística da Segunda Região Fiscal em Polos a partir do exercício de 2011, inclusive para a prática dos atos de gestão orçamentária e financeira, criou nas demais Unidades a dependência das ações realizadas pelos Polos. Com isto, houve um aumento da utilização do Suprimento de Fundos a partir daquele exercício.

O controle tem sido efetivo, considerando que cada Unidade possui, em média, três suprimentos, o que facilita o atendimento quanto às orientações legais, bem como o acompanhamento pelas seções de programação e logística das Unidades Gestoras e da Setorial Contábil Regional, o que se comprova com a informação de que todos os processos de prestação de contas foram aprovados dentro do exercício de emissão do Suprimento de Fundos.

Atualmente quase cinquenta por cento das Unidades Gestoras da RFB na Segunda Região utilizam Suprimento de Fundos, sendo que nenhuma delas utiliza a modalidade conta tipo B e

nenhuma extrapolou os limites estabelecidos pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos. Todas as despesas foram realizadas por meio do Cartão Corporativo, predominando a utilização na modalidade fatura. Os saques realizados foram para atender, principalmente, as necessidades das Unidades localizadas no interior da Amazônia.

Todos os valores foram devidamente aplicados em proveito das unidades e os benefícios foram consideráveis, pois esta é a forma mais ágil de realizar pequenas e importantes ações para manter o bom funcionamento de cada uma dessas unidades. A decisão de optar pelo adiantamento tornou-se providencial para anular a descontinuidade das atividades das Unidades Gestoras onde itens de pequeno vulto podem ser adquiridos pela administração de forma rápida, suprimindo as demandas emergenciais necessárias.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2º REGIÃO
FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 134/2013)

Os quadros “Quadro47: Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada” não são apresentados no relatório, pois não há terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

6.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a Gestão de Pessoas (GP) está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou delegacias e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014 e, assim como no ano anterior, realizado de forma descentralizada por cada Região Fiscal, com validação da Cogep. Como consequência deste trabalho em grupo, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências (afastamentos, egressos, etc) do mês de dezembro podem sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2014 só ficou acessível no dia 28 de janeiro de 2015. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. O tópico de Qualificação da Força de Trabalho também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento – Siscad – quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, etc, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, conseqüentemente, nos relatórios gerenciais necessários à Prestação de Contas.
2. Vemos como positiva a mudança de foco das informações solicitadas, passando de uma quantidade considerável de quadros trabalhosos para análises críticas qualitativas.
3. As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Enquanto aguardamos a definitiva implantação do novo sistema SIGEPE, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3. Contudo, cabe ressaltar que, no final de 2014, em virtude da obrigatoriedade de uso do certificado digital pelos operadores do Siape/Extração-Siape, o Sistema SA3 apresentou dificuldades nos procedimentos de recuperação de dados.

4. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2015 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração.
5. A Cogep detectou ao longo dos trabalhos um exemplo de divergência entre duas extrações idênticas realizadas em dias diferentes no DW Siape para o quadro de Estagiários. Apesar dos dados de 2014 já estarem consolidados no sistema, houve uma discrepância de cerca de 40 mil reais nas despesas com estagiários para a 4ªRF entre as duas extrações. Como é bastante improvável que este montante seja devido apenas a ajustes retroativos, questionamos a confiabilidade da fonte dos dados. Todavia, assim como em todos os outros quadros, citamos a data da extração, para que possa ser o marco de comparação.
6. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.
7. Para o novo quadro solicitado, Distribuição da Lotação Efetiva, foi utilizado o mesmo conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

6.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 43: Força de Trabalho da UJ

02ª RF

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.932	1.509	191	70
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.932	1.509	191	70
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.932	1.481	191	70
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	Não há	0	0	0
1.2.6 Outros	Não há	26	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração	Não há	0	0	0

Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.932	1.509	191	70

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Quadro 44: Distribuição da Lotação Efetiva

02ª RF

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	536	959
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	536	959
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	526	955
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
1.1.6. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	0	0
1.1.7. Outros	8	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	536	959

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Incluído o item 1.1.6 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.7 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente

da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 43 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando.

3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
4. Processos da Área Fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no SA3, através de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	x	
Assessoria Especial	x	
Atividades Auxiliares	x	
Auditoria Interna	x	
Corregedoria	x	
Gestão de Pessoas	x	
Logística e Gestão de Pessoas	x	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	x	
Programação e Logística	x	
Tecnologia da Informação	x	
Tecnologia da Informação e Logística	x	
Administração Aduaneira		x
Arrecadação e Cobrança		x
Assessoria de Comunicação Social		x
Atendimento e Educação Fiscal		x
Contencioso Administrativo e Judicial		x
Cooperação Fiscal e Integração		x
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		x
Fiscalização		x
Gestão de Cadastros		x
Julgamento		x
Maiores Contribuintes		x
Ouvidoria		x
Pesquisa e Investigação		x
Programação e Estudos		x
Relações Internacionais		x
Ressarcimento, Compensação e Restituição		x
Tributação		x

Quadro 45: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	53	53	14	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	53	53	14	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	53	52	14	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	245	228	94	94
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	245	227	94	94
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	298	281	108	106

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica – Quadro 43

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 51% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 1.209 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

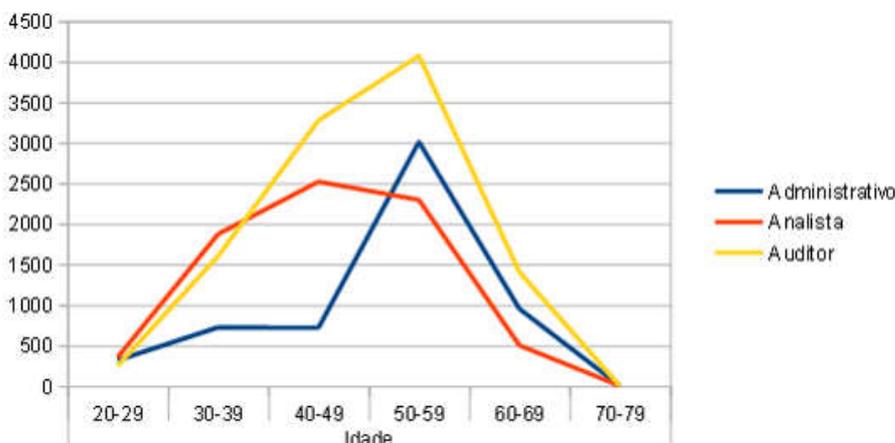
Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})$

	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1ª RF	146	107	1,36
2ª RF	191	70	2,73
3ª RF	28	52	0,54
4ª RF	11	90	0,12
5ª RF	31	73	0,42
6ª RF	17	144	0,12
7ª RF	58	192	0,30
8ª RF	312	405	0,77
9ª RF	76	142	0,54
10ª RF	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03
RFB	1.209	1.526	0,79

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, apenas 3 UJ receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em 2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 70 cargos vagos no ano em questão, 43% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.



De acordo com o exposto acima, conclui-se que o Órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias. Apesar de não representarem uma perda definitiva da força de trabalho, outro fator que contribui temporariamente para a sua redução são os afastamentos. O quadro abaixo totaliza o número de dias durante o ano dos afastamentos considerados relevantes para a análise da redução da força de trabalho.

Tipo de Afastamento	Quantidade de dias
Afastamento preventivo PAD	727
Licença acidente em serviço	999
Licença para tratamento de saúde	140.446
Falta	1.579
Suspensão	486
TOTAL	144.237

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração realizada em 06/01/2015

Foram considerados apenas afastamentos para os quais pode haver algum tipo de ação de prevenção por parte do órgão. O somatório da quantidade de dias desses afastamentos corresponderia a 430 servidores ausentes, ou seja, 1,8% da força de trabalho, durante todo o ano.

Análise Crítica – Quadro 44

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Análise Crítica – Quadro 45

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do Quadro 45 que há quase 20 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019,

no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de 36% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR.

6.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, a RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio de auto avaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico, são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

- I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;
- II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;

III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;

IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e

V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro abaixo detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

Competências		Lacunas*	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1,19	1	6	133	1.076
	Ética profissional	0,82	2	1	10	20
	Trabalho em equipe	1,06	3	2	17	288
	Orientação para resultados	1,23	1	1	40	120
	Ação sistêmica	1,3	2	2	14	42
	Autodesenvolvimento	1,3	4	13	83	1.846
	Criatividade e Inovação	1,42	2	0	0	0
	Excelência na prestação de serviços	1,12	6	3	28	400
	Racionalidade na utilização de recursos	1,19	3	1	4	16
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0,38	2	4	68	243
	Efetividade de gestão	0,54	2	5	29	420
	Negociação e cooperação	1,24	1	0	0	0
	Liderança	1,25	6	7	58	1.136
	Gestão da mudança e inovação	0,61	2	2	63	920
Específicas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	-0,12	2	1	16	456
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0,15	137	58	589	7.391
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	1,03	117	27	765	10.234
	Administração Aduaneira	0,77	50	36	390	3.887
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-0,45	23	13	291	2.790
	Interação com a Sociedade	0,29	49	29	336	3.095
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	0,32	3	1	7	112
	Gestão Institucional	-0,74	13	5	102	925
	Controle Institucional	-3,29	0	0	0	0
	Gestão Orçamentária e Financeira	1,14	29	6	50	710
	Governança de Tecnologia Da Informação	-0,38	37	4	27	260
	Gestão de Pessoas	0,13	43	67	695	4.691
	Gestão de Materiais e Logística	0,79	40	25	209	3.361
Total	-	580	319	4.024	44.439	

* Fórmula: DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 06/02/2015).

O quadro geral da 2ª RF quanto às competências fundamentais e gerenciais apresenta bom nível de assertividade de iniciativas, considerando os aspectos de lacunas, número de ações planejadas, número de ações executadas, número de participações com repetição e número de horas. Todavia,

quando observamos as competências específicas, é possível constatar algumas incongruências, isto é, no macroprocesso “Arrecadação e Controle do Crédito Tributário”, por exemplo, apesar do superávit de - 0,15, temos o número considerável de 58 ações executadas. Já em relação ao macroprocesso “Gestão Orçamentária e Financeira”, que apresenta lacuna de 1,14, encontramos um número de ações executadas que não condiz com a importância do macroprocesso e a necessidade de desenvolver suas lacunas de competência, ou seja, foram apenas 06 ações executadas. Por conseguinte, é preciso desenvolver iniciativas estratégicas em sintonia com a necessidade da 2ª RF pelos parâmetros bem aplicados entre maiores lacunas x ações de capacitação.

A 2ª RF tem sido a porta de entrada de servidores na RFB, oriundos de outras unidades federadas não pertencentes da Região Norte, e por este motivo tem como característica um alto índice de rotatividade de servidores por meio dos concursos de remoção interna. Esta característica impacta diretamente no programa de capacitação referente ao macroprocesso “Gestão de Pessoas”, que apesar de apresentar uma lacuna igual a 0,13 foi contemplado com 67 ações executadas, totalizando 4.691 horas.

Por fim, em uma análise geral, os dados tabulados referentes a 2ª RF e a DRJ – BEL demonstram um esforço da 2ª RF em suprir algumas das maiores lacunas, mas também ratifica que existem competências que precisam ter mais ações de capacitação, como exemplo as competências: “criatividade e inovação” e “negociação e cooperação”.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

Receita Federal

6.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 46: Custos do Pessoal

02ª RF

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Ju- diciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios As- sistenciais e previdenciá- rios	Demais des- pesas variá- veis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercí- cios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercí- cios	2014	219.142.088,52	2.342.530,10	19.308.691,08	6.430.128,65	7.097.038,38	6.422.884,45	0,00	299.044,34	1.337.073,30	262.379.478,82
	2013	210.686.035,50	2.273.179,95	16.959.763,52	5.939.217,58	7.305.303,62	6.161.280,70	4.351,47	546.661,13	1.051.961,88	250.927.755,35
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercí- cios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercí- cios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercí- cios	2014	1.668.963,23	0,00	153.471,37	53.504,97	32.845,00	80.276,86	0,00	0,00	23.462,64	2.012.524,07
	2013	1.755.727,59	0,00	131.243,63	49.895,89	37.608,72	76.060,97	0,00	0,00	16.209,36	2.066.746,16
Servidores com Contrato Temporário											
Exercí- cios	2014										0,00
	2013										0,00

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.

2. A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminado-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.
3. Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto os referentes a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a Prestação de Contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna “Demais despesas variáveis”. Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
4. Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda - SAMF, órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.
 - c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
 - d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
 - e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §§ 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §§ 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Creche	TOTAL
2ª RF	227.765,04	2.102.278,21	0,00	21.600,00	25.109,00	0,00	2.351.643,25

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

6.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

6.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

- No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:

Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria incalculável de acordo com a Constituição Federal.

Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.

O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

- No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:

Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);

Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.

- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Na 2ª Região Fiscal, foi detectado caso de acumulação de rendimentos de duas fontes, Ministério da Fazenda e Casa Civil - Governo do Estado do Maranhão de julho a dezembro de 2009. Como o servidor não tem comparecido ao posto de trabalho na Receita Federal, não houve notificação. O caso ainda está sendo analisado pelo Escritório de Corregedoria da 2ª Região Fiscal.

6.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

6.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme Análise Crítica feita para o Quadro 43, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário e Assistente-Técnico Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última nomeação para o cargo de Analista-Tributário, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Arelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 17 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à

efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

6.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013	2014
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 2008, temos uma perda líquida de quase 2.000 Auditores-Fiscais. Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Seguindo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do PPA 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas

de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. Abaixo segue quadro com os valores solicitados ao MF:

Vagas Pleiteadas maio/14	2015	2016	2017	2018	2019	Total PPA 2016-2019
AFRFB	3.201	1.888	1.888	1.252	1.252	6.280
ATRFB	2.166	1.432	1.432	1.086	1.086	5.036
ATA NI	8.483	4.572	4.572	2.433	2.433	14.010
ATA NS	391	184	184	80	80	528

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2014	Grau de Lotação Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%
	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação "Dados LDO" do MP. Portaria nº156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento "Quadro Lotação Autorizada x Atual"

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado,

do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada região fiscal, no ano de 2014:

RF	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1	146	107	83	117	5
2	191	70	68	148	41
3	28	52	69	51	-6
4	11	90	68	36	-47
5	31	73	71	50	-21
6	17	144	120	68	-75
7	58	192	205	140	-69
8	312	405	834	865	-124
9	76	142	139	122	-49
10	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29
RFB	1.209	1.526	1.963	1.963	-317

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015

Das 1.963 remoções ao longo de 2014, 40% foram por tipos que contribuem diretamente para uma melhor equalização do grau de lotação (remoção a pedido por Concurso de Remoção, remoção a pedido para Equalização do Grau de Lotação, remoção de ofício para unidades que se localizam em municípios de fronteira). Este efeito pode ser percebido no quadro abaixo, que mostra a evolução do Grau de Equalização nos últimos dois anos:

Grau de Equalização				
	jun/13	dez/13	jul/14	dez/14
Unidades com grau de lotação de até 15% em torno da média	121	127	134	137
Nº de Unidades com lotação própria	167	166	167	167
Percentual	72,46%	76,51%	80,24%	82,04%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

6.2 Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio e de Estagiários

6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 48: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal no Porto de Belém / PA													
UG/Gestão: 170022 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0288-28							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	V	O	SRRF02 N° 45/2010	09.211.205/0001-90	01/11/2014	31/10/2015			9	9			P
2010	V	O	SRRF02 N° 43/2010	09.211.205/0001-90	21/07/2014	20/07/2015			15	15			P
2013	V	O	ALF/BEL N° 07/2013	09.211.205/0001-90	02/05/2014	01/05/2015			3	3			P
2013	V	O	ALF/BEL N° 12/2013	09.211.205/0001-90	05/07/2014	04/07/2015			6	6			P
2014	V	O	ALF/BEL N° 01/2014	10.760.842/0001-03	21/01/2015	20/01/2016			14	14			P
2011	L	O	DRF/BEL N° 19/2011	07.270.170/0001-35	01/01/2014	31/12/2014	22	22					P
2013	L	O	ALF/BEL N° 17/2013	15.001.655/0001-51	01/01/2014	31/12/2014	7	7					P
2013	L	O	ALF/BEL N° 11/2013	23.066.228/0001-80	12/06/2014	11/06/2015	10	10					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CRCG / BELÉM

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macapá / AP													
UG/Gestão:170024 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0074-05							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	DRF/MCA 01/2009	08.531.731/0001-75	12/01/2009	12/01/2014			6	6			E
2014	V	O	DRF/MCA 01/2014	08.531.731/0001-75	14/01/2014	31/12/2015			7	7			A
Observações: Não há menção de exigência de escolaridade, seja no edital, seja no Contrato. Contato com RH da empresa confirmou nível médio da mão de obra locada.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SAPOL / DRF MACAPÁ

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus / AM													
UG/Gestão: 170209 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0072-35						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	DRF/MNS 11/2011	07.945.678/0003-58	01/02/2011	31/01/2016	28	15	00	13	00	00	P
2011	V	O	DRF/MNS 12/2011	07.945.678/0003-58	01/02/2011	31/07/2015	14	07	00	07	00	00	P
2011	V	O	DRF/MNS 21/2011	02.692.187/0001-67	25/04/2011	24/04/2015	24	07	00	17	00	00	P
2013	V	O	DRF/MNS 12/2013	04.718.633/0001-90	22/11/2013	21/11/2015	10	00	00	10	00	00	P
2012	L	O	DRF/MNS 26/2012	63.690.770/0001-23	01/01/2013	31/12/2015	9	9	00	00	00	00	P
2013	L	O	DRF/MNS 03/2013	09.531.642/0001-91	28/04/2013	27/04/2015	15	15	00	00	00	00	P
2013	L	O	DRF/MNS 10/2013	05.517.351/0001-98	22/11/2013	14/10/2014	10	08	00	02	00	00	E
2014	L	E	DRF/MNS 10/2014	18.596.923/0001-13	03/11/2014	29/12/2014	10	08	00	02	00	00	E
2014	L	O	DRF/MNS 13/2014	03.791.180/0001-12	18/12/2014	17/12/2015	11	09	00	02	00	00	A
2011	L	O	DRF/MNS 23/2011	05.517351/0001-98	04/05/2011	03/05/2014	12	12	00	00	00	00	E
2014	L	O	DRF/MNS 14/2014	63.690.770/0001-23	28/11/2014	27/11/2015	12	12	00	00	00	00	A
2013	L	O	DRF/RBO 01/2013	03.417.593/0001-84	18/02/2013	18/02/2016	23	12	00	11	00	00	P
2013	L	O	DRF/RBO 02/2013	03.417.593/0001-84	01/03/2013	01/03/2016	12	06	00	06	00	00	P
2014	L	O	DRF/MNS 05/2014	03.417.593/0001-84	23/01/2013	22/01/2019	06	03	00	03	00	00	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CRCG / MANAUS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco / AC													
UG/Gestão:1700205 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0073-16						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	DRF/RBO 19/2011	02.764.609/0001-62	01/09/2013	30/04/2015			28	28			P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SEPOL / DRF RIO BRANCO

Unidade Contratante

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém / PA

UG/Gestão: 170022 / 00001

CNPJ: 00.394.460/0288-28

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	ALF/BEL N° 09/2013	11.143.979/0001-73	04/06/2014	03/06/2015			2	2			P
2013	4	O	ALF/BEL N° 10/2013	13.258.951/0001-07	28/05/2014	27/05/2015	6	6					P
2012	12	O	ALF/BEL N° 15/2012	63.690.770/0001-23	11/12/2014	10/12/2015	2	2					P
2012	2	O	ALF/BEL N° 08/2012	02.589.131/0001-81	03/09/2014	02/09/2015	4	4					P
2012	2	O	DRF/BEL N° 08/2012	05.753.028/0001-13	02/07/2014	01/07/2015	3	3					P
2010	12	O	SRRF02 N° 10/2010	07.808.681/0001-68	01/01/2014	31/12/2014	12	12					E
2012	5	O	ALF/BEL N° 09/2012	07.808.681/0001-68	02/07/2014	01/07/2015			34	34			P
2011	5	O	DRF/BEL N° 03/2011	07.808.681/0001-68	01/01/2014	31/12/2014			04	04			E
2011	4 e 12	O	DRF/RBO N° 13/2011	09.134.888/0001-20	14/10/2014	13/10/2015	04	04					P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes 12. Outras	
--	--

Fonte: CRCG / BELÉM

6.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
Quadro 49: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus / AM													
UG/Gestão: 170209 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0072-35						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	DRF/RBO 12/2011	84.580.141/0001-10	08/08/2011	07/11/2016			13	13			P
2011	7	O	DRF/RBO 14/2011	10.927.661/0001-10	05/09/2011	04/09/2016			3	3			P
2010	5	O	SRRF02 18/2010	63.690.770/0001-23	19/01/2010	31/12/2014			24	24			E



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

Receita Federal

		O	SRRF02 18/2010	63.690.770/0001-23	19/01/2010	31/12/2014	9	9					E
2010	2	O	SRRF02 18/2010	63.690.770/0001-23	19/01/2010	31/12/2014			5	5			E
2012	2	O	DRF/MNS 25/2012	63.690.770/0001-23	01/01/2013	31/12/2015	3	1					P
2012	5	O	DRF/MNS 24/2012	05.517.351/0001-98	31/10/2012	30/10/2014			3	3			E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CRCG / MANAUS

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco / AC													
UG/Gestão: 170205 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0073-16							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	DRF/RBO nº 15/2011	12.004.773/0001-25	01/05/2013	30/05/2014	1	1					E
2011	6	O	DRF/RBO nº 15/2011	12.004.773/0001-25	01/05/2013	30/05/2014	1	1					E
2011	7	O	DRF/RBO nº 15/2011	12.004.773/0001-25	01/05/2013	30/05/2014			2	2			E
Observações:													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

Fonte: SEPOL / DRF RIO BRANCO

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho / RO													
UG/Gestão: 170201 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0075-88							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	12	O	DRF/PVO 03/2014	09.134.888/0001-20	21/01/2014	20/01/2015	2					P	
Observações: O contrato tem por objeto a contratação de serviços terceirizados de carregadores para a DRF/PVO/RO e jurisdicionada INS/GUM/RO.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

Fonte: SAPOL /DRF PORTO VELHO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

ANÁLISE CRÍTICA:

As Unidades Jurisdicionadas da RFB na 2ª Região Fiscal vem envidando esforços nas atividades de gestão e fiscalização de contratos, para evitar vícios de execução ou até mesmo interrupção dos serviços contratados. Ocorreram alguns casos isolados de vícios de execução, envolvendo atrasos no cumprimento de obrigações acessórias contratuais ou interrupção nos serviços, sendo que, na maioria dos casos, as situações irregulares foram solucionadas após atuação dos gestores de contrato e das autoridades contratantes, com a devida instauração de processo para aplicação de penalidade contratual nos casos cabíveis. Houve dois casos de rescisão unilateral em razão do descumprimento reiterado de obrigações contratuais.

6.2.3. Contratação de Estagiários

Quadro 50: Composição do Quadro de estagiários 02ª RF

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (Em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	68	68	64	69	316.742,81
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	68	68	64	69	316.742,81
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	68	68	64	69	316.742,81

Fonte: DW Siae – 05/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Estagiários das DRJs estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
4. O lançamento de dados históricos no Siae, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na RFB são alocados em atividades-meio (suporte administrativo) em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da RFB.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho – Disaq, da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas – Cogep, supervisionar a contratação de estagiários, em

âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas – DigeP, das Superintendências – SRRF, regionalmente.

Na RFB a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contratações, alteração de dados e desligamento de Estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

6.3 Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Informamos que não houve, por parte das Unidades Jurisdicionadas, revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, porém, todas as novas contratações foram realizadas com a previsão da desoneração da folha no preço da administração (planilha de custos), atendendo as diretrizes espostadas na legislação pertinente.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 7, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Lei 1.081/1950 – Dispõe sobre o uso de carros oficiais.

- Lei 9.327/1996 – Dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- Decreto nº 6.403/2008 – Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 03/2008 – Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos da frota regional são de vital importância no desempenho das mais variadas atividades. Em relação às atividades de vigilância e repressão, a frota é utilizada de maneira ostensiva nas operações de repressão. Citamos a importância da frota para as atividades de fiscalização, entrega de documentos, diligências, realização de fiscalização in loco e quaisquer outras atividades inerentes à fiscalização, que necessitem de deslocamento com viatura oficial. Existe ainda a necessidade de transportar servidores em viagens a serviços pelas unidades e municípios jurisdicionados, reuniões estratégicas fora da sede das unidades, movimentação de mercadorias apreendidas e de suprimentos entre as unidades, pesquisa de preços para licitações e demais atividades de apoio administrativo. Por fim, os veículos são utilizados também para o transporte do Gabinete e demais servidores nas atividades de representação.

FROTA DE VEÍCULOS DA RFB NA 2ª REGIÃO FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO / TIPO DE UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA EM ANOS
VEÍCULOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES FIM (FISCALIZAÇÃO / REPRESSÃO)	52	61.888,5	4,69
VEÍCULOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES MEIO E DE REPRESENTAÇÃO	27	64.586	8,87
VEÍCULOS DE UTILIZAÇÃO MISTA (ATIVIDADES MEIO E FIM)	62	120.940,5	9,38
SUB-TOTAL	141	233.915	7,65

No exercício de 2014, na 2ª Região Fiscal, os custos com combustíveis e lubrificantes foram R\$ 320.014,41, e os custos de manutenção da frota (peças e serviços) foram de R\$ 299.719,80, perfazendo um total de R\$ 619.734,21.

O plano de substituição da frota baseia-se na vida útil dos veículos, considerando seus estados de conservação e custos de manutenção. Quando algum veículo se torna antieconômico ou irrecuperável, prossegue-se ao seu desfazimento conforme previsto na Portaria RFB nº 1.943/2012.

Quanto a estruturas de controle da utilização de veículos, são utilizados de relatórios de saída para controle dos roteiros e quilometragem dos veículos, além de registros das saídas no sistema SIADS – Modulo Transporte. Também há contrato de gestão de abastecimento de combustíveis por cartão magnético, que dispõe de relatórios sobre quantidade de litros e quilometragem dos abastecimentos por veículo.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

Quadro 51: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	ACRE	6	7
	Assis Brasil	0	0
	Brasiléia	2	2
	Cruzeiro do Sul	1	1
	Plácido de Castro	0	1
	Rio Branco	2	2
	Sena Madureira	1	1
	Epitaciolândia	0	0
	AMAZONAS	10	10
	Humaitá	1	1
	Itacoatiara	1	1
	Manacapuru	1	1
	Manaus	1	1
	Maués	1	1
	Parintins	1	1
	São Gabriel da Cachoeira	1	1
	Tabatinga	2	2
	Tefé	1	1
	AMAPÁ	4	4
	Macapá	2	2
	Oiapoque	1	1
	Santana	1	1



Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

PARÁ	15	15
Abaetetuba	1	1
Almeirim	1	1
Altamira	1	1
Ananindeua	1	1
Barcarena	0	0
Belém	0	1
Breves	0	0
Capanema	1	1
Castanhal	1	1
Itaituba	1	1
Marabá	1	1
Novo Progresso	0	0
Óbidos	1	1
Oriximiná	1	1
Paragominas	1	1
Redenção	0	0
Santarém	2	2
São Miguel do Guamá	1	1
Tucuruí	1	0
RONDÔNIA	11	11
Ariquemes	1	1
Cacoal	2	2
Guajará-Mirim	2	2
Ji-Paraná	3	3
Porto Velho	1	1
Vilhena	2	2
RORAIMA	7	8



Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

	Boa Vista	1	1
	Bonfim	2	3
	Caracaraí	1	1
	Pacaraima	3	3
	Subtotal Brasil	53	51
EXTERIOR			0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	53	51
Fonte: SPIUNET			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

Quadro 52: Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170024	0605.00152.500-9	13	3	R\$ 721.270,18	30/09/2011	R\$ 721.270,18	-	R\$ 24.348,47
170024	0609.00035.500-5	11	3	R\$ 167.529,60	30/09/2011	R\$ 167.529,60	-	R\$ 8.116,15
170024	0615.00021.500-3	13	2	R\$ 195.746,22	30/09/2011	R\$ 195.746,22	-	R\$ 8.116,17
170024	0409.00030.500-5	21	2	R\$ 319.500,00	30/09/2011	R\$ 319.500,00	Almerim	SPU/Pa
170024	060500228.500-1	13	3	R\$ 654.932,38	27/06/2014	1ª avaliação	-	Área Terreno
170201	000300415.500-3	13	5	R\$ 2.982.461,81	29/11/2011	R\$ 1.989.232,27	R\$ 22.408,00	R\$ 19.899,60
170201	0001.00086.500-0	12	4	R\$ 189.489,24	25/06/2012	R\$ 399.682,91	R\$ 35.998,00	
170201	0001.00182.500-1	13	6	R\$ 246.251,69	29/11/2011	R\$ 237.116,55		
170201	0007.00127.500-0	13		R\$ 420.537,00	19/07/2012	R\$ 420.537,00		
170209	0235.00039.500-0	11	5	R\$ 120.000,00	20/03/2012	R\$ 434.600,00		
170209	0241.00032.500-7	12	4	R\$ 125.000,00	30/09/2011	R\$ 616.903,50		
170209	0253.00016.500-3	12	4	R\$ 110.000,00	08/02/2012	R\$ 586.010,20		
170209	0255.00766.500-8	13	4	R\$ 649.276,00	30/09/2011	R\$ 811.595,00		
170209	0261.00007.500-5	12	5	R\$ 50.000,00	28/03/2012	R\$ 61.879,84		
170209	0269.00060.500-0	12	5	R\$ 120.000,00	07/12/2011	R\$ 515.250,00		
170209	0283.00029-500-6	12	5	R\$ 66.000,00	26/12/2011	R\$ 80.955,50		
170209	0281.00056.500-7	12	4	R\$ 80.000,00	30/09/2011	R\$ 85.624,00		
170210	0255.00671.500-1	13	4	R\$ 528.142,59	06/04/2014	R\$2.250.000,00		
170210	9847.00052.500-2	12	4	R\$ 148.830,75	06/04/2014	R\$ 627.000,00		
170210	9847.00054.500-3	11	4	R\$ 88.160,00	06/04/2014	R\$ 487.500,0		
170213	030300034.500-1	12	4	R\$4.810,86	24/05/2011			
170213	0301.00173.500-1	12	3	R\$ 894.176,52	28/09/2011			
170213	0301.00174.500-7	12	4	R\$ 13.000,00	04/05/2011			
170213	0303.00034.500-1	12	4	R\$ 4.810,86	24/05/2011			
170217	0427.00902.500-3	13	3	R\$ 18.255.750,00	26/11/2014	R\$ 46.237.118,24		
170218	0415.00031.500-5	13	3	R\$ 5.584.050,97	11/10/2011	R\$ 2.338.830,62		
170218	0401.00015.500-8	13	5	R\$ 151.030,51	11/10/2011	R\$ 212.200,00		
170218	0443.00020.500-0	13	3	R\$ 199.760,02	04/11/2011	R\$ 859.752,00		
170218	0447.00181.500-0	13	3	R\$ 133.285,31	11/10/2011	R\$ 260.960,92	R\$158.000,00	
170218	0509.00019.500-1	13	3	R\$ 60.726,28	11/10/2011	R\$ 114.479,92		
170218		13		R\$ 22.500,00	12/09/2011			
170219	411.00320.500-3	13	3	R\$ 150.951,22	30/09/2011			
170219	471.00247.500-0	13	5	R\$ 3.969.862,80	17/10/2014			
170219	501.00029.500-0	13	4	R\$ 119.354,63	30/09/2011			

170219	505.00019.500-9	13	4	R\$ 154.113,18	30/09/2011				
170219	535.00105.500-8	13	2	R\$ 1.798.509,63	30/09/2011				
170219	053500204500-6	13		1.275.000,00	30/09/2013				
170334	048300165500-9	13	5	R\$ 11.124,00	16/08/2011	R\$ 480.000,00			
170334	048300166500-4	13	5	R\$ 543.947,29	16/08/2011	R\$ 1.012.823,29			
170334	048300169500-0	13	5	R\$ 96.651,00	16/08/2011	R\$ 565.527,00			
170334	056100023500-1	13	3	R\$ 235.112,95	10/02/2014	R\$235.112,95			
TOTAL							R\$ 216.406,00	R\$ 60.480,39	

Fonte: SPIUNET, EDIFICA E SIAFI

Quadro 53: Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ DRE/RIO BRANCO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0139.00252.500-5
	Endereço	RUA MARECHAL DEODORO, 340 – CENTRO
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.460/0275-03
	Nome ou Razão Social	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ACRE
	Atividade ou Ramo de Atuação	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA FAZENDA NACIONAL
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	-
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do espaço cedido	5º E 6º ANDARES
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	22,14% SOBRE O VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS RATEADOS, EXCETO OPERADOR DE CARGA. 33,69% SOBRE O VALOR TOTAL DO SERVIÇO DE OPERADOR DE CARGA
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OCORRE RATEIO NOS GASTOS RELATIVOS A: LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO, VIG/SEGURANÇA, MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, ÁGUA/ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, OPERADOR DE CARGA.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0139.00252.500-5
	Endereço	RUA MARECHAL DEODORO, 340 – CENTRO
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.683.111/0003-60
	Nome ou Razão Social	SERPRO – REGIONAL BELÉM
	Atividade ou Ramo de Atuação	PROCESSAMENTO DE DADOS
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	-
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do espaço cedido	1º ANDAR
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	3,10% SOBRE O VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS RATEADOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OCORRE RATEIO NOS GASTOS RELATIVOS A: LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO, VIG/SEGURANÇA, MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, ÁGUA/ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0139.00252.500-5
	Endereço	RUA MARECHAL DEODORO, 340 – CENTRO
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.914.685/0001-03
	Nome ou Razão Social	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
	Atividade ou Ramo de Atuação	CONTROLE INTERNO, AUDITORIA PÚBLICA, CORREIÇÃO, PREVENÇÃO, COMBATE À CORRUPÇÃO, OUVIDORIA
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	-
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do espaço cedido	7º ANDAR
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	8,45% SOBRE O VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS RATEADOS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OCORRE RATEIO NOS GASTOS RELATIVOS A: LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO, VIG/SEGURANÇA, MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, ÁGUA/ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA.

Quadro 54: Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício/R\$	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
OCUPADOS							
170213	0301.00175.500-2	6	R\$ 219,60	12/05/2011			
170213	0301.00150.500-6	6	R\$ 3.318,88	12/05/2011			

170213	0307.00030.500-2	6	R\$ 259,20	19/05/2011			
170213	0307.00031.500-8	6	R\$ 259,20	19/05/2011			
170205	0105.00024.500-0	4	R\$ 322.376,18	15/04/2013	R\$ 427.009,62		
170205	0105.00034.500-5	5	R\$ 28.334,48	13/10/2011	R\$ 28.334,48		
170205	0107.00057.500-7	4	R\$ 218.167,26	13/10/2011	R\$ 279.038,03	25.999,99	250,00
170205	0139.00252.500-5	4	R\$ 7.072.873,38	04/11/2013	R\$ 7.873.440,19	-	49.216,19
170205	0139.00283.500-4	6	R\$ 217.430,87	26/09/2011	R\$ 277.888,37	681.731,90	-
170205	0145.00042.500-8	6	R\$ 121.831,00	13/10/2011	R\$ 61.070,31	340.446,32	
170332	0005 00065.500-8	4	R\$ 758.479,90	16/09/2011			
170332	0005 00094.500-6	5	R\$114.900,00	16/09/2011			
170332	0005 00096.500-7	5	R\$ 47.916,00	16/09/2011			
170332	0013 00045.500-0	5	R\$ 875.968,69	19/08/2008			
170332	013 00046.500-5	5	R\$ 135.231,94	16/09/2011			
Vazios							
Total						1.048.178,21	49.466,19

Fonte: SPIUNET

7.3 Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 55: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARÁ	3	3
	Belém	1	1
	Ananindeua	1	1
	Novo Progresso	0	0
	Redenção	1	1
	AMAZONAS	1	2
	Manaus	1	2
	RONDÔNIA	2	2
	Ariquemes	1	1
Cacoal	1	1	
Subtotal Brasil		6	7
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	7

Fonte: SPIUNET

Análise crítica 51, 52, 53, 54, 55:

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal procura desenvolver uma política de adequação das instalações físicas de suas Unidades, visando ao conforto dos servidores e contribuintes, às exigências legais de acessibilidade e à otimização dos recursos aplicados em manutenção predial.

Foram realizados importantes serviços de reparos e elaboração de projetos para as unidades da SRRF02, de acordo com o Plano de Engenharia – PE 2014, dando continuidade às iniciativas previstas inicialmente no Plano de Prioridades de Intervenção em Logística, Adequação e Reformas de Imóveis – PILAR 2012, homologado pelo Órgão Central, que estabeleceu parcelas do teto orçamentário das SRRF para utilização na elaboração de projetos e na execução de reparos e obras de determinados imóveis, considerando-se uma ordem baseada no grau e tipo de precariedade a ser sanada.

A maior dificuldade para a realização do Plano de Engenharia - PE 2014, assim como no ano anterior foi a falta de um setor especializado em projetos e obras de engenharia, com profissionais suficientes para a elaboração de todos os projetos contemplados, o que levou as Unidades a licitar inicialmente os projetos básicos para posteriormente licitar os serviços de execução dos respectivos projetos, elevando assim o prazo para conclusão das intervenções. Para fazer frente a esta dificuldade, o Gabinete da SRRF02 mantém um grupo de trabalho, o GT Especial de Engenharia, para tratar de determinadas intervenções na 2ª Região Fiscal



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2ª
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

8.1 Informações sobre Sistemas Computacionais

A 2ª RF não possui contratos na área de Tecnologia de Informação referente ao desenvolvimento de sistemas relacionados aos macroprocessos. Os sistemas computacionais são os utilizados nacionalmente.

Acrescentamos abaixo as informações sobre os contratos de Reprografia realizados na 2º RF em 2014.

Quadro 56: Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
ALF/ BEL 15/20 13	Locação de máquinas reprograficas	21/102014 a 20/10/2015	08.610.363/0002-31	Locopia Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda	R\$ 118.147,39	R\$ 132.356,44
ALF/ BEL 16/20 13	Locação de máquinas reprograficas	06/11/2014 a 05/11/2015	00.339.640/0001-20	Printer Office Informática Ltda	R\$ 108.680,06	R\$ 108.777,54
ALF/ BEL 06/20 14	Locação de máquinas reprograficas	09/05/2014 a 08/05/2015	01.657.353/0001-21	Amazonas Copiadoras Ltda	R\$ 203.839,12	R\$ 172.243,18
ALF/ BEL 07/20 14	Locação de máquinas reprograficas	09/07/2014 a 08/07/2015	07.217.926/0001-82	M L P Costa - EPP	R\$ 10.259,88	0
ALF/ BEL 08/20 14	Locação de máquinas reprograficas	10/07/2014 a 09/07/2015	73.968.505/0001-18	T F Bertolucci Villas Boas & Cia Ltda	R\$ 72.437,64	R\$ 30.371,52
ALF/	Locação de má-	16/07/2014	15.512.542/0001-10	Acronet Corp.	R\$ 68.340,00	R\$ 36.905,



Receita Federal

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

BEL 10/20 14	quinas reprograficas	a 15/07/2015		Comercio Serviços e		65
ALF/ BEL 11/20 14	Locação de má- quinas reprograficas	18/08/2014 a 17/08/2015	08.610.363/0002-31	Locopia Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda	R\$ 50.764,00	R\$ 10.235, 37

Quadro 56: Sistemas Tecnologia da Informação em 2014

Nome SATELITE PARCELAMENTO LEI 11941	Descrição Sistema fará a leitura dos movimentos (arrecadação, retificação, restituição e compensação) a cada decênio oriundos das receitas e procederá a decomposição em códigos de receita específicos, de acordo com o perfil da dívida do contribuinte. Após a decomposição, o sistema enviará os dados ao CLACON. Há integração com o CLACON; PERFIL DÍVIDA; TRATARET; SIAFI; CPF; CNPJ e TOM.
GPI - Gerencial Papel Imune	O sistema Gerencial Papel Imune (GPI) tem por objetivo manter o cadastro de registros especiais de Papel Imune e possibilitar consultas aos dados da base da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (Declaração de Informações Fiscais - DIF Papel Imune), bem como gerar relatórios que forneçam informações para auxiliar na programação, seleção e preparo das ações fiscais.
CPF-ECT	Sistema que possibilita efetuar consulta on-line para validação de atendimentos de solicitações CPF, coleta e encaminhamento de inscrições e atualizações para o cadastro de pessoa física - CPF, por intermédio da Empresa de Correios e Telegráficos - ECT.
CPF - Atualizações	Sistema que possibilita ao servidor da RFB efetuar as operações de inscrição, inclusão, alteração, regularização, cancelamento e anulação de registros de cidadãos no Cadastro de Pessoa Física (CPF), realizar a complementação de atendimentos iniciados em conveniadas e obter dados estatísticos para apoiar ações gerenciais. Permite também consultar informações relativas às declarações de IRPF apresentadas pelo contribuinte, débitos em conta corrente Pessoa Física, beneficiário na DIRF, sócio e/ou responsável por empresa no CNPJ.
TOM - Grande Porte	Permitir a consulta on-line aos órgãos e municípios por seus códigos e nomes e por CEPs. São realizadas consultas pelo usuário e pelos sistemas que atendem a RFB unificando os códigos e descrições. Sendo uma tabela única, sua atualização está presente simultaneamente em todos os sistemas que a consultam. Esta atualização é feita sempre que o cliente faz sua requisição através do gestor e tem sua principal causa nas portarias emitidas pelo Ministério da Fazenda ou da RFB. Permite a manutenção de um cadastro único, atualizado e de fácil consulta sobre os órgãos jurisdicionadores da RFB, proporciona maior consistência e integridade as suas informações.
IRPJ - Gerenciador Sistemas Online	Sistema responsável pela coleta das informações contidas nas declarações de rendimento de pessoa jurídica - lucro real (Form 1), gerando arquivo para atualização da Base IRPJ.

Fonte: Serpro

IRPJ - Incentivos Fiscais	Sistema responsável pelo tratamento das declarações de lucro real, de contribuintes que optaram por incentivos fiscais, e controle das solicitações efetuadas por Perc (pedido de revisão de certificado), com envio de arquivo e extrato para os fundos, informando os optantes e o valor da opção.
Angela - Arrec Análise Gerencial	Sistema responsável pela coleta mensal, armazenamento e apresentação de dados referenciados à arrecadação de tributos federais abrangendo 24 meses, constituindo-se em ferramenta de análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão pela RFB.
SIPRAR - Sistema de Previsão da Arrecadação	Permite o registro, por UA e por Natureza de Receita, dos valores mensais previstos da arrecadação, consolidando-os nos níveis regional e nacional, estando sua base de dados disponível para acesso por meio de extrator de dados.
Avadas - Sistema de Validação e Aceitação de Darfs da Rede Arrecadadora	Sistema responsável pela validação dos arquivos magnéticos de prestação de contas da arrecadação federal (pagamentos) recebidos pela rede arrecadadora, procedendo à transcrição e processamento dos pagamentos entregues em papel (BDA-DARF).
Carol - Cad Agente Arrec on-line	Sistema responsável pela gestão do cadastro dos agentes arrecadadores, efetuando o registro, armazenamento e apresentação de dados referenciados aos bancos que constituem a rede arrecadadora de receitas federais.
SIADI - Sistema Informação Arrecadação Diária	Sistema responsável pela coleta diária, armazenamento e apresentação de dados referenciados à arrecadação de tributos federais, abrangendo 6 (seis) decênios, constituindo-se em ferramenta de análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão pela RFB.
SINCOR - TACO - Tabelas Coeficientes	Sistema que armazena e disponibiliza para consulta os coeficientes de correção monetária (OTN, ORTN, BTN, BTNF, TRD, UFIR, SELIC, TJM), por meio de aplicativo on-line e/ou rotinas utilizadas pelos sistemas de consolidação de débitos.
SINCOR - SIDAT - Sistema de Datas	Registra feriados (municipais, estaduais e federais) e prorrogações de datas de vencimento de créditos tributários, tornando a informação disponível para uso dos sistemas de cobrança. O tratamento centralizado dessas informações gera confiabilidade e integração nas informações prestadas, proporcionando redução de custos, uma vez que elimina a necessidade de esforços duplicados.

Fonte: Serpro

ALERTA - Comunicado do Simples Nacional	
Simples Nacional - Carnê MEI	Sistema responsável pela geração de arquivos com dados do domicílio dos contribuintes optantes pelo regime de Microempreendedor Individual e demais informações necessárias à emissão do Documento de Arrecadação - DAS, com código de barras, para pagamento na rede arrecadadora (bancos), obedecendo à agenda tributária dos vencimentos dos tributos.
SINAL - Sistema Inform Arrec Feder	Sistema responsável pela manutenção de uma base de dados em ambiente de grande porte, com atualização diária das informações referentes a pagamentos de tributos, contribuições federais, documentos e depósitos dos contribuintes pessoa física e pessoa jurídica.
SINCOR SIPADE - Sistema Parcelamento de Débitos	Realiza o controle dos processos de parcelamentos negociados previamente com o contribuinte, efetuando a cobrança das parcelas por intermédio da rede arrecadadora, com a utilização da sistemática de débito automático, ou por meio da emissão de DARFs enviados pelo correio. O sistema tem como característica principal o gerenciamento dos processos de parcelamento dos contribuintes, concedendo desta forma ao usuário um acionamento rápido e efetivo nas situações das parcelas, através das funções on-line do sistema. Realiza a integração com a rede bancária e com os sistemas TRATAPAR e PROFISC, mantendo a situação do processo sempre atualizada.
PROFISC - Processos Fiscais	Sistema que possibilita o acompanhamento e o controle da tramitação dos processos fiscais com crédito tributário em todas as suas fases, até o encerramento ou envio à PGFN, possibilitando a integração das diversas áreas da RFB (arrecadação, fiscalização, tributação e delegacias de julgamento) e dos órgãos do Ministério da Fazenda (Protocolo, PFN, Conselho de Contribuintes, etc.) Esse controle é efetuado de forma integrada com diversos sistemas da RFB, módulos do SIEF e com sistemas de outros clientes.
SICODEC - Sistema Controle de Declarações	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de Multa por Atraso na Entrega de Declaração e de omissão de Declarações. (Grande Porte)

Fonte: Serpro

SICODEC - DCTF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.
SICODEC - DIRF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte.
SICODEC - DIPJ	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica.
SICODEC - DIRPF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física.
SICODEC - DACON	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.
SICODEC - ITR	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de multa por atraso na entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
SICODEC - DIMOB	Sistema responsável pela emissão de 2ª via da Notificação de Lançamento, referente a multa por atraso na entrega de Declaração Informações sobre Atividades Imobiliárias.
SICODEC - DERC	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais, com emissão de Autos de Infração para cobrança da multa por atraso para as situações de entrega espontânea fora do prazo, entrega após a intimação e pelo não atendimento à intimação. O programa possibilita a inclusão manual de contribuintes não selecionados pelos critérios automáticos para emissão de intimação e omissos.
SICODEC - DIMOF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega da Declaração de Informações sobre a Movimentação Financeira, com emissão de Autos de Infração para cobrança da multa por atraso para as situações de entrega espontânea fora do prazo, entrega após a intimação e pelo não atendimento à intimação. O programa possibilita a inclusão manual de contribuintes não selecionados pelos critérios automáticos para emissão de intimação e omissos.

Fonte: Serpro

Sincor CCPJ - Batch	Sistema responsável pela recepção, crítica e alocação automática dos débitos de lançamento de DIRPJ e DCTF e pelo controle dos débitos inadimplentes e controle da quitação dos mesmos.
Sincor CCPJ - Online	Disponibilizar os débitos de declarações de contribuintes pessoa jurídica, após o batimento, permitindo as correções, através de funções on-line, das vinculações de débitos e pagamentos.
PROFISC - Alocação Automática - BATCH	O sistema realiza a alocação automática de pagamentos, remissão e indicação de termo de revelia/perempção para os processos que deveriam estar em cobrança final por decurso de prazo.
SIAP - Sistema de Assinalamento de Pagamento	O sistema promove o direcionamento dos pagamentos para os aplicativos devidos, com base nas características dos DARFs, garantindo principalmente exclusividade no uso deste pagamento.
Funções Genéricas Sincor (Online)	Sistema responsável por prover as demais aplicações do SINCOR de procedimentos unificados e padronizados, como tratamento de erros e controle de impressão.
ITR - Tabelas	Disponibilização da tabela de municípios para atender ao sistema ITR.
DCTF - Online	Sistema responsável por disponibilizar à RFB dados referentes às declarações de DCTF, bem como informações gerenciais online.
ITR - Lançamento Diário	Sistema responsável por efetuar o cálculo do lançamento do ITR dos imóveis rurais solicitados on-line pelas unidades da RECEITA, para emissão de notificações e DARF.

Fonte: Serpro

Profisc - Gera Informação Gerencial	Aplicativo que extrai, consolida e agrega informações dos processos administrativos fiscais com crédito tributário, fornecendo base de dados para elaboração de consultas para o sistema PROFISCONS. (Gera informações administrativas para todos os níveis gerenciais da RFB. Fornece dados sobre processos agregados para elaborar estatísticas sobre o acompanhamento dos processos).
PROFISC - Consulta Gerencial	Sistema que disponibiliza dados gerenciais consolidados sobre o SIEF Processos, para consulta on-line pela RFB.
CPF - Cadastro Nacional Pessoa Física	Sistema responsável pela manutenção da base de dados do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, incluindo os processos de atualização de situação cadastral e dados cadastrais a partir da entrega de declaração (DIRPF/DAI).
TRATARET - Trat Retif DARFs Clas	Sistema responsável pelo tratamento das informações referentes à retificação de pagamentos de tributos federais, geradas pelo sistema SINAL, para alimentação do sistema CLACON (classificação e controle), gerando a informação sobre os valores da arrecadação retificada.
TRATANI - Trata Info Contribuintes	Sistema responsável pela emissão de certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, por meio da recuperação de informações sobre irregularidades fiscais disponíveis nos sistemas da RFB, tais como, omissão de entrega de declaração, créditos tributários vencidos e não pagos, regularidade no recolhimento de pagamentos, créditos tributários na situação de exigibilidade suspensa. As informações são disponibilizadas em relatório único para que a fiscalização possa analisar e decidir sobre a emissão da certidão.
SINCOR - Trata Pagto de Cobrança Créd. Trib.	O sistema possibilita a consulta e a atualização (transferência, bloqueio e desbloqueio) dos pagamentos dos sistemas do SINCOR, facilitando a alocação dos pagamentos aos débitos do contribuinte, possibilitando um atendimento mais conclusivo ao contribuinte e maior agilidade no atendimento na RFB, com diminuição das filas que o contribuinte tem que enfrentar.
CADIN - Cadastro de Inadimplentes	O sistema é responsável pela manutenção e atualização do cadastro de inadimplentes e omissos de declarações junto à RFB, agregando informações de outros sistemas, identificando os contribuintes inadimplentes e prováveis inadimplentes para com o fisco.

Fonte: Serpro

GERPROCPJ - Geração Processo Eletrônico PJ	Sistema responsável pela geração de processos fiscais de débitos de pessoa jurídica, originados de autos de infração e das declarações de IRPJ, com envio de arquivos eletrônicos para inscrição em Dívida Ativa da União.
SIAR - Acompanhamento de Remessas Bancárias	Sistema responsável pela coleta diária, armazenamento e apresentação de dados relativos às remessas de prestação de contas da arrecadação de tributos federais entregues pela rede arrecadadora, informando a quantidade de DARF recepcionados no meio magnético, eletrônico e físico (papel).
GERPROCPF - Geração Processo Eletrônico PF	Sistema responsável pela geração dos processos fiscais de débitos de pessoa física, originados de autos de infração e das declarações de IRPF, com envio de arquivos eletrônicos para inscrição em Dívida Ativa da União.
Conta Corrente Pessoa Física	Sistema responsável pelo controle do pagamento dos créditos tributários das pessoas físicas junto à RFB, originados do processamento das declarações de IRPF, pelo sistema de lançamento ou de ações de fiscalização. Possui funções de inclusão on-line de créditos tributários a partir do sistema de lançamento, permitindo o controle imediatamente após a apuração do mesmo. O sistema também disponibiliza aplicações on-line para consulta e atualização de créditos tributários, alocação de pagamentos aos créditos tributários, emissão local de DARF e consulta aos eventos de atualização dos créditos tributários.
TO - Tabela Orçamentária	Sistema responsável pela coleta, armazenamento e apresentação de dados relativos à tabela de receitas federais, constituindo-se na principal ferramenta de apoio a aplicativos instalados no ambiente IBM de grande porte, da administração tributária.
CLACON Centralizado	Sistema responsável pelo controle e pela classificação da arrecadação das receitas federais, disponibilizando informações sobre os pagamentos para fins de acompanhamento, controle e análise pela RFB do comportamento da arrecadação e dos contribuintes, subsidiando o processo de distribuição dos recursos arrecadados aos beneficiários. O sistema também fornece informações para o Banco Central, permitindo o acompanhamento do comportamento da rede arrecadadora quanto às inconsistências entre a prestação de contas e o repasse financeiro.
ITR - Distribuição	Sistema responsável pela distribuição decenal dos valores arrecadados às entidades beneficiárias do ITR (União, Municípios, CNA, CONTAG e Ministério do Trabalho), por meio da decomposição de cada DARF com o seu correspondente lançamento.

Fonte: Serpro

ITR - Trata Débitos	Sistema responsável pelo planejamento, seleção e execução da cobrança de débitos relativos ao ITR, com emissão de avisos de cobrança e correspondentes relatórios de apoio.
ITR - Prog. Gerador de Declaração - PGD Validador	Programa de declaração do ITR (PGD ITR) e suas respectivas rotinas de validação e aceitação.
IRPJ - Geração da Base	Sistema responsável pelo carregamento da base PJ com os dados das declarações, com a função de preservar a integridade da base, criticando os dados dos sistemas de captação.
ITR - Gerenciador ON LINE	Sistema responsável pela gestão e armazenamento de dados do ITR, provendo os diversos módulos on-line para tratamento dessas informações.
Profisc - Cobrança Final - Enviados à PFN	Sistema responsável por disponibilizar informações para o CADIN dos processos fiscais em cobrança final e dos processos enviados à PGFN.
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES - DATAPREV/BDCONTRIB	Extração e compilação diária de dados dos sistemas CPF e CNPJ em arquivo digital a ser encaminhado à DATAPREV para atualização do banco de dados de contribuintes previdenciários (BD Contrib). O envio diário é feito por meio de sistema de controle.
PROFISC - Interface - Dívida Ativa	Sistema que possibilita a inscrição semi-eletrônica de processos fiscais já movimentados para a PGFN, disponibilizando periodicamente, na Base intermediária RFB x PGFN, os dados dos processos e do demonstrativo de débitos de cada processo para a inscrição.
DOI - Processamento	Sistema responsável pela recepção de informações sobre operações imobiliárias transmitidas via RECEITANET pelos Cartórios. O sistema também efetua o tratamento das informações no ambiente de grande porte para posterior cruzamento com os sistemas de interesse da área de fiscalização da RFB.
SISAI - Sistema de Acompanhamentos de Inaptos	Sistema responsável pela publicação de editais e atos para empresas a serem consideradas inaptas no cadastro CNPJ, disponibilizando informações sobre as mesmas.

Fonte: Serpro

RADARPJ - Transferência de Pagto PJ entre DRFs	Sistema responsável pela realocação diária dos pagamentos de pessoa jurídica que sofreram alterações de jurisdição de Delegacia.
Guia PF - Geração Unificada Informações Agregadas	Sistema responsável pela apresentação unificada, em um único aplicativo, do dossiê do contribuinte Pessoa Física, acessando de forma dinâmica as informações básicas em cada um dos sistemas da RFB em que o mesmo é referenciado.
Redarf - Retificação de DARF	Sistema responsável pela verificação junto aos sistemas de cobrança do SINCOR se a retificação solicitada pelo SIEF pode ser efetivada promovendo a retificação dos pagamentos nas bases do SINCOR em tempo real, mantendo a integridade dos dados do SINAL, do SIEF e do SINCOR.
ITR - Geração Base/M.Serpro	Sistema responsável pela geração da base de declarações do ITR (DITR), promovendo a descompactação das declarações entregues em meio eletrônico (PGD ITR) e a carga das declarações entregues em formulário.
ITR - Malha Cadastro	Sistema que aponta irregularidades no preenchimento das declarações DIAC e DIAT, segundo critérios pré-definidos, permitindo sua regularização e a correspondente liberação da declaração para a formação do CAFIR e lançamento do imposto.
ITR - Lançamento	Cálculo e lançamento do sistema ITR.
ITR - Emissão Distribuição	Sistema responsável pela emissão das notificações e DARF relativos ao lançamento do ITR a partir de 1997, assim como os relatórios espelho de lançamento para utilização pelos órgãos da RECEITA e relatório de controle de postagem na ECT.
SIMPLES NACIONAL - Atualização Tabela Estados e Municípios	Sistema responsável pela atualização on-line da tabela de estados e municípios que estabelecem ou suspendem convênio com a RFB.
IRPJ - Omissos	Sistema responsável pela identificação dos contribuintes omissos de entrega da declaração IRPJ (5 últimos exercícios ou segundo definição da Receita), possibilitando a emissão de intimações pelo sistema SICODEC.

Fonte: Serpro

IRPJ - Extração Sapli	Sistema destinado a possibilitar a fiscalização, o acompanhamento e o controle das declarações IRPJ, no que diz respeito à compensação de prejuízos fiscais e à tributação do lucro inflacionário.
CONTACORPJ - Sistema de Administração da Cobrança	Sistema responsável pela geração de cobrança para os contribuintes que possuem débitos devedores no Conta Corrente PJ, possibilitando o controle da evolução da cobrança, disponibilizando informação sobre débitos não resolvidos, para fins de inscrição na dívida ativa. O sistema também permite que o usuário conheça o universo de devedores da UL disponíveis para cobrança e fornece informações para análise do efeito das cobranças emitidas.
DCTF - Gerenciais	Sistema que fornece informações gerenciais, referentes às declarações DCTF a partir do exercício 1997, que podem ser apuradas por Delegacia, Região Fiscal e Nacional, agregadas por valores declarados, compensações e redutores tributários. O sistema ainda permite a consulta e a impressão de declaração específica.
CNPJ - Cadastro Nacional Pessoa Jurídica	Sistema responsável pela manutenção de uma base de dados atualizada com as informações de Empresas (dados cadastrais, quadro societário e de administradores e alterações efetuadas), visando atender à RFB, INSS, Estados e Municípios convenientes.
SIVEX - Sistema Vedações e Exclusões	Sistema responsável pela emissão dos Atos Declaratórios executivos de aceitação, vedação e exclusão da sistemática do Simples.
ITR - Arquivamento	Searq e Searq IRPF - gravado em CD-ROM e recuperação para impressão das declarações anuais do ITR, a partir de 1998.
CPMF - Trimestral 1999/2000	Sistema responsável pela recepção, validação e armazenamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, entregues por todas as pessoas jurídicas, ou a ela equiparadas, na forma da legislação pertinente e disponibilizando informações gerenciais do controle da produção.
IRPJ - Lançamento Multas Por Atraso	Sistema responsável pela emissão de auto de infração, com chancela eletrônica, das declarações até o exercício de 2006, entregues em atraso, sendo as multas lançadas no sistema Conta Corrente Pessoa Jurídica.

Fonte: Serpro

CPMF - Não Incidentes	Programa validador de declarações da CPMF de contribuintes não incidentes desse tributo.
CPMF - Mensal Consolidada	Sistema responsável por recepcionar, validar e armazenar a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF, consolidada e entregue mensalmente pelas instituições financeiras conforme legislação pertinente.
ITR - Conta Corrente Linear	Sistema responsável por efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural.
ITR - Cadastro Fiscal Imóveis Rurais - CAFIR	Sistema de cadastramento dos imóveis rurais.
Isentos Base de Declarações	Aplicativo responsável pela manutenção da consistência da base de declarações de isentos DAI
DNF - Processamento	Sistema responsável pela recepção de informações sobre empresas adquirentes de matéria prima para fabricação de embalagens, bem como empresas adquirentes de embalagens, com base nos dados das notas fiscais das empresas fornecedoras.
Ada Explorer	Sistema que autoriza e executa extração de dados das aplicações da RFB residentes em bancos de dados ADABAS, de acordo com perfil de acesso previamente autorizado pela RFB.
CPMF - Medidas Judiciais	Sistema responsável pela validação, recebimento e descompactação das declarações enviadas via internet e das declarações entregues em cartucho pelas instituições financeiras.
SINALDEP-LEVDEP - Sinal Depósito (Módulo de DJE)	Sistema responsável pelo controle dos levantamentos de depósitos judiciais e extrajudiciais, recolhidos ao Tesouro Nacional na forma da Lei 9.703 de 17/11/1998.

Fonte: Serpro

CPMF - Trimestral Declarações	Sistema responsável pela descompactação das declarações enviadas pela internet através do PGD/Receitanet, pela validação das declarações recebidas em cartucho pertencentes a exercícios anteriores ao 4º trimestre de 2006, provendo mecanismos de extração on-line ou batch dos dados contidos nas declarações da base de dados, para o sistema Dossiê Integrado. O aplicativo também disponibiliza dados de movimentações financeiras para o DW, provendo mecanismos de extração on-line, para batimentos do sistema DIRF DIRFxDARF, e recuperar dados de movimentação financeira e CPMF mediante solicitação do sistema INFOJUD.
ITR - TDA - Base de Pgto c/ Títulos de Dívidas Agrárias	Sistema responsável pelo cadastramento dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), a serem utilizados para pagamento do imposto ITR.
ITR – Gerencial	Sistema responsável pela produção de informações gerenciais relativas ao ITR, especialmente relacionadas com as malhas cadastro e valor.
ITR - Sistema de Preços de Terras	Sistema responsável pela manutenção, e pela disponibilização para consulta, da tabela de Preços de Terra.
SISCAD - Sistema de Capacitação e Desenvolvimento	Sistema responsável pela automação e controle dos processos de planejamento, programação e execução das ações de Capacitação e Desenvolvimento de RH da RFB.
HOD - Host On Demand para a RFB	Contabilizar uso do Host on Demand (emulador de 3270 - via internet) pela RFB.
Cálculo de Penalidades da Rarf	Módulo de cálculo específico dos encargos e penalidades para o sistema Âncora na ambiência SIEF.
Gerencial Papel Imune	Sistema responsável pela recepção das informações relativas a empresas que utilizam Papel Imune.

SINCOR - Adaptação Da Tabela Fundamentação Legal	A port. RFB/PGFN 583/89 institui GT com a finalidade de definir e implementar a unificação das tabelas de fundamentação legal lançamento e da cobrança dos créditos tributários no âmbito da RFB e da PGFN.
ITR - Integração dos Sistemas ITR e Tratani	Sistema responsável por disponibilizar, de forma integrada, as informações dos sistemas que tratam o ITR, para subsidiar o processo de emissão de certidões negativas.
SINCO - Sistema Integrado De Coleta	Sistema responsável pela integração das coletas de informações fiscais das empresas em um único aplicativo, proporcionando ao contribuinte a transmissão dessas informações por meio da internet e criando sistema gerencial para o usuário da RECEITA na plataforma cliente servidor.
ITR - Inscrição da Dívida Ativa a partir de 1997	Sistema responsável por efetuar a inscrição na Dívida Ativa das declarações ITR 1997.
ITR - Trata-Declaração	Sistema responsável pelo tratamento das Declarações do ITR de 1998 a 2000.
Dirf - Coleta Declarações	Sistema responsável pela recepção e processamento de Declarações da DIRF (Declaração de Imposto Retido na Fonte).
CPF - Atualização Réplica Bacen	Sistema responsável por disponibilizar as atualizações do cadastro de pessoas físicas - CPF para manutenção da réplica do cadastro no Banco do Brasil - BACEN.
SIPAC - Consulta à Base Sinal para Órgãos Conveniados	Sistema que possibilita a órgãos conveniados com a RFB consultarem a base de pagamentos do SINAL, via Internet, com manutenção do cadastro dos órgãos conveniados no ambiente SIEF.

Fonte: Serpro

Cálculo de Acréscimos Legais - Fibra	Sistema que subsidia todos os outros sistemas que necessitam efetuar cálculos de acréscimos legais, com base em toda a legislação e regras de acréscimos aplicáveis a créditos tributários, depósitos judiciais, depósitos sub judice, direitos creditórios, compensações, restituições, ressarcimentos, penalidades da rede arrecadadora, tratamentos de juros para tributos não vencidos, permitindo a realização de consolidações e imputações.
ITR - Geração de Edital	Aplicativo responsável pelas atividades de planejamento, emissão e acompanhamento de edital para débitos do CCITR.
ITR - Seleção de Devedores a partir de 1997	Aplicativo que efetua a seleção de CT devedores, conforme critérios pré-definidos, para geração de processos.
ITR - Cobrança	Aplicativo responsável pela cobrança de débitos do CCITR, contemplando funcionalidades para administrar as atividades de planejamento, emissão e acompanhamento.
ITR - Informações Gerenciais CCITR (Débitos a partir de 1997)	Módulo de informações gerenciais do CCITR.
DCTF - Lançamento 2004/2006	Sistema responsável pela consolidação de dados das declarações DCTF, efetuando o cálculo das datas de vencimento para posterior lançamento do crédito tributário para os sistemas de cobrança.
DCTF - Controle e Geração de Débitos 2004/2006	Geração do crédito tributário proveniente das declarações DCTF, para posterior envio aos sistemas de cobrança.
DCTF - Gerenciais 2004/2006 (DCTF - WEB)	Sistema responsável por fornecer informações gerenciais, referentes às declarações DCTF a partir do exercício 1997, com consultas consolidadas por Delegacias, Região Fiscal e âmbito Brasil, agregadas por valores declarados, compensações e redutores tributários. O sistema também possibilita a consulta e a impressão de uma declaração específica.

Fonte: Serpro

IPI - Enquadramento de Bebidas	Possibilitar que as solicitações de enquadramento de bebidas sejam feitas por processo eletrônico, desde o pedido do interessado até a elaboração do ato.
CONTAPAES – Contabilização do PAES	Tratamento dos DARFs, das retificações, restituições e compensações relativos ao parcelamento especial - PAES, tendo em vista sua classificação pelo CLACON.
Dacon Consulta Gerencial	Sistema gerencial e de consulta para atender à recepção de informações pelo PGD DACON, nos moldes da consulta DCP.
Dacon - Processamento	Sistema responsável pela descompactação dos demonstrativos de apuração de contribuições sociais gerados pelo PGD Dacon.
DIMOB - Consultas Gerenciais	Sistema responsável por disponibilizar consultas gerenciais da DIMOB - Declaração de Informação sobre atividades Imobiliárias.
Regimes de Incidência para Pis/Pasep/COFINS	Sistema responsável por disponibilizar no sítio da RFB o Termo de Opção para o regime especial de apuração e pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
IRPF - Malha Imposto de Renda Pessoa Física	Possibilitar a análise das declarações de IRPF, exercício 2004 em diante, que se encontram em Malha Fiscal, bem como, promover acertos, liberações, cancelamentos, emissões de intimações e autos de infrações.
PROFISC - Extração de Dados	Sistema responsável pela extração e processamento mensal de informações de processos do sistema PROFISC, consolidando as informações em arquivo MS-ACCESS para envio à RFB.
IRPJ - Geração de Débitos	Sistema responsável pela geração de débitos das declarações IRPJ e Simples Federal, liberadas de malha, para o sistema conta corrente IRPJ.

PROFISC - Consultas Alerta	Sistemas responsável pelo armazenamento e tratamento de dados dos processos que serão objeto de cobrança nas mensagens enviadas pelo Sistema Alerta.
SCC - Cons e Impressão PER-DCOMP no Grande Porte	Sistema responsável pelas consultas e impressões da PERDCOMP a partir do Receitanet.
SINCOR CCITR - Conta Corrente ITR	Sistema responsável por efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural, utilizando a imputação proporcional.
ITR - Depuração da Base CCITR	Sistema responsável pela depuração da base do Conta Corrente ITR.
ITR - Malha Fiscal	Aplicativo que identifica, de acordo com critérios pré-definidos definidos, irregularidades no preenchimento das declarações ITR a partir de 2003 (inclusive), com aplicação na Web para seleção e tratamento das irregularidades, permitindo emissão ou intimação para comparecimento, acerto e notificação de lançamento.
Distribuição de Pagamentos	Sistema que recebe diariamente arquivos dos bancos, com os pagamentos recebidos e gera arquivos para as entidades que administram as receitas e para os sistemas internos da RFB que necessitam dessas informações.
CPF - Fornecimento de Dados do CPF ao SENASP/MJ	Sistema responsável pelo fornecimento de dados do CPF ao SENASP/MJ.
Decred Declarações	Banco de dados contendo informações geradas pelo programa gerador da Declaração de Operações com Cartão de Crédito, permitindo consultas operacionais e gerenciais das declarações.
SCC - Comunicação	Aplicativo responsável por efetuar a comunicação prévia ao sujeito passivo (contribuinte) intimando-o a prestar esclarecimentos sobre incorreções ou inconsistências detectadas pelos sistemas de controle e análise eletrônica dos Pedidos de Restituição e /ou Compensações - PerDcomps, assim como comunicar resultado da análise das declarações.

Fonte: Serpro

SARED - Sistema de Armazenamento e Recuperação de Docs	Sistema que possibilita a captura de imagens de diversos tipos de documentos da RFB, armazenando-as em um repositório no servidor de arquivos WEB, permitindo posterior consulta parametrizada a estas informações com controle de acesso ao usuário.
IRPJ - Interface Sistema de Controle de Créditos	Sistema de interface com o Sistema de Controle de Créditos - SCC, módulos: IRPJ, CSLL e pagamento Indevido ou a Maior.
DBF - Declaração de Benefícios Fiscais - Consulta	Sistema produzido em ambiente de microcomputador, que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD e Validador Dacon	Aplicativo acionado pelo RECEITANET na transmissão, pelos contribuintes, de declarações gravadas para entrega à RFB utilizando o PGD DACON.
IRPJ - Identifica Contrib. Obrigados a DCTF Mensal	Sistema que possibilita a identificação dos contribuintes obrigados a entregar a DCTF Mensal.
SIMPLES NACIONAL	Sistema responsável pelo tratamento do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
SINSAT - Contabilização do Simples Nacional	Sistema responsável pela classificação dos Documentos de Arrecadação do Simples Nacional.
ITR - Cadastro de Municípios Conveniados	Projeto que visa atender aos convênios estabelecidos entre a Receita Federal do Brasil e os Municípios.

Parc Excepcional Débito PJ junto à RFB/PGFN/INSS	Sistema responsável pela decomposição da classificação da Arrecadação do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Emissão de IP para Receita Previdenciária	Aplicativo com interface no sistema SUCOP para emissão de Intimações de Pagamento referentes à receita previdenciária.
SCC PERDCOMP Rotinas De Integração	Rotinas de uso comum para os módulos do sistema de controle de créditos (SCC), bem como rotinas para atender solicitações de outros sistemas.
Fornecimento de Informações ao Senado Federal	Transmissão mensal de arquivo para o SENADO FEDERAL, com dados cadastrais de pessoas jurídicas, não protegidos por sigilo fiscal.
CPMF - Não Incidência - MRE	Sistema responsável pela divulgação às instituições financeiras dos CPF de diplomatas estrangeiros e do CNPJ de embaixadas, consulados de carreira e representações de organismos internacionais isentos da CPMF.
CONTAPAEX2 - Contabilização do PAEX	Aplicativo responsável pela decomposição da arrecadação do parcelamento excepcional 120 meses Pessoa Jurídica (PAEX 120).
Gerador de Número Padrão de Documento	Aplicativo responsável pela geração de número de documento para uso de sistemas que emitem documentos da RFB para contribuintes.
Validador declaração Transferência de Títulos de Ações DTA	Aplicativo responsável pela validação das Declarações de Transferência de Titularidade de Ações - DTTA.
Contasimples - Contabilização do Simples Federal	Sistema responsável pelo ajuste da classificação do parcelamento do Simples Federal.
SIVEXSN - Sistema de Vedações e Exclusões do SN	Sistema responsável pela emissão dos Atos Declaratórios executivos de aceitação, vedação e exclusão da sistemática do Simples Nacional.

SCC - PERDCOMP - Normalização de Débitos	Sistema responsável pela normalização de débitos tributários declarados na PERDCOMP.
---	--

Fonte: Serpro

Parcelamento TimeMania junto à RFB	Sistema responsável pela decomposição da classificação da arrecadação do Parcelamento TimeMania em 240 meses, de entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional.
ITR - Malha Ditec (Críticas e Aplicativo)	Sistema responsável pelo processamento e crítica de declarações ITR dos anos 2008 em diante, mantendo um único arquivo com informações de todos os exercícios abrangidos.
Contabilização do ITR	Sistema responsável pela apuração diária do valor líquido arrecadado com o Imposto Territorial Rural - ITR.
Parcelamento TIMEMANIA junto à PGFN	Sistema que efetua a decomposição da classificação da Arrecadação do Parcelamento TimeMania PGFN, em parcelas específicas por natureza de receita.
IRPJ - Carga Declarações	Sistema responsável pelo tratamento das declarações IRPJ, alimentando as bases do IRPJ.
IRPJ - Consulta Declarações	Sistema de consulta online aos dados das declarações IRPJ, dados de arquivamento e registro de eventos ocorridos com as mesmas.
IRPJ - Malha Cadastro/Retificação	Sistema responsável pela crítica dos dados cadastrais e duplicidade das declarações IRPJ.
IRPJ - Validador Declarações	Sistema responsável pela crítica das declarações de IRPJ no momento da transmissão do micro do contribuinte para as bases do Serpro, tendo sido incluídas, para o exercício de 2010, de críticas de certificação digital.

DMED - processamento e armazenamento	Validador, e	A DMED se destina à realização automatizada de descompactação e carga das declarações DMED em ambiente grande porte, gerando dados nos bancos ADABAS. Além disso, há um módulo de consulta ao extrato no processamento da DMED.
--------------------------------------	--------------	---

Fonte: Serpro

Ambiente de Treinamento RFB - CAT 01		Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 01.
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES -DATA-PREV/BDCONTRIB		Extração e compilação diária de dados dos sistemas CPF e CNPJ em arquivo digital a ser encaminhado à DATAPREV para atualização do banco de dados de contribuintes previdenciários (BD Contrib). O envio diário é feito por meio de sistema de controle.
IRPF/07 - Gerenciador De Processamento		Aplicativo responsável pelo gerenciamento e controle da chamada a todos os módulos (Malha DITEC, Malha Valor, Malha Débito, Cálculo etc.) que envolvem o processamento de uma Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, até o exercício 2007, efetuando a crítica e o apontamento nos parâmetros de Malha definidos pela RFB.
IRPF/07 - Malha RFB		Verificar se as declarações IRPF infringem parâmetros pré-estabelecidos, registrar a incidência, emitir relatórios para as drf1s e pedidos de esclarecimentos para os declarantes.
IRPF/07 - Restituições		Sistema responsável pela geração de arquivos com as restituições do IRPF das declarações até 2007 (fitas e disquetes) para os bancos.
IRPF/07 - Consulta Declaração		Aplicativo responsável por disponibilizar informações sobre as declarações IRPF até 2007, já processadas.

IRPF/07 - Controle Gerencial	Suprir a RFB de informações tanto em nível estratégico quanto em nível operacional, sobre o processamento das declarações IRPF, fornecer informações gerenciais sobre processamento do IRPF, controlar o fluxo das declarações em todas as fases do sistema.
IRPF - Multiexercícios	Aplicativo responsável pelo processamento de declarações de imposto de renda pessoa física, a partir do exercício de 2008 (inclusive), tratando vários exercícios no mesmo aplicativo.

Fonte: Serpro

IRPF/08 - Coleta Declaração	Sistema responsável por receber, preparar e transcrever nas regionais do SERPRO as declarações do IRPF dos exercícios a partir de 2008 (inclusive) e efetuar o controle de qualidade das declarações transcritas nas prestadoras.
IRPF/MX - Base de Dados - RJO	Modelo lógico de dados, com dicionarização de atributos e integração com o modelo geral de dados da RFB, que possibilita a gestão e manutenção do banco de dados do IRPF.
IRPF/08 - Malha RFB	Sistema responsável por verificar se as declarações do IRPF do exercício de 2008 infringem parâmetros pré-estabelecidos, registrando a incidência de irregularidades, com emissão de relatório para as DRFs e pedidos de esclarecimentos para os declarantes.
IRPF/MX - Cronograma e Lotes	Sistema responsável por fornecer à RFB as informações necessárias para a tomada de decisão quanto à liberação dos lotes de emissão de declarações processadas, dos exercícios a partir de 2008 (inclusive).
IRPF/08 - Cálculo	Sistema responsável por efetuar todos os cálculos do imposto de renda das declarações de 2008, enquadrando cada uma conforme suas características em uma tabela de casos que, dentre outras funções, determina os tipos de documentos de saída a serem emitidos.
IRPF/08 - Restituições	Sistema responsável pela geração de arquivos contendo as restituições do IRPF do exercício de 2008 (fitas e disquetes) para os bancos.

IRPF/08 - Controle Gerencial	Sistema responsável por suprir a RFB de informações em nível estratégico e em nível operacional, referentes ao processamento das declarações de IRPF do exercício de 2008, e por controlar o fluxo das declarações em todas as fases do sistema.
IRPF/MX - Malha Débito	Sistema responsável por identificar os contribuintes com Imposto a Restituir (IAR) apurado em Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física, Declaração de Espólio e Declaração de Saída Definitiva do País, que possuam débitos junto à RFB do Brasil e/ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, notificá-los e efetivar a compensação dos débitos.

Fonte: Serpro

IRPF/09 - Validador	Sistema responsável pela transmissão automática, da Embratel para o Serpro, das declarações de IRPF do exercício de 2009, recebidas por intermédio do serviço Receitafone, promovendo a organização de base de dados específica.
IRPF/09 - Descompactação e Carga de Declarações	Sistema responsável pela validação e transmissão das declarações do IRPF, do IRPJ e do ITR, referentes ao exercício de 2009, elaboradas em disquetes, das unidades locais da RFB para o banco de dados do SERPRO.
SINALDEP - Sinal Depósito	Sistema responsável pelo controle dos depósitos judiciais e administrativos de contribuições e tributos federais, administrados pela RFB, efetuados pela Caixa Econômica Federal, por contribuintes com ações judiciais e fiscais, com atualização diária, com os movimentos e os saldos de todas as consultas. O sistema também disponibiliza consulta às contas, exibindo os saldos e os movimentos, permitindo ainda a alteração do número do processo e do código de receita das contas abertas antes de 23/09/96, como também a alteração dos contribuintes dessas contas.
RadarPF - Transferência de Pgto PF entre DRFs	Realocar diariamente os pagamentos do Sinal e os débitos do CONCACORPF dos contribuintes pessoa física que sofreram alterações de jurisdição de Delegacia.
SIEF - SCC - Reintegra	Solução de TI responsável pelo processamento e tratamento das declarações PERDCOMP, executando de forma automática procedimento de análise de créditos, de compensação, de emissão de despacho decisório e de cobrança. É apoiado pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensação - SCC.

Sief - Processos	Módulo do Sief (sistema integrado de informações econômico fiscais), que possibilita controlar/acompanhar de forma integrada os principais processos que tramitam pela RFB, principalmente os que envolvem crédito tributário, com interação entre os vários tipos (auto de infração, notificação de lançamento, parcelamento, restituição, ressarcimento, compensação, ações judiciais, de consulta).
Sief - Cadastro CPF	Sistema que possibilita a servidor da RFB, no ambiente SIEF, efetuar as operações de inscrição, inclusão, alteração e cancelamento de cidadãos no cadastro de pessoas físicas, realizar a complementação de atendimentos iniciados em conveniadas e obter dados estatísticos para apoiar ações gerenciais.
Sief - Ação Fiscal	Sistema que possibilita o controle e o acompanhamento das ações fiscais, gerando informações e documentos que possibilitam maior eficácia e melhor gerenciamento em nível nacional, regional e local das ações fiscais, tendo em vista a necessidade de otimização da utilização dos recursos humanos.
Sief - Controle de Mercadorias Apreendidas	Sistema responsável pela recepção das informações sobre mercadorias apreendidas, diretamente ou através do sistema SAFIRA, fornecendo informações gerenciais e estatísticas locais, regionais e consolidadas para os gestores dos diferentes níveis organizacionais da RFB, possibilitando o controle das movimentações contábeis e de estoque físico nas fases de guarda, remoção e destinação para entidades beneficentes, para órgãos públicos para destruição ou para leilões de pessoas físicas e jurídicas. O sistema também é utilizado como apoio às atividades de preparação de leilões.
Sief - Declaração de Operação Imobiliária - Doi	Tornar disponível consultas on-line das informações constantes nas declarações sobre operações imobiliárias, apresentadas pelos cartórios através do Programa Gerador de Declarações - DOIPGD.

Sief - Sistema Integrado Inf Econômico-Fiscais	Sistema de informações que viabiliza todos os relacionamentos do contribuinte com a RFB. Esta visão integrada está registrada no modelo de dados corporativo da receita, e torna-se mais acurada à medida que mais dados são implementados no seu banco de dados. Uma consequência direta desta visão integrada é a possibilidade de prestar-se ao contribuinte um atendimento conclusivo em qualquer situação. As aplicações do Sief, quer as de consulta ou as de atualização, destinam-se a dar suporte às atividades da DRF. Utilizam-se dos dados localizados no banco de dados da DRF, que por sua vez armazena as informações dos contribuintes exclusivamente por ela jurisdicionados. Os recursos alocados a este código de sistema complementam o desenvolvimento de módulos específicos (outros códigos) do Sief, bem como suprem as necessidades de consultoria e desenvolvimento de funcionalidades de uso comum.
DW RFB - Processo ETL Importação	Aplicativo que efetua a extração de dados do comércio exterior - importação, para o sistema de DW Indicadores Estratégicos, fornecendo informações agregadas para o nível gerencial da RFB.
SIEF - Recursos Humanos	Sistema destinado a disponibilizar, no ambiente SIEF, dados corporativos de recursos humanos dos servidores da RFB, mantidas pelo SIAPECAD, para fins de consultas gerenciais e apoio a outras aplicações usuárias.
Sief - Tom - Consulta e Atualização	Sistema responsável por fornecer informações referentes a órgãos, municípios entre outros assuntos e domínios de interesses aos diversos sistemas da RFB, como também, subsidiar com informações outros ministérios do governo federal.

Fonte: Serpro

Sief - Controle Acesso Trans	Aplicativo responsável pela gestão do ambiente de acesso ao SIEF, possibilitando cadastramento de usuários e de seus níveis de acesso às transações, de acordo com os perfis associados.
Sief - DCTF 1999/2003 - Apoio	Aplicativo que realiza a extração das DCTF a partir de 1999, das bases do ambiente de grande porte, para posterior distribuição e carga em bases locais - Sief, realizando o controle de todo o processo de transferência de jurisdição e apoiando a manutenção quanto a correções e apurações especiais.

Sief - Carga dos Débitos Oriundos de Dcomp	Sistema responsável por executar a carga de Créditos Tributários originados de débitos declarados em DCOMP nas tabelas do recorte de cobrança no ambiente SIEF.
SIEF - IRPF Impressão Múltipla	Sistema que possibilitar a impressão de listas de declarações de IRPF dos exercícios de 2001 a 2005, no ambiente SIEF.
Sief - Trata Tipo de Crédito Pis/Pasep/Cofins	Sistema responsável pelo processamento das rotinas de reconhecimento do direito creditório referente aos créditos do PIS/PASEP e CONFINS, integrando as funcionalidades globais do SCC (Sistema de Controle de Crédito).
Sief - Pagamento	Sistema responsável pela manutenção de base de dados no SIEF, com atualização diária, referente aos pagamentos de tributos, contribuições federais e documentos depósitos dos contribuintes pessoa física e jurídica.
SIEF - Receitas	Sistema responsável pela coleta, armazenamento e apresentação de dados referenciados à tabela de receitas federais no ambiente SIEF, constituindo-se em ferramenta de apoio a aplicativos de administração tributária.
Sief - Tabelas	Aplicativo responsável por tornar disponível no ambiente de rede local das DRF, informações sobre as tabelas necessárias aos diversos módulos do Sief, com aplicativos para consulta, atualização e emissão.

Fonte: Serpro

Sief - Fiscalização Eletrônica	Sistema responsável pelo controle dos débitos apurados a partir das declarações de DCTF (exercício 97/98) e IRPJ (exercício 98), efetuando, conforme o caso, a seleção de contribuintes para inscrição em dívida ativa da união, a intimação de contribuintes para comparecimento às unidades locais da RFB ou a geração de auto de infração eletrônico.
Sief - Chancelas	Sistema destinado a sistematizar o processo de disponibilização de assinaturas eletrônicas, denominadas chancelas eletrônicas, com vistas à

	utilização nos documentos gerados nos diversos sistemas da secretaria da RFB.
Sief - Delegação de Competência	Sistema responsável pelo controle das delegações de competência para assinatura de Mandado de Procedimento Fiscal – MPF pelas autoridades das Unidades Administrativas da RFB de acordo com o que determina a Portaria RFB 407/2001.
Sief-GP- Crítica/Controle/Formatação/ Geração de CTS	Garantir duas atuações: monitorar o erro/SIEF legado (conjunto de registros anteriores a integração do processo fiscal com a fiscalização eletrônica) e efetuar a carga dos créditos tributários a partir das DCTFs correspondentes nos respectivos domicílios fiscais do contribuinte, gerenciando os erros originados neste processo de carga e garantindo a segurança e a integridade das informações.
Sief - Ação Fiscal Internet/Intranet	Sistema que possibilita a manutenção de horas trabalhadas dos Auditores Fiscais e permiti aos contribuintes consulta no site da RECEITA da veracidade dos mandatos de procedimentos fiscais a eles atribuídos e também permitir às instituições financeiras consulta da veracidade das requisições de movimentações financeiras a elas solicitadas.
SIEF - Cobrança Integrada	Sistema responsável por efetuar todos os procedimentos de Cobrança dos Créditos Tributários, originários de Declaração DCTF, Autos de Infração etc.
Sief - Dirf Operações	Sistema que disponibiliza no ambiente SIEF as operações de consulta de dados da declaração imposto retida na fonte - DIRF, bem como operações de cancelamento e cópia de declarações.
Sief - CTMA - Leilão	Sistema responsável pela recepção dos dados de leilões de mercadorias apreendidas do Sief-CTMA e pela emissão de DARFs, permitindo consultas e atualização de dados de arrematante, gerando ao final um arquivo para retorno ao Sief - CTMA.

Fonte: Serpro

Sief - Malha Débito/PF	Sistema responsável pelo controle da malha débito na plataforma SIEF, integrado a todos os sistemas que controlam débito da pessoa física, inclusive a PGFN.
------------------------	--

Sief - Ação Fiscal Aduaneiro	Sistema que possibilita o planejamento, acompanhamento e controle das ações fiscais aduaneiras realizadas em unidade de despacho ou áreas sob controle aduaneiro e ações realizadas normalmente após o desembarço e a entrega da mercadoria aos importadores, transportadores, etc., bem como a integração com os sistemas SAFIRA, PROCESSOS, SISCÔMEX, CTMA E CORPE.
Sief - Carga PerDcomp Rede Local	Aplicativo que efetua a carga de PERDCOMP (pedidos de restituição ou ressarcimento e declarações de compensação, oriundos das transmissões via PGD) no ambiente Sief, em banco centralizado Oracle.
Sief - Consulta e Impressão de PerDcomp	Sistema que disponibiliza rotinas de consultas e impressão da PERDCOMP (pedidos de restituição ou ressarcimento e declarações de compensação), no ambiente SIEF buscando a declaração por parâmetros a fim de instruir processos.
Sief - Tratam. Tipo de Crédito IPI - Ressarcimento	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório do IPI ressarcimento, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - Tratam Tipo de Crédito Pagamento Indevido	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório referente a créditos de pagamentos indevidos a maior, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - SCC Saldos Negativos	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório referente a créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - Tratam. de Créd Oriundos de Ação Judicial	Sistema que efetua o tratamento dos créditos oriundos de ação judicial, integrando as funcionalidades de SCC (sistema de controle de crédito).

Fonte: Serpro

DCTF - Carga Rápida	Sistema que efetua a extração das DCTF a partir de 1999, das bases de dados do ambiente de grande porte, para posterior distribuição e carga em bases locais - Sief, controlando todo o processo de transferência de jurisdição e apoiar a manutenção quanto a correções e apurações especiais.
---------------------	---

Sief - Âncora Conciliação	Aplicativo responsável pela conciliação da prestação de contas da rede arrecadadora de receitas federais.
Sief - SCC Núcleo	Sistema que efetua as verificações preliminares e outros procedimentos necessários aos módulos do SCC.
SCC - Créditos Previdenciários	Sistema da SCC resultado da demanda CODAC 0564/2008-110 que trata da implantação e manutenção em operação de parte inicial do módulo SIEF SCC -Créditos Previdenciários, responsável pelo tratamento dos pedidos gerados pelo Programa Gerador de Documentos (PGD) PER/DCOMP relacionados aos créditos previdenciários. Estas informações serão disponibilizadas no ambiente SIEF.
SIEF PREVISÃO- Sistema de Previsão da Arrecadação Federal - Módulos Eventos	Sistema de informações gerenciais para previsão e acompanhamento e análise da arrecadação.
Sief Web Análise Maiores Contribuintes	Sistema responsável pelo acompanhamento dos maiores contribuintes, em substituição ao Registro de Análises.
Validador SVA no RECEITANET	Aplicativo validador, que efetua a crítica dos arquivos gerados pelo PGD SVA antes da sua transmissão à base de dados da RFB, de forma a identificar erros cometidos pelo contribuinte, evitando assim que arquivos inválidos sejam colocados na base.

Fonte: Serpro

SIEF - SCC DACON	Aplicativo que disponibiliza ao usuário do SCC e à fiscalização externa uma visão detalhada (analítica) ou panorâmica (agregada) dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no regime de incidência não-acumulativo, apurados e demonstrados no DACON, bem como as diversas formas e montantes de aproveitamento de descontos pelo próprio contribuinte (no demonstrativo DACON), pedido de ressarcimento (PER) ou compensação (DCOMP). O aplicativo permite ao auditor fiscal responsável por execução de procedimento de fiscalização e/ou diligências referente às contribuições citadas, o acesso aos totais de créditos apurados pelo pessoa jurídica em cada período de apuração, por tipo de crédito, suas formas de aproveitamento bem como os saldo disponíveis para aproveitamento de ofício.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 02	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 02.
SIEF - PAGAMENTO AUTOMATICO EM LOTE	O serviço irá realizar consulta a diversos sistemas em rotinas batch para verificação fiscal do contribuinte, compensação de ofício e pagamento automático do credito (se houver). Hoje este procedimento é feito de forma manual pelo usuário. O sistema é um módulo do SIEF Processos Comp e Rest e as rotinas batch que serão executadas são adaptações das rotinas online existente.
AVAL - Aceitação e Validação de Documentos de Arrecadação	<p>O AVAL tem por finalidade recepcionar as remessas de documentos de arrecadação enviadas pela Rede Arrecadadora, de acordo com preconizado pela Manual de Arrecadação/Recebimento com Utilização do Código de barras - Versão04, distribuído pela Febraban. Além disso, o sistema realizará críticas nos documentos de arrecadação, enviado à rede arrecadadora os diagnósticos das remessas processadas e as informações necessárias para os sistemas SIEFRDOC e ANCORA. Nesse primeiro momento, o DARF terá de ser gerado necessariamente pelo Sistema SENDA. O AVAL faz a comunicação com a rede arrecadadora por meio de FTP que envia os arquivos com as informações dos DARF arrecadados pelos prestadores de serviços. Podendo esse envio ocorrer a qualquer hora do dia. A aceitação da remessa é realizada automaticamente pelo AVAL, que verifica os dados, realiza a aceitação da remessa ou devolve a remessa para o banco com as críticas realizadas.</p> <p>O sistema terá um modo online disponibilizado para a Área usuária da RFB para a verificação do status das remessas enviadas pela rede Arrecadadora. No módulo batch, serão processadas e validadas as remessas enviadas pela rede arrecadadora, procedimento que tem que ser realizado a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana.</p>

Fonte: Serpro

Siscomex - Legislação Intra-zonal - Aladi - Atualiza	Sistema responsável pela atualização da legislação referente aos acordos no âmbito da ALADI, contendo informações sobre os protocolos, as tarifas, as margens de preferências e as quotas negociadas, baseado nas nomenclaturas NALADI - NCCA e NALADI-SH/93, comportando informações históricas desde 1983.
Siscomex - Legislação - Intra - Aladi - Consulta	Aplicativo de consulta à legislação referente aos acordos no âmbito da ALADI (associação latino-americana de integração).
Siscomex - Legislação - Letra - NBM - SH - Consult	Sistema que possibilita a emissão da legislação baseada na nomenclatura brasileira de mercadorias.
Lince - Informações - Importação - IBGE-IPEA-BNDES	Aplicativo responsável pela geração de arquivo contendo informações sobre as importações brasileiras para o IPEA, IBGE e BNDES.
e-DBV - Declaração de Bens de Viajante	Sistema contém os seguintes módulos: A) Módulo Viajante - funcionalidades: preencher, alvar, editar, transmitir e consultar extrato da e-DBV. B) Módulo Fiscal - funcionalidades: consultar, editar, registrar as e-DBV dos viajantes, com parametrização de seleção, 'avermelhar', consultas gerenciais, listas de interesse.
Lince - Consulta Estatística - Importação	Sistema que possibilita consultas refinadas às informações de importações brasileiras, agregadas mensalmente, em um determinado período.
Lince - Consulta Dados Fiscais - Importação	Sistema que possibilita consultar as informações das declarações de importação, em apoio à ação de fiscalização das unidades aduaneiras da RFB.
PORTAL SISCOMEX	

Fonte: Serpro

VICOMEX - Visão Integrada do Comércio Exterior	
Lince - Informações - Aladi	Sistema responsável pela geração de arquivos mensais sobre as importações brasileiras já validadas pela RFB, enviado à ONU, ALADI e MERCOSUL.
Siscomex Importação Consulta-Di	Sistema que possibilita a consulta a informações da Declaração de Importação - DI, auxiliando o importador, a fiscalização aduaneira e o depositário, na realização de seus respectivos trabalhos.
Siscomex - Tabelas e Cadastros	Aplicativo de SUPORTE responsável pela manutenção e atualização das tabelas e cadastros que são as bases de validação para os demais sistemas da área de comércio exterior, engloba os sistemas de tabelas e cadastros do comércio exterior.
Lince - Consulta Importação - Diário	Sistema que possibilita o acompanhamento diário das importações brasileiras, viabilizando o conhecimento prévio da balança comercial pelas autoridades governamentais.
Siscomex Importação-Di	Sistema que possibilita a elaboração da Declaração de Importação, em meio eletrônico, contendo as informações que caracterizam uma operação de importação, distribuídas em grupos de informações comerciais/administrativas, determinando as regras para impostos, para o grupo de aduaneiras que apoiam a fiscalização no desembaraço da mercadoria, e das taxas cambiais, fornecendo subsídios para o fechamento do câmbio pelo BACEN.
Siscomex Importação Mantra Aéreo	Sistema de apoio ao controle aduaneiro sobre veículos e cargas procedentes do exterior, trânsito de cargas pelo território brasileiro e colocação das mesmas em armazéns alfandegados.
Siscomex Importação Presença de Carga	Sistema responsável pelo tratamento das informações relativas a manifesto de cargas importadas e de armazenamento de cargas, via transmissão de dados eletrônicos, disponibilizando-as para controle aduaneiro.

Fonte: Serpro

Siscomex - Legislação - NCM - Atualiza	Sistema que possibilita a atualização da legislação tributária de comércio exterior baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), tendo como fonte o Diário Oficial da União, disponibilizando informações sobre o imposto de importação desde 1995, e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) desde 1997, bem como benefícios do IPI, antidumping, contingenciamento, medidas de salvaguarda e acordos internacionais, GATT, SGPC e Mercosul.
Siscomex - Legislação - Mercosul - Consulta	Aplicativo que disponibiliza consultas à legislação tributária, referente ao imposto de importação.
Siscomex Importação	Sistema responsável pelas ações de controle e fiscalização do comércio exterior.
Siscomex Importação-Li	Sistema responsável pelo registro dos Licenciamentos de Importação (LI), que são solicitações prévias do importador ao governo federal, visando receber autorização para realizar um tipo específico de operação de importação, disponibilizando as informações aos órgãos federais anuentes, para análise, a fim de que possam decidir sobre a concessão de autorização de importação.
Siscomex Cadastro Representantes Micro	Sistema de SUPORTE a atualização e consultas WEB do cadastro de anuentes, cadastro de usuários de bancos para LI e cadastro de depositários, utilizados no Siscomex.
Siscomex - Legislação - Trat - Adm - SECEX	Sistema que possibilita atualização e consultas à legislação não tarifária, informando as restrições a que estão sujeitas as importações de determinadas mercadorias e as situações que exigem Licenciamento Prévio (LI).
Siscomex Importação - Gerencial - RFB	Sistema que disponibiliza consultas gerenciais sobre informações das declarações de importação registradas no Siscomex, para acompanhamento por parte das repartições aduaneiras da RFB
Siscomex Importação Notícias	Sistema responsável pela disseminação de informações relativas às importações.

Fonte: Serpro

Siscomex Importação Nve-Sinal-Valor	Sistema responsável por verificar se o valor declarado da mercadoria está situado dentro da faixa de valores estabelecidos e a descrição da mercadoria está de acordo com os padrões da NVE.
Siscomex - Legislação - Exame - Tributário	Sistema responsável pela validação das informações da declaração de Importação frente à legislação aduaneira vigente na época de registro, fornecendo diagnóstico para o importador e para a fiscalização.
Siscomex Importação - Despacho	Sistema responsável pelo acompanhamento do despacho aduaneiro, desde o registro da declaração até a liberação da mercadoria na alfândega.
Siscomex Importação Seleção Parametrizada	Sistema responsável por informar o tipo de tratamento a ser dado às importações, a partir de parâmetros estabelecidos, dinamicamente, pelas aduanas.
Siscomex Importação Débito em Conta	Sistema que possibilita, por meio de interação com os bancos, o pagamento, pelo importador, dos impostos de importação, por meio de débito em conta corrente, no ato da solicitação do registro da declaração de importação no Siscomex.
Lince - Relatório-Internet - Importação	Sistema responsável pela geração quinzenal de arquivos contendo informações sobre as importações brasileiras, para elaboração de relatórios a serem divulgados, via internet, pela RFB.
Siscomex Importação Anuente	Sistema que possibilita aos órgãos anuentes do processo de importação, que participam da análise dos LI elaborados pelos importadores, registrarem o resultado de suas anuências, com a decisão sobre a autorização para realização de operação de importação.
Siscomex - Declaração Simplificada Importação	Elaboração e registro da Declaração Simplificada de Importação, aplicando os devidos controles de carga e débito automático de tributos, tornando disponível informações para os usuários e para o despacho aduaneiro.

Fonte: Serpro

SISTEMA MERCANTE	Sistema de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - processa o controle da arrecadação do AFRMM, Manifestos de Carga, Conhecimentos de Embarque, Benefícios, Incentivos, Cadastros, Tabela Débito em Conta e outros.
Lince - Depuração De Informações Estatísticas	Aplicação responsável pela depuração de informações estatísticas de importação.
Siscomex - Controle de Recolhimento do ICMS	Sistema que possibilita o controle do recolhimento do ICMS declarado pelos importadores, permitindo o débito automático em conta corrente, para pagamento dos tributos estaduais, possibilitando controle por parte das Secretarias Estaduais de Fazenda, por meio de arquivos diários de declarações desembaraçadas e das declarações de ICMS geradas pelo Siscomex.
Trânsito Aduaneiro Nacional	Sistema que efetua o controle do trânsito aduaneiro multimodal, em nível nacional.
Siscomex - Internação - ZFM	Controle de mercadorias internadas e redução do coeficiente de imposto.
Siscomex Carga	Sistemas que possibilitam à aduana brasileira prever e planejar com antecedência a chegada de navios e cargas desembaraçadas em portos brasileiros, permitindo uma fiscalização mais eficiente e um gerenciamento mais efetivo por parte da RFB.
Lince - Geração De Arquivos	Sistema responsável por disponibilizar informações diárias e mensais, sobre datas e valores de importações e exportações que compõem a Balança comercial brasileira, para download pela intranet da RFB, por usuários habilitados pela Receita.
Siscomex - Gerencial Internação - ZFM	Sistema que disponibiliza informações gerenciais referentes ao processo de internação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

Geração de Arquivos DSI/DSE	Aplicação Web para disponibilização de arquivos de DSI e DSE para download.
HARPIA RTU - REGIME TRIBUTÁRIO UNIFICADO	Sistema que possibilita à RFB a identificação precoce de riscos aduaneiros que possam afetar decisões.
DW RFB - Extração Importação	Aplicativo que disponibiliza informação sobre as importações brasileiras para o DW Corporativo da RFB.
SISTEMA REMESSA	Controlar Remessa Expressa, importações porta a porta, em nível nacional.
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE APOIO AO SISCORI	Sistema de atualização de parâmetros para extração de informações estatísticas que irão subsidiar a análise da ocorrência de irregularidade na Importação. Consulta dados estatísticos para usuário importador e usuários RFB.
SISCOSERV - Modulo Venda	Sistema integrado com o SISCOMEX para controlar as operações de exportação de serviços, com registro de usuários, com consulta a Registro de Venda de Serviços e faturamento.
SISCOSERV - Modulo Aquisição	Sistema integrado com o SISCOMEX para controlar as operações de importação de serviços, com registro de usuários, com consulta a Registro de Aquisição de Serviços e pagamento.
EDMOV - DECL MOV FÍSICA INTERNACIONAL DE VALORES	Sistema de controle da movimentação física de valores efetuada por empresas transportadoras.

SISCOMEX - Cadastros Aduaneiros	Sistema para gerir cadastros aduaneiros, que engloba: Representação por Terceiros; Representação por Dirigente; Representação por Despachante; Sanção Administrativa; Cadastro Interveniante; Parâmetros de Representação. Esse sistema é acesso pelo Siscomex Importação, Siscomex Exportação e RADAR/DOSSIÊ.
SISCOMEX - Tabelas Aduaneiras Web	Sistema para disponibilizar as seguintes tabelas em ambiente WEB: Atividade de Comércio Exterior, Motivo Alteração Cancelamento Sanção, Termo de Responsabilidade, Tipo de Sanção, Tratamento Aduaneiro Especial, entre outras. O sistema possibilitará que o SISCOMEX, o contribuinte e a RFB tenham acesso e mantenham as tabelas de informações Aduaneiras na plataforma WEB. O sistema é acessado principalmente pelo Siscomex Importação, Siscomex Exportação e Cadastros Aduaneiros.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 03	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 03.
MANUAIS ELETRÔNICOS - RFB - ADUANA	Rotina de publicação dos manuais ADUANEIROS na página da RFB na internet.
Lince - Consulta - Estatística - Exportação	Sistema que possibilita o acompanhamento mensal das exportações brasileiras, apoiando as autoridades governamentais brasileiras na tomada de decisões relativas à política de comércio exterior.
Siscomex Exportação Notícias	Sistema que propicia a disseminação eletrônica de notícias sobre comércio exterior, no segmento exportação.
Siscomex Exportação Declaração	Sistema responsável pela integração das fases comercial, cambial e aduaneira das exportações brasileiras, por meio de processamento cooperativo SERPRO/BACEN, para apoio operacional às aduanas, exportadores e depositários.

Siscomex Exportação Gerencial	Sistema que possibilita a realização de consulta gerenciais sobre as declarações de exportação registradas no SISCOMEX, para acompanhamento por parte da aduana da RFB.
-------------------------------	---

Fonte: Serpro

SALEX - Sistema Acompanhamento Liquidações de Exportações	Elaborar solução com a finalidade de controlar a comprovação das liquidações das operações de câmbio, nos limites estabelecidos pela lei, em relação às exportações de bens e serviços. O sistema possibilitará, além da verificação da observância das normas cambiais, a emissão de intimações e notificações aos contribuintes faltosos.
Siscomex Exportação Seleção Parametrizada	Aplicativo responsável pelo tratamento diferenciado dos despachos de exportação nas repartições aduaneiras, tendo como base critérios pré-estabelecidos pela RFB que definem o tipo de canal atribuído (verde, laranja e vermelho) ao despacho.
Siscomex Exportação Despacho	Sistema responsável pela integração eletrônica das fases comercial, cambial e aduaneira das exportações brasileiras, por meio de processamento cooperativo entre os sistemas executados nos computadores do SERPRO e do BACEN, para suporte operacional às atividades das aduanas, exportadores, depositários e transportadores. Compreende as atividades realizadas pelas aduanas (recepção de documentos, distribuição de despachos, desembarço, emissão de comprovantes, averbação), por exportadores, transportadores e depositários (informação de presença de carga e de dados de embarque), consultas, emissão de extratos e trocas de informações com o BACEN.
Lince - Relatório - Internet - Exportação	Sistema responsável pela geração quinzenal de arquivos contendo informações sobre as exportações brasileiras, para elaboração de relatórios a serem divulgados, via internet, pela RFB.
Siscomex Exportação-DSE	Sistema responsável pelos procedimentos operacionais associados ao despacho simplificado de exportação, disponibilizando informações e consultas, relativas a todas as fases do despacho simplificado de exportação, como elaboração, registro, distribuição, desembarço, presença de carga, dados de embarque e interação com o BACEN.
Siscomex-Sel-Parametrizada-DSE	Sistema que racionaliza o desembarço aduaneiro de mercadorias submetidas a despacho através da DSE -Declaração Simplificada de Exportação, confrontando das informações constantes da DSE com parâmetros previamente estabelecidos pela RFB, para determinar o nível do desembarço: automático (canal verde), e documental/físico (canal vermelho).

Lince Consulta Exportação Diário	Aplicativo responsável pela organização das informações relativas às exportações diárias.
----------------------------------	---

Fonte: Serpro

Siscomex- Integração Aduanas Mercosul-Indira	Aplicativo responsável por prover o intercâmbio de informações sobre as operações de importação e exportação entre os países do Mercosul, dotando esses países de ferramenta de fiscalização do trâmite de mercadorias.
Siscomex Gerencial do Desempenho Aduaneiro	Sistema responsável pela geração de informações gerenciais sobre o desempenho aduaneiro, para acompanhamento e gestão das unidades aduaneiras.
Radar - Sist. Rastream. Atuação Interv. Aduaneiros	Aplicativo que possibilita o controle das atividades desenvolvidas por importadores e exportadores, por meio da formação de um dossiê para cada pessoa física e jurídica interveniente em atividades de comércio exterior.
Gerencial do Trânsito	Informações agrupadas de trânsito aduaneiro.
Lince-Informações Estatísticas De Comércio e Tarifa	Sistema responsável por disponibilizar informações referentes às importações e exportações brasileiras e a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, com alíquotas do Imposto de Importação. As informações são extraídas do sistema Lince e enviadas para o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e para a Organização mundial do Comércio - OMC. O acesso ao sistema é realizado pela página da RFB na internet, por usuários habilitados pela Receita.
e-DPV - Controle de Decl. De Porte de Valores	Sistema responsável pelo controle da saída de valores do país, de pessoas físicas.
Siscomex Legislação - Consulta Minuta	Aplicativo disponibilizado na página da RFB que permite ao cidadão consultar e registrar sugestões a todas as propostas de legislação aduaneira apresentadas pela Receita.
Siscomex Consulta Noticias	Sistema responsável pela publicação de informações da RFB para acesso a todos os intervenientes nos processos de comércio exterior.
Portal de Áreas de Controle Integrado	Solução Internet, com possibilidade de acesso via Intranet, para publicação e atualização da situação e funcionalidade das Áreas de Controle Integrado – ACI.

Fonte: Serpro

Ambiente de Treinamento RFB - CAT 04	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 04.
eSocial Simplificado do Empreendedor Doméstico -versão Junho	
SEC - Sistema de Emissões Centralizadas	Novo sistema versão do SUCOP, englobando a antiga. Contém as seguintes funcionalidades: controle sobre a emissão de correspondências; controle sobre a entrega de correspondência; armazenamento de imagens; armazenamento e localização de documentos físicos; consulta aos dados de postagem de correspondência.
e-AssinaRFB - Sistema de assinatura digital de documentos	Realiza a assinatura digital de documentos e os armazena, de modo a que qualquer pessoa que tenha o documento em mãos em formato digital ou impresso possa checar sua validade de forma online.
Location Intelligence RFB	
ATOS	ATOS

SPED PORTAIS	Portais do SPED: www.SPED , www.CTE , www.NFE , www.JuntaContingencia etc.
VIA - Visão Integrada do Atendimento	Sistema que tem por objetivo promover a integração das informações de diversos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, disponibilizando aos seus atendentes todas as funcionalidades e informações necessárias à execução das rotinas de atendimento, em uma sequência lógica, de acordo com a necessidade de cada contribuinte.
e-SICODEC - Sist.Controle de Entrega de Decl. na Web	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de Multa por Atraso na Entrega de Declaração e de omissão de Declarações. (Web)
TRATAPAR - Trata Parcelamentos	O sistema trata parcelamento (Tratapar) tem como objetivo realizar procedimentos operacionais para constituição de processos de parcelamentos dos contribuintes com dívida na RFB, mediante a integração entre os muitos sistemas de cobrança existentes, possibilitando, de forma automática, a recuperação ou suspensão dos débitos do contribuinte e o cadastramento dos processos no sistema de parcelamentos.
SIJUT - Sistema de Informação Jurídico-Tributária	Sistema que possibilita aos auditores fiscais a consulta on-line dos atos legais de interesse da RECEITA, que são selecionados diariamente pelo Sedil/Cosit/RECEITA.
SICALC RFB - Cálculo de Acréscimos Legais Gde Porte	Aplicativo responsável pela consolidação e imputação de pagamentos a débitos. Para a consolidação, o aplicativo efetua o cálculo do valor devido em determinada data, considerando os acréscimos legais devidos (multa de mora, juros de mora e correção monetária). Para a imputação, o aplicativo calcula o valor que determinado pagamento abate do valor total de um débito. O sistema foi desenvolvido para substituir quatro sistemas de cálculo de acréscimos legais atualmente em uso e está disponível em plataforma micro e mainframe, encontrando-se implantado nos sistemas TRATA parcelamento, SICALC, Conta Corrente Pessoa Física, SIEF-Cobrança, PROFISC e SICALC.

Papéis de Fiscalização	Ferramenta de apoio aos AFRF, que padroniza os procedimentos fiscais em relação às empresas auditadas, por meio de planilhas que permitem a entrada de informações, o cálculo de valores, limites e alíquotas, emitindo avisos e/ou crítica, quando necessário.
Manual REFIS - Adesão	Sistema de suporte à recuperação fiscal, apoiando as ações de regularização de créditos da União, oriundos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB e pelo INSS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/08/1999, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Fonte: Serpro

Manual REFIS - Consolidação	Recuperar e consolidar os créditos tributários administrados pela RFB, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/10/1999, dos contribuintes que realizaram opção pela sistemática de recuperação fiscal (Refis). O projeto irá integrar os sistemas do Sincor (ContacorPJ, Profisc, Sispade), Sief cobrança e os débitos declarados pelos contribuintes no PGD Refis.
Manual REFIS - Conta Corrente	Sistema responsável pela gestão das amortizações da dívida de cada contribuinte optante pelo REFIS no âmbito da RFB, INSS, e PGFN, bem como a regularidade desses contribuintes com suas obrigações fiscais durante todo o tempo em que estiverem no programa de recuperação fiscal.
Manuais Eletrônicos - RFB	Serviço de divulgação dos manuais da RECEITA com acesso via Internet, somente disponível para os usuários RECEITA.
SAGA - Sistema Nac. Apoio Gerenc. Atendimento	Sistema de apoio ao serviço de atendimento ao contribuinte, por meio da administração de senhas e pela geração de informações estatísticas sobre o serviço prestado nas Unidades de Atendimento da RFB, possibilitando a avaliação e o acompanhamento de seu desempenho.

SICALCWEB APOIO - Interfaces de Apoio	Aplicação disponível na Intranet da RFB para permitir a gestão das tabelas necessárias ao funcionamento do sistema Sicalc Web, o gerenciamento e monitoração do ambiente de pagamentos e, da cobrança dos agendamentos pelo Serpro e RFB. A aplicação de consulta as receitas e contribuições disponibilizada no sítio da RFB, é suportada por este sistema e banco de dados, bem como outros aplicativos na plataforma stand alone.
CTSJ - Crédito Tributário Subjudice	Aplicativo responsável pela importação de dados do créditos tributários e pagamentos, que permite aos funcionários da RFB, em ambiente de microcomputador, efetuar o tratamento do crédito tributário objeto de ações judiciais, desde a composição da Base de cálculo até a apuração do débito. Contém diversas funcionalidades que permitem tratar e aplicar toda a gama de decisões decorrentes das ações judiciais tais como, índices diversos de atualização de créditos e diferente dos adotados pela RFB, alterações de alíquotas, datas de vencimento dos tributos e contribuições, entre outras. O alvo é o tratamento dos créditos tributários constantes e decorrente dos sistemas de cobrança da RFB, que se encontram suspensos por medida judicial.

Fonte: Serpro

DCP - Declaração de Crédito Presumido - Consulta	Sistema gerencial e de consulta para atender à recepção de informações pelo PGD DCP.
Manual do PAES	Sistema responsável pela recuperação, consolidação e administração das amortizações da dívida dos créditos tributários, decorrentes de fatos geradores até 28/02/2003, de contribuintes de pessoa física ou jurídica que registraram pedido de Parcelamento Especial - lei 10.684 no âmbito da RFB e PGFN. Acompanhar o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes até que a dívida seja totalmente liquidada ou o parcelamento seja rescindido por irregularidade.
e-Processo Digital	Serviço de GED e WORKFLOW que automatiza o trâmite do processo administrativo/fiscal em todas as instâncias da RFB.

Auditorias Internacionais	Sistema responsável pelos procedimentos de auditoria (pesquisa, verificações, planilhas de cálculo, etc.) nas operações sujeitas ao controle de preços da transferência, manipulando dados do contribuinte (estoques, vendas, etc.) e da Base Siscomex.
Sistema Decisões	Sistema responsável por disponibilizar consulta à base de dados composta pelas decisões, pareceres, soluções de consulta, soluções de divergência, soluções de consulta interna, notas técnicas e acórdãos, emitidos no âmbito da RFB e Conselhos de Contribuintes - MF, permitindo o conhecimento e integração dos entendimentos exarados nesses atos em nível nacional.
COMPROVI - CONTROLE DE PROCESSOS VINCULADOS	Sistema responsável pelo controle de informações oriundas dos processos administrativos vinculados, como a notícia crime enviada ao Ministério Público, as comunicações ao Banco Central, ao Conselho de atividades financeiras e de outros documentos.
SIACOM - Sistema de Acompanhamento de Comissões	Sistema de acompanhamento e controle de comissões de processos administrativos disciplinares em nível nacional.
SISCAC WEB - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	Centralização de informações necessárias ao atendimento padronizado do contribuinte.
PAEX - Parcelamento Excepcional - MP 303	Sistema que atende ao parcelamento instituído pela Medida Provisória 303/2006 nos moldes previstos nos artigos 1º (débitos com vencimento até 28/02/2003) e 8º (débitos com vencimento a partir de 01/03/2003 até 31/12/2005).
Servidor de Integração RFB - PREVIDÊNCIA	Serviço destinado a hospedar a Intranet/RFB e os sistemas de Controle de Demanda (SCD) e COMPROT, disponibilizando acesso a usuários da Previdência e DATA-PREV e da própria RFB não alocados em instalações da Secretaria.
E-FAU - Sistema Habilitação Eletrônica de Usuários	Sistema que possibilita a realização de todos os pedidos de cadastramento e habilitação nos sistemas informatizados da RFB de forma eletrônica, com aposição de assinatura digital e certificação digital.

ETHOS - SISTEMA GESTÃO CORRECIONAL	Sistema de gestão de todos os feitos correccionais no âmbito da Coger e Escritório Regionais.
Suíte de Aplicativos RFB	Porta de entrada para acesso a todos os aplicativos Intranet da RFB, mediante login único (single sign-on).
SIJUT - II	Sistema que disponibiliza para as unidades da RECEITA a documentação Jurídico-Tributário, atualizada diariamente pela DISEN/COSIT, visando auxiliar os funcionários no desempenho de suas atividades, agilizando a interpretação e a aplicação das normas legais para solução de problemas tributários, estendendo à sociedade acesso a essa base, por meio do sítio da RECEITA na internet.
EMISSÕES PREVIDENCIÁRIAS -SISO-BRA	Sistema responsável pela emissão de correspondências previdenciárias, que utiliza informações do sistema SISOBRA, desenvolvido pela DATAPREV, para postagem dos documentos sob registro controladas pela RFB.

Fonte: Serpro

LEL - Sistema de Levantamento de Eventos de LOG	O sistema LEL tem por objetivo auxiliar a RFB em suas ações de controle e auditoria em seus ambientes informatizados, de maneira que seja possível pesquisar, de maneira analítica, informações sobre os acessos aos dados de seus sistemas, tais como: quantidades de acesso, identificação de usuários, o que foi acessado, tipificações, gargalos operacionais, material de comprovação de suspeitas de desvio de conduta entre outras informações.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 05	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 05.

<p>MANFIS - Manuais da Fiscalização</p>	<p>MANFIS é um sistema de TI que se destina a disponibilizar na intranet da RFB os manuais que regulamentam o processo de Negócio de Fiscalização. O Sistema será desenvolvido com a utilização de tecnologia Zope Plone e terá controle de acesso mediante utilização de Certificação Digital. O Sistema contemplará: Modulo Gestor; Módulo Usuário; Controle de Acesso; Controle de Versões; Versão Stand-Along; Ferramenta de Edição de texto.</p>
<p>SENDA - Sistema de Emissão e Numeração de Documentos de Arrecadação</p>	<p>Aplicativo tem por objetivo ser um mecanismo único de geração de Documentos com códigos de barra, no formato Batch e Online, que possa ser integrado com outros sistemas que tenham a necessidade de gerar documentos de arrecadação pelos módulos da Receita Federal do Brasil. O sistema irá permitir que o contribuinte imprima DARF pela Internet no formato PDF bem como os servidores imprimam via intranet. No módulo batch poderão ser impressos boletos para pagamento do ano todo. Nessa modalidade, após a impressão do DARF, ocorre o envio por meio dos Correios para o Contribuinte.</p>
<p>OMISSOS DIRPF - Sistema de Controle de Gestão e Monitoramento dos omissos DIRPF</p>	<p>O sistema OMISSOS tem por objetivo, apontar para diversos outros sistemas da RFB, os números de inscrição (NI) de contribuintes que se encontram omissos de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF). O sistema apontará a omissão de DIRPF dos últimos 5 (cinco) exercícios, tendo como início o exercício 2007.</p>

Fonte: Serpro

<p>SELECON - Sistema de Administração de Selos de Controle</p>	<p>Sistema responsável por administrar o estoque e a movimentação de selos de controle, apoiando a fiscalização de empresas usuárias dos mesmos, controlando o cadastro e guias de movimentação de selos, assim como, contribuintes e consumidores. O sistema também possibilita a fiscalização de informações online e relatórios sobre a movimentação de selos, estoques e pedidos da Casa da Moeda do Brasil. Traz como benefício a fiscalização, ferramenta eficaz no combate à sonegação do Selo de Controle por parte de produtores e importadores de cigarros e de bebidas.</p>
--	--

SAFIRA WINDOWS	Sistema destinado a racionalizar, agilizar e uniformizar os procedimentos de formalização do Auto de Infração ou Notificação de Lançamento, resultante do trabalho de auditoria realizado junto aos contribuintes fiscalizados, como também fornecer em meio magnético dados para outros sistemas da RECEITA.
SUCOP - Sistema Único Controle Postagem	Sistema que possibilita controlar as correspondências encaminhadas aos contribuintes, possibilitando uma melhor gestão do contrato junto à ECT e fornecendo às ULs informações sobre a situação dos objetos postados.
MANUTENÇÃO DA WEB - RFB	Disponibilização de recursos de infraestrutura necessários à manutenção da Web da RFB. Desenvolvimento e manutenção de home pages da RFB, envolvendo programas em HTML, programação visual das páginas, implementação de links, contadores, recursos de animação, som e imagem.
IRPJ - PORTAL WEB	Portal na web para integração dos aplicativos do sistema IRPJ.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 06	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 06.

Fonte: Serpro

SIMPLES NACIONAL - PGDAS Declaração - PGDAS-D	Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório desenvolvido para atuar como apuração de declaração com periodicidade mensal, facilitando a gestão e controle da arrecadação e provendo ao usuário fiscalizador da União, Estados e Municípios, condições de simular as apurações dos contribuintes e sensibilizar os sistemas de Cobrança e Processos. O sistema foi desenvolvido na Web em arquitetura .Net, modularização de componentes hospedados em servidor dedicado de alta performance.
--	--

	Linguagem de programação: HTML, Asp.net (vb.net); Banco de Dados: MS-SQL Server.
PARCSN - TERMO DE OPÇÃO PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL	Este aplicativo disponibiliza aos contribuintes o registro do Termo de Opção pelo Parcelamento de débitos do Simples Nacional, não incluindo as operações de consolidação e efetivação dos parcelamentos. Não será necessário ao contribuinte efetuar o pagamento da primeira prestação. Somente haverá exigência de pagamento a partir do mês subsequente à efetiva consolidação dos débitos, ou seja, implantação da solução definitiva no PAEX. Após o registro de cada pedido, será necessário transferir os débitos do FISCEL para o SIEF-processo, cadastrando-os em um processo. Esse procedimento será necessário para que não haja implicações nas rotinas de regularidade fiscal. O aplicativo estará disponível pelo e-CAC.
APLIDISMOV - Aplicativo Integrador para Dispositivos Móveis	Aplicativo integrador para dispositivos móveis, com módulos APP Pessoa Física e APP Viajantes no Exterior, que permitirão ao contribuinte acessar serviços da RFB em dispositivos móveis que utilizem sistemas operacionais Android e iOS.
Contágil - Extração de Informações das Declarações e Cadastro	O sistema visa recuperar informações dos sistemas DCTF, SVA, SPED Fiscal e Cadastro de Pessoa Jurídica para envio ao Hosting do Contágil, via Qware.
BLOG da RFB	O Blog da RFB destina-se a ser a principal fonte de informação da população e dos meios de comunicação acerca das apreensões realizadas de forma a garantir a fidedignidade e a qualidade das informações sobre o assunto.
IRPF/MX Declaração Original Online m-IRPF	Declaração Original IRPF m-IRPF é um aplicativo que possibilita ao contribuinte apresentar a Declaração Original IRPF por meio de dispositivos móveis.

Fonte: Serpro

PROJETO INTEGRADOR NACIONAL - REDESIN	PROJETO INTEGRADOR NACIONAL - REDESIN
SISCOMEX MOBILE - APP DO IMPORTADOR	SISCOMEX MOBILE - APP DO IMPORTADOR

COMPSN - Compensação do Simples Nacional	
Portal de Cooperação - Comércio Exterior	
Certidão Negativa Internet	Sistema responsável por emitir a certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, via Internet, de acordo com a IN 80 (de 23/10/1997, exposto no artigo 8), por meio de análise de informações dos seguintes sistemas: CNPJ, Profisc, Sipade, Conta Corrente PJ, Sincor - Tratani, DCTF, Sinal, DIRPJ, DIRF e parcelamento - simples.
Parcelamento Simples	Sistema que possibilita a recuperação e a negociação da dívida do contribuinte optante pelo simples, que solicitou o parcelamento de todos os créditos tributários, possibilitando o cadastramento automático do processo no sistema Profisc e posteriormente o cadastramento no sistema parcelamento simples.
IRPF/MX - Restituição WEB	Sistema que possibilita aos contribuintes consultar a restituição do IRPF via Internet.
Estatística/Auditoria Internet - RFB	Sistema que disponibiliza estatísticas dos serviços Internet da RECEITA (site da RECEITA e Receitanet), auditoria de logs de transmissão de declarações.

Fonte: Serpro

CNPJ - Cadastramento via Internet	Sistema que possibilita aos contribuintes o envio do PGD do CNPJ por meio da mídia internet, utilizando o Receitanet para concluir o processo de envio. O contribuinte deve enviar via correio a documentação necessária para comprovar a veracidade dos dados. O contribuinte receberá via internet uma resposta conclusiva do ato de cadastro, que pode ser: - relação de incompatibilidades; - disponibilização do comprovante de inscrição e situação cadastral; - certidão de baixa.
-----------------------------------	---

CPF - Consulta Pública e Atendimento	Sistema disponível na WEB que permite ao contribuinte emitir comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF e acompanhar solicitação de alteração no Cadastro de Pessoa Física.
SITFIS - Situação Fiscal Web	Sistema responsável por fornecer ao contribuinte pessoa física ou jurídica, possuidor de certificado digital, as informações/irregularidades referentes a dados cadastrais, entrega de declarações, débitos vencidos e em aberto, débitos com exigibilidade suspensa e pagamentos, no âmbito da RFB. Informar ao contribuinte como solucionar as irregularidades apontadas, por meio de textos explicativos e permitir que se regularize via internet, inicialmente, de modo análogo ao efetuado pelo Sistema Programa de Auto Regularização - PAR.
INFOCONV	Serviço de acesso via web service para fornecimento de informações aos convenientes. Acesso por emulador, com recursos de criptografia forte de 128 bits e controle de acesso integrado ao Senha Rede do SERPRO, permitindo o acesso direto às bases de dados dos sistemas da RECEITA, residentes em ambiente de grande porte, por meio de intranet ou Internet.
DIF - Bebidas	Sistema responsável por receptionar, por meio de PGD, as informações relativas à tributação de bebidas.
SICALCWEB - Cálculo de Acréscimos Legais Web	Aplicação disponível na Internet, no sítio da RFB e que faculta ao contribuinte, calcular ou não os acréscimos legais por meio de consolidação. Possui agenda fornecendo automaticamente a data de vencimento dos tributos. Permite efetuar o pagamento e/ou agendamento e, cobrança dos agendamentos, dos tributos e contribuições administrados pela RFB, com ou sem acréscimos legais, diretamente no Internet banking do contribuinte, utilizando o ambiente de pagamentos do SERPRO.
Cálculo de Penalidades da DARF - WEB	Aplicação disponível na Internet, no sítio da RFB e que permite calcular os encargos e penalidades aplicadas as instituições financeiras que efetuaram o recolhimento incorreto da arrecadação federal.

Fonte: Serpro

Requisição de Movimentação Financeira - PGD	Sistema responsável pela recepção, por meio de PGD, das informações solicitadas às instituições financeiras por intermédio das Requisições de Movimentações Financeiras, bem como permitir acesso a estas informações pelas unidades da RFB requisitantes.
---	--

DOSSIÊ INTEGRADO	Aplicativo responsável pela geração de dossiê único de contribuintes para o preparo da ação fiscal.
DCIDE - Combustíveis - Declaração da Contribuição	Aplicativo Internet da RFB para entrega da Declaração CIDE - Combustível.
DERC - Decl Rend Pagos Consultores Org Internacionais	PGD e Validador para recepção e validação das Declarações de Rendimentos pagos a Consultores por Organismos Internacionais.
Declaração de Benefícios Fiscais	Sistema responsável pela recepção, por meio de PGD, das informações sobre doações efetuadas por pessoas físicas com base na Lei de Incentivo à Cultura e conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.
DECWEB - Cópia Eletrônica de Declaração via WEB	Sistema responsável por emitir cópia de declarações aos contribuintes certificados, através da página da RFB.
Comprovante de Pagamentos no e-CAC	Sistema responsável por tornar disponíveis na página da RFB na Internet, dentro do serviço interativo de atendimento virtual - Receita 222, as funcionalidades do pagamento a serem utilizados pelos contribuintes.
DECRED - Declaração de Operações com Cartões de Crédito	Sistema referente à Declaração de Operações com Cartões de Crédito - de acordo com a IN RECEITA 341, de 15.07.2003.
Parcelamento Web	Sistema destinado a proporcionar um auto atendimento, por meio da Internet, aos contribuintes interessados em parcelar sua dívida e normalizar sua situação fiscal perante a RFB, evitando assim a locomoção dos contribuintes às unidades administrativas.

DCTF - INTERNET 2004/2006	Sistema responsável por recepcionar, validar e transmitir as declarações DCTF/99 a partir do exercício 1999, utilizando a Internet como meio de comunicação. Será utilizado o sistema Receitanet como padrão de recepção e transmissão para os servidores, e posterior armazenamento em Bases centralizadas do sistema DCTF.
REDARFNET - Retificação da DARF Via Web	Aplicativo que permite a realização de pedido de retificação de DARF ou DARF-Simples pelo contribuinte, por meio da página da RFB em ambiente Internet, e o respectivo processamento eletrônico.
Sistema Fale Conosco	Sistema responsável por gerenciar as mensagens eletrônicas (e-mail) enviadas pelos contribuintes por meio da página da RECEITA, controlar as respostas formuladas pela RECEITA.
DERC - Consultas Gerenciais	Sistema de Consultas Gerenciais das Informações geradas pelo PGD DERC.
Certidão Negativa Conjunta RFB - PGFN	Sistema que unifica a Certidão Negativa da RFB e da PGFN, de forma a emitir a Certidão para a Fazenda Nacional.
E-SAFIRA - Sistema Int Suporte à Apuração e Emissão de Auto de Infração	Sistema de apoio ao auditor fiscal desde a fase de fiscalização de um determinado contribuinte até a emissão do auto de infração.
SCC - Validador da PERDCOMP no RECEITANET	Rotinas evolutivas do Validador das declarações PERDCOMP transmitidas pelo respectivo PGD.
SCC - Descompactação da PERDCOMP do RECEITANET	Aplicativo de descompactação e descriptografia das declarações PERDCOMP relativas à versão 1.3 do PGD, procedentes das transmissões desse PGD e residentes no Balde do Receitanet, no ambiente Grande Porte.
Declaração de Inatividade de PJ	Sistema responsável pela declaração online de pessoas jurídicas inativas.

Procurações Eletrônicas	Sistema que permite identificar se determinado contribuinte está legalmente autorizado a acessar informações pertencentes a outro contribuinte ou exercer uma atividade acessória, perante a RFB, em nome de terceiros, utilizando certificação digital e por intermédio dos serviços disponibilizados no Receita 222.
Sistema Consulta Prévia para Certificado RFB	Sistema responsável pelo processo de consulta prévia que é acionado quando da solicitação de certificação digital, pelas autoridades certificadoras (AC) credenciadas pela RECEITA, realizando a verificação dos dados e a identificação do contribuinte, mediante uma consulta prévia ao CPF e ao CNPJ da RECEITA, no processo de solicitação de certificados pelos contribuintes.
Caixa Postal	Caixa postal disponível no sítio da RFB para comunicação da Administração Tributária com o contribuinte de forma sigilosa e individual com utilização de certificação digital.
Consulta PERDCOMP Web	Sistema que facilita a consulta dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações - PERDCOMP via WEB, apresentando o resultado da transmissão da declaração (PerDcomp), a situação do andamento e o resultado final da análise.
Consulta Malha IRPF Web	Aplicativo que exibe na Intranet informações relativas às seções de Resultado Final e Contribuintes relacionados das declarações do IRPF.
Portal e-CAC	Permitir que um contribuinte, PF ou PJ, com utilização de seu certificado digital, acesse os serviços para os quais tenha permissão, possibilitando a comunicação de forma centralizada, segura e sigilosa entre a RFB e o contribuinte. Demanda COTEC 377/2005.
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital	Solução destinada a promover a atuação integrada entre os fiscos, uniformizar a coleta de dados contábeis e fiscais, bem como racionalizar as obrigações acessórias dos contribuintes.
SCC - Comunicação WEB	Sistema que permite ao usuário a realização de consultas e impressão da 2ª via dos documentos enviados pelo SCC - Comunicação.

ASSINADOC - Assinador Digital de Documentos	Aplicativo que possibilita à RECEITA assinar digitalmente documentos, com utilização de certificados aderente aos padrões ICP-Brasil.
INFOJUD - Serviço de Fornecimento de Informações ao Poder Judiciário (e-CAC)	Sistema responsável por fornecer, via WEB e certificação digital, informações de contribuintes da RFB ao poder judiciário.
DPREV - PGD e Validador	Aplicativo responsável por gerar a declaração anual a ser prestada pelas entidades de Previdência Privada, Sociedades Seguradoras ou Administradoras do FAPI à RECEITA acerca dos participantes de planos de benefícios optantes pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei 11053/2004.
DIF Papel Imune - PGD	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD Declaração de Informações Fiscais de Bebidas	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador, que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD Demonstrativo de Notas Fiscais	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
TOM Web	Sistema responsável por apresentar, em arquitetura voltada para a INTERNET, consultas gerenciais e operacionais a partir do cadastro TOM da plataforma Grande Porte.
Termo de Opção Domicílio Tribut. Eletrônico	Criação do serviço TERMO DE OPÇÃO dentro do e-CAC para autorização do sujeito passivo para o recebimento de intimação por meio eletrônico em seu domicílio tributário (Caixa Postal).
ITR - Consulta Declaração WEB	Sistema que possibilita aos contribuinte consultar as informações das Declarações de Imposto Territorial Rural – DITR, incluindo também o histórico das alterações a partir de 2006 na WEB.

Fonte: Serpro

MIDAS - Módulo de Impressão de Declarações Assinadas	Sistema centralizado de impressão das principais declarações da RFB, com vistas prioritariamente ao atendimento de solicitações externas e futuramente poderá ser adaptado para uso direto por usuários externos, através de aplicação no e-CAC.
DIMOB - PGD e Validador	Aplicativo acionado pelo Receitanet na transmissão, pelos contribuintes, de declarações gravadas para entrega à RFB utilizando o PGD DIMOB.
PGD DEREEX - Demonstração de Exportação	PGD DEREEX - Demonstração de Exportação.
Simples Nacional - Programa Gerador de DAS - PGDAS	Sistema que possibilita ao contribuinte participante do regime do Simples Nacional, efetuar mensalmente a apuração do valor devido do crédito tributário nas esferas municipal, estadual e federal, disponibilizando meios de pagamento que permitam o seu recolhimento junto à rede arrecadadora.
SPED - SEFAZ Virtual	Sistema que atende ao serviço SPED NF-e, criando uma infraestrutura que abriga os serviços para as secretarias de fazenda dos Estados realizarem a autorização e recebimento das NF-e das empresas de suas unidades da federação.
Simples Nacional - Simulador do PGDAS	Aplicativo que permite aos usuários dos entes federativos (município, estado e união) simular apurações do valor devido de crédito tributário realizadas ou não pelo contribuinte no sistema PGDAS.
Simples Nacional - DASN - Declaração Anual	Aplicativo que possibilita aos optantes do Simples Nacional elaborar e transmitir a declaração, confirmando ou retificando as informações socioeconômicas, por ano calendário, das declarações dos últimos 5 (cinco) anos, e, posteriormente, fazendo a carga e o lançamento das declarações no sistema de cobrança.
Atos Normativos	Sistema responsável pelo cadastro dos Atos Normativos de interesse da RFB, para utilização pelo e-FAU.

Fonte: Serpro

PGD DIMOF - Declaração de Informação sobre movimentações financeiras	PGD DIMOF - Declaração de Informação sobre movimentações financeiras.
Envio de SMS IRPF	Sistema responsável pela manutenção de cadastro de números de celular e envio de mensagens SMS para os números cadastrados de informação sobre a disponibilidade de restituição do IRPF.
Requerimento Malha Fiscal Multiexercício	Sistema responsável pela análise das declarações de IRPF, exercício 2004 em diante, que se encontram em malha fiscal, e efetivação de acertos, liberações, cancelamentos, emissões de intimações e autos de infração.
SIMPLES NACIONAL - Programa Gerador do DASMEI	Sistema que possibilita ao contribuinte participante do regime do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI), efetuar mensalmente a apuração do valor devido do crédito tributário nas esferas municipal, estadual e da união, disponibilizando meios de pagamento que permitam o seu recolhimento junto à rede arrecadadora.
SIMPLES NACIONAL - Declaração Anual SIMEI	Aplicativo que permite aos optantes do regime do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI) gerar e transmitir a declaração de ajuste anual de forma online, confirmando ou retificando as informações fornecidas mensalmente por intermédio do PGDAS e coletando os dados sócios-econômicos.
RFB - Editais Eletrônicos (e-Editais)	O sistema tem por objetivo garantir a ciência pública a todos os editais relacionados a intimações e convocações eventualmente existentes em nome de contribuintes pessoa jurídica.
LEILAO ELETRONICO	Controla e processa as etapas de elaboração, execução e homologação de leilões não presenciais de produtos apreendidos pela RFB, por meio de integração com o Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas -CTMA, no ambiente Sief, responsável pela disponibilização dos produtos a serem leiloados.

Ambiente de Treinamento RFB - CAT 07	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 07.
SPED - EFD-PIS/COFINS	Escrituração Fiscal Digital do PIS/Pasep e Cofins será utilizado pelo contribuinte para apresentar digitalmente, com transmissão via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração das contribuições para o PIS/Pasep e a Confins e dos créditos de não cumulatividade bem como outras informações de interesse econômico-fiscais.
SEFISC - Sist. Eletrônico Único Fiscalização - SN	Módulo Sistema Eletrônico Único de Fiscalização Do Simples Nacional, provendo ao usuário fiscalizador da União, Estados e Municípios, condições de efetuar os procedimentos de fiscalização relativos ao Simples Nacional. O sistema é desenvolvido em ambiente Web, em arquitetura .Net, modularização de componentes hospedados em servidor dedicado de alta performance. Linguagem de programação: HTML, <u>Asp.net</u> (C#.net); Bando de dados: MS-SQL Server.
SIEF - E-PROCESSO INTERNET	O serviço que será implantado tem como objeto permitir ao contribuinte acesso ao andamento processual, consulta ao andamento de processos e juntar documentos a processos, ou seja, cria a funcionalidade de download e upload de documentos via internet. O controle de acesso do sistema é pelo e-CAC com código de acesso e certificação digital.
SIMPLES NACIONAL - AINF - AUTO DE INFRAÇÃO	Módulo de lançamento de documentos e emissão do Auto de Infração do Simples Nacional.
SPED - NF-e Ambiente Nacional	Nova versão do SPED que engloba a recepção de novo evento de NF e Manifestação de Destinatário.
IRPF/07 - Web Consulta	Sistema que disponibiliza para os contribuintes suas informações relativas ao IRPF na WEB.

IRPF/08 - Web Consulta	Sistema que disponibiliza para os contribuintes suas informações relativas ao IRPF na WEB.
------------------------	--

Fonte: Serpro

IRPF/MX - Retificadora Web	IRPF - RETIFICADORA WEB.
DW RFB - Tema LEL	Ambiente DW para consultar as logs armazenadas nos diversos sistemas transacionais utilizados pelos servidores da RFB numa base única.
DW RFB - TEMA REDE ARRECADADORA	Sistema cujo objetivo é disponibilizar informações e operações relativas à Rede Arrecadadora de Receitas Federais RARF, permitindo cruzamentos, filtros e agregações.
Novo Decisões WEB	Implantação e manutenção em operação do sistema NOVO DECISÕES (Libreoffice com camada de persistência em ORACLE), adequado ao Modelo de Dados Corporativo da RFB SIEF.
DW RFB - Tema Tratamento de Dimensões	Tratar as tabelas de Dimensões, comuns ao ambiente DW e responsáveis pela integração dos temas.
DW RFB - Tema IES	Tema DW voltado para tomada de decisão do nível estratégico.

DW RFB - Tema Arco	Tema DW voltado para auditoria e controle dos sistemas.
DW RFB - Tema Arrecadação	Tema DW responsável pela apresentação de dados de arrecadação de tributos federais, com históricos desde o exercício de 2000.

Fonte: Serpro

DW RFB - Tema Siga PF	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização dos sujeitos passivos PF.
DW RFB - Tema Siga PJ 05	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização dos sujeitos passivos PJ.
DW RFB - Tema Siga ITR	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização de imóveis rurais.
DW RFB - Tema Siga PJ	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PJ.
DW RFB - Processo ETL -CNPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CNPJ para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CPF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CPF para carga no DW corporativo da RFB.

DW RFB - Processo ETL –CAFIR	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CAFIR para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DIPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DIPJ, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL -SigaPF e SigaPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao SIGAPJ e SIGAPF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DITR	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DITR, para carga no DW corporativo da RECEITA.
DW RFB - Processo ETL - DCTF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DCTF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DIRF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados relativos à DIRF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DOI/DIF/DNF/Selecon/DBF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes a diversas Declarações, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CPMF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à CPMF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - Arrecadação	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados de arrecadação de tributos federais para carga no DW corporativo da RFB.

DW RFB - Processo ETL - RH	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados do SIEF RH, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Tema Ação Fiscal	Tema DW responsável pela apresentação de dados referentes às ações fiscais.
DW RFB - Processo ETL - Sinco	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados armazenados no sistema SINCO, oriundos de fontes externas, para carga no DW corporativo da RFB.

Fonte: Serpro

DW RFB - Processo ETL Arrec - Sinal	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao SINAL, para alimentar o DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - PerDcomp	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações - PERDCOMP para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - Dau	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados de pessoas físicas e jurídicas inscritas no sistema da Dívida Ativa da União, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Tema Pagamentos	Tema DW para análise dos pagamentos das receitas administradas pela RFB, efetuando publicação detalhada dos documentos de arrecadação pagos pelos contribuintes, dados de seu processamento e transmissão efetuada pela rede arrecadadora.
DW RFB - Tema DIRPF Extração 2005	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados da DIRPF para alimentar o DW corporativo da RFB.

DW RFB - Tema DIRF	Tema DW para análise das DIRF apresentadas pelos contribuintes, dados de seu processamento e transmissão para análise gerencial e estratégica.
DW RFB - Tema Atendimento	Sistema gerencial com informações da Central de Atendimento ao Contribuinte, para análise estratégica da RFB.
DW RFB - Tema Sped	Tema DW com alguma agregação dos dados do Sped, para análise estratégica das informações.
DW RFB - Tema Controle de Acesso	Tema DW responsável pela apresentação de dados dos perfis de acesso aos serviços da RFB, com informações do Senha DW, Senha SIEF, Senha Rede e Senha Previdência, etc.
DW RFB - Tema e-Processo	Tema DW para análise estratégica dos dados do e-Processo.
DW RFB - Tema Devedores	Aplicativo que permita a definição de perfil de todos os devedores da RFB, a fim de subsidiar uma posterior análise a ser feita pela RFB.
DW RFB - Tema Maiores Contribuintes	Tema DW que permite o acompanhamento dos Maiores Contribuintes.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 01	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 02	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.

DW RFB - TEMA SIGA PJ 03	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 04	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - Tema ARCOMEX	Tema DW voltado para auditoria e controle dos sistemas - Aduaneiro (ARCOMEX).
DW RFB - Tema Setores de Risco	Tema DW sobre os assuntos DIF Cigarros, DIF Bebidas, DNF, Selo e outros, para apoio à tomada de decisão pelos gestores da RFB.

Fonte: Serpro

DW RFB - Tema DCTF	Sistema responsável por disponibilizar as informações da DCTF no ambiente DW, a fim de possibilitar a extração de relatórios de cunho gerencial através do uso da ferramenta da MICROSTRATEGY.
DW RFB - Tema PERDCOMP	Tema DW para análise estratégica de informações dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações (PerDcomp).
DW RFB - Tema DIRPF	Tema DW para análise estratégica dos dados de DIRPF apresentadas pelos contribuintes, dados de processamento, transmissão e malhas.
DW RFB - Tema IRPJ	Tema DW para análise estratégica dos dados de DIPJ, DSPJ e DASN apresentadas pelos contribuintes, dados de processamento, transmissão e malhas.

DW RFB - TEMA SIGA PF -ANO CALENDÁRIO 2005	Aplicação DW voltada para a tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF -ANO CALENDÁRIO 2004	Aplicação DW voltada para a tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF -ANO CALENDÁRIO 2003	Aplicação DW voltada para a tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF -ANO CALENDÁRIO 2002	Aplicação DW voltada para a tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.

Fonte: Serpro

DW RFB - TEMA DIRPF EXTRAÇÃO EXERC 2008	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2008, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
DW RFB - Tema ADUANEIRO	Tema DW para análise estratégica e seleção de intervenientes aduaneiros, a partir de critérios técnicos e objetivos, possibilitando a análise das Importações e Exportações e as informações da Zona Franca de Manaus.
DW RFB - TEMA DIRPF EXTRAÇÃO EXERC 2006	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2006, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.

DW RFB - TEMA DIRPF TRANSF E CARGA 2009	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2009, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
ARCO - AUDITORIA E CONTROLE DE SISTEMAS	Sistema de apoio às funções de controle, auditoria e correção, permitindo a visualização, de forma agregada, das transações, atualizações dos registros e operações exercidas nos sistemas operacionais da RFB, de modo a propiciar a identificação de: consistência, emprego apropriado e obediência às normas; erros ou desvios na utilização e falhas nos procedimentos e na segurança. (DW disponível no Discoverer).
DW RFB - Processo ETL - ARCO - CONTACORPJ	Extrator de eventos do Conta Corrente PJ, gerando informações a serem utilizadas no sistema ARCO.
DW RFB - Processo ETL - PROFISC	Aplicativo que efetua a extração de dados de eventos do Profisc, gerando informações a serem carregadas no DW ARCO.
DW DA ZONA FRANCA DE MANAUS	Solução de Data Warehouse que organiza e disponibiliza informações da Declaração de Controle de Internação da Zona Franca de Manaus.

Fonte: Serpro

DW RFB - Processo ETL – ARCOMEX	Aplicativo que efetua a extração de dados de eventos, gerando informações a serem carregadas no DW ARCOMEX de dados do Siscomex Importação e Exportação, permitindo à RFB auditoria desses eventos.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 08	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 08.
RECEITANET	Sistema que possibilita a entrega de declarações e documentos pelos contribuintes com utilização da internet.

SIMPLES - CONSULTA CONVENIENTES	Sistema responsável por fornecer informações operacionais e gerenciais aos convenientes do Simples (INSS, estados, distrito federal e municípios) sobre as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples sob sua jurisdição, assim como disponibilizar a opção de consulta da RFB a esses dados.
ITR - PORTAL WEB PARA MUNICÍPIOS CONVENIADOS	PORTAL WEB de sistemas ITR para acesso pelos municípios conveniados com a RECEITA.
SN - PGDAS EXTRATOR - PROGRAMA GERADOR DO DAS	Aplicativo que gera arquivos quinzenais contendo as apurações efetuadas no sistema PGDAS - Sistema Gerador de DAS e dos respectivos perfis de DAS gerados, para envio aos estados, municípios e DF.
SINTEGRA APLICAÇÃO - SISTEMA DE INFORMAÇÃO RFB	Produção da Aplicação Sintegra - Sistema de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercado-ri- as. Aplicação utilizada pelas Secretarias de Fazenda Estaduais e do DF, Secretaria da Receita federal RFB, e Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 09	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 09.

Fonte: Serpro

RECEITANET-BX	<p>O Receitanet-BX disponibiliza para download arquivos originais ECD, Fcont, EFD-IPI, EFD-Pis/Cofins e NF-e. Está sendo iniciada a integração com outros sistemas, dentre eles o Contágil. O Receitanet-BX é uma aplicação cliente-servidor, desenvolvida em Java, portanto multiplataforma, que requer a utilização obrigatória de certificado digital. O Sistema foi projetado para trabalhar em 3 camadas:</p> <p>Aplicação Cliente: Aplicação desktop responsável pela interação com o usuário final. Esta é a camada na qual as informações enviadas pelo sistema Fim São apresentadas.</p> <p>Aplicação Servidora: Serviço responsável por receber as requisições das aplicações clientes, formatando as informações para serem entregues aos sistemas Fim.</p> <p>Sistema Fim: Sistema que efetivamente detém os dados e arquivos a serem disponibilizados para o usuário.</p>
---------------	--

SIEF - PRODUÇÃO DO DESIGNER 10G	SIEF - Produção do designer 10G (Oracle Developer Suíte e pgms extra-case de apoio).
SIEF ADPRO - SITE DE PUBLICAÇÃO - RFB	SIEF - ADPRO - Site de Publicação RFB.
Contágil - RFB	Serviço de hosting do sistema Contágil de propriedade da RFB.
Hospedagem WEBPROG - RFB	Hospedagem, armazenamento e processamento do Sistema WEBPROG.
Hospedagem SISAM - RFB	Serviço de Hosting do Sistema SISAM de propriedade da RFB.

Fonte: Serpro

Dataprev	
SAL - Cálculo de acréscimos legais de contribuintes individuais	Calcular as contribuições previdenciárias devidas, estejam elas em atraso ou não, de contribuintes individuais, segurados especiais, empregado doméstico e facultativo na internet. Na intranet, permite, ainda, simular cálculos em datas passadas.
SAL - Cálculo de acréscimos legais de empresas e equiparados	Calcular as contribuições previdenciárias devidas, estejam elas em atraso ou não, de empresas e órgãos públicos.
SAL - Cálculo de indenizações, DIC e contagem recíproca	Calcular a indenização referente às contribuições não pagas para o período em que o exercício de atividade não exigia filiação obrigatória ao RGPS – INDENIZAÇÃO. Calcular a indenização referente às contribuições não pagas para o período em que o exercício.
GPS - Emissão de GPS com código de barras offline	Emitir a GPS paga pagamento de contribuições que não estejam em atrasos com o código de barras quando não houverem contribuições para outras entidades.
Restituição - Sistema de Restituição	Efetuar o cálculo dos valores a restituir relativos a contribuições da retenção da Lei 9711.

AGUIA - Módulo GFIP	Fornecer informações relativas às GFIPs dos contribuintes (CNPJ e CEI), confrontar os valores devidos à Previdência com os valores recolhidos (GPS) e proceder tratamento das divergências encontradas.
GFIP WEB - Consultas	Aplicativo destinado a disponibilizar para consultas informações dos arquivos GFIP originais declarados pelos contribuintes e armazenados na base GFIP WEB.
GFIP WEB - Desbloqueio de GFIP	Sistema destinado a desbloquear GFIPs.
CNISA - Módulo on-line	Atualizar e Disponibilizar consultas às bases de dados agregados por estabelecimento para apoiar os serviços de Arrecadação e Fiscalização.
CNISA - DCBC	Relacionar as remunerações dos trabalhadores declaradas em GFIP, por estabelecimento, competência e FPAS, apresentando os trabalhadores discriminados de acordo com a sua categoria e código de ocorrência (exposição a agentes nocivos).
CND - Sistema Corporativo	Cadastrar, emitir e controlar pedidos de certidão baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
CND - Sistema de Baixa de Empresas	Emitir e controlar pedidos de certidão de baixa de empresa (finalidade 3) baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
CND - Serviços de Pedido de CND e Consulta na WEB	Cadastrar pedido, emitir certidão e verificar na Internet a situação de uma empresa para concessão de certidão baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
SICOB - Módulo Documento Original	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos dados do documento original.
SICOB - Módulo Processo	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos dados do processo.
SICOB - Módulo Parcelamento	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos parcelamentos.
SICOB - Módulo Cobrança	Possibilitar o tratamento / acompanhamento da cobrança.
SICOB - Módulo de Apoio e Tabelas Auxiliares e Impressão	Possibilitar a consulta a todas as tabelas auxiliares utilizadas pelo sistema.

Fonte: Dataprev

SICOB - Módulo de Integração com o SISCOL	Cadastramento de NFLD, LCD e AI, retificação dos processos, desmembramento e cadastramento de decisão no SICOB que são informadas através do sistema SISCOL.
SICOB - Ambiente de Treinamento	Prover ferramental informatizado para treinamento do Sistema SICOB, no ambiente de Treinamento / Desenvolvimento.
RETPREF - Módulos Retenção e Remessa	Permitir o cadastramento e a manutenção dos valores lançados para retenção do Fundo de Participação de Estados e Municípios.
CND WEBSERVICE	Disponibilizar funcionalidade por meio de um Web Service para uso da Receita Federal do Brasil para verificação fiscal das contribuições previdenciárias de determinada Empresa.
FNDE - Transferência de débitos do salário educação para Receita	Transferir os processos administrativo-fiscais, relativos ao salário educação, constituídos no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para os Sistemas de Cobrança e Dívida Ativa Previdenciários, com a finalidade de atender a Lei 11.547/2007.
Parcelamento Especial	Disponibilizar funcionalidade para concessão Online de parcelamento especial de dívidas previdenciárias de um determinado contribuinte. Essa funcionalidade contempla troca de arquivos e requisições de

	WebService entre DATAPREV e SERPRO.
SISFPJ	Serviço de Informação da Situação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica.
PARCWEB Ecac - Módulo Parcelamento Lei 10.522/02	
RESTCI - Restituição do Contribuinte Individual	Permitir à Receita Federal a inclusão de guias negativas, GPS/GFIP, para devolução de indébitos de contribuintes individuais, via INTRANET.
SDJ - Sistema de Depósito Judiciais Extra-Judiciais	Controlar as entradas das remessas de dados de Depósito e Liberação, Judicial e Extrajudicial, desde a recepção, incluindo sua passagem pelas diferentes etapas de tratamento. Disponibilizar dados para gestão do RFB e PGFN, tanto ao nível central quanto regional.
AGUIA - Serviços de Atualização de Guias de Recolhimento	Atualização da conta corrente dos contribuintes em função dos recolhimentos efetuados por meio da GPS – Guia de Previdência Social.
AGUIA - Batimento GFIP x GPS	Efetuar o batimento GFIP x GPS, apurando o conta corrente de divergências do contribuinte.
SISOBRA - Rotinas de sincronização do cadastro de obras	Manter a base de dados de obras do sistema SISOBRA GER sincronizada com o cadastro de obras central da Receita Federal do Brasil.
SISOBRA - Rotinas de atualização com as obras das prefeituras	Incluir novas matrículas CEI na base de dados de obras da Receita Federal do Brasil com as informações encaminhadas pelas Prefeituras Municipais.
AGUIA - Serviços de Integração com o cadastro do CNPJ	Atualizar o cadastro de estabelecimentos da base de dados da Arrecadação com os movimentos oriundos do SERPRO.
ARPA - Apropriação das Receitas - Obrigações Correntes	Gerar lançamentos para o registro oficial das receitas de Obrigações Correntes, Débitos Administrativos e Procuradoria, calcular e efetuar o repasse dos valores apurados correspondentes às entidades Terceiros.
AGUIA - Serviços de Integração com o sistema GFIP WEB - carga da GFIP	Atualização da GFIP versão 8 ou posterior na base de dados de arrecadação.
AGUIA - Serviços de Distribuição de Valores da GFIP	Distribuição dos valores de GFIP versão 8 ou posterior na base de dados de arrecadação, gerando a conta corrente de GFIP do contribuinte.
AGUIA - Serviços de controle de IP e tratamento de divergências	Gerar, emitir e controlar o vencimento das IPs e a gravação dos DCGs no SICOB.
GFIP WEB - Carga da GFIP	Sistema destinado a captar e armazenar os arquivos SEFIP / GFIP originais transmitidos pelas empresas via Internet, por meio do sítio Conectividade Social, operado pela Caixa Econômica Federal.
GFIP WEB - Extração para receita	Extração e transmissão para o MV2 das informações das GFIP originalmente declaradas pelos contribuintes e armazenadas na base GFIP WEB.
GFIP WEB - Extração AUDIG	Sistema destinado às extrações dos arquivos GFIP originais transmitidos pelas empresas via Internet, por meio do sítio Conectividade Social, para AUDIG.
GFIP WEB - Bloqueio de GFIP	Carga de arquivo destinado a atualizar com marca de débito as GFIPs de Empresas em débito (DCG) e bloquear entrada de novas GFIPs.
CNISA - Agregado RAIS	Processar o movimento da RAIS atualizando a base de dados agregados do CNIS e gerando informações para os sistemas de Arrecadação.
SICOB - Rotina de Atualização Mensal da Base	Manter toda a base de informações de Créditos e parcelamentos atualizada.
SICOB - Rotina de Emissão de Cobrança Mensal de Parcelamento	Emitir a cobrança mensal dos parcelamentos cadastrados na base a serem cobradas via GPS, débito em conta corrente e FPM.

SICOB - Rotina de Apropriação de Pagamentos	Tratar os pagamentos efetuados na rede bancária com códigos de recolhimento de Cobrança administrativa.
SICOB - Rotina de Integração com o REFIS/SERPRO	Tratar as informações enviadas pelo SERPRO com relação às adesões das empresas ao REFIS.
SICOB - Rotina de Carga de Depósito Judicial	Receber as informações de depósitos judiciais via SDJ – Sistema de Depósitos judiciais e permitir sua vinculação e apropriação nos créditos do sistema SICOB.
RETPREF - Rotinas de cálculo e envio de retenção para o BB	Encaminhar ao Banco do Brasil os arquivos com os comandos de retenção do fundo de participação de estados e municípios, baseado nas regras estabelecidas para cada modalidade de retenção.
Tramitação de processos nas unidades RFB e PGFN	Movimentar os processos em cobrança administrativa entre as unidades da RFB, em função de alteração da unidade responsável pelo contribuinte, por alteração de jurisdição, mudança do estabelecimento centralizador do contribuinte ou no endereço do mesmo.
COBRE - Sistema de Controle Básico de Remessas de GPS	Controlar as entradas das remessas de dados de diferentes rotinas de arrecadação, desde a recepção, incluindo sua passagem pelas diferentes etapas de tratamento. Disponibilizar dados para gestão financeira, tanto ao nível central quanto regional.

Fonte: Dataprev



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 9: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

9.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Considerações Gerais

Existe uma preocupação para seguir as recomendações ecologicamente corretas. Citamos, como exemplo: as licitações para contratação de empresa especializada em destruição de mercadorias realizada em 2014, a licitação e a execução do contrato para realização da obra para construção do Edifício-Sede em Manaus segundo as legislações ambientais, bem como as contratações para aquisição de papel reciclado e a continuidade do programa “Papel Zero”. Além dessas contratações, a licitação realizada em 2014 para contratação de empresa terceirizada para limpeza exigiu das empresas o atendimento da Resolução CONAMA nº 258, de 26/08/1999. Os quesitos foram analisados pelas equipes de Programação e Logística das Unidades Jurisdicionadas.

Quadro 57: Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

1. Programa “Papel Zero”

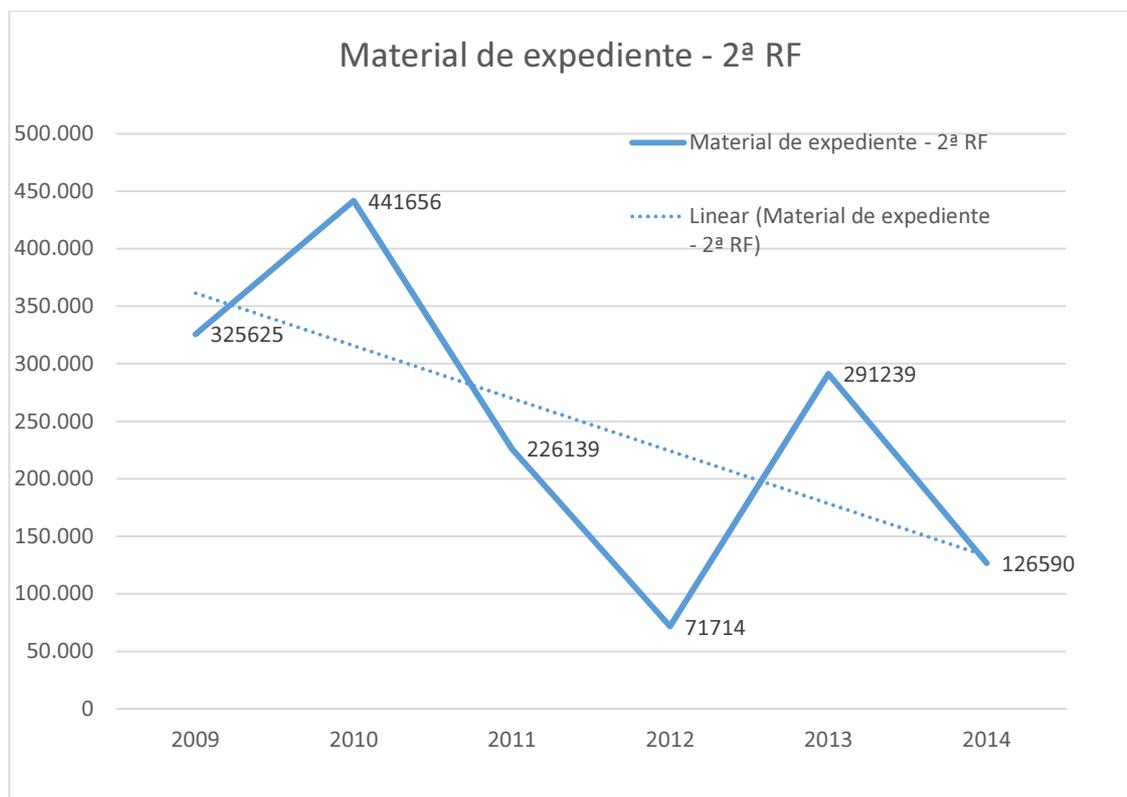
O "Papel Zero" é um programa criado pela Superintendência da 2ª Região Fiscal com o propósito de eliminar a utilização de papel nos processos internos e atividades administrativas. O programa encontra justificativas nas demandas da sociedade e da própria administração pública (celeridade, segurança e economicidade), além de preocupação com o meio ambiente e melhor utilização dos recursos.

O desafio é de atingir 100% dos processos de trabalho tramitando em meio eletrônico ou digital ao término do programa. Alguns dos benefícios, como diminuição de custos com papel e impressões, aumento da celeridade e do controle dos processos, redução de desperdícios e retrabalhos, melhoria da imagem institucional, além de contribuição com a preservação do meio ambiente.

Apesar do tamanho do desafio imposto pelo Programa, os benefícios já são perceptíveis e de grande impacto, sob diversos aspectos: redução das franquias de reprografia; diminuição significativa dos custos de aquisição de papel e demais materiais de expediente; aumento de controle sobre os processos; redução dos custos com envio de malotes; viabilização de um ambiente de trabalho menos poluído visualmente, devido à menor quantidade de papéis sobre mesas e dentro de armários; incremento da organização, padronização e celeridade dos processos de trabalho, entre muitos outros.

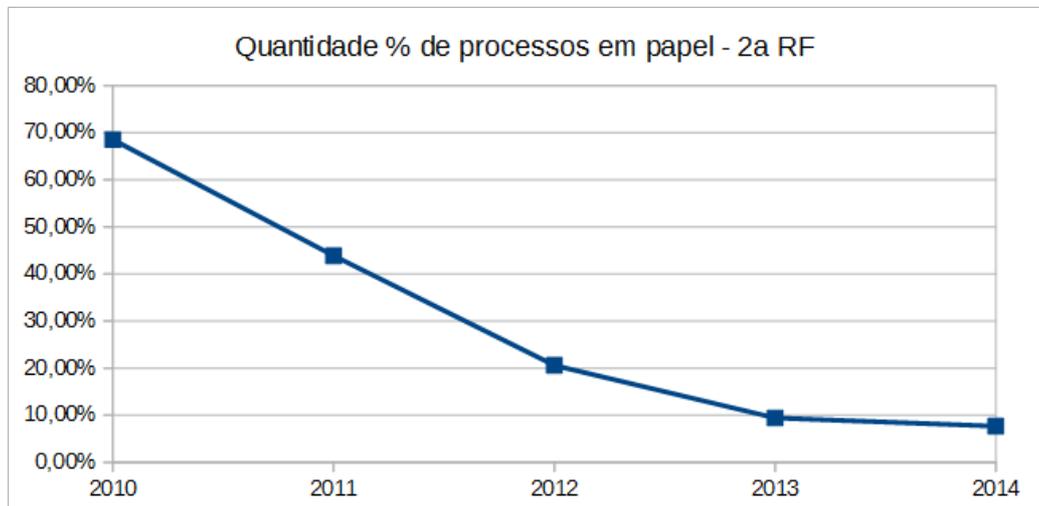
Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados

a) Redução das despesas com material de expediente em aproximadamente 56%, em relação ao valor realizado no ano de 2013, evolução apontada no gráfico abaixo:



Fonte: Siafi gerencial

b) Redução da quantidade percentual de processos, no ano de 2010 cerca de 70% dos processos da 2ª RF eram em papel. Atualmente, este indicador marca apenas 7,7%.



Fonte: DW-Processo

c) Redução na quantidade de folhas impressas nas máquinas de reprografia da SRRF02, após a implantação do sistema de controle de impressões, em abril de 2014, a média diária de consumo de papel da SRRF02 era aproximadamente 459 folhas. Imediatamente após a divulgação da realização do monitoramento e o devido reforço das políticas do Programa Papel Zero, a média caiu para cerca de 259 folhas por dia. Atualmente, o consumo tem estado abaixo de 200 folhas diárias, ou seja, uma redução no consumo de papel na ordem de mais de 55%.

d) Redução das despesas com mensageiros: com menos papel circulando pela SRRF02, houve redução do número de postos de trabalho de mensageiros: de três para um posto apenas (66%).



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 10: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Item 10.1 Tratamentos de determinações exaradas em acórdãos do TCU, não se aplica a 2ª RF.

Item 10.2 Tratamento de Recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular à Unidade Jurisdicionada, não se aplica a 2ª RF.

10.3 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 62: Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

02ª RF

Pendências de entrega da DBR						
Região Fiscal	Unidade Pagadora	Quantitativo				
		Servidores sem função	FG1	FG2	FG3	Total
2	DRF/BVT/RR	0	0	0	0	0
	DRF/MCA/AP	0	0	0	0	0
	DRF/MNS/AM	4	1	0	0	5
	DRF/PVO/RO	0	0	0	0	0
	DRF/RBO/AC	0	0	0	0	0
	SRRF/2RF	20	3	0	1	24
Total		24	4	0	1	29

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 1.480 servidores da 02ª RF (98,08% do corpo funcional) estão com os registros atualizados. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de DAS.

10.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou

autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

10.4 Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de danos ao Erário

Quadro 63: Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais								
	Não instauradas			Instauradas					Remetidas ao TCU
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU					
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*		
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
2	2								

* Especificar razões

10.5 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro 64: Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv

<p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ªRF</p> <p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Annette Lobato Martins, CPF nº296.356.752-91, Chefe da Divisão de Programação e Logística - DIPOL, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo a situação atual das informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no</p>
--

Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Unidades com informações atualizadas:

UG 170022 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém

UG 170024 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macapá

UG 170218 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém

UG 170219 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santarém

Unidades com informações não atualizadas:

UG 170201 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho

UG 170205 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco

UG 170209 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus

UG 170213 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Boa Vista

UG 170332 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ji-Paraná

UG 170334 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá

Unidades que não firmaram contratos, convênios e instrumentos congêneres:

UG 170210 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Manaus

UG 170217 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª RF)

UG 170333 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes

UG 170520 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Belém

Belém, 19 de março de 2015.

Annette Lobato Martins

Chefe DIPOL – CPF 296.356.752-91



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 11: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem antes presente como sendo “**11.2 - Demonstração sucinta do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos**” não será apresentado nesse Modelo de Relatório de Gestão, pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

11.1 Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal – SRRF02 atende, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da SRRF02 é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação,



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02**

Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Fílmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02

142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU ainda estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal – SRRF02, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades

do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrente de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da SRRF02 obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A RFB não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da RFB ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A SRRF02 não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos

para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da SRRF02 foi de R\$ 28.812.040,53 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Os impactos relacionados à aplicação da NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, somente serão informados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB, pois se referem a contabilizações que não são realizadas em nível regional.

11.3 Informações sobre a conformidade contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instâncias responsáveis pela realização da Conformidade Contábil na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal – SRRF02 e as respectivas unidades gestoras analisadas.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade na SRRF02 é realizada pela UG 170542 - Seccional Contábil da RFB na 2ª Região Fiscal, que está hierarquicamente subordinada à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal e supervisionada pela Divisão de Contabilidade – DITAB (UG 170379 - Seccional Contábil da RFB).

A Seccional Contábil da RFB na 2ª Região Fiscal (UG 170542) foi criada pela Portaria SPOA nº 256/2007, que em seus artigos 1º e 2º dispõem.

“Art 1º: subdelegar competência à Ditab/COPOL para atuar como setorial de contabilidade das Unidades Centrais da RFB, bem como supervisionar as setoriais de contabilidade das SRRF.

Art 2º: subdelegar competências às SRRF para atuarem como setorial de Contabilidade das unidades gestoras executoras sob sua jurisdição, a partir do mês contábil SIAFI – Junho de 2007.”

A Seccional Contábil da RFB na 2ª Região Fiscal tem competências previstas no Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009 e no regimento interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e suas alterações). Dentre as competências previstas no artigo 8ª do Decreto nº 6.976/2009, ressalta-se a competência de registrar a conformidade contábil, transcrita abaixo:

“Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:

[...]

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;”

Em virtude do que foi exposto anteriormente, apresenta-se a seguir a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas no âmbito da SRRF02.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170542- Seccional RFB 2ª RF	2ª RF	14	170022; 170024; 170201; 170205; 170209; 170210; 170213; 170217; 170218; 170219; 170332, 170333, 170334; 170520

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício, na 2ª Região Fiscal.

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Tota l
315 - Falta ou Restrição na Conformidade de Registro de Gestão	1				1							1	3
Total de Alertas	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	3
655 – Saldo Contábil de mercadorias Apreendidas não confere com RMMA.	1												1
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS	2	2	3	3	1	1							12
677 - Falta ou Atraso na Retenção /Recolhimento de Obrigações e Tributos	1				1								2
Total de Ressalvas	4	2	3	3	2	1	0	0	0	0	0	0	15
Total	5	2	3	3	3	1	0	0	0	0	0	1	18

11.4 Declaração do contador responsável pela UJ

11.4.1 - Declaração Plena

Esta declaração não deverá ser utilizada caso a Região Fiscal tenha alguma ocorrência registrada na conformidade contábil de dezembro de 2014.

Quadro 66: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02			170217
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) UG 170205 - Delegacia da Receita Federal em Rio Branco.</p> <p>a) Falta de registro da conformidade de registro de gestão no dia 02/12/2014.</p> <p>a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007 e Item 4.1.1.2.5 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da ocorrência.</p> <p>a3) A UG não registrou tempestivamente a conformidade de registro de gestão dentro do prazo. Apesar disto a Unidade Gestora informou que toda documentação relativa ao movimento da data em questão encontra-se conferida e devidamente arquivada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belém/Pa	Data	04/03/2015
Contador Responsável	Paulo César Souza Lopes	CRC nº	PA 014701/0-7



**Ministério da
Fazenda**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

- OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Não há necessidade de mais informações.



**Ministério da
Fazenda**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

- **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não há necessidade de considerações finais.



**Ministério da
Fazenda**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL - 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF 02
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2º
REGIÃO FISCAL - SRRF 02**

- ANEXOS E APENDICES

Não há anexos ou apêndices.